

J. Amado Mendes

E S T U D O S D O P A T R I M Ó N I O

Museus e Educação

[ESTUDOS : Humanidades]



(Página deixada propositadamente em branco)

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DA COLEÇÃO ESTUDOS : HUMANIDADES
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COORDENAÇÃO EDITORIAL DA COLEÇÃO

Maria João Padez Ferreira de Castro

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensauc@ci.uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://siglv.uc.pt/imprensa/>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO

Artipol - Artes Tipográficas, Lda.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Artipol - Artes Tipográficas, Lda.

ISBN

978-989-8074-81-2

ISBN Digital

978-989-26-0385-8

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0385-8>

DEPÓSITO LEGAL

290372/09

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

J. Amado Mendes

E S T U D O S D O P A T R I M Ó N I O

Museus e Educação

[E S T U D O S : Humanidades]



(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| NOTA INTRODUTÓRIA..... | 7 |
| 1. PATRIMÓNIO(S): MEMÓRIA, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO | 9 |
| 2. CULTURA MATERIAL E QUOTIDIANO: A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DOS OBJECTOS | 17 |
| 3. O PAPEL EDUCATIVO DOS MUSEUS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E TENDÊNCIAS ACTUAIS..... | 29 |
| 4. O MUSEU NA COMUNIDADE: IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO | 49 |
| 5. ECOMUSEUS E MUSEUS DE SOCIEDADE: CULTURA E SABER-FAZER | 61 |
| 6. MUSEOLOGIA E PATRIMÓNIO INDUSTRIAL..... | 73 |
| 7. PATRIMÓNIO CULTURAL, PATRIMÓNIO INDUSTRIAL E ESTUDO DE CASO: OS FORNOS DE CAL NO CONCELHO DE CANTANHEDE | 83 |
| 8. RECURSOS HUMANOS PARA OS MUSEUS: QUE FORMAÇÃO?..... | 93 |
| 9. MUSEOLOGIA E IDENTIDADE: QUE EUROPA ATRAVÉS DOS MUSEUS?..... | 107 |
| 10. UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE O PATRIMÓNIO CULTURAL: PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS..... | 119 |
| 11. HISTÓRIA E PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DO PAPEL: A INDÚSTRIA PAPELEIRA NO DISTRITO DE COIMBRA..... | 133 |
| 12. O FERRO NA HISTÓRIA: DAS ARTES MECÂNICAS ÀS BELAS-ARTES | 143 |
| 13. EDUCAÇÃO E MUSEUS: NOVAS CORRENTES | 155 |
| 14. O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL NA HISTÓRIA LOCAL: CULTURA E DESENVOLVIMENTO | 167 |
| 15. INDUSTRIALIZAÇÃO E PATRIMÓNIO INDUSTRIAL: DESENVOLVIMENTO E CULTURA..... | 177 |
| 16. VALORES DO(S) PATRIMÓNIO(S): VERTENTES PEDAGÓGICA E TURÍSTICA..... | 187 |
| 17. REQUALIFICAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO: FACTOR DE IDENTIDADE, EM PROL DO DESENVOLVIMENTO..... | 197 |
| 18. ARQUITECTURA MUSEOLÓGICA: DO MUSEU ARMAZÉM AO MUSEU COMO OBRA DE ARTE..... | 207 |
| 19. A CENTRAL TÉRMICA DOS HUC (EDIFÍCIO DAS CALDEIRAS): MONUMENTO INDUSTRIAL A PRESERVAR E REUTILIZAR | 215 |

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA INTRODUTÓRIA

Na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), desde a sua criação em 1911 – cujo primeiro centenário se avizinha –, as questões relacionadas com o Património Cultural e a Museologia têm estado presentes, de forma mais ou menos implícita, em diversas áreas, como seria inevitável. Com efeito, em disciplinas de História e de História da Arte, de Arqueologia, Numismática ou Epigrafia, como no âmbito das Línguas e Literaturas, da Filosofia e da Geografia, da Biblioteconomia, da Arquivística, dos Estudos Artísticos e do Turismo, Lazer e Património, as questões do património, do seu estudo e salvaguarda – inclusive a respectiva musealização –, aquelas temáticas têm necessariamente de ser contempladas.

Todavia, pelos finais dos anos de 1980, numa altura em que a Museologia e a Museografia registavam, por todo o Mundo, um desenvolvimento considerável, também entre nós se começou a fazer sentir a necessidade de contribuir, mais directamente, para a formação naquele domínio, tendo em conta as carências que se faziam sentir e a urgência em superar e actualizar o modelo tradicional de formação, fundamentalmente a cargo de algumas instituições museológicas, com destaque para o Museu Nacional de Arte Antiga.

Assim, por meados da década de 1990, alguns professores e um grupo de alunos apresentaram propostas, ao respectivo Conselho Científico, com vista à criação de pós-graduação na FLUC. Em 1997 e primeiro semestre de 1998, procedeu-se às diligências necessárias para a criação de um Curso de Mestrado em *Museologia e Património Cultural*, cuja proposta foi sucessivamente aprovada pela Comissão Científica do Grupo de História, Conselho Científico da FLUC e Senado da Universidade de Coimbra. Obtida a aprovação da tutela (cujo Despacho de criação n.º 11968/98 foi publicado no *Diário da República*, II série, n.º 59, de 13-07-1998), o Curso de Mestrado começaria a ser leccionado no ano lectivo de 1998-1999, do qual já foram asseguradas quatro edições (as três primeiras sob a minha coordenação e a última coordenada pela Prof.^a Doutora Irene Vaquinhas).

Dada a transversalidade das matérias e das funções a desempenhar por futuros directores ou colaboradores de museus, adoptou-se como princípio a abertura do curso aos titulares de qualquer tipo de licenciatura, independentemente da sua especialidade. Verificou-se, no entanto, que seria vantajoso que os interessados em frequentar o curso pudessem adquirir, previamente, alguns conhecimentos básicos no âmbito das matérias do curso, pelo que foi criada, para o efeito, a disciplina opcional de *Introdução à Museologia*, a qual começou a ser oferecida aos alunos no ano lectivo de 2000-2001. Esta disciplina contribuiu também para complementar a formação ministrada numa outra mais antiga, também opcional – criada em 1985-1986 –, de

Arqueologia Industrial, na qual era focado o património industrial e a museologia das ciências, da tecnologia e da indústria.

Além da leccionação das disciplinas que assegurei no referido Curso de Mestrado – “Museus e Investigação” e “Educação pelos Museus” – a das restantes acima referidas, em alguns anos com colaboração, as carências de investigação e bibliografia, em português, que têm vindo a ser paulatinamente atenuadas, bem como a visita a um número considerável de museus de referência, nacionais e estrangeiros, levaram-me a reflectir e a empenhar-me na pesquisa de temáticas relacionadas com estas matérias.

Entre outros tópicos que me despertaram atenção destaco: a) o progressivo alargamento do conceito de património – cultural, entenda-se –, verificado nas últimas décadas; b) a já chamada “explosão museológica”, não apenas relativa ao rápido crescimento do número de museus criados, mas também referente aos novos tipos de museus, em numerosas especialidades e, sobretudo, à qualidade e versatilidade dos mesmos, na linha da chamada “nova museologia”; c) o potencial pedagógico do património e das instituições museológicas, como complemento importante da educação formal – a cargo da escola –, mas igualmente como elemento fundamental da educação não formal, ao longo da vida, para a generalidade da população; d) a nova maneira de encarar, de forma descomplexada, os múltiplos valores do património – cultural, pedagógico, identitário, alicerce da memória –, sem olvidar o próprio valor económico, como bem sublinha, por exemplo, Xavier Greffe.

O fruto dessa investigação e reflexão foi sendo apresentado em conferências, encontros ou colóquios, no país e no estrangeiro, os quais foram posteriormente publicados nas respectivas actas. Noutros casos, tratou-se de artigos publicados em diversas revistas. Num ou noutro caso, sobretudo quando os textos resultaram de intervenções orais prévias, com o recurso limitado a fontes ou bibliografia, esta não aparece no final dos textos, mas apenas referenciada em notas de rodapé.

A leitura e consulta dos textos da colectânea que ora se publica, sob o título genérico de *Estudos do Património – Museus e Educação*, serão de utilidade a todos quantos se interessem pela História, pelo Património Cultural e pelos Museus. De modo mais específico, o presente trabalho poderá constituir um instrumento útil a ser utilizado por alunos, formandos e docentes de várias áreas – entre outras, Museologia e Património, Arqueologia Industrial e Património, História, História da Arte, Arqueologia, Turismo Cultural e Património –, mas também a investigadores de História Local, autarcas, responsáveis por actividades educativas e turísticas e promotores do desenvolvimento.

Antes de concluir, desejo manifestar o meu reconhecimento à Imprensa da Universidade de Coimbra, à Direcção do Instituto de História Económica e Social, na pessoa da sua Presidente, Prof.^a Doutora Maria Teresa Veloso, e ao Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na pessoa do seu Presidente, Prof. Doutor Carlos André, pelo interesse e empenho demonstrados, que tornaram possível a presente publicação.

Coimbra, 11 de Novembro de 2008.

José Amado Mendes

1. PATRIMÓNIO(S): MEMÓRIA, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO*

As questões relacionadas com o património estão na moda e toda a gente, hoje, invoca o património para justificar um número diversificado de acções ou de actuações. A propósito dessa “patrimoniomania”, fala-se mesmo do *fetichismo* do património ou do património como *alegoria*.

Porém, como frequentemente sucede com o que existe em abundância e nos é familiar, nem sempre reflectimos devidamente sobre esse tipo de realidades e suas implicações. Tratando-se de dados adquiridos, óbvios e à vista de todos, para quê questioná-los? Ao invés, julgo que devemos reflectir sobre o património, nosso e dos outros, estudando-o de forma sistemática e metodologicamente actualizada. Regista-se, por um lado, e lamenta-se, por outro, que um movimento, muito forte em determinados países (França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos da América), comprovado pela abundante literatura dedicada às questões do património, só de forma muito ténue se tenha feito sentir entre nós.

Estamos perante uma temática vastíssima e abrangente que, por isso mesmo, deve ser estudada, não só em si mesma como nas suas íntimas relações com outros vectores. Com efeito, o património não está apenas ligado à história – aliás ele próprio é, como sublinham alguns autores, história materializada –, como à memória e à identidade dos povos e das comunidades, ao turismo e ao desenvolvimento, ao trabalho e ao lazer. Por exemplo, na *História dos tempos livres*, de Alain Corbin¹, deparamos com diversas alusões, implícitas e/ou explícitas, ao património.

1. O Património: um conceito eminentemente histórico

Em primeiro lugar, devemos distinguir dois tipos de património: o património, em geral, e um género de património mais restrito, como o *património histórico*, frequen-

* O presente texto, posteriormente revisto, foi também publicado em: José d’Encarnação (coord.), *A História tal qual se faz*, Coimbra, Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, pp. 143-151.

¹ Traduzida para português, pela Editorial Teorema, Lisboa, 2001.

temente identificado com o *património cultural*. Actualmente, para simplificar, faz-se muitas vezes referência apenas a *património* – como eu próprio farei aqui, num ou noutro caso –, quando o que se deseja significar é, precisamente, *património cultural*.

De forma genérica, património implica legado, herança, transmissão de algo de ascendentes a descendentes. Ao contrário do que poderia prever-se, como destaca o sociólogo francês Jacques Capdeville, num estudo sobre o assunto, «a perspectiva da constituição e da transmissão de um património suscita um fascínio tão forte na França de hoje como na de Balzac, um fascínio quase unânime, a avaliar pela ligação dos Franceses à herança: 79% são, com efeito, favoráveis à hipótese de poderem vir a herdar algo, enquanto apenas 4% declara opor-se-lhe»². E em Portugal? Caso se realizasse uma investigação semelhante, as conclusões talvez não fossem muito diferentes.

O conceito de património tem variado significativamente ao longo da história, pelo que, para o definir ou caracterizar, deve ter-se em consideração o respectivo enquadramento temporal.

Françoise Choay, ao iniciar a sua obra, intitulada *A alegoria do património*³, escreve: «Património. Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico...), que fizeram dela um conceito “nómada”, prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório». E acrescenta: «Na nossa sociedade errante, sempre em transformação devido ao movimento e ubiquidade do seu presente, “património histórico” tornou-se numa das palavras-chave da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade»⁴.

Ou seja, não há coincidência entre o entendimento acerca do que é o património, por parte de um humanista do século XVI (para não remontar a civilizações anteriores), de um iluminista do Século das Luzes, de um romântico oitocentista ou de um dos nossos contemporâneos. Podemos dizer que cada época reflecte parte de si própria, na forma como perspectiva e cuida do seu património. Tradicionalmente, património histórico-cultural remetia, sobretudo, para antiguidades, de preferência que recordassem eventos de índole política, militar ou diplomática.

Essa perspectiva estava em perfeita sintonia com a história/historiografia que então se fazia e ensinava, bem como com as colecções reunidas e preservadas pelos primeiros museus (séculos XVIII-XIX). Na sequência da Revolução Francesa e, de modo especial, já na segunda metade de Oitocentos, o surto de nacionalismo então em vigor reflecte-se também, naturalmente, na forma como se encara o património. Dá-se uma transferência da esfera familiar para a da nação, com uma tomada de consciência

² Jacques Capdeville, *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Praissee de la Fondation des Sciences Politiques, 1986, p. 12.

³ Da qual foram publicadas diversas edições, em francês, encontrando-se também traduzida em português, pelas Edições 70, Lisboa, 2000.

⁴ F. Choay, *op. cit.*, p. 11.

colectiva do património. Como já foi afirmado, «o património é, de algum modo, a vitrina do génio nacional»⁵.

Entretanto, o conceito “nómada” de património segue o seu caminho, ao longo do século passado, o que continuará a fazer no século XXI.

2. A expansão do conceito de Património

A história tradicional, essencialmente político-militar, cronológica, factual e descritiva, começou a ser contestada, na transição de Oitocentos para Novecentos. Essa contestação, transformada numa espécie de “bandeira” pela nova história e por outras correntes historiográficas afins, fez-se não só explícita como, sobretudo, implicitamente. Uma forma de revelar descontentamento era, por exemplo, recuperar para o leque dos temas susceptíveis de serem estudados, conferindo-lhes “dignidade”, assuntos relacionados com as actividades económicas, o trabalho, o vestuário e a alimentação, os costumes e os grupos marginais, para dar apenas alguns exemplos.

Simultaneamente, as sociedades democratizam-se e os sem voz e os anónimos passam a ser, também eles, objecto de estudo: umas vezes, por espírito e solidariedade de classe; outras, por simpatia (recordo, por exemplo, as palavras de Michelle Perrot, ao explicar o seu interesse pelo estudo do movimento operário e pela história das mulheres); outras, ainda, por imperativos científicos. Reconhecendo-se que a “ciência normal” – no caso concreto, a história tradicional – não permitia dar resposta aos novos problemas com que o investigador se deparava, havia que procurar um novo paradigma, utilizando os termos de T. S. Kuhn.

A tudo isso se devem acrescentar as profundas transformações pelas quais a sociedade foi passando, nas duas últimas centúrias. Com efeito, transitou-se de uma sociedade de Antigo Regime, na qual o sector primário ocupava lugar preponderante, para uma sociedade industrializada e dominada pela ciência e pela tecnologia (tendo-se registado três revoluções industriais, em pouco mais de século e meio) e, nas últimas décadas, para uma sociedade por alguns apelidada pós-industrial ou pós-moderna e, por outros, sociedade do conhecimento ou da informação.

Com essas modificações tão profundas – acentuadas pela “febre” da inovação, a que Schumpeter chamou “destruição criadora”, que se sucedeu à II Guerra Mundial –, ia desaparecendo uma parte da história e da memória dos indivíduos e das comunidades. Passámos, assim, a deparar-nos com: fábricas desactivadas; estações de caminho-de-ferro abandonadas; zonas industriais semidesérticas; e complexos mineiros transformados em aldeias-fantasma.

Impunha-se, assim, estudar e preservar algo desses testemunhos, requalificar espaços e instalações, dando, sempre que possível, um futuro ao passado. Consequentemente, assiste-se, desde meados do século XX, à actuação de associações de defesa do património, de instituições de ensino e de investigação e, muitas vezes, também de organismos empresariais e sindicais, com vista à preservação e, quando possível,

⁵ Dominique Audrerie, *La notion et la protection du patrimoine*, col. «Que sais-je?», n.º 3304, Paris, PUF, 1997, p. 6.

também à reutilização de estruturas, equipamentos e tecnologias, por motivos científicos e culturais, mas também sociais e económicos.

Pelas razões já sumariamente indicadas, muitas das ditas realidades passaram a ser incluídas, justamente, no conceito de património cultural, desdobrando-se este em várias subcategorias. Assim, temos, por exemplo: património rural e património urbano; património científico e tecnológico; património industrial⁶ e património ferroviário; património empresarial e património operário; património do gás, da electricidade e da água; património mineiro e património florestal; património arquivístico e património literário; património artístico e património cinematográfico; património arqueológico e património museológico; sem esquecer, obviamente, o património natural. Como é sabido, o património inclui sempre uma parte humana e uma parte da natureza (D. Audrerie).

Este amplo alargamento, quase ilimitado, da noção de património – a que poderia chamar-se uma certa *patrimonialização*, embora os nossos dicionaristas ainda não se tenham disponibilizado a reconhecer o vocábulo, ao invés do que já vai sucedendo noutros países, traz consigo algumas consequências e mesmo certas dificuldades. Desde logo, como lembra Xavier Greffe, o que ganha em extensão perde em profundidade. Assim, se tudo é património, o que resta⁷?

Por outro lado, na impossibilidade de prestar atenção aos numerosos monumentos/testemunhos, que integram o património, quais privilegiar? Quem decide e com base em que critérios? Por exemplo, perante eventuais conflitos, entre diferentes tipos de poder (internacional, nacional, autárquico ou local; público ou privado; cultural e histórico, por um lado, ou social e económico, por outro), qual ou quais devem prevalecer?

Em alguns casos, certas parcerias – entre o público e o privado ou entre diferentes tipos de instituições/organizações – têm sido frutuosas, o mesmo se podendo dizer de algumas intervenções efectuadas ao abrigo da legislação do mecenato.

De qualquer modo, o património constitui um complexo “território” a gerir, exigindo não apenas meios financeiros, mas fundamentalmente recursos humanos, dotados de formação, competência e sensibilidade. Numa época em que a gestão tem dado passos tão significativos, quer do ponto de vista teórico, quer prático, e embora já se vá falando da “gestão de organizações não lucrativas”⁸, é confrangedora a falta de reflexão, de formação e de literatura, entre nós, sobre a gestão do património cultural.

3. O Património como auxiliar da memória e reforço da identidade

O património e os próprios monumentos/documentos (Jacques Le Goff) permitem recordar e ajudam a operacionalizar o processo de memorização. Como já foi sublinhado, numa obra anteriormente citada, *monumento* vem do latim *monumentum*,

⁶ O património industrial tem sido objecto de especial atenção, nas últimas décadas, graças ao extraordinário desenvolvimento da arqueologia industrial. Ver, entre uma bibliografia já abundante, a seguinte obra de síntese: Neil Cossons (ed.), *Perspectives on Industrial Archaeology*, Londres, Science Museum, 2000.

⁷ Xavier Greffe, *La gestion du patrimoine culturel*, Paris, Anthropos, 1999, p. 38.

⁸ Peter F. Drucker, *As organizações sem fins lucrativos* (trad. do inglês), Lisboa, Difusão Cultural, 1994.

termo este derivado de *monere* (advertir, recordar), o que interpela a memória⁹. Daí que, ao edificar-se um monumento, o que se pretende, fundamentalmente, além de homenagear ou perpetuar determinado evento ou personalidade, é manter viva, na memória das pessoas, aquilo que o referido monumento testemunha.

Simplemente, a vastidão e a quase omnipresença do património permite que se recordem muitos outros factores da vida humana, sem a necessidade de, para o efeito, se erigirem monumentos. Basta, pois, estudar, preservar e exhibir – *in situ* ou em local apropriado, museu ou outro – algo que tenha sido significativo para uma pessoa, família ou comunidade. Uma casa-museu, por exemplo, tem essa função. Mas há outras formas de patentear o património, como tentáculo da memória.

Uma locomotiva, num dos núcleos museológicos da CP, em Santarém, ou na Pampilhosa, por exemplo, uma antiga central eléctrica, musealizada, como se verifica em Lisboa (Central Tejo) ou no concelho de Fafe (Central de Santa Rita) ou ainda uma antiga estação ferroviária, onde hoje se encontra instalado o excelente Museu d’Orsay, em Paris, são outras tantas formas de preservar e valorizar o património e de, através dele, manter presente, na memória da comunidade, importantes “fragmentos” do respectivo passado.

Ao contrário do que parecia entender-se, num passado não muito longínquo, a memória e a identidade das pessoas não passa apenas, nem principalmente, pelo quadro nacional, pelos símbolos das pátrias ou pelos grandes acontecimentos.

De facto, a um outro nível (que poderemos classificar micro, por oposição ao das nações ou das grandes áreas, que seria macro), as pessoas identificam-se com um passado mais próximo, não só humano e geográfico como temporal. Daí o reabilitar das histórias de vida e de família e, bem assim, o interesse crescente pelo património local e regional.

Como já tem sido notado por vários autores, a constituição de grandes blocos (económicos, culturais ou mesmo políticos), ao mesmo tempo que alerta para identidades mais amplas e para quadros culturais mais vastos, provoca igualmente uma revalorização do nacional e do local, daquilo que caracteriza cada comunidade, isto é, a identidade mais profunda de cada grupo.

Um pouco ao arrepio do que, por vezes, nos querem fazer crer, há quem defenda que, numa sociedade pós-moderna, o específico, o genuíno ou o particular de determinada zona ou localidade e da respectiva comunidade são valores a preservar e a cultivar, pelas suas componentes verdadeiramente culturais. Vejamos, finalmente, para que serve, ou pode servir, o património.

4. O Património como recurso

Tradicionalmente, os intelectuais (investigadores, pessoas especialmente dedicadas à cultura) tinham uma relação difícil com o económico. Aliás, o próprio pai da economia política, Adam Smith, afinava pelo mesmo diapasão, ao considerar que as profissões dedicadas à arte, à cultura e ao lazer não contribuíam para a riqueza das nações; ao contrário, constituíam o âmbito, por excelência, do trabalho não produtivo. Todavia,

⁹F. Choay, *op. cit.*, p. 16.

reconhecia também (e estávamos por volta de 1776, quando foi publicada a sua obra mais conhecida, *Investigação da natureza e causas da riqueza das nações*) que aquelas profissões têm certas peculiaridades, como o engenho, a admiração ou a habilidade, as quais exigem uma maior remuneração¹⁰.

Actualmente, as perspectivas começam a ser outras. Em primeiro lugar, porque a manutenção do património, em bom estado de conservação – em sentido lato, como vimos já, logo em quantidade considerável –, exige recursos financeiros, que são sempre escassos e que alguém, ou alguma entidade, tem de suportar. César das Neves diria que «não há almoços grátis». Também David S. Landes, na sua obra acabada de traduzir para português (*A riqueza e a pobreza das nações. Por que são umas tão ricas e outras tão pobres*, p. 596), faz afirmação semelhante, nos seguintes termos: «a regra básica da economia, bem como a da física, é a lei da conservação da massa e energia: nada é de graça».

Estas questões, relacionadas com a vertente económica do património, começam finalmente a ser ventiladas, por exemplo, por autores com formação em Economia, como é o caso de Xavier Greffe que, antes de uma das suas obras mais recentes, sobre a gestão do património cultural (1999), publicou uma outra dedicada, precisamente, ao valor económico do património.

Assim, além do mercado da arte, já de longa tradição, deparamo-nos hoje com um “mercado do património”, quando não em valor de transacção (isto é, de compra e venda), pelo menos em valor de uso.

O investigador espanhol Josep Ballart, num interessante trabalho sobre o assunto, após focar os três tipos de valor dos bens culturais – valor de uso, valor formal e valor simbólico-significativo –, sublinha: «Este activo [dos bens culturais ou do património cultural] que temos posto à disposição da sociedade transforma-se em riqueza quando os conhecimentos adquiridos se vão incorporando noutros produtos ou serviços novos, geralmente produtos intermédios (novos livros, manuais, desenhos, procedimentos construtivos que descobrimos, recordações, catálogos, revistas especializadas, congressos...) que acabam no mercado». E acrescenta: «como dissemos anteriormente, não se conseguiria explicar a importância do desenho italiano actual sem ter em conta que, ali mesmo, um dia, germinou o Renascimento»¹¹.

Esta nova perspectiva acerca do património leva a equacionar as suas potencialidades, não só em termos histórico-culturais, mas também como factor de desenvolvimento. A área onde essa ligação se torna mais óbvia é a do turismo cultural. Encarando o património também por este ângulo – ou seja, considerando-o um activo ou um recurso, susceptível de criar ou de induzir a criação de riqueza –, começam a utilizar-se, igualmente, novos conceitos, como: “produto”, “ciclo de vida dos produtos culturais”, “clientes”, “rendimento”, “criação de postos de trabalho”, “estímulo ao desenvolvimento”, etc.

Neste sentido, o autor há pouco citado (Ballart) afirma: «a economia moderna converteu os bens, produto do esforço humano, em mercadoria [...]». E prossegue,

¹⁰ Luís César Herrero Prieto (coord.), *Turismo cultural: el patrimonio histórico como fuente de riqueza*, Valladolid, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2000, p. 11.

¹¹ Josep Ballart, *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*, Barcelona, Ariel, pp. 65-66 e 72.

noutro lugar da sua obra: «ninguém conserva um rádio velho para sintonizar as ondas, mas porque ele está pronto a entrar numa categoria nova, a dos rádios antigos. A obsolescência alarga a vida dos objectos que já não valem nada, mas trata-se de “outra vida”»¹².

Mas, afinal, o que é o turismo cultural? Num dos livros da colecção francesa “Que sai-je?”, dedicado precisamente ao turismo cultural, aquele é assim definido: «Uma deslocação (com, pelo menos, uma dormida), cuja motivação principal é a de alargar os seus horizontes, de procurar conhecimentos e emoções através da descoberta de um património e do seu território»¹³. As temáticas a explorar, pela modalidade do turismo cultural, podem ser diversas, entre as quais as de: história, religião, gastronomia, artesanato, desporto, arte, termalismo¹⁴, etc.

Como é do conhecimento geral, a União Europeia, através das suas estruturas e dos seus fundos, apoia o incremento do turismo cultural, o qual constitui um bom meio de reforço do multiculturalismo e da consolidação dos ideais de tolerância¹⁵, paz e de solidariedade.

O turismo cultural, que tem como alicerces principais o património e os próprios museus, induz ou fomenta, por exemplo: a criação de emprego; a venda de produtos, artesanais ou agrícolas, de produção local, ou outros relacionados com o respectivo património; o incremento da actividade dos operadores turísticos e das transportadoras; a dinamização dos estabelecimentos do âmbito da restauração; a captação de recursos financeiros pelas instituições museológicas, através dos ingressos e da venda de produtos ou do fornecimento de serviços especializados.

Quando se trata de iniciativas de excepcional qualidade e envergadura – como o famoso Museu Guggenheim, de Bilbao, em que património, arquitectura, excepcionalmente inovadora e criativa, marketing e gestão profissionalizada se combinam –, temos como resultado a profunda transformação de uma antiga cidade industrial, a contas com uma crise profundíssima, agora a renascer das cinzas, pela via das “indústrias da cultura”. Entre outros exemplos que se poderiam apontar, recorda-se igualmente o da Tate Modern, em Londres, museu de sucesso que muito contribuiu para a revalorização de uma área até há pouco degradada, nas margens do Tamisa.

A desindustrialização de certas zonas e cidades levou a que se recorresse a outras actividades da área dos serviços, o que muitas vezes tem passado pela abertura de novos museus que, dadas as condições em que surgiram, já foram apelidados de “museus de crise”.

Em suma: o património, visto assim, deixa de constituir um “peso morto”, para se tornar numa réstia de esperança, para as respectivas comunidades que, além de intermediárias, na sua recepção e transmissão aos vindouros, podem também dele usufruir, valorizando-o e incutindo-lhe uma nova dinâmica.

¹² J. Ballart, *idem*, pp. 222 e 229.

¹³ Claude Origet du Cluzeau, *Le tourisme culturel*, col. « Que sai-je? », n.º 3389, Paris, PUF, 1998, p. 3.

¹⁴ C. O. du Cluzeau, *idem*, p. 89.

¹⁵ A tolerância tornou-se, em nossos dias, uma questão-chave. Por isso, não é de estranhar o facto de responsáveis por certos museus lhe dedicarem atenção, para já não falar na existência do próprio Museu da Tolerância, em Los Angeles, Estados Unidos da América.

Bibliografia

- AUDRERIE, Dominique, *La notion et la protection du patrimoine*, «Que sais-je?», n.º 3304, Paris, PUF, 1997.
- AUDRERIE *et al.*, *Le patrimoine mondial*, «Que sais-je?», n.º 3436, Paris, PUF, 1998.
- BALLARD, Josep, *El patrimoni històric y arqueològic: valor y uso*, Barcelona, Ariel, 1997.
- CAPDEVILLE, Jacques, *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la class moyenne*, Paris, Presses de la Fondation des Sciences Politiques, 1986.
- CHOAY, Fraçoise, *A alegoria do património* (trad. do francês), Lisboa, Edições 70, 1999.
- CLUZEAU, Claude Origet du, *Le tourisme culturel*, «Que sais-je?», n.º 3389, Paris, PUF, 1998.
- CORBIN, Alain, *História dos tempos livres. O advento do lazer* (trad. do francês), Lisboa, Teorema, 2001.
- COSSONS, Neil (ed.), *Perspectives on Industrial Archaeology*, Londres, Science Museum, 2000.
- DRUCKER, Peter F., *As organizações sem fins lucrativos* (trad. do inglês), Lisboa, Difusão Cultural 1994.
- GREFFE, Xavier, *La gestion du patrimoine culturel*, Paris, Anthropos, 1999.
- HERRRERO PRIETO, Luis César (coord.), *Turismo cultural: El patrimonio histórico como fuente de riqueza*, Valladolid, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2000.
- PÉREZ SANTOS, Eloísa, *Estudio de visitantes en museos: metodología y aplicaciones*, Gijón (Astúrias), Ediciones Trea, 2000.

2. CULTURA MATERIAL E QUOTIDIANO: A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DOS OBJECTOS^{*}

Nos últimos três quartos de século tem-se assistido a uma profunda revolução no âmbito das ciências históricas – ou, mais genericamente, das ciências humanas e sociais –, sob diversos pontos de vista. Os campos temáticos a investigar expandiram-se substancialmente; o conceito de fonte histórica alargou-se, como se alterou o papel que, tradicionalmente, lhe era atribuído¹; a noção de monumento/documento também se transformou; o património cultural enriqueceu-se e aumentou, com a integração de sectores outrora menosprezados; consequentemente, a museologia e a própria museografia sofreram profundas alterações, tanto sob uma óptica quantitativa como qualitativa.

Essas e outras transformações operadas encontram a sua justificação no contexto político, cultural, ideológico, social e económico em que se inserem. Com efeito, a democratização da sociedade, ao longo do século passado que, entre outros epítetos, ficará conhecida como o “século do povo”, arrastaria consigo a adopção de outras perspectivas e formas de olhar, tanto a sociedade do presente como as próprias sociedades históricas. Neste sentido se compreende o surto de novas áreas de investigação, desde a “história no feminino” à história da vida privada, da história do quotidiano à das “coisas banais” (título de uma interessante obra de Daniel Roche), do estudo da alimentação ao do vestuário e da habitação, para dar apenas alguns exemplos.

Todavia, o conhecimento destes novos domínios da investigação e do saber permanece muito circunscrito aos investigadores e àqueles que estão ligados a certo tipo de organizações – centros/institutos de investigação, geralmente integrados em estabelecimentos do ensino superior ou a eles anexos –, não gozando ainda de uma aceitação generalizada, da parte do público.

Dir-se-ia que continua a verificar-se a existência de um grande fosso, entre a história/historiografia, que se faz, e aquela que se lecciona nas escolas do ensino básico e secundário ou até a que é divulgada pelos órgãos de comunicação social. Mesmo

^{*} O presente texto serviu de base a uma comunicação, apresentada em 14 de Maio de 2002, na cidade da Horta (Ilha do Faial, Açores), ao Colóquio “O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV-XX”, o qual foi também publicado nas respectivas actas.

¹ Hoje já não faz sentido a asserção “deixai falar os documentos”. Com efeito, o investigador toma a iniciativa e assume a “liderança”, tanto no que concerne à elaboração e aplicação do questionário, como à interpretação das respostas obtidas.

tendo em conta os efeitos da inevitável “transposição didáctica” – isto é, a necessidade de adequação da história-ciência à história-docência –, a história-batalha, a história política e o protagonismo dos chamados grandes vultos continuam a ter, em muitos casos, uma primazia excessiva. Embora a questão não seja fácil de solucionar – por implicar diversas vertentes, relacionadas com a tradição, a formação e mesmo o prestígio de certos autores, considerados autoridades na matéria –, uma maior atenção a dedicar a algumas esferas da realidade poderá atenuar certas lacunas, contribuindo para um maior equilíbrio entre as diversas componentes da realidade histórica. É que, como já afirmou F. Clarke, «a história não está num livro; ela está na realidade»².

1. Cultura material: um conceito e uma realidade a valorizar

Desde o dealbar da nova história – o ano de 1929, fundação da revista *Annales*, por Marc Bloch e Lucien Febvre, continua a ser uma referência –, alguns historiadores começaram a alertar para a importância da vida material. Fê-lo M. Bloch, ao estudar a difusão do moinho hidráulico, no Ocidente medieval, no que viria a ser seguido, mais tarde, por Fernand Braudel, nos seus estimulantes trabalhos, de âmbito mais alargado, sobre “civilização material e capitalismo” (1967 e 1979).

Tratou-se de estudos pioneiros, embora obviamente “datados” – como todos o são –, pelo que apenas contemplaram os tempos medievais e modernos. Ficou, assim, fora do seu âmbito a época contemporânea, tão recheada de “revoluções”, não só políticas e culturais – como se poderia deduzir da leitura da obra de Noel Parker, recentemente traduzida para português (2001) –, como também científicas, tecnológicas e relativas ao quotidiano das populações. Daí que as persistências tenham sido mais focadas do que as inovações, aliás de acordo com as características do período em análise (Antigo Regime). A propósito, esclarece F. Braudel, na sua primeira obra dedicada ao assunto (1967): «Neste rés-do-chão da vida de todos os dias, a rotina prevalece: semeia-se o trigo como sempre se semeou, planta-se o maiz [*sic*] como sempre se plantou, alisa-se o solo do arrozal como sempre se alisou, navega-se no mar Roxo como sempre se navegou... Esta vida, mais passiva do que activa, repetida no desfiar dos séculos, não se distingue logo de uma vida económica que a aproveita mas implica o cálculo e exige vigilância»³.

Todavia, algumas notas sobre a inovação e a difusão de certos objectos são muito interessantes e bem podem ser consideradas como modelo a seguir em investigações sobre temas análogos. Vejamos o exemplo que se segue: «colher e faca são hábitos já bastante velhos. Contudo, o uso da colher só se generalizou no século XVI, assim como o hábito de fornecer facas: os convivas dantes levavam os seus talheres. Do mesmo modo, cada qual levava o seu copo e punha-o à sua frente [...]. Os museus

² Bernard Lefebvre e Michel Allard (dir.), *Le Musée, un project éducatif*, Monte Real, Les Éditions Logiques, 1996, p. 179.

³ Fernand Braudel, *Civilização material e capitalismo. Séculos XV-XVIII* (trad. do francês), t. I, Lisboa, Ed. Cosmos, 1970, p. 15. O tema viria a ser posteriormente desenvolvido pelo autor, numa obra publicada em 3 tomos (1979).

conservam colheres de madeira com cabos metálicos, nem sempre de prata, e facas de formas diversas. Mas trata-se de velhos instrumentos»⁴. Que sabemos nós, acerca destas e de outras temáticas similares, relativamente ao nosso país?

Note-se, todavia, que os exemplos acabados de referir não surtiram o efeito que deles se poderia esperar. Temas como preços e salários, numa primeira fase, demografia histórica, em seguida e história das mentalidades, mais recentemente, vieram a interessar mais os investigadores do que o da cultura material, estudada por um número reduzido de autores, entre os quais se contam precisamente os já acima mencionados historiadores, Bloch e Braudel, embora este preferisse a designação de “civilização material”.

Numa boa síntese sobre as origens e desenvolvimento da dita noção, inserta na *Enciclopédia Einaudi*⁵, pode ler-se: «Se pensarmos no que aprendemos quando jovens na escola e no liceu, é preciso reconhecer que a história da vida material ocupa uma parte mínima. Acabadas as idades da pré-história, que se definem precisamente, mas excepcionalmente, através dos seus utensílios (Idade da Pedra, Idade do Bronze, Idade do Ferro), não se falava mais disso. Só mais tarde se introduziram capítulos dedicados à vida quotidiana, onde também a cultura material tinha o seu lugar e a que se devem notícias esporádicas sobre a vida antiga, sobre a toga do cidadão romano, sobre os utensílios do camponês egípcio, sobre a nave do mercador sírio».

E prosseguem os autores: «É evidente que não é por acaso que estes capítulos eram mais numerosos nos livros de iniciação à história da Antiguidade: são tempos tão distantes que quase parecem pertencer a outros mundos, a outras humanidades. E a história encara-os como a antropologia encara outros povos igualmente remotos, mas com distância, descrevendo-os simultaneamente através dos seus hábitos, alimentação, técnicas e costumes. Parte-se do princípio que estes povos exóticos não têm história [...]. É como se, à falta de melhor, a história se tenha voltado para a cultura material»⁶.

A relativa indiferença, para com a cultura material, tem raízes muito antigas e profundas no mundo ocidental. Por exemplo, nas sociedades clássicas, o trabalho manual era essencialmente escravo, logo pouco “digno” de atenção, da parte das elites políticas, culturais e económicas. A distinção tradicional entre as Belas-Artes e as artes mecânicas – sendo estas remetidas para um plano muito secundário –, já criticada por alguns enciclopedistas no século XVIII, ainda não desapareceu totalmente.

Por sua vez, a visibilidade dada a certos políticos e militares – ou, em nossos dias, a desportistas ou artistas famosos – contrasta com a ignorância relativamente a outros que, com o seu labor e espírito inventivo, tornaram mais fáceis as nossas vidas, ao criarem numerosos objectos de uso quotidiano.

Acrescente-se, porém, que não se trata de um “pecado” exclusivamente português. Um autor francês, referindo-se ao assunto, contrastava a popularidade que no seu país tinha, por exemplo, um Napoleão de Bonaparte, face ao ignorado Fourneyron, não obstante este ter inventado (em 1827) a turbina que viria a desempenhar um papel da maior relevância na industrialização.

⁴ F. Braudel, *op. cit.*, pp. 160-162.

⁵ Vol. 16, 1989, pp. 11-47.

⁶ Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez, «Cultura material», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 16: *Homo-Domesticação. Cultura material*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 26.

Naturalmente que o sistema de ensino, com tudo o que o integra – responsáveis, a diversos níveis, docentes, programas e linhas orientadoras dos mesmos, manuais e outros materiais didácticos –, tem responsabilidade na situação acabada de referir. Por tal motivo, é também por aí que deverá passar, em grande medida, a alteração daquela tendência.

Mas, antes de prosseguir, convirá esclarecer o que se entende por *cultura material*. Entre outras definições que têm sido apresentadas, a seguinte parece-me uma das mais operacionais: «o conjunto dos grupos de actividades humanas que correspondem a uma finalidade consciente e possuem um carácter utilitário, que se exprime nos objectos materiais»⁷. Este último aspecto, relacionado com a evidência física, é crucial, de tal modo que também já se chama à cultura material a «ciência dos artefactos»⁸.

Definida a cultura material, perguntar-se-á: quais as suas características?

- Trata-se da cultura do grosso da população e não de elites, grupos restritos ou de indivíduos considerados isoladamente.
- Procura os factos que se repetem suficientemente, como hábitos e tradições, reveladores da respectiva cultura; portanto, o objecto da história da cultura material não é o acontecimento. Este aspecto, entre outros, contribuiu para o “afastamento” da história tradicional (sempre em busca de factos) da cultura material.
- Estuda, de modo especial, as chamadas infra-estruturas.
- Para o estudo daquelas recorre aos objectos concretos. «É indispensável o conhecimento simultâneo dos objectos materiais – as suas dimensões, formas, matéria e, indirectamente, os seus modos de fabrico – e a sua proveniência exacta, de modo a reconstituir ou explicar o ambiente que os originou», como se verifica em arqueologia⁹.

Especificando um pouco mais o objectivo do estudo da cultura material, um autor menciona três grandes áreas:

- a) meios de produção extraídos da natureza (matérias-primas e energias naturais);
- b) forças de produção e instrumentos de trabalho;
- c) produtos materiais obtidos.

Sintetizando, pode dizer-se que caem no âmbito da cultura material, por um lado, as condições de existência social, ou seja, o ambiente geográfico e o homem; por outro, as condições materiais da vida humana, a saber: pastorícia e agricultura, mineração, artesanato e indústria, alimentação, vestuário e alimentação, transportes e comunicações¹⁰.

Do que, de modo sucinto, se acaba de referir podem tirar-se, entre outras, as seguintes ilações. Em primeiro lugar, a cultura material diz respeito a todos nós e não apenas aos considerados “grandes vultos” da história de outros tempos – da qual ainda é possível encontrar persistências, nomeadamente ao nível das mentalidades – que nos ensinaram a “venerar”. Em segundo lugar, por constituir uma área do saber essen-

⁷ *Idem*, pp. 30-31.

⁸ *Idem*, p. 30.

⁹ *Idem*, pp. 21-23.

¹⁰ *Idem*, pp. 31-32 e 35.

cialmente “arqueológica” – visto privilegiar os testemunhos materiais –, a respectiva investigação não se mantém “escrava” das fontes escritas; ao invés, pode concretizar-se mesmo na sua ausência ou até em casos em que nunca se dispôs de documentação escrita. Finalmente, como os alicerces da cultura material são objectos do quotidiano, com os quais a maioria das pessoas teve ou tem algum contacto ou relação, estamos perante um património da maior importância em termos de memória e de identidade.

Uma parte considerável do êxito de uma grande diversidade de instituições museológicas – ecomuseus e museus de sociedade, museus de sítio, museus de determinadas actividades produtivas, dos transportes e comunicações e museus locais e regionais – passa, precisamente, por este aspecto.

2. Os objectos como património cultural: passado, presente e futuro

Tradicionalmente, a noção de património era unívoca e identificava-se com legado, herança, propriedade ou bens transmitidos, adquiridos ou possuídos por alguém. Ainda hoje, alguns dicionários só registam este significado. Contudo, pelos anos 1930, começou a surgir uma outra acepção de património, mais restrita, a qual se circunscrevia aos aspectos de índole cultural. Passou então a impor-se, embora lentamente, a noção de *património cultural*.

Este sentido aparece finalmente, por exemplo, no conhecido *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da *Academia das Ciências de Lisboa*¹¹, ainda que sem a adjectivação de “cultural”. Com efeito, entre os cinco significados do termo “património”, referencia-se aí o seguinte: «conjunto dos bens materiais e imateriais transmitidos pelos antepassados e que constituem uma herança colectiva».

Registe-se, porém, que com esta receptividade tardia dos dicionaristas portugueses (patente, também, no facto de ainda não terem adoptado um outro vocábulo de formação recente, já susceptível de ser encontrado noutras línguas, que é o de “patrimonialização”) contrasta o êxito que o significado de património cultural veio a alcançar na linguagem vulgar. Actualmente, recorre-se com muita frequência apenas ao termo “património”, quando o que se quer significar é, precisamente, “património cultural” (legislação sobre o património, associações de salvaguarda do património, valor e gestão do património, valorização do património, etc.).

Não menos significativo do que o aparecimento e a vulgarização do uso da expressão património cultural tem sido o progressivo alargamento do conceito, verificado nas últimas décadas e, bem assim, a vasta literatura a que aquele tem dado origem.

De facto, ainda nas primeiras décadas do século XX o dito conceito tinha uma abrangência muito limitada. Assim, contemplava essencialmente: monumentos de índole religiosa e militar, obras do âmbito das Belas-Artes, espólio de antigas civilizações, proveniente de escavações arqueológicas, instrumentos/equipamentos científicos ou técnicos raros, antigos e de valor excepcional.

Entretanto, sobretudo a partir de meados do século XX, o património cultural foi-se enriquecendo progressivamente com a incorporação de novas vertentes, como

¹¹ Vol. II, Lisboa, Verbo, 2001, p. 2784.

se pode comprovar pela análise da legislação, a natureza das colecções museológicas ou mesmo o carácter monumental alcançado por certos objectos ou equipamentos.

Hoje, o conceito de património (cultural, entenda-se) é de tal modo amplo que se torna necessário “segmentá-lo”, pelo que se pode falar, por exemplo, de: património rural e património urbano; património folclórico e património gastronómico; património arquitectónico, património artístico e património paisagístico e ambiental; património linguístico e património literário; património científico, património tecnológico e património industrial.

A evolução histórica da legislação reflecte e comprova o que se acaba de referir. Na impossibilidade de, nas presentes circunstâncias, fazer aqui uma análise aprofundada dessa evolução – para o que já dispomos de algumas achegas dadas, entre outros, por Vital Moreira e Emília Palma –, consideremos apenas, e de forma breve, a legislação em vigor sobre o assunto.

Refiro-me à recente Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, a qual «estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural», que veio substituir a Lei 13/85, de 6 de Julho e outra legislação, em vigor até àquela data.

Nos termos do referido diploma legal, «integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização» (art.º 2.º, 1). Após se aludir à língua portuguesa que, «enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português» (art.º 2.º, 2), acrescenta-se: «O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade» (art.º 2.º 3).

Como se infere do que acaba de transcrever-se, em vez de património deverá falar-se de patrimónios, pois aquele subdivide-se em diversos ramos. Por outro lado, já não é suficiente adoptar um único critério (por exemplo o estético, ainda considerado, por alguns, de modo exclusivo) para se averiguar se algo integra o património cultural e, em caso afirmativo, se deve ou não ser preservado e valorizado. Na própria Lei se mencionam alguns aspectos que deverão servir de referência ao estabelecerem-se e adoptarem-se critérios de preservação e valorização do dito património.

Todavia, tendo em consideração a cultura material – privilegiada nesta abordagem –, permito-me chamar a atenção para o interesse documental do património, bem como para os valores de memória e de identidade, estes não explicitados, mas subjacentes nas passagens citadas.

Ángela García Blanco, na sua interessante obra intitulada *Didáctica del Museo. El descubrimiento de los objetos* (1988), aludindo ao primeiro dos aspectos referidos, afirma: «a cultura material é constituída por objectos, por qualquer objecto que supomos portador de informação, em si mesmo». E acrescenta: «o objecto portador de informação converte-se num documento, numa fonte de dados tal como o documento escrito».

Verifica-se ainda, como a autora não deixa de sublinhar, que os monumentos/ /documentos (segundo a identificação de Jacques Le Goff) materiais, sob certos pontos de vista, até oferecem vantagens relativamente aos escritos: a) têm um *carácter involun-*

tário, pois não foram produzidos com a intenção de poderem vir a transformar-se em testemunhos; b) a sua informação é mais *fiel e objectiva*, visto não estar mediatizada pela interpretação ou pela intencionalidade dos autores¹².

3. Museus e educação pelos objectos

O universo museológico tem vindo a sofrer, desde os anos 1960, uma profunda revolução. Associada àquilo que geralmente se denomina “explosão museológica” – consubstanciada na criação de um elevado número de novos museus, muitos deles com características verdadeiramente inovadoras –, operou-se uma notória alteração no peso relativo dos múltiplos papéis das instituições museológicas.

Efectivamente, embora sem se descurarem os objectivos tradicionais – de reunir/coleccionar, estudar, preservar e divulgar o respectivo património –, outras têm vindo a ser reforçadas, nomeadamente as de dinamização cultural, comunicação e educação.

O carácter rebarbativo e pouco atraente de muitos museus havia dado origem a expressões sintomáticas do distanciamento que os separava do público. Entre outras, apenas recordo as seguintes: museu armazém e museu depósito; aborrecido como um museu; vetusto como um museu; velho como uma peça de museu; isto não tem que converter-se num museu¹³.

Inerente ao tipo de museu tradicional – pelo menos em muitos casos – encontrava-se, ainda, um role considerável de proibições, tais como: não tocar, não correr, não falar alto, não fazer fotografias com *flash*, além de não existirem lugares para as pessoas se sentarem, para tomarem notas ou esboçarem algo. Como já foi destacado, «se em muitos casos essas medidas têm a ver com a preservação do património, a maioria das vezes actuam como barreira que dificulta a conexão com aquilo que os objectos expostos têm para comunicar e com a possibilidade de o visitante se apropriar culturalmente dos objectos expostos»¹⁴.

Ao colocar-se a tónica na comunicação e na educação – de acordo com alguns dos princípios defendidos pelo movimento conhecido por “nova museologia” –, as colecções e respectiva conservação deixaram de constituir o centro das atenções; este deslocou-se para o visitante e para a comunidade, bem como para aquilo que aqueles devem auferir das instituições museológicas que, antes de mais, devem estar ao serviço das pessoas.

Dáí até ao aparecimento do conceito de “museu espectáculo” foi um pequeno passo, defendendo alguns que “não se deve perguntar qual é o património de um museu, mas o que é que esse museu faz com aquilo de que dispõe”. Como é sabido, essa tendência, levada ao exagero, conduz aos museus virtuais, que já começam a aparecer, ou ainda aos “museus sem colecções”, que o mesmo é dizer sem objectos, o que não deixa de

¹² A. Garcia Blanco, *op. cit.*, pp. 7-8.

¹³ Cfr. Silvia S. Alderoghi (comp.), *Museos y escuelas: socios para educar*, Buenos Aires, Piados, 1996, p. 203.

¹⁴ *Idem*, p. 204.

ser contraditório com a própria definição de museu mais vulgarmente aceite (que é a do ICOM), da qual consta, de forma explícita, o papel da “evidência material”¹⁵.

Paralelamente às modificações registadas no mundo dos museus, também outras instituições e a própria sociedade têm vindo a sofrer transformações significativas. Com o extraordinário desenvolvimento da ciência e da técnica e o aumento acelerado dos conhecimentos, nos vários domínios do saber, a educação formal – cometida à escola –, ministrada em determinadas fases da vida do indivíduo, começou a revelar-se insuficiente e a necessitar de ser complementada por outros meios e durante lapsos de tempo mais alargados. Daí a importância hoje atribuída ao conceito de “lifelong learning” – educação durante toda a vida – e à própria educação não formal. Entre outros meios que a podem proporcionar – por exemplo, a televisão e outros “media” e a internet –, os museus ocupam um papel da maior relevância.

Os museus da ciência e da técnica e os centros de ciência – que têm vindo a ser criados em vários países – podem servir de *interface* entre a ciência e o público¹⁶. Pela natureza das respectivas colecções e objectos e pela dinâmica inovadora que tem caracterizado a gestão de muitos deles, tem sido possível aperfeiçoar a sua eficácia pedagógica, através do princípio conhecido como “hands-on” (manuseamento de objectos/aparelhos ou suas réplicas) e da interactividade, facilitada pelas enormes potencialidades dos meios informáticos.

Entre outros exemplos de instituições que têm adoptado estratégias desse tipo contam-se algumas já com uma longa história – Museu de Artes e Ofícios de Paris, inaugurado em 1794 e recentemente remodelado, Museus da Ciência de Londres e de Munique e Museu da Ciência e da Indústria de Chicago – e outras mais recentes, como os Centros de Ciência de Toronto, Copenhaga ou Paris (La Villette). Em Portugal, podem referir-se também experiências análogas levadas a cabo em Santa Maria da Feira, Coimbra e Lisboa.

Mas a educação pelos objectos faz-se igualmente noutros tipos de museus, de carácter mais geral, em certos casos, ou mais monográfico, noutros. No primeiro caso, procurando abranger-se a história total de determinado país ou região, expõem-se vários géneros de objectos, inclusive alusivos à já focada cultura material.

No continente americano há diversas instituições museológicas desse tipo, quer nos Estados Unidos – onde a história da ciência e da técnica tende a ser integrada na história social¹⁷ –, quer no México. Por exemplo, neste último país, na cidade de Monterrey,

¹⁵ O ICOM, em 1974, passou a adoptar a seguinte definição de museu: «uma instituição permanente não lucrativa, ao serviço do desenvolvimento da sociedade e aberta ao público, a qual adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, para fins de estudo, educação e entretenimento, evidência material do homem e do seu ambiente» (Luis Gerardo Morales Moreno, «Qué es un Museo?», *Cuicuilco. Revista de la Escuela Nacional de Antropología e Historia*, vol. 3, n.º 7, Mayo/Agosto 1996, p. 70; negrito meu). Segundo informa o autor, a Associação de Museus do Reino Unido [MAUK], em 1984, elimina daquela definição a cláusula “não lucrativa” (*Idem*, p. 72). (Tive acesso a este interessante artigo graças à gentileza do Prof. Carlos Marichal, de “El Colegio de Mexico, A. C.” – Cidade do México).

¹⁶ Maria Alzira Almoester Ferreira e José Francisco Rodrigues (coord. científica), *Museums of Science and Technology*, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, p. 61.

¹⁷ Ver o artigo de Bernard Finn, «Museums of Science and Technology: An American Perspective», M. A. A. Ferreira e J. F. Rodrigues (coord.), *op. cit.*, pp. 73-81.

no “Museo de Historia Mexicana”, os objectos expostos procuram documentar toda a história do país, desde os tempos pré-colombianos até às primeiras décadas do século XX. Deste período são, por exemplo, máquinas de escrever e alguns electrodomésticos.

Nos museus mais especializados – do ferro ou do vidro, do têxtil ou da cerâmica, dos curtumes, do açúcar ou do café, do caminho-de-ferro ou dos transportes urbanos, do gás, da electricidade ou da água, para indicar apenas alguns exemplos –, obviamente que são os objectos que fazem a diferença. A sua recolha, estudo, conservação e divulgação constituem condição *sine qua non* para se obter um melhor conhecimento de uma parte considerável das nossas vidas e daqueles que nos antecederam.

A aprendizagem pelos objectos já havia sido salientada por Georges Henri Rivière – provavelmente o maior guru da museologia europeia do século XX –, ao afirmar: «a pedagogia ou o significado passam pelo objecto e pela sua apresentação ao visitante, e não mediante o texto». O mesmo autor «mostrou magistralmente [...] que o objecto comum – tal como o objecto excepcional – podia fazer vibrar da mesma maneira que uma obra de arte»¹⁸.

O mesmo tem vindo a ser confirmado pelos estudos de outros autores, partindo, inclusive, de perspectivas diferentes. O objecto, além de “portador de informação”, é também um estímulo, a partir do qual se pode adquirir mais conhecimento¹⁹.

Por sua vez, Eilean Hooper-Greenhill, uma das maiores especialistas em educação pelos museus – com uma vastíssima obra publicada sobre o assunto –, propõe um novo paradigma, em substituição do modelo tradicional, usado nos museus, baseado na transmissão de conhecimentos.

A autora defende o uso de uma pedagogia – ou comunicação – como parte da cultura, a qual consiste em «proporcionar ao visitante oportunidades para que ele use o que já conhece para construir novo conhecimento e adquirir nova autoconfiança em si mesmo como aprendiz»²⁰. Obviamente que também, neste caso, a função dos objectos é insubstituível.

4. Património cultural e desenvolvimento

O património cultural pode ser analisado sob diversas perspectivas, para além da sua óbvia relevância histórica, cultural e pedagógica. Assim, enquanto Xavier Greffe, por exemplo, fala do *valor económico do património*, Josepp Ballard dedicou um estudo ao *Património histórico e arqueológico: valor e uso*.

Entre as acções destinadas a preservar e valorizar o património contam-se as seguintes: levantamento, sempre que possível seguido da respectiva inventariação;

¹⁸ Georges Henri Rivière, *La Museologia. Curso de Museologia/Textos y testimonios*, Barcelona, Akal, 1989, p. 474.

¹⁹ *Idem*, pp. 83-97.

²⁰ Eilean Hooper-Greenhill, «Communication and Communities. Changing paradigms in Museum Pedagogy», Svant Lindqvist (ed.), *Museums of Modern Science. Nobel Symposium 112*, USA, Science History Publications/USA, 2000, p. 186.

estudo e investigação, não só dos objectos/coleções como dos respectivos contextos; divulgação dos resultados; fruição e/ou reutilização.

Como resultado das transformações económicas verificadas nas últimas décadas (desindustrialização de determinadas áreas, deslocalização de unidades industriais, abandono de explorações mineiras e desactivação de estruturas de equipamentos sociais), passou a dispor-se de um vastíssimo património industrial, a necessitar de intervenção. Parte dele foi transferido para museus da ciência e da técnica que, além das secções tradicionais – energia, produção e transportes –, passaram a incorporar sectores relativos, por exemplo, às artes gráficas, à cerâmica, ao vidro, à história militar, à aeronáutica e à informática.

Noutros casos, criaram-se novos museus que, além de “arquivos de memória” e “bancos de informação”, constituem também pólos de desenvolvimento. Zonas com tradição industrial passaram a dispor de museus no âmbito da sua especialidade mais relevante, entre os quais recorro os seguintes exemplos: da cortiça (Silves), do trabalho, com relevância para as conservas (Setúbal), do vidro (Marinha Grande), dos lanifícios (Covilhã), da têxtil algodoeira (Vila Nova de Famalicão) e do papel (Santa Maria da Feira-Paços de Brandão). Iniciativas do género têm vindo a ser tomadas em vários outros países.

A crescente procura de museus e de outros locais de cultura deve-se, entre outros, aos seguintes motivos. Por um lado, ao incremento do turismo – sem esquecer o já mencionado turismo cultural – e à valorização do próprio lazer. A propósito, já foi salientado: «o lazer não é apenas um grande negócio; está a tornar-se no maior negócio. O turismo é a indústria singular mais importante do mundo e o público americano, actualmente (2002), despende mais tempo no entretenimento do que em qualquer outra parte da economia doméstica, incluindo a alimentação e a habitação»²¹. Por outro lado, também o mercado e a própria natureza do trabalho têm mudado, pelo que se exigem competências mais diversificadas e inovadoras, que a escola nem sempre fornece e que há que procurar por outros meios, inclusive através dos museus.

Com efeito, diminui o número dos que trabalham na produção e aumenta a procura dos que se dedicam a diversas outras actividades, já classificados como “analistas simbólicos”. Estes têm profissões como as de: investigador científico, engenheiro, executivos de relações públicas, advogado, assessor, director artístico, cineasta, escritor, músico e produtor de televisão²².

Em suma: o património cultural e os objectos que o integram, além do seu valor simbólico, identitário, de alicerce da memória, documental e pedagógico, apresentam ainda uma importância social e económica digna de consideração. Consequentemente, longe de constituírem um fardo, devem ser encarados como um benefício e uma mais-valia, na sociedade da informação e do conhecimento que integramos, neste século XXI.

²¹ John H. Falk e Lynn D. Dierking, *Learning from Museums. Visitor, experiences and making of meaning*, Walnut Creek, Altamira Press, 2000, p. 207.

²² Chris Dede (comp.), *Aprendiendo con tecnología*, Buenos Aires, Piados, 2000, p. 26.

Bibliografia

- ALDEROQUI, Silvia S. (comp.), *Museos y escuelas: socios para educar*, Buenos Aires, Piados, 1996.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilização material e capitalismo. Séculos XV-XVIII* (trad. do francês), Lisboa, Ed. Cosmos, 1970.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilization matérielle, économie et capitalisme. XVe-XVIIIe siècle*, ts. 1-3, Paris, A. Colin, 1979.
- BUCAILLE, Richard e PESEZ, Jean-Marie, «Cultura material», *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 11-47.
- CAULTON, Tim, *Hands-on. Managing interactive museums and science centres*, Londres, Routledge, 1998.
- DEDE, Chris (comp.), *Aprendiendo con tecnología* (trad. do inglês), Buenos Aires, Piados, 2000.
- FALK, John H. e DIERKING, Lynn D., *Learning from Museums. Visitor, experiences and making of meaning*, Walnut Creek, Alta Mira Press, 2000.
- FERREIRA, Maria Alzira Almoester e RODRIGUES, José Francisco (coord.), *Museums of science and technology*, Lisboa, Fundação Oriente, 1998.
- GARCÍA BLANCO, Ángela, *Didáctica del museo. El descubrimiento de los objetos*, Madrid, Ed. de la Torre, 1988.
- LEFEBVRE, Bernard (dir.), *L'éducation et les musées. Visiter, explorer et apprendre*, Québec, Les Éditions Logiques, 1994.
- LEFEBVRE, Bernard e ALLARD, Michel (dir.), *Le musée, un projet éducatif*, Québec, Les Éditions Logiques, 1996.
- Lei n.º 107/2001 [Património cultural], *Diário da República*, Série I – A, n.º 209, de 8 de Setembro de 2001, pp. 5808-5829.
- LINDQVIST, Svant (ed.), *Museums of Modern Science. Nobel Symposium 112*, Canton (USA), Science History Publications/USA, 2000.
- MENDES, José Amado, «O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais», *Didaskalia*, Vol. XXIX (1999), fascs. 1-2, pp. 667-692.
- MORALES MORENO, Luis Gerardo, «Qué es un Museo?», *Cuicuilco. Revista de la Escuela Nacional de Antropología e Historia*, nueva época, vol. 3, n.º 7, Maio/Agosto 1996, pp. 59-104.
- MOREIRA, Vital, «O património e a lei», *Alta de Coimbra. História – Arte – Tradição. Actas do 1.º Encontro sobre a Alta de Coimbra. Coimbra, 23, 24, 25 e 28 de Outubro de 1987*, Coimbra, GAAC, 1988.
- PALMA, Emília, «Evolução história das leis do Património arquitectónico», *Pedra & Cal. Revista do Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico*, Ano III, n. 12, Outubro/Novembro/Dezembro 2001, p. 37.
- PARKER, Noel, *As Revoluções e a História* (Trad. do inglês), Lisboa, Temas & Debates, 2001.
- POULOT, Dominique, *Musée, nation, patrimoine. 1789-1815*, França, Gallimard, 1997.
- RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museología. Curso de Museología/Textos y testimonios* (trad. do francês), Madrid, Ed. Akal, 1993.
- ROCHE, Daniel, *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVIII-XIX)* (trad. do francês), Lisboa, Ed. Teorema, 1998.

(Página deixada propositadamente em branco)

3. O PAPEL EDUCATIVO DOS MUSEUS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E TENDÊNCIAS ACTUAIS*

1. Introdução

A instituição *museu* – «Templo das Musas» – tem já uma longa história, pois remonta à Antiguidade Clássica. Todavia, foi no século XVIII, com a criação de alguns museus públicos que viriam a tornar-se famosos¹, que a realidade museológica entrou numa nova era.

A partir de então, numerosos museus têm vindo a ser criados, não só nos domínios tradicionais – arte, arqueologia e história – como em muitos outros, desde a ciência e a tecnologia à etnografia e à antropologia, passando por um sem número de temáticas relacionadas com as mais diversas actividades humanas.

Foi, porém, nas últimas décadas que se verificou uma verdadeira explosão no âmbito da museologia, também já apelidada de «museomania». Assim, de cerca de 12 000 museus existentes no mundo em 1975 – cerca de metade dos quais nos Estados Unidos da América² – passou-se para mais de 30 000, na actualidade. Por sua vez, também em Portugal se tem assistido, ultimamente, à criação de um número considerável de museus. Embora os dados disponíveis nem sempre coincidam, é muito provável que, adoptando os critérios preconizados pelo ICOM (International Council of Museums) – trata-se de um conceito lato de museu, abrangendo, por exemplo, jardins zoológicos, botânicos e aquários –, possam contar-se, presentemente (Setembro de 2003), no país, à volta de 700 unidades museológicas³.

* Texto inicialmente publicado na revista *Didaskalia*, vol. XXX (1999), fascs. 1 e 2, pp. 667-692, entretanto revisto e actualizado.

¹ Entre os museus fundados no século XVIII, que mais se destacaram, contam-se: o British Museum (1753), em Londres; o primeiro museu público, aberto nos Estados Unidos da América do Norte, em Charlston (1773); e o Museu do Louvre (1793), em Paris (Hans L. Zetterbeg, *Museums and adult education*, Nova Iorque, Augustus M. Kelley, Publishers/International Council of Museums, 1969, p. 64).

² Maria da Conceição Pires Coelho, «Da origem dos museus, do seu conteúdo, arquitectura e livre acesso», *Brotéria*, vol. 142, 3, 1996, p. 369.

³ Atente-se, por exemplo, nos seguintes números: António José C. Maia Nabais menciona a existência de 216 museus, em 1988, e 260, em 1993 («Museus na actualidade», *Iniciação à Museologia*, coord. de Maria Beatriz Rocha-Trindade, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 66). No entanto, pouco tempo depois,

Estamos, pois, numa fase em que se atribui ao museu uma relevância cada vez maior, tendência que, muito provavelmente, se manterá nas próximas décadas. Para isso, têm contribuído fundamentalmente dois factores: por um lado, o reforço da importância atribuída ao papel educativo dos museus; por outro, a crescente pressão, sobre os museus, para que eles justifiquem a sua própria existência e, bem assim, os vultuosos investimentos neles efectuados⁴.

Este panorama, a que sucintamente se acaba de aludir, induz a repensar não só as finalidades do museu, como também as de todas as suas potencialidades, as quais, por motivos diversos, ainda não se encontram devidamente exploradas. Assim, na ciência como na cultura, na investigação como na divulgação do saber, na promoção do desenvolvimento como no turismo cultural e na valorização do próprio lazer – para não falar, obviamente, na educação, que aqui nos interessa de modo especial –, muito há a esperar dos museus ou, por outras palavras, muito há a fazer com e por meio das instituições museológicas.

A propósito, recorde-se a afirmação feita já em 1888, por George Brown Good (do U. S. National Museum), considerado um dos «profetas» da museologia: «o que conta não é o que um museu tem, mas o que pode fazer com aquilo que tem»⁵.

2. Museus e Educação: evolução histórica

Desde as suas origens que são atribuídas aos museus – pelo menos de forma implícita – diversas funções. Aliás estas, que poucas alterações têm sofrido ao longo dos tempos, deduzem-se da própria definição de museu, adoptada pelo ICOM e geralmente aceite. Segundo este organismo, «o museu é uma instituição permanente, sem finalidade lucrativa, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe para fins de estudo, educação e deleite, testemunhos materiais do homem e do seu ambiente»⁶.

admitia-se – embora provavelmente com algum exagero – que o número de museus pudesse atingir os 750 (Per Uno Agren, «Museus, educação e política cultural», *I Encontro sobre museologia e educação*. Novembro 1995, Câmara Municipal de Setúbal/Museus Municipais, 1995, p. 23, mimeog.). Em 1998, no âmbito do *Inquérito aos Museus de Portugal* (Lisboa, Ministério da cultura/IPM, 2000, p. 19), foram analisados 530 museus, número que, entretanto, foi largamente ultrapassado. Todavia, como consta do referido *Inquérito*, caso tivessem sido adoptados critérios mais rigorosos, aquele número baixaria consideravelmente, podendo cifrar-se nos 10% que, verdadeiramente, mereceriam a designação de museu.

⁴ George E. Hein, *Learning in the Museum*, Londres-Nova York, Routledge, 1998, p. 3.

⁵ H. L. Zetterberg, *op. cit.*, p. 64.

⁶ Ángela Garcia Blanco, *Didáctica del museo. El descubrimiento de los objetos*, Madrid, Ediciones de la Torre, 1988, p. 35 (Nesta como nas restantes transcrições, a partir de textos em língua estrangeira, a tradução é da minha responsabilidade). A definição transcrita foi adoptada pelo ICOM na sua 11.ª Assembleia Geral, realizada em Copenhaga, em 1974 (Ahmet Aykaç, «Éléments d'une analyse économique des musées», *Museum*, n.º 126 (1989, n.º 2), p. 84). Acerca do conceito de museu, das respectivas funções e das mudanças que têm vindo a operar-se, ver Kenneth Hudson, *Museums for the 1980s. A survey of world trends*, Paris, UNESCO/Macmillan Press, 1977, pp. 1-18.

Como se infere desta definição, as múltiplas funções de um museu podem agrupar-se do seguinte modo: a) reunião/aquisição de colecções ou objectos do âmbito do património cultural e da própria cultura material⁷; b) sua salvaguarda e conservação, com o intuito de minorar os inevitáveis efeitos de deterioração causados pelo tempo, inclusive por meio da conservação preventiva; c) divulgação e exibição do respectivo património; d) educar e recrear, através das exposições e de outras actividades desenvolvidas.

Porém, acrescente-se que, se ao nível das diversas finalidades se têm verificado poucas ou nenhuma alteração, já o mesmo não se poderá dizer acerca da sua hierarquização, nem tão-pouco do modo como se têm procurado alcançar os objectivos enunciados. Aliás, como facilmente se compreende, as perspectivas acerca dos museus estão intimamente relacionadas com as opiniões, as mentalidades, a ideologia, ou seja, com a própria concepção que, em determinada época, se tem do homem e da sociedade.

Numa primeira fase, a necessidade de coleccionar objectos e de os salvar para o futuro ter-se-á sobreposto às restantes funções museológicas. Essa necessidade contribuiu decisivamente para o próprio nascimento do museu.

A propósito, afirma Luis Alonso Fernández: «A história e a evolução do museu estão intimamente ligadas à própria história humana. Especialmente a necessidade que o homem de todos os tempos, culturas e lugares tem sentido de coleccionar os mais diversos objectos e de os preservar para o futuro. Esta constante produziu, após mil anos de gestação, o nascimento do museu, que explica sectores importantes dessa evolução humana em múltiplas facetas do seu desenvolvimento cultural, técnico e científico. Uma instituição que completa o processo histórico geral da humanidade, fornecendo-lhe elementos diferentes dos expressos pela história escrita»⁸.

Note-se, todavia, que enquanto na Europa diversos museus se fundaram e desenvolveram a partir de colecções particulares, nos Estados Unidos foram criados diversos museus públicos, antes daquelas se terem constituído⁹. Entretanto, nos finais do século XVIII e ao longo do século XIX, à medida que novos museus se foram criando, também novas colecções foram sendo incorporadas, muitas das quais compostas por objectos e materiais exóticos, remetidos para a Europa pelas administrações coloniais.

Através dos museus, os Estados procuravam manifestar o seu poder – estava-se num período de recrudescimento dos nacionalismos –, ao mesmo tempo que o reforço do conceito de Estado-Nação levava a atribuir aos governos o dever de assegurar a educação e o bem-estar dos cidadãos.

Pelo menos teoricamente, defendia-se a ideia de que a educação, outrora apenas acessível a um grupo restrito de pessoas – às elites, tradicionalmente privilegiadas –, se devia tornar acessível a toda a gente. Tratava-se, afinal, de concretizar a filosofia educativa herdada do Iluminismo, muito em voga no século XVIII¹⁰.

⁷ Ver Richard Bucaille e Jean-Marie Perez, «Cultura material», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 16: *Homo-Domesticação. Cultura material*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 11-47.

⁸ Luis Alonso Fernández, *Museología. Introducción a la teoría y práctica del museo*, Madrid, Ed. Istmo, 1993, p. 47.

⁹ K. Hudson, *op. cit.*, p. 8.

¹⁰ G. H. Hein, *op. cit.*, pp. 3-4.

O intuito de «democratizar» a educação, como hoje diríamos, através dos museus – alargando o respectivo público-alvo, de uma elite restrita a sectores mais vastos da população – está patente na natureza e nos objectivos dos museus criados. Por exemplo, a museologia científica setecentista portuguesa, não obstante o ambiente iluminista da época, ainda se circunscrevia fundamentalmente a grupos restritos, no âmbito da Universidade ou da Corte.

A propósito, Henrique Coutinho Gouveia, reportando-se ao Real Museu da Ajuda, ao Museu Nacional, criado pela Academia Real das Ciências (ambos em Lisboa) e ao Museu da Universidade (em Coimbra), sublinha: «Importante será sublinhar que são todos museus científicos, orientados para o domínio da história natural, subdividida nos seus três ramos constituintes – mineralogia, botânica e zoologia – e cujos objectivos são os de contribuir para a investigação e ensino dessa ciência e para análise e promoção das suas aplicações práticas»¹¹.

Durante o século XIX, factores como, por um lado, as revoluções liberais e, por outro, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, acompanhado pelos progressos da industrialização, lançaram novos desafios às instituições museológicas. Para dar resposta a essas necessidades, entretanto criadas – não só em termos de formação de recursos humanos mas também com vista à promoção e divulgação de produtos e serviços –, aos tradicionais museus de Belas-Artes, história e arqueologia outros se acrescentam: da ciência e da técnica, da indústria e, posteriormente, do trabalho, entre muitos outros.

Enquadra-se neste contexto a criação, em 1883, do «Museu Industrial e Comercial de Lisboa» e do «Museu Industrial e Comercial do Porto». Estes tinham «por fim principal adquirir e expor ao público colecções de produtos e matérias-primas, acompanhadas de esclarecimentos suficientes por onde se conheça a sua origem, nome do fabricante ou comerciante, preço no local da produção, despesas de transporte, mercados de consumo e todas as informações que possam dar uma ideia prática suficientemente nítida do seu valor e da sua aplicação»¹².

Uma nova concepção do papel a desempenhar pelos museus – ou, pelo menos, por certos tipos de museus, mais ligados às técnicas e às actividades produtivas – encontrava-se bem presente no espírito de alguns dos maiores espíritos da época, entre os quais se contavam António Augusto de Aguiar, ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1883-1886) e Oliveira Martins. O conhecimento que ambos tinham da realidade industrial portuguesa e das suas carências – adquirido, inclusive, através

¹¹ Henrique Coutinho Gouveia, «A evolução dos museus nacionais portugueses. Tentativa de caracterização», *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, vol. II (coord. de Maria da Conceição Rodrigues), Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1993, p. 178. Ver também Paulo Oliveira Ramos, «Breve história do Museu em Portugal», Beatriz Rocha-Trindade (coord.), *Introdução à Museologia*, Lisboa Universidade Aberta, 1993, pp. 21-28; Madalena Braz Teixeira, «Os primeiros museus criados em Portugal», *Biblioteca, Arquivos e Museus*, vol. 1, n.º 1, 1985, pp. 185-239.

¹² Decreto-Lei de 24 de Dezembro de 1883, *Collecção oficial da Legislação Portuguesa. Anno de 1883*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 399. Ver também: Joaquim Ferreira Gomes, *Dois museus industriais e comerciais criados no século XIX*, Coimbra, Museu Nacional da Ciência e da Técnica, 1979. Sep. das *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica*, Coimbra, 1979; Francisco de Almeida e Sousa, «O Porto já teve o seu Museu Industrial e Comercial», *O Tripeiro*, 7.ª série, ano XII/n.º 2, Fevereiro 1993, pp. 34-38.

do trabalho que ambos desenvolveram na elaboração do importantíssimo *Inquérito Industrial de 1881* – contribuiu para que tivessem sido eles os verdadeiros criadores dos museus industriais e comerciais¹³.

O novo contexto museológico beneficiou com o extraordinário êxito alcançado pelas exposições internacionais, a partir da Grande Exposição Universal de Londres de 1851, a qual também estimulou a organização de certames nacionais, regionais e locais¹⁴.

Além do modelo que aquelas passaram a constituir – como inovadores fenómenos de massas –, por vezes as próprias colecções, nelas expostas, vieram a ser incorporadas em museus¹⁵. Alguns destes acabaram, inclusive, por se instalar em estruturas inicialmente edificadas e utilizadas pelas já apelidadas «festas da civilização»¹⁶.

Também, sensivelmente pela mesma altura – últimas décadas de Oitocentos –, começa a ganhar vulto a ideia de se criarem museus de menores dimensões, de carácter regional, quer para a preservação do património, quer do próprio saber-fazer, nomeadamente de actividades do foro das artes mecânicas, em vias de desaparecimento com a ofensiva da industrialização¹⁷.

Do exposto se pode deduzir que a museologia – ao longo de Oitocentos – regista as seguintes tendências: criação de um número razoável de novos museus, inclusive de escala média ou pequena; diversificação dos tipos de museu, alguns dos quais passam a contemplar novos géneros do património cultural (relacionado com as actividades económicas e com o desenvolvimento tecnológico); o museu começa a ser visto como um excelente complemento da escola, em especial no que concerne ao ensino técnico-profissional (várias das escolas técnicas tinham anexo o respectivo museu); além disso, o museu volta-se progressivamente para a educação do grande público.

¹³ Ver José M. Amado Mendes, «A industrialização no pensamento económico em Portugal nos anos 1880», José Luís Cardoso e António Almodovar (coord.), *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, Lisboa, CISEP, 1992, p. 329; «Oliveira Martins e a indústria», *Estudos Aveirenses*, n.º 4, 1995, pp. 25-40.

¹⁴ José M. Amado Mendes, «Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX», *O Instituto*, vol. CXXXIX, 1979, pp. 35-55; *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*, Porto, 1884 (reed. pela MURALHA, Guimarães, 1991). Recorde-se, por exemplo, que na sequência da Exposição de Londres, de 1851, nasceu o Museu de «South Kensington», posteriormente «Victoria & Albert Museum» (Angelo Cerizza e Maria Luígia Pagliani, *Musei, testi e contesti. Brevi note sulla comunicazione nel museo*, Nardini Editore, 1997, p. 25).

¹⁵ Henrique Coutinho Gouveia, *Museus de Coimbra. Da I Exposição Distrital à organização do Museu Machado de Castro*, Coimbra, Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, 1980.

¹⁶ José M. Amado Mendes, «As Exposições como “Festas da Civilização”: Portugal nas Exposições Internacionais (sécs. XIX-XX)», *Gestão e Desenvolvimento*, 7, 1998, pp. 249-273; «Exposições Universais na Europa (1851-1900): dinâmica de uma cultura científica e material», *Munda*, 25, 1993, pp. 5-15.

¹⁷ Rocha Peixoto, «Museus regionais», *Revista de Portugal*, vol. III, n.º 14, Porto, Novembro de 1890, pp. 184-194 (também reimpresso em Rocha Peixoto, *Obras*, vol. II: *Museu Municipal do Porto. Ensino. Política. Ensaios diversos*, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1972, pp. 241-249); António José C. Nabais, «Museus de região», Maria Beatriz Rocha-Trindade (coord.), *Iniciação à museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 157-266; Jorge Dias, *Museu nacional e museus regionais de Etnografia*, «Cadernos de Etnografia», 1964; Henrique Coutinho Gouveia, «Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo», *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol. 1, n.º 1, Janeiro/Junho 1995, pp. 147-184.

Eilean Hooper-Greenhill, na sua conhecida obra intitulada *Museum and Gallery Education*, afirma expressamente: «o potencial educativo era a força motriz que impulsionava a fundação de muitos museus, particularmente na Grã-Bretanha, o “Victoria & Albert Museum”. O V&A começou por ser cumulativamente museu e escola, tendo a escola de arte e o museu, nos primeiros tempos, ocupado os mesmos edifícios. Muito era feito para tornar as visitas do público, em geral, simultaneamente úteis e agradáveis e, talvez ainda de forma mais significativa, aquele era, por norma, bem recebido. Nessa altura, os museus eram, sem dúvida, instituições para a educação do público. Algumas instituições desempenharam esta função melhor do que outras, mas um consenso geral colocava a tónica nesta, como função principal»¹⁸.

Resta acrescentar que, se o museu teve, por vezes, na escola uma aliada – o que era evidente no ensino técnico, como já vimos –, não é menos verdade que o progressivo reforço do sistema de ensino público e da sua principal componente, a escola, fazia desta um certo rival do museu. Ao assunto se refere George E. Hein, nos seguintes termos: «Pelo final do século XIX, o grande impulso dado ao sistema de escolaridade para todos incluía o modo de matrícula, bem como a avaliação pelas escolas e pelos respectivos sistemas. Os museus, ainda que fossem igualmente instituições públicas na maior parte dos países, não estabeleceram formas semelhantes de exercerem impacto nos seus clientes. Admitia-se que as pessoas deviam aprender, ser instruídas e terem prazer nas suas visitas aos museus, mas não se efectuaram estudos acerca das experiências dos visitantes»¹⁹.

Entretanto, algumas vezes já se faziam ouvir, chamando a atenção para as potencialidades pedagógicas dos museus. Por exemplo, n’*O Archeologo Português* (1897), pode ler-se: «É também necessário obrigar as escolas oficiais, de toda a qualidade de ensino, a mandarem os seus alunos aos museus, para aí procurarem o devido ensinamento que, muitas vezes, vale por uma dúzia de prelecções; na Escola do Exército, por exemplo, sabemos que se gastavam alguns dias lectivos com explicações de armas antigas, e não se fazia uma só visita ao Museu Militar, onde isso tudo se aprenderia melhor por uma só vez». Mas, como também se reconhecia, para que os museus desempenhassem um papel pedagógico, era necessário que dispusessem de «empregados competentes, para darem qualquer elucidação aos visitantes»²⁰.

Os museus ao verem-se, de certo modo, «ameaçados», na sua função educativa, pelas instituições de ensino formal – ou seja, as escolas –, passaram a voltar-se, novamente, mais para si próprios, privilegiando as colecções, seu estudo e preservação. Esta tendência, que também se verificou noutros países, já se detecta em 1911, num diploma legislativo da novel I República, de 26 de Maio do referido ano.

Com efeito, apesar da abertura dos governantes republicanos aos fenómenos educativos e das importantes medidas tomadas, nesse domínio, ao longo de dezasseis anos (1910-1926), a reorganização na altura levada a cabo, no âmbito da museologia

¹⁸ Eilean Hooper-Greenhill, *Museum and Gallery Education*, reimp., Londres-Washington, Leicester University Press, 1998, p. 187.

¹⁹ G. E. Hein, *op. cit.*, pp. 4-5.

²⁰ Y., «Museus», *O Século*, de 25 de Novembro de 1897, *apud O Archeologo Português*, vol. III, 1897, p. 280 (como em casos análogos, actualizou-se a ortografia).

e da museografia, visou preferentemente o património e a sua salvaguarda. A própria composição do quadro de pessoal do Museu de Arte Antiga, então definida, denota a preferência referida: «um director, três conservadores, um secretário, um chefe do pessoal menor, um porteiro, cinco guardas efectivos, nove guardas auxiliares e um jardineiro»²¹.

Nas primeiras décadas do século XX é a actividade de *conservação* que mais se desenvolve nas instituições museológicas, ao mesmo tempo que a profissão de *conservador* se consolida e passa a concentrar as funções mais relevantes, dentro daquelas.

A situação nos museus portugueses não andaria muito longe do que então se passava noutros países, como na Grã-Bretanha, sobre cuja realidade museológica já se afirmou: «A óbvia natureza dos museus voltados para a educação foi-se perdendo, à medida que os conservadores lutavam para estabelecer museus como lugares nos quais objectos importantes eram reunidos e conservados. O desenvolvimento das práticas de conservação significou que o trabalho educativo passou para segundo plano. O museu preferiu tomar posição ao lado das universidades, como instituição de pesquisa, mais do que ao lado das escolas, como local de educação»²².

Contudo, pelo menos no domínio dos princípios, a questão pedagógica continua presente, por vezes até de forma bastante explícita. Era o que se verificava, entre outros, no caso do Museu Machado de Castro, criado em Coimbra (1911) e «organizado principalmente no intuito de oferecer ao estudo público colecções e exemplares da evolução da história do trabalho nacional; e que será ampliado com uma secção de artefactos modernos, destinada à educação do gosto público e à aprendizagem das classes operárias»²³.

Nos anos 1930, os museus passam a estar divididos em três grupos: nacionais, regionais e municipais, além de «tesouros de arte sacra e outras mais colecções oferecendo valor artístico, histórico ou arqueológico». A legislação então publicada (designadamente o Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932) contempla essencialmente os aspectos administrativos da gestão dos museus e o seu controle pelo governo. Era este que nomeava os directores e os conservadores dos museus.

Ao Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) era atribuído um papel importante a nível da formação de quadros, dado que a nomeação dos directores dos museus regionais e dos conservadores era precedida de um tirocínio de três anos, no referido museu²⁴.

Esta espécie de tutela, do Museu Nacional de Arte Antiga sobre outros museus, teve também, obviamente, resultados positivos. É que, graças à destacada acção de João Couto (1892-1968) – primeiro como conservador e, posteriormente, como director do MNAA –, foi ali criado e desenvolvido, a partir dos inícios dos anos 1930, o «Serviço de Extensão Educativa». Tratou-se de uma medida pioneira, em Portugal, que viria a ter repercussões noutros museus do país, promovendo e incentivando a colaboração destes com as escolas²⁵.

²¹ «Reorganização dos serviços artísticos e archeologicos», Decreto-Lei de 26 de Maio de 1911, *Diário do Governo*, n.º 124, de 29 de Maio de 1911, p. 2246 (itálico meu).

²² E. Hooper-Greenhill, *op. cit.*, p. 188.

²³ Cf. *supra*, nota 21 (sublinhado meu). Ver também H. Coutinho Gouveia, *Museus de Coimbra...*, pp. 26-27.

²⁴ João Couto, «Extensão escolar dos museus», *Museu*, 2.ª série, n.º 2, Maio de 1961, pp. 47-52.

²⁵ Maria Madalena Gagean Formigal Cardoso da Costa, *Museus e Educação – Contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal*, Coimbra, 1996, pp. 67-122 (Diss. de Mestrado, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, mimeog.).

Verifica-se, assim, que paralelamente à relevância então dada à conservação e estudo das colecções, voltava a equacionar-se o potencial educativo dos museus, embora de forma limitada. Com efeito, mais do que a população, em geral, procurava atingir-se preferencialmente, como público-alvo, o *grupo escolar* e, dentro deste, os mais novos, *crianças e adolescentes*.

Numa obra, também pioneira, de Alma S. Wittlin – *The Museum. Its history and its tasks in education* –, publicada em 1949, fazia-se o seguinte balanço, das actividades educativas organizadas, por alguns museus, para crianças: «Os serviços especiais para crianças são ainda uma excepção mais do que uma regra em museus europeus, mas mesmo onde existem, na forma de galerias para crianças, lições ou empréstimos às escolas, eles geralmente complementam o ensino da sala de aula mais do que utilizam as potencialidades do visual ou do tátil»²⁶. Tratava-se, pois, «da educação museológica para crianças, como suplemento das escolas»²⁷. Como veremos seguidamente, experiências posteriores, acompanhadas de estudos e reflexões várias, procuraram superar algumas das limitações referenciadas.

3. Reforço da componente educativa dos museus nas últimas décadas

A partir de meados do século XX e, de forma mais nítida, desde os anos 1960-70, diversas tendências têm vindo a verificar-se. De entre elas merecem destaque: a) uma enorme diversificação de tipos de museus, com algumas soluções bastante inovadoras, no âmbito da chamada nova museologia (ecomuseus, museus dinâmicos, centros de ciência, exploratórios, centros de interpretação, etc.); b) a valorização do *continente*, isto é das estruturas, dos edifícios, e não apenas do *conteúdo* (colecções ou objectos). Entre muitos outros, o Museu Guggenheim, de Bilbao e o Museu de Arte Contemporânea, de Niterói (Rio de Janeiro - Brasil), são exemplos conhecidos; c) o desenvolvimento de métodos e técnicas de conservação, designadamente no âmbito da conservação preventiva, com o recurso a especialistas em vários domínios científicos, inclusive das ciências experimentais²⁸; d) uma atenção redobrada ao museu como «espaço de comunicação»²⁹, por um lado, e como instituição educativa, por outro.

Do ponto de vista funcional, a actividade e a própria profissão do *conservador de museu* tem continuado a revelar-se essencial, para o bom desempenho das finalidades cometidas às instituições museológicas. A propósito Sir Henry Miers, cuja excepcional autoridade na matéria é sobejamente conhecida, escreveu que, «dirigida por um bom conservador, um museu, quaisquer que sejam as suas deficiências, não pode ser mau;

²⁶ Alma S. Wittlin, *The Museum. Its history and its tasks in education*, Londres, Routledge e Kegan Paul, 1949, pp. 212-213.

²⁷ E. Hooper-Greenhill, *op. cit.*, p. 188.

²⁸ Vários dos aspectos referidos foram focados pelo Eng.º Luís Elias Casanovas, no âmbito do Mestrado em Museologia e Património Cultural, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2 de Fevereiro e 23 de Março de 1999). Ver também, entre outros trabalhos, o de Fernando M. A. Henriques, «Conservação do património histórico edificado», *Ingenium*, Fevereiro de 1991, pp. 39-54.

²⁹ Sobre o assunto ver a interessante obra de Francisca Hernández Hernández, *El museo como espacio de comunicación*, Gijón (Asturias), Ed. Trea, 1998.

mas se o conservador for mau, todas as vantagens possíveis não serão suficientes para fazer um museu suficientemente bom»³⁰.

Ao tempo ainda se encontrava muito em voga a ideia, segundo a qual competia ao conservador de museu exercer as múltiplas funções atribuídas aos museus. Daí a atenção dedicada aos cursos destinados à sua formação (décadas de 1960-80) e ao reforço do respectivo quadro, através da figura do «conservador ajudante»³¹. Aliás, a noção da actividade do conservador de museu como fulcral e polivalente continuou – e continua, por certo – a ter os seus defensores. Ainda recentemente, afirmava Maria Alice Beaumont: «O Conservador de Museu desenvolve a sua potencialidade de elemento social activo profissionalmente em volta de três pólos – objecto/público/comunicação – numa ordenação destes factores que a sua personalidade favorecerá»³². Consequentemente, «o conservador deverá ser um bom diplomata, saber falar em público, exprimir-se em duas outras línguas pelo menos. Ser-lhe-á útil fazer umas fotografias e dominar e utilizar um certo instrumental técnico, incluindo a informática. Mas também deve saber imaginar uma exposição, escolher cores, materiais, equipamentos, conceber e realizar um catálogo, organizar actividades. Espera-se dele que seja um «expert» em alguma matéria senão em várias»³³.

Entretanto, à medida que o museu passou a estar menos voltado para si próprio e mais voltado para o público – outra das tendências das últimas décadas –, começou igualmente a dedicar-se mais atenção ao *papel educativo dos museus*. Além de encontros, seminários, conferências e jornadas, sobre o assunto – no âmbito do ICOM, nuns casos, ou promovidos por alguns países, a nível nacional, noutros –, uma literatura, já relativamente vasta, tem vindo a ser-lhe dedicada³⁴.

Foram diversos os motivos que contribuíram para este reabilitar do museu, como *espaço* ou *recurso educativo*, também por vezes designado como «meio didáctico» ou mesmo como «educador». Recordo, ainda que sumariamente, as razões principais:

- *De ordem científica*. Estas relacionam-se com o progresso de ciências como a psicologia (do desenvolvimento, do ensino e da aprendizagem), a história

³⁰ Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 46 758, de 18 de Dezembro de 1965 (*Colecção oficial de legislação portuguesa. 1965, 2.º semestre*), Lisboa, Imprensa Nacional, 1970, p. 694.

³¹ Decreto n.º 45 351, de 13 de Novembro de 1963 (*Diário do Governo*, I série, n.º 266, de 13 de Novembro de 1963, p. 1727).

³² Maria Alice Beaumont, «Conservador de museu: profissão-vocação», *Museu*, IV série, n.º 4, 1995, p. 25.

³³ Maria Alice Beaumont, *idem*, p. 27.

³⁴ Entre outros, chamamos a atenção para os seguintes trabalhos, sobre museus e educação: T. K. Biwas, *Museum and education*, 1996; C. Dufresne-Tassé (ed.), *Évaluation et éducation muséal*, 1998; *La investigación del educador de museos*, Barcelona, 1988; Madalena Cardoso da Costa, *Museus e educação*, 1996; Molly Harrison, *L'éducation et les musées*, 1948-49; Maria Immaculada Pastor Hours, *El museo y la educación*, Barcelona, 1992; *I Encontro sobre museologia e educação*, 1995; Alma S. Wittlin, *The Museum. Its history and its tasks in education*, 1949. Além de artigos vários publicados noutras revistas acerca da função educativa dos museus, recordam-se os seguintes, vindos a lume na revista *Museum*, editada pela UNESCO: Frans Schouten, «L'éducation dans les musées: un défi permanent», 156, 1987, pp. 240-243; Masahico Yamaguchi, «Education et information au Musée National de Tokyo», n.º 155 (n.º 3), 1987, pp. 152-156; Tage H. Hansen, «Le rôle éducatif du musée», 144, 1984, pp. 176-183; Juan Gómez Millas, «Musée et éducation permanente», vol. XXV, n.º 3, 1973, pp. 157-164. Na bibliografia, insere no final do artigo, referir-se-ão outros estudos acerca da referida temática.

- (ao debruçar-se sobre novos objectos de estudo e ao lançar mão de diversos tipos de fontes, inclusive materiais e iconográficas) e a etnologia (ao chamar a atenção para a importância dos objectos produzidos e utilizados pelo homem).
- *De ordem pedagógica*. Com a difusão da ideia de educação permanente e para todos e não apenas para um determinado grupo etário, enquanto frequenta a escola³⁵.
 - *De ordem didáctica*. Ao reconhecerem-se as vantagens da análise dos objectos e da respectiva tridimensionalidade, no processo de ensino-aprendizagem, bem como da diversificação de métodos, processos e estratégias educativas, consoante as circunstâncias e os indivíduos em presença.
 - *De ordem tecnológica e civilizacional*. Entre muitas outras designações, tem-se apelidado a civilização actual como «civilização da imagem». O extraordinário desenvolvimento das novas tecnologias, nos últimos anos, tem colocado à disposição das instituições museológicas poderosos meios de comunicação e, inclusive, de valorização dos respectivos acervos patrimoniais. Com o auxílio daquelas, tem sido possível transformar muitos museus, de «armazéns» de colecções – num passado ainda não muito longínquo –, em centros que são, simultaneamente, de educação e de lazer, de experimentação e de estudo, de sociabilidade e até de espectáculos.

As transformações que têm vindo a operar-se têm induzido, logicamente, a repensar as funções dos museus, neste novo contexto social e científico-pedagógico. Por outro lado, tem vindo a tornar-se imperioso, também, reequacionar a dinâmica organizativa dos museus, em termos de recursos – humanos, financeiros e técnicos –, de estrutura funcional e de acções a desenvolver, no desempenho cabal daquilo que, hoje, lhes é pedido.

Assim, têm vindo a ser criados – ou, no caso de já existirem, reestruturados e ampliados – serviços/departamentos educativos em diversos museus.

Aos ainda tímidos «serviços de extensão escolar»³⁶ tradicionais – que, como se disse já, remontam, em Portugal, aos anos 1930 –, têm-se procurado acrescentar, especialmente em certos países, como nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e no Japão, entre outros, departamentos ou secções exclusivamente dedicados à educação pelos museus.

Como estratégias fundamentais têm vindo a adoptar-se as seguintes: tentativas para «atingir» toda a população, individualmente ou em grupo (não só escolares como familiares, pertencentes a associações, etc.); orientação e adequação das actividades oferecidas pelos museus aos potenciais visitantes, através do estudo dos interesses, das motivações e das impressões destes; a produção de materiais adaptados aos diversos segmentos de público.

Não obstante os progressos alcançados neste domínio, em muitos museus, noutros continuam a verificar-se carências, tanto do ponto de vista administrativo como humano e financeiro.

³⁵ Kenneth Hudson, *Museums for the 1980s. A survey of world trends*, Paris, UNESCO, 1977, pp. 93-98.

³⁶ Madalena Cabral, *Serviços de extensão escolar e a formação de monitores. Comunicação apresentada à 3.ª Reunião dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, Porto - Setembro de 1962*, Porto, 1963.

No que a Portugal mais especificamente diz respeito, já em meados dos anos 1960 se prestava alguma atenção ao assunto. Efectivamente, no preâmbulo do Regulamento dos Museus de Arte, História e Arqueologia, pode ler-se, a propósito: «Mas o segundo fim de um museu, tão essencial como o primeiro [conservação das obras de arte], consiste em expor, valorizar, fazer conhecer e apreciar as obras que nele são conservadas, o que significa que os museus de arqueologia e belas-artes devem desempenhar uma missão científica e artística ao mesmo tempo que uma *missão educativa e social*. Se o museu não for mais do que uma instituição com *finalidade conservadora*, poderá então considerar-se uma necrópole».

E acrescentava-se, contextualizando-se historicamente a nova tendência: «Só depois da primeira guerra, sob a influência do modelo americano, o papel educativo e social dos museus foi ganhando verdadeiro sentido. Em quase todos os países da Europa se iniciaram movimentos tendentes a atrair às salas de exposição as camadas populares e escolares para lhes formar o gosto e lhes proporcionar educação artística»³⁷.

Como se verifica pela passagem transcrita, a função pedagógica dos museus colocava a tónica na «educação artística». Posteriormente, algumas medidas foram tomadas, mas estas deveram-se quase sempre às direcções dos próprios museus, nem sempre devidamente apoiadas, do ponto de vista legislativo e institucional. Para além da escassez de recursos e da própria orgânica dos respectivos quadros de pessoal, uma das limitações provinha – e, em parte, mantêm-se, hoje em dia – da falta de pessoal especializado. Ao invés do que se verifica com a profissão/carreira de *conservador de museu*, não existe ainda, em Portugal, a profissão de *educador de museu*, a qual muito poderia contribuir para maximizar o papel educativo dos museus.

Apenas um meio passo foi dado com a regulamentação da categoria de *monitor* (1980), reforçando o que já se fazia no MNAA, desde 1953. Tratava-se de uma carreira técnico-profissional, cuja função era assim especificada no diploma legislativo que a criou: «O monitor colabora na acção cultural do museu, exercendo, junto do público, funções de educação, animação e formação»³⁸.

Independentemente da avaliação do desempenho dos referidos técnicos – que, como é óbvio, não podemos aqui considerar –, a sua formação revelava-se insuficiente, dadas as expectativas que tinham vindo a criar-se sobre o papel a desempenhar pelos museus na educação. Com efeito, consta do Decreto-Lei n.º 45/80 (de 20 de Março): «O recrutamento de monitores estagiários far-se-á, mediante concurso documental, de entre indivíduos habilitados com o curso complementar dos liceus ou habilitação equivalente e formação técnico-profissional complementar adequada, com a duração mínima de dois anos».

Ao exigir-se, apenas, o diploma do ensino secundário e um estágio, estava-se automaticamente a estabelecer uma diferença substancial, entre a formação dos conservadores (cuja preparação de base é a licenciatura) e dos referidos monitores.

Em suma: apesar de alguns esforços efectuados e dos resultados alcançados em certos museus, quer nacionais – como o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Soares dos Reis ou o Museu Monográfico de Conímbriga, entre outros, como os de

³⁷ Decreto-Lei n.º 46 758, de 18 de Dezembro de 1965.

³⁸ Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março, *Diário da República*, I série, n.º 67, de 20 de Março de 1980.

Setúbal ou do Seixal –, há ainda um longo caminho a percorrer. Isto não obstante se ter transitado do «serviço educativo» no museu para o «Serviço de Educação» que é o Museu em Portugal, assunto estudado, com certo detalhe, por Madalena Cardoso da Costa³⁹.

3.1. O museu como educador: desafios do presente com vista ao futuro

A *função educativa* dos museus é hoje não só geralmente aceite como considerada da maior relevância, entre as suas finalidades. Olly Harrison, por exemplo, afirma: «Tudo o que se faz num museu tem valor educativo, mesmo na ausência de toda a intenção deliberada. A maneira de apresentar os objectos, o espírito que preside à sua preparação, a amabilidade e a convicção do pessoal ao serviço do público, a qualidade estética das instalações e do material, a apresentação gráfica assim como o texto das publicações – tudo isso pode exercer uma influência positiva e contribuir para a educação tanto como os serviços cuja função é esclarecer o público. Certas actividades dos museus são, no entanto, expressamente educativas e é um pessoal especializado, recrutado para esse fim, que está mais apto a exercê-las»⁴⁰. Por outras palavras, «a museologia concentra a sua atenção no *homem*, como protagonista do «acto» museístico»⁴¹.

Como já se referiu, foram vários os factores que contribuíram para esta centralização do papel educativo dos museus. Todavia, deve destacar-se, inquestionavelmente, a evolução do próprio conceito de educação. Num passado ainda próximo – sensivelmente até às primeiras décadas do século XX –, constatava-se a tendência para identificar educação com instrução, privilegiando-se, no processo de ensino-aprendizagem, a transmissão e aquisição de conhecimentos.

Relevante era, por isso, a informação factual. Hoje, como recorda Kenneth Hudson, «aquela perspectiva considera-se totalmente inadequada e um factor que grande número das filosofias da educação têm em comum é a insistência no facto de a educação dizer respeito ao desenvolvimento e crescimento da pessoa como um todo, pelo que a aquisição e ordenação dos factos é apenas parte de um processo total»⁴².

A participação do próprio educando desempenha, neste processo, um papel fulcral⁴³. Segundo este ponto de vista, em geral também partilhado pelos especialistas das diversas ciências da educação, a escola e a *educação formal* por ela ministrada tornaram-se insuficientes, pelo que a *educação não formal*, do género da que é assegurada pelas instituições museológicas, tem vindo a adquirir uma importância redobrada.

Este tipo de educação processa-se de forma menos sistematizada, em qualquer altura da vida do indivíduo e em variados lugares e circunstâncias e, ao contrário do que por

³⁹ Madalena Cardoso da Costa, *op. cit.*, pp. 291-340.

⁴⁰ M. Harrison, *op. cit.*, p. 2.

⁴¹ Rosa Estivill *et al.*, «La investigación del educador de museos», *La investigación del educador de museos*, p. 65 (itálico meu).

⁴² K. Hudson, *op. cit.*, p. 94.

⁴³ K. Hudson, *op. cit.*, pp. 95-98. Ver também John Dewey, *Experience and Education*, Nova York, The MacMillan Company, 1939.

vezes se passa com a educação formal, é desejada e procurada, voluntariamente, pelo próprio interessado⁴⁴. Isto não significa, obviamente, que a educação não formal e, bem entendido, a educação pelos museus não deva merecer atenção, estudo e mesmo investigação. Para isso, tornam-se imprescindíveis recursos, de diversa ordem, sem esquecer os humanos, sempre essenciais em qualquer ramo de actividade.

3.2. Enquadramento administrativo e infra-estruturas

Em muitos museus tem vindo a criar-se um novo departamento ou secção, exactamente dedicado à educação. Entre as suas finalidades, para além de garantir a ligação do museu com o público, destacam-se ainda as seguintes: efectuar estudos sobre os públicos dos museus, efectivos ou potenciais; produzir materiais; delinear e levar a cabo acções culturais e educativas; e, ainda, coordenar a elaboração ou aquisição dos materiais adequados às respectivas finalidades.

Para o efeito, torna-se necessário disponibilizar meios financeiros e materiais, designadamente salas apropriadas, laboratórios, oficinas, biblioteca, arquivo, etc. Naturalmente que também se deve recorrer aos meios didácticos que a tecnologia vai disponibilizando, desde os audiovisuais aos informáticos, passando por equipamentos, sempre que possível aptos a funcionar, particularmente se se tratar de museus da ciência, da técnica ou da indústria.

Em alguns grandes museus, o mesmo departamento concentra as funções de educação e de informação, ocupando, por vezes, um número razoável de pessoas nessas funções. Assim sucede, por exemplo, no Museu Nacional de Tóquio, cujas actividades educativas se revestem de variadas formas: conferências mensais, visitas comentadas a certas partes das colecções, cursos de verão, exposições itinerantes e seminários⁴⁵.

No referido museu japonês, existe ainda uma sala-laboratório, situada estrategicamente em local bastante visível e acessível aos visitantes, onde se encontram educadores, especialistas em diversas áreas das ciências, disponíveis a solucionar qualquer problema suscitado ao visitante, ao longo da sua visita. Trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa que, pelo seu interesse e utilidade, devia estar mais divulgada nos museus.

3.3. Formação, funções e estatuto do educador de museu

Em diversos museus, como já se referiu, ao conservador de museu continua a exigir-se que desempenhe múltiplas funções, entre as quais a de *educador*. Todavia, como já foi salientado, «os conservadores de museus, inclusive devido à sua própria formação, preferem geralmente o seu trabalho científico ao tipo de apresentação destinado ao grande público»⁴⁶.

⁴⁴ H. L. Zetterbeg, *op. cit.*, pp. 18-21.

⁴⁵ M. Yamaguchi, *op. cit.*, p. 153.

⁴⁶ Ger Van Wengen, *op. cit.*, p. 149.

Por isso mesmo, pelos anos 1970 começou a desenvolver-se uma nova categoria profissional nos museus, especificamente relacionada com a educação. Reportando-se à Inglaterra, escreveu E. Hooper-Greenhill: «Por meados dos anos 1970 uma actividade profissional começou a emergir. Dez anos depois, tinha-se consolidado de tal modo que se tornou o mais activo de todos os grupos especializados do *staff* dos museus. Em 1983 encontravam-se 362 profissionais colocados em 154 museus»⁴⁷.

Em Portugal, fizemos já referência à inovação do MNAA – desde os anos 1930 –, iniciada por João Couto, mais tarde continuada por Madalena Cabral. Nos inícios dos anos 1970, o Serviço Educativo do MNAA exercia três tipos de actividades: a) formação de monitores; b) colaboração com as escolas; c) colaboração com os professores⁴⁸.

Todavia, com a transformação do serviço educativo dos museus e a transformação destes em instituições educativas – o chamado «museu educador» –, também os respectivos serviços devem ser remodelados e ampliados, ao mesmo tempo que urge repensar a formação dos quadros para o exercício dessas funções.

O *educador de museu* – categoria profissional que convirá institucionalizar e dignificar, colocando-a ao nível da do próprio conservador – deverá ter formação adequada, em quatro vertentes essenciais: domínio científico de base (ao nível da licenciatura), museologia, museografia e ciências da educação. Só assim poderá exercer competentemente a sua missão, muito exigente, como afirmam diversos autores. Para E. Hooper-Greenhill, o «educador ideal» de museu devia reunir os seguintes pré-requisitos e atributos:

- a) experiência de ensino, na educação básica, secundária e da comunidade⁴⁹;
- b) conhecimento aprofundado das próprias colecções do museu;
- c) qualificação em estudos museológicos e experiência de trabalho em museu;
- d) ser um comunicador fluente com competência em todos os media, incluindo meios audiovisuais e em exposições;
- e) ter facilidade em trabalhar com objectos;
- f) ser um excelente gestor;
- g) estar preparado para trabalhar em horas para além do habitual;
- h) estar apto a trabalhar com diferentes especialistas.

E conclui a autora: «Na prática o *staff* de educação começará com uma selecção destes atributos e acabará por descobrir muitos outros, à medida que o tempo for decorrendo»⁵⁰.

Em suma: o *educador de museu*, além de dever conhecer a matéria relacionada com as colecções e/ou os objectos e a própria instituição museológica na qual exerce funções, deverá igualmente saber comunicar, dominar as técnicas pedagógicas e didác-

⁴⁷ E. Hooper-Greenhill, *op. cit.*, p. 60.

⁴⁸ *Museus, porque?* Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 1972, p. inum.

⁴⁹ Adaptámos a tradução à realidade portuguesa pois a autora fala de «primary, secondary, tertiary and community education» (*op. cit.*, p. 81).

⁵⁰ E. Hooper-Greenhill, *op. cit.*, p. 81. Por sua vez, Frans Schouten sublinha que um educador de museu deve dispor de conhecimentos desenvolvidos no que concerne: a) ao desenvolvimento humano; b) à teoria da comunicação; c) ao tratamento da informação; d) à natureza da aprendizagem não verbal; e) à dinâmica de grupo; g) e às relações humanas (Frans Schouten, «L'éducation dans les musées: un déficit permanent», *Museum*, 156, 1987, p. 241).

ticas, possuir alguns conhecimentos de relações humanas e ainda conhecer os tipos de público a que tem que dirigir-se e para cuja educação deverá contribuir, com a maior eficiência e qualidade possíveis.

A evolução recente da museologia e da museografia induziu a constituição de equipas mais diversificadas, das quais fazem parte, além do conservador, entre outros, o educador e o *designer*⁵¹.

O aparecimento e/ou o desenvolvimento de novas profissões, no âmbito dos espaços museológicos, exige que se lancem medidas adequadas para a sua formação. Os modelos tradicionais, essencialmente voltados para a formação de conservadores, bem como o modelo, mais recente, de museólogos «generalistas», parecem-nos insuficientes. Há toda uma reflexão a efectuar, sobre a formação inicial, ao nível da licenciatura, e/ou acerca de cursos pós-graduação ou de mestrado que, felizmente, já vão sendo assegurados por algumas universidades portuguesas⁵².

Independentemente de outras medidas, mais estruturadas e profundas, que futuramente venham a ser retomadas, nesta matéria, poder-se-iam recrutar futuros educadores de museus entre docentes profissionalizados e com experiência em, pelo menos, um dos graus de ensino, ministrando-lhes formação complementar adequada. Como formação de base, nos domínios científico e pedagógico, completada por uma formação museológica e museográfica, estariam, em princípio, em boas condições para alcançarem um nível de excelência como educadores de museus.

4. Conclusão

Do que se expôs pode inferir-se que os museus, como instituições polivalentes que são, têm vindo a registar um excepcional desenvolvimento – quantitativo e qualitativo – nas últimas décadas. Contudo, salvo algumas excepções, tem havido um enorme défice na formação de quadros capazes de responderem aos novos desafios que, dia-a-dia, são lançados à realidade museológica.

Grande parte da formação tradicional – ministrada aos conservadores – orientava-se fundamentalmente para os acervos patrimoniais (coleções ou objectos) dos museus. Todavia, sem descurar estes importantes espólios – que constituem legado cultural da maior relevância, a transmitir, se possível de forma revalorizada, aos vindouros –, há que pensar mais no verdadeiro e único destinatário do museu, que é o *Homem*, cuja educação deve constituir a prioridade das prioridades.

⁵¹ Gail Durbin (ed.), *Developing museum exhibition for lifelong learning*, 2.^a reimp., Londres, Museums & Galleries Commission/The Stationery Office, 1999, p. 10.

⁵² Na Faculdade de Letras do Porto é assegurado um curso de pós-graduação em Museologia, enquanto na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na Universidade de Évora e na Universidade Lusófona são ministrados cursos de Mestrado, na área da museologia e do património.

Bibliografia

- ADAMS, Emily Vargas (1984), «Les musées et l'éducation pour ordinateur», n.º 144, pp. 218-222.
- AGREN, Per uno (1995), «Museus, educação e política cultural», *I Encontro sobre museologia e educação. Novembro, 1995*, Câmara Municipal de Setúbal/Museus Municipais, pp. 11-26.
- ALONSO FERNÁNDEZ, Luis (1993), *Museologia. Introducción a la teoría y práctica del museo*, Madrid, Ed. Istmo.
- AYKAÇ, Ahmet (1989), «Éléments d'une analyse économique des musées», *Museum*, n.º 162 (n.º 2), pp. 84-87.
- ALMEIDA-MORO (1989), «Un écomusée près d'une centrale hydroélectrique», *Museum*, n.º 161 (n.º 1), pp. 54-59.
- ANDERSON, David (1989), «Learning history in Museums», *The International Journal of Museum Management and Curatorship*, 8, pp. 357-368.
- BEAUMONT, Maria Alice (1995), «Conservador de Museu: profissão-vocação», *Museu*, IV série, n.º 4, pp. 25-28.
- BENOIST, Luc (1960), *Musées et muséologie*, col. «Que sais je?», n.º 904, Paris, PUF.
- BIWAS, T. K. (1996), *Museum and education*, Londres, New Age International Ltd. Publishers.
- BUCAILLE, Richard e PEREZ, Jean Marie (1989), «Cultura material», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 16: *Homo Domesticação. Cultura*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-47.
- CABRAL, Madalena (1963), *Serviços de extensão escolar e a formação de monitores. Comunicação apresentada à 3.ª Reunião dos Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais, Porto - Setembro 1962*, Porto. (Também publicada em *Museum*, 2.ª série, n.º 5, Agosto de 1963, pp. 91-92).
- CABRAL, Maria Teresa (1963), «Serviço educativo do Museu Nacional de Soares dos Reis», *Museu*, 2.ª série, n.º 5, pp. 89-90.
- COELHO, Maria da Conceição Pires (1996), «Da origem dos museus, do seu conteúdo, arquitectura e livre acesso», *Brotéria*, vol. 142, 3, pp. 365-371.
- COELHO, Maria da Conceição Pires (1996), «Da arquitectura moderna e de vanguarda de alguns notáveis museus da costa atlântica dos Estados Unidos e dos seus arquitectos», *Brotéria*, vol. 142, 5/6, pp. 587-600.
- COSSONS, Neil (1980), «Ironbridge: le musée dans le vallée», *Museum*, vol. XXXII, n.º 3, pp. 138-143.
- COSTA, Maria Madalena Gagean Formigal Cardoso da (1996), *Museus e educação - Contributo para a história e para a reflexão sobre a função educativa dos museus em Portugal*, Coimbra (Diss. de Mestrado, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, mimeog.).
- COUTO, João (1961), «Extensão escolar dos museus», *Museum*, 2.ª série, n.º 2, pp. 47-52.
- COUTO, João (1965), «Curso de Museologia (III)», *O Ocidente*, vol. LXVIII, n.º 323, pp. 162-169.
- COUTO, João (1963), «Pessoas que me formaram e que conheci», *O Ocidente*, vol. LXIV, n.ºs 297 a 302, pp. 179-180.
- DIAS, Jorge (1964), *Museu nacional e museus regionais de etnografia*, «Cadernos de Etnografia», 1, Barcelos, Museu Regional de Cerâmica.
- DRAKE, C. S. (1992), «Les musées dans la communauté: une ressource pédagogique», n.º 174 (n.º 2), pp. 96-99.
- DUARTE, Ana (1993), *Educação patrimonial. Guia para professores, educadores e monitores de museus e tempos livres*, Lisboa, Texto Editora.
- DUFRESNE TASSÉ (ed.), (1998), *Évaluation et éducation muséal*, Paris, ICOM//CECA.
- DURBIN, Gail (ed.), (1999), *Developing museum exhibition for lifelong learning*, 2.ª imp., Londres, Museums & Galleries Commission/The Stationery Office.
- Encontro (I) sobre museologia e educação* (1995), Setúbal, Câmara Municipal/Museus Municipais.

- ESTIVILL, Rosa et al. (1988), «La investigation del educador de Museos», La Investigación del educador de Museos. Conferencia ICOM/CECA'85, Ajuntamento de Barcelona, pp. 65-77.
- GABUS, Jean (1969), «Le musée dans l'entreprise», v. XXII, n.º 2, pp. 109-116.
- FINLAY, Ian e JONES, Gwyn (1970/74), «Tradition et progrès: la révolution museologique», *Museum*, vol. XXIII, n.º 2, pp. 95-98.
- GARCIA BLANCO, Ángela (1988), *Didáctica del museo. El descubrimiento de los objetos*, Madrid, Ediciones de la Torre.
- GLASER, Jane R. (1987), «Les études de muséologie aux États-Unis: un long chemin parcouru», *Museum*, 156, pp. 268-274.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1979), *Dois museus industriais e comerciais criados no século XIX*, Coimbra, Museu Nacional da Ciência e da Técnica. Sep. das *Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Técnica* (1979), Coimbra.
- GÓMEZ MILLAS, Juan (1973), «Musée et éducation permanente», vol. XXV, n.º 3, pp. 157-164.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1993), «A evolução dos museus regionais portugueses. Tentativa de caracterização», Maria da Conceição Rodrigues (coord.), Homenagem a J. R. dos Santos Júnior, vol. II, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1980), *Da I Exposição Distrital à organização do Museu Machado de Castro*, Coimbra, Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra.
- GUERREIRO, Glória Nunes Riso (1963), «O serviço educativo dos museus. Os museus e o ensino secundário», *Museu*, 2.ª série, n.º 5, pp. 102-107.
- HAHN, Till (1991), «L'amour du verre», *Museum*, n.º 172 (n.º 4), pp. 202-205.
- HANSEN, Tage H. (1984), «Le rôle éducatif du musée», 144, pp. 176-183.
- HARRISON, Molly (1948-49), *L'éducation et les musées. Conseils pratiques*, Paris, UNESCO.
- HEIN, George E. (1998), *Learning in the museum*, Londres-Nova Iorque, Routledge.
- HENRIQUES, Fernando M. A. (1991), «Conservação do património histórico edificado», *Ingenium*, pp. 39-54.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (1998), *El museo como espacio de comunicación*, Gijón Asturias, Ed. Trea.
- HERREMAN, Yani (1986), «La vulgarisation scientifique et technologique», *Museum*, n.º 150, pp. 67-69.
- HOOPER-GREENHILL (1998), *Museum and gallery education*, reimp., Londres-Washington, Leicester University Press.
- HUDSON, Kenneth (1977), *Museums for the 1980s. A survey of world trends*, Paris, UNESCO.
- Inquérito aos Museus de Portugal*, Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus, 2000.
- LARRAURI, Iker (1975), «Le Programme des musées scolaires au Mexique», *Museum*, vol. XXVII, n.º 2, pp. 61-69.
- LEWIS, Geoffrey (1987), «Les musées, la profession muséale et l'université», *Museum*, n.º 156, pp. 255-258.
- MAKAGIANISAR, Makaminan (1984), «Musées d'aujourd'hui et de demain: une mission culturelle et éducative», *Museum*, n.º 141, pp. 3-7.
- MARION, Marie-Odile (1992), «Le musée-école. Une expérience au Mexique», *Museum*, vol. 175 (n.º 3), pp. 142-145.
- MENDES, José M. Amado (1994), «Património e museologia no ensino da história», *Beira Alta*, vol. LIII, fascs. 1 e 2, pp. 121-129.
- MENDES, José M. Amado (1984), «Exposições industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX», *O Instituto*, vol. CXXXIX, pp. 35-55.
- MENDES, José M. Amado (1998), «As Exposições como «Festas da Civilização»: Portugal nas Exposições Internacionais (séculos XIX-XX)», *Gestão e Desenvolvimento*, 7, pp. 249-273.

- MENDES, José M. Amado (1993), «Exposições Universais na Europa (1851-1900): dinâmica de uma cultura científica e material», *Munda*, 25, pp. 5-15.
- Musée (Le) et l'enfant* (1979), vol. XXXI, n.º 3.
- Museus, porquê?* (1972), Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga.
- NABAIS, António José (1984), «Le Musée municipal de Seixal: une écomusée de développement», vol. XXXVI, n.º 142, pp. 71-74.
- NABAIS, António José C. Maia (1993), «Museus na actualidade», Maria Beatriz Rocha-Trindade (coord.), Lisboa, Universidade Aberta, pp. 63-73.
- NABAIS, António José C. (1993), «Museus de região», Maria Beatriz Rocha-Trindade (coord.), *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 257-266.
- NOVAES, Lourdes Rego (1989), «L'action éducative: une preoccupation», *Museum*, n.º 161 (n.º 1), pp. 42-44.
- PASTOR HOMS, Imaculada (1992), *El museo y la educación*, Barcelona, Ed. CECA.
- PEARCE, Susan (ed.), (1996), *Exploring sciences in museums*, Londres, Athlone.
- PEIXOTO, Rocha (1890), «Museus regionais», *Revista de Portugal*, vol. III, n.º 14. Também reimpresso em ROCHA PEIXOTO (1972), *Obras*, vol. II: *Museu Municipal do Porto. Ensino. Política. Ensaios diversos*, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, pp. 241-249.
- PITT-RIVERS, Julian (1980), «Réflexions sur le concept de musée à propos d'interdisciplinarité», vol. XXXII, n.º 1/2, pp. 4-8.
- ROBERT, Adèle (1989), «Les enfants n'aiment pas les musées? Venez donc visiter l'Inventorium da la Cité des Sciences et da l'Industrie de Paris!», *Museum*, n.º 162 (n.º 2), pp. 72-77.
- SCHOUTEN, Frans (1987), «L'éducation dans les musées: un défi permanent», *Museum*, 156, pp. 240-243.
- SIBANDA, Doreen J. (1988), «Les programmes éducatifs de la National Gallery du Zimbabwe», *Museum*, n.º 158, pp. 103-106.
- SILVER, Adèle Z. (1973), «La nouvelle aile consacré aux activités éducatives. Musée d'art de Cleveland», *Museum*, vol. XXXV, n.º 4, pp. 229-241.
- SIMARD, Cyril (1991), «Économuséologie»: un neologisme... payant», *Museum*, n.º 172, (n.º 4), pp. 230-233.
- SOUSA, Francisco de Almeida e (1985), «O Porto já teve o seu Museu Industrial e comercial», *O Tripeiro*, 7.ª série, ano XII, n.º 2, pp. 34-38.
- TAYLOR, Walter W. (1970/71), «Les musées et l'éducation», vol. XXIII, n.º 2 (*Museums of the United Kingdom and North Ireland*).
- TEIXEIRA, Madalena Braz (1991), «Les musées et les femmes au Portugal: brève histoire d'une relation florissante», n.º 171, n.º 3 (*Les musées au féminin*), pp. 126-128.
- TIRADO, E. e BUSTOS, A. (1998), «Desarrollo de estructuras cognoscitivas para el aprendizaje de la historia, a partir de un programa computorizado y la visita a museos», Colette Dufresne-Tassé (ed.), *Évaluation et éducation muséale: nouvelles tendances*, Montréal, ICOM/CECA, 1998, pp. 99-110.
- TRINDADE, Rui (1992), «Os Museus da Ciência e as Indústrias Culturais», *Boletim* (Universidade do Porto), II, n.º 14-15, pp. 37-39.
- TUDOROW, Maria Fossi (1976), «Le Service éducatif de la Galerie des Offices, Florence», *Museum*, vol. XXVII, n.º 4, pp. 217-231.
- VIANA, Teresa Pereira (1992), «Universidade, os Museus e o Porto», *Boletim* (Universidade do Porto), II, n.º 14-15, pp. 5-10.
- WITTLIN, Alma S. (1994), *The Museum. Its history and its tasks in education*, Londres, Routledge e Kegan Paul.
- Y. (1897), «Museus», *O Seculo*, de 25 de Novembro de 1897, *apud O Archeologo Português*, vol. III, pp. 279-280.
- YAMAGUCHI, Masahiko (1987), «Éducation et information au Musée National de Tokyo», *Museum*, n.º 155 (n.º 3), pp. 152-156.

ZETTERBERG, Hans L. (1969), *Museums and adult education*, Nova Iorque, August M. Kelley Publishers/ International Council of Museums.

Legislação

Decreto-Lei de 24 de Dezembro de 1883, *Colecção oficial da legislação portuguesa. Anno de 1883* (1884), Lisboa, Imprensa Nacional.

Decreto-Lei n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, *Colecção de legislação portuguesa publicada no ano de 1932* (1940), Lisboa, Imprensa Nacional. (Também publicado no *Diário do Governo*, I série, n.º 56, de 7 de Março de 1932, pp. 431-436).

Decreto-Lei n.º 45 351, de 13 de Novembro de 1963, *Diário do Governo* (1963), I série, n.º 266, de 13 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 46 758, de 18 de Dezembro de 1965, *Colecção oficial de legislação portuguesa. 1965* (2.º semestre) (1970), Lisboa, Imprensa Nacional.

Decreto-Lei n.º 45/80, de 20 de Março de 1980, *Diário da República* (1980), I série, n.º 67, de 20 de Março.

(Página deixada propositadamente em branco)

4. O MUSEU NA COMUNIDADE: IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO

Uma das características mais relevantes da sociedade deste início de século – por alguns apelidada de pós-moderna – reside precisamente na relevância que tem vindo a atribuir-se ao fenómeno museológico, considerado nas suas múltiplas vertentes. Daí a criação de numerosos museus, por todo o lado, desde as grandes metrópoles urbanas até às minúsculas comunidades aldeãs e rurais. Por tal motivo, até já se ouve falar de “museomania” ou de “explosão museológica”.

A que se deverá esse redobrado interesse por uma instituição, outrora eminentemente elitista, destinada a servir apenas determinados grupos sociais privilegiados e a veicular ideais, não raro eivados de um acentuado fervor nacionalista ou mesmo ultranacionalista?

Tratar-se-á de uma espécie de moda ou, pelo contrário, estaremos face a uma tendência com raízes mais profundas que, precisamente por isso, irá prevalecer nas próximas décadas, para não dizer ao longo do século XXI? Inclino-me mais para esta última hipótese, dadas as motivações que me parecem estar por detrás do interesse e da simpatia que os museus têm vindo a granjear.

Como procurarei evidenciar seguidamente, o surto museológico verdadeiramente excepcional, que tem vindo a registar-se, está relacionado com uma série de outros factores, dos quais se destacam: uma nova concepção do devir histórico e, inclusivamente, do próprio fazer história.

Esta já não contempla apenas os eventos de carácter político-militar, religioso e diplomático, como sucedia tradicionalmente, mas ocupa-se também de numerosos outros aspectos que, afinal, fazem parte do percurso do homem, em sociedade. Em consequência dessa nova perspectiva, o número dos protagonistas da história alargou-se substancialmente, assim como se expandiu muitíssimo o conceito de fonte histórica, como testemunho da actividade humana.

Não menos relevante foi, contudo, a própria alteração verificada no que se refere ao alargamento do conceito de património, o qual constitui, como é sabido, elemento essencial dos museus.

Acrescente-se, todavia, que estes não se circunscrevem à preservação do dito património. Além desta, a instituição museológica exerce outras funções, não de menor relevo, a saber: na educação e na cultura, no reforço da identidade das respectivas comunidades e no próprio desenvolvimento.

1. O Património em destaque: de um conceito elitista ao de “patrimonialização” dos nossos dias

As questões relacionadas com o património estão hoje na ordem do dia. Para o sociólogo francês Jacques Capdevielle, o património constitui mesmo “um fundamento unificador da classe média”¹. Outras expressões, como “ciência e consciência do património”, “a alquimia do património” ou “património e paixões identitárias” – títulos de obras recentemente publicadas sobre o assunto² – revelam o interesse que a temática tem vindo a despertar, inclusive do ponto de vista teórico.

Além dessa reflexão teórica, relativamente abundante, a que o património tem estado sujeito – ainda que sob outras designações³ –, o respectivo conceito apresenta, hoje, um âmbito muito mais lato do que aquele que tinha ainda há algumas décadas atrás. Com efeito, para nos reportarmos mais especificamente ao chamado património cultural, este actualmente já abrange, por exemplo: a arte e a ciência, a tecnologia e o folclore, a gastronomia e os costumes, o artesanato e a indústria, a agricultura, o comércio e os transportes.

Aos movimentos de salvaguarda do património e, conseqüentemente, de numerosos monumentos, considerados também em sentido lato, não são estranhos: a) os choques traumáticos, provocados pelas demolições devidas ao segundo conflito mundial; b) o acelerado crescimento económico inerente à segunda e terceira vagas da industrialização, durante as quais a “destruição criadora”, em termos schumpeterianos, tem sido manifesta⁴.

Como é do conhecimento geral, durante séculos, à noção de património cultural associavam-se fundamentalmente os monumentos que permitissem recordar eventos de índole militar – batalhas, campanhas de tipo diverso, conquistas, etc., pelo que castelos, fortalezas ou estátuas de generais célebres constituíam monumentos muito apreciados –, diplomática, religiosa ou, então, associados a antigas civilizações, valorizadas por um certo exotismo e pela patine que o tempo lhes foi acrescentando. Na actualidade, a referida noção é muito mais globalizante, incluindo, como vimos anteriormente, todas as esferas da actividade humana.

A propósito do património como uma noção evolutiva, pode ler-se numa obra publicada em França: «Hoje, a noção de património alarga-se para se estender à

¹ Jacques Capdevielle, *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986, p. 372.

² Pierre Nora (dir.), *Science et conscience du patrimoine. Entretiens du Patrimoine. Théâtre de Chaillot, Paris, 28, 29 et 30 novembre 1994*, Paris, Librairie Arthème Ayard, 1997; Yvon Lamy (dir.), *L'alchimie du patrimoine. Discourses et politiques*, Talence, ed. de la Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1996; Jacque Le Goff (dir.), *Patrimoine et passions identitaires. Entretiens du Patrimoine. Théâtre National de Chaillot, Paris, 6, 7 et 8 janvier 1997*, Paris, Librairie Arthème Fayard/Caisse national des monuments historiques et des sites/Édition du Patrimoine, 1998.

³ “Património cultural”, entre nós, ou “heritage”, “cultural heritage” ou apenas “past”, em inglês (Ver, por exemplo: Michael Hunter, ed., *Preserving the Past. The Rise of Heritage in Modern Age*, Londres, Allan Sutton, 1996; Kevin Walsh, *The Preservation of the Past. Museums and Heritage in the Post-Modern World*, reimp, Londres, Routledge, 1997).

⁴ M. Hunter (ed.), *op. cit.*, p. 58.

arquitectura popular, aos objectos e utensílios quotidianos, aos conhecimentos e ao saber-fazer, às paisagens modeladas pelas actividades humanas e, igualmente, a elementos como os biótipos, os conjuntos relativos à flora e à fauna, constituindo o que se chama o património natural»⁵.

De entre os “novos territórios” que têm vindo a integrar o património cultural, merece um destaque especial o chamado *património industrial*, quer pela sua relativa abundância, quer pelos estudos a que tem dado origem, quer ainda pelas funções socioculturais, pedagógicas e mesmo económicas que desempenha.

Trata-se de uma noção «definida nos anos 1970, como resultado da tomada de consciência da sua precariedade por arquitectos, historiadores, economistas e associações locais de defesa do património. Refere-se aos bens imóveis (construções, sítios transformados e paisagens), às instalações, máquinas e utensílios, assim como ao conjunto de produtos resultantes da indústria»⁶.

Como se infere do que acaba de expor-se, os conceitos de património, em geral, e de património cultural, em particular – recorde que, a partir da década de 1930, começou a verificar-se a tendência para associar as duas noções –, são hoje muito vastos. Com efeito, no que se refere apenas à noção de património cultural, ela «cobre, em princípio, toda uma ordem de símbolos, monumentos, testemunhos de níveis sucessivos de civilização»⁷.

Resta acrescentar que o património, para além das múltiplas e já referidas funções que desempenha, inclusive as associadas à memória e à identidade, tem igualmente uma quota-parte importante como “cimento” de ligação, entre o passado, o presente e o futuro.

Como escreveu Miguel Ángel del Arco Torres, no prólogo à obra intitulada *El Patrimonio Cultural Español*, «o passado irmana-se com o futuro através do presente, com o seu fio de Ariadne. No passado o tempo se faz intemporal e o espaço mistério. Na pós-modernidade estão caminhando simultaneamente o antigo e o novo»⁸.

Escusado será dizer que uma das formas de dar futuro ao passado é precisamente através da preservação, estudo e divulgação do legado que nos foi transmitido, geralmente identificado como património cultural, bem como dos respectivos monumentos que o integram.

2. O Património como vertente identitária

O património, com a sua quase omnipresença – não só real mas também simbólica –, apresenta uma relação muito estreita com a problemática da identidade. Aliás,

⁵ Jean-Luc Sadorge (dir.), *Quand le patrimoine fait vivre les territoires*, Paris, Les Éditions du CNFCT, 1996, p. 12.

⁶ Marie Françoise Laborde, *Architecture industrielle. Paris et Environs*, Paris, Éditions Parigamme, 1998, p. 11.

⁷ Jean-Yves Andrieux, *Le patrimoine industriel*, col. «Que sais-je?» n.º 2657, Paris, PUF, 1992, p. 47.

⁸ Félix Benítez de Lugo Y Gillén, *El Patrimonio Cultural Español (Aspectos jurídicos, administrativos y fiscales)*, Granada, Ed. Comares, 1998, p. XVI.

como já foi sublinhado por Jacques Le Goff, as noções de património e de identidade, lentamente elaboradas, são hoje convergentes⁹.

Essa convergência verifica-se também na relevância que lhes é dada, pois, tanto num como no outro caso, trata-se de assuntos da maior pertinência e actualidade. Analisado, ainda que sumariamente, o património, consideremos em seguida a identidade.

Em primeiro lugar, refira-se que a questão da identidade pode ser perspectivada de vários ângulos, consoante o objecto de estudo em foco e a própria disciplina utilizada na respectiva análise. Entre outros, recordo apenas três exemplos, oriundos do âmbito da psicologia, da história da cultura e da história das organizações.

No primeiro caso, são bem conhecidos os trabalhos do psicólogo norte-americano, Eric Erikson, acerca da identidade e crise da juventude. No segundo, basta lembrar as reflexões dedicadas à temática – designadamente à *identidade nacional*, no caso de Portugal –, por autores tão diversos como Joaquim de Carvalho, António José Saraiva, Jorge Dias ou, mais recentemente, José Mattoso, Manuel Villaverde Cabral ou Boaventura de Sousa Santos¹⁰. Por último, no que concerne à história das organizações, fala-se muito, actualmente, na identidade da empresa, tema a que Wally Olins, por exemplo, dedicou um interessante trabalho, que já se pode considerar clássico¹¹. É deste autor a seguinte definição de identidade: «Cada organização é única, e a identidade tem de fazer realçar as próprias raízes da organização, a sua personalidade, os seus pontos fortes e as suas limitações. Isto é verdade tanto para uma multinacional moderna como para qualquer outra instituição histórica, desde a Igreja Cristã ao Estado Nação»¹².

Entretanto, poder-se-á perguntar: a que se deve esta revalorização da problemática da identidade, numa altura em que tudo parece encaminhar-se no sentido da globalização e, conseqüentemente, de uma certa uniformização, o que redundará, em última análise, no atenuar ou mesmo no apagar de especificidades que são, afinal, o próprio cerne da identidade?

A resposta não se afigura fácil de dar, o que é agravado pela escassez de estudos sobre o assunto. Porém, a exemplo do que já se disse relativamente ao património, é muito provável que às crises de identidade, resultantes da constituição de grandes blocos e da já referida globalização e mesmo de uma certa mundialização – com os prós e os contras que daí advêm –, se sucedam movimentos de sinal contrário. Através destes, procura valorizar-se o que é tipicamente nacional, regional ou local, aquilo que melhor identifica e caracteriza essas realidades e respectivas comunidades.

Essas acções e/ou movimentos revestem-se, desde logo, de uma enorme relevância histórico-cultural. De facto, numa época em que em vez de Cultura – com maiúscula

⁹ J. Le Goff (dir.), *op. cit.*, p. 9.

¹⁰ A respectiva bibliografia encontra-se referenciada num trabalho de síntese que dediquei ao assunto: José M. Amado Mendes, “A identidade portuguesa: perspectiva histórica”, José M. Amado Mendes e João Luís Fernandes, *Identidade Portuguesa*, Cadernos de Língua e Cultura Portuguesa, série História e Geografia, n.º 1, Coimbra, Faculdade de Letras, 1999, pp. 11-24.

¹¹ Wally Olins, *Corporate Identity. Making Business Strategy Visible through Design*, Londres, Thames and Hudson, 1991.

¹² W. Olins, *idem*, p. 7.

e única –, se prefere falar de culturas, múltiplas e diferenciadas, o seu estudo e divulgação devem assumir foros de quase militância.

Por outro lado, numa altura em que o bem-estar das populações passa muito pela dinâmica competitiva das suas organizações, tanto do ponto de vista nacional como internacional, o reforço da identidade, aos mais diversos níveis, deve ser encarado como tarefa prioritária. Quer dizer, o acentuar e o divulgar as diferenças, as características específicas e o que mais individualiza determinada cultura ou comunidade ajuda a tornar mais conhecido – ou, se se preferir, ajuda a “vender” –, o que não pode deixar indiferente quem se preocupa com as questões do desenvolvimento, infelizmente ainda muito marcadas por assimetrias regionais ou locais, por vezes gritantes.

Como será fácil deduzir, o que se acaba de explicitar adquire todo o sentido, se for equacionado tendo em vista o que se referiu acerca do património, na sua concepção lata e mais actualizada. É que o património constitui um referente essencial da identidade, dos indivíduos como das sociedades.

A identidade transmite-se e reforça-se através da memória, quer individual, quer colectiva. Ora o património cultural, por meio dos testemunhos que o integram, constitui alicerce fundamental da memória. A sua fácil observação – pois grande parte dele encontra-se à nossa volta e faz parte da civilização material e do próprio quotidiano – e as recordações que invoca transformam-no num elemento que poderíamos classificar como que estruturante da própria identidade.

Assim, a identidade de uma comunidade define-se e caracteriza-se não só pelos eventos, mais ou menos sonantes, com ela relacionados, como pelas actividades nela exercidas, pelos contactos com outras comunidades, pelo viver das populações, pelo tipo de alimentação e de vestuário, pelas suas festas e, obviamente, pela acção dos seus membros, sem esquecer as respectivas elites.

Acontece que muito do que acaba de ser referido não se encontra testemunhado por fontes escritas, praticamente as únicas que o historiador, até há poucas décadas atrás, sabia e desejava utilizar. Ao invés, abundam os testemunhos materiais da actividade humana, património cultural, sem dúvida, mas também fontes imprescindíveis para o conhecimento da história e, naturalmente, da própria identidade.

Para tornar mais claro o anteriormente referido, atentemos nos seguintes exemplos: se certos acontecimentos políticos, bem conhecidos, se encontram indissociavelmente ligados a determinadas localidades (Aljubarrota, 1385; Buçaco, 1810; e Fonte Arcada, 1846), por que não admitir que, para outras, o que mais as “marcou”, mesmo em termos identitários, foram actividades nelas tradicionalmente exercidas (lanifícios, na Covilhã; vidro e moldes, na Marinha Grande; exploração mineira, no Cabo Mondego, em Canas de Senhorim ou em São Domingos)?

A quantidade de monumentos industriais existentes, naquelas como noutras localidades, assim como muitas outras fontes, inclusive orais, não deixa grandes dúvidas acerca da hipótese formulada.

3. Salvaguarda e valorização do Património: o papel dos museus

Quando o conceito de património era mais limitado, a sua salvaguarda, *in situ*, estava facilitada, pois também o número de monumentos a preservar era mais reduzido.

Estes consistiam fundamentalmente em igrejas e catedrais, castelos e fortalezas, estátuas e outros tipos de monumentos comemorativos, estruturas ou ruínas arqueológicas de antigas civilizações.

Por seu turno, aos museus competia conservar – e, se possível, expor – obras de arte, colecções de objectos de natureza etnográfica ou científica ou ainda vestígios de escavações arqueológicas. Face aos critérios restritivos utilizados, o reduzido número de colecções e objectos a preservar não justificava a existência de um elevado número de museus.

Esta situação mudou por completo nas últimas décadas. Efectivamente, com o já mencionado movimento de «patrimoniolização», emergiram dois novos fenómenos. Por um lado, multiplicaram-se os monumentos a preservar e, muitas vezes, a reutilizar ou requalificar. Deste modo, antigas fábricas e oficinas – já apelidadas de “catedrais dos tempos modernos” –, pontes e meios de transporte e comunicações, fábricas de gás e estações elevatórias de água, centrais eléctricas e tecnologias várias são apenas alguns dos exemplos de património a merecer atenção e, frequentemente, a justificar acções tendentes à sua salvaguarda.

Por se tratar de um tipo de património esteticamente pobre – à luz de critérios tradicionais – e recente, nem sempre há unanimidade acerca da necessidade de o proteger. Dada a natureza deste género de património, a justificação da sua salvaguarda aconselha a que se usem critérios que tenham como fundamento, não só o seu valor artístico mas também o valor histórico e o próprio valor de uso¹³.

Por outro lado, uma parte considerável dos monumentos a preservar tem que ser removida do seu meio ambiente, a fim de o respectivo local poder vir a ser utilizado para outras finalidades. Em tais circunstâncias, duas alternativas se colocam: a sua destruição e desaparecimento ou, ao invés, a sua deslocação para museu(s). Esta última deve ser vista como um mal menor, pois a deslocação implica sempre uma certa perda, uma vez que o objecto é afastado do seu contexto natural, com o qual constituía uma unidade e, eventualmente, um “sítio”.

Mas, a necessidade de salvaguarda daquele património não justifica, por si só, um tão grande crescimento do número de museus. Para isso tem contribuído igualmente o desejo, por parte das comunidades, de preservarem o património que lhes é querido e com o qual se identificam.

O assunto já foi estudado, por exemplo, no que se refere à costa meridional da Finlândia. Neste país, com uma população de cerca de cinco milhões de habitantes (em 1988), já existiam, na altura, 650 museus, o que constituiria uma densidade recorde em todo o mundo.

Em resposta à pergunta, “por que é que cada aldeia finlandesa quer ter o seu museu”, as autoras do referido estudo – reportando-se concretamente a três aldeias piscatórias do sul daquele país – afirmam: «os sentimentos de identidade cultural são cada vez mais fortes. Toda a espécie de sociedades e de organizações quer preservar o seu património cultural. Por razões quase afectivas, elas têm medo de ver os objectos

¹³ Jean-Yves Andrieux (dir.), *Patrimoine et société*, Presses Universitaires de Rennes, 1998, p. 166.

e documentos que possuem desaparecer no museu provincial. É assim que nascem novos museus»¹⁴.

A motivação apresentada não é, obviamente, um exclusivo da Finlândia. Além do factor de identidade, trata-se ainda de uma questão de pertença. «Quando as pessoas fundam e mantêm um museu local, este é o *seu museu*; ele responde a uma necessidade que um grande museu central, gerado de forma profissional, jamais poderá satisfazer»¹⁵.

4. Património, espaços museológicos e desenvolvimento

A já referida “explosão museológica” – tanto ao nível quantitativo como qualitativo – tem-se verificado, de forma muito intensa, no âmbito regional e local. Daí o desenvolvimento de novas realidades museológicas e museográficas, traduzidas pelas seguintes expressões: ecomuseus – designação inventada em 1972¹⁶ –, museus de sociedade, museus locais, museus de vizinhança, etc.

Tratando-se de realidades tão diversas, não é fácil caracterizá-las, globalmente. Contudo, todas elas apresentam alguns traços comuns, a saber:

- a) privilégio dado à pequena escala, à microanálise, ao invés dos museus nacionais, que se situam mais numa perspectiva de tipo macro (pode dizer-se que as ditas realizações museológicas se integram em tendências pós-modernas);
- b) relação estreita com as respectivas comunidades, nas quais se integram;
- c) adopção de um conceito lato de património – de acordo com a óptica considerada hoje mais actualizada e à qual já se aludiu anteriormente –, contemplando não só as actividades do dia-a-dia como as próprias “coisas banais”, para usar a expressão recentemente vulgarizada por Daniel Roche¹⁷;
- d) assunção, aliás sem quaisquer complexos, de uma vertente económica que, se não constitui, em última análise, a sua razão de ser, pelo menos viabiliza-as e faz delas instituições úteis à comunidade e, por isso mesmo, acarinhadas por ela.

Trata-se, afinal, de analisar as potencialidades dessa outra vertente do património, de ordem essencialmente económica, sempre presente, mas que só desde há pouco tem vindo a merecer, de forma explícita, a atenção dos investigadores.

Fê-lo, entre outros autores, Xavier Greffe, na obra intitulada, exactamente, *La valeur économique du patrimoine. La demande et l'offre de monuments*¹⁸. Neste trabalho, o autor procura responder às seguintes questões que poderão constituir, para nós, outros tantos motivos de reflexão:

¹⁴ Outi Peisa e Marketta Tamminen, «Pourquoi chaque village finlandaise veut avoir son musée», *Museum*, n.º 160, 1988, p. 181.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ François Hubert, «Nouveaux musées, nouvelles muséologies», *Pour*, n.º 153 (Março, 1997): *Écomusées et Musées de Société. Dire l'histoire et gérer la mémoire au présent*, p. 25.

¹⁷ Daniel Roche, *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (Séculos XVII-XIX)* (trad. do francês), Lisboa, Teorema, 1998.

¹⁸ Paris, Anthopos, 1990.

Tem o património um valor económico?

É susceptível de criar empregos e de gerar rendimentos?

Constitui, de algum modo, um recurso para o desenvolvimento?

Escusado seria acrescentar que o autor, como economista, embora também sensível às questões patrimoniais, acaba por responder positivamente às ditas questões. Todavia, também outros investigadores têm vindo a chamar à atenção para os mesmos aspectos.

Com efeito, acerca do papel dos ecomuseus no desenvolvimento turístico, já foi destacado: «os ecomuseus e os museus de sociedade figuram entre as raras instituições culturais que, desde a sua origem, têm prestado atenção ao mundo económico»¹⁹.

Na sequência do que acaba de sublinhar-se, nunca é demais recordar que o museu, como qualquer outra organização, deve estar ao serviço do Homem. Isso mesmo tem sido defendido e posto em prática através de experiências várias, geralmente bem sucedidas. Podem detectar-se exemplos em diversos países, desde a Suécia, Dinamarca e Grã-Bretanha à França, Espanha e Áustria, para já não falar dos Estados Unidos da América e do Canadá. Vejamos, apenas a título de exemplo, algo sobre dois dos países mencionados.

Num artigo referente à realidade regional e local austríaca, pode ler-se: «hoje [1992], não existe, por assim dizer, nenhuma localidade, cidade ou aldeola que não queira possuir o seu museu, o que não está necessariamente ligado apenas ao desejo, aliás bem patente, de uma população em busca da sua história e da sua identidade regional. São muitas vezes considerações turísticas e económicas que prevalecem, o que é confirmado pelos números de visitantes: 85% de turistas contra apenas 15% de habitantes da região»²⁰.

Como é ainda salientado no dito trabalho, naqueles museus dedica-se especial atenção às estratégias de comunicação, com crianças, adolescentes ou adultos, valorizando-se assim a função do museu, «a fim de levar a população local a ver nele um instrumento dinâmico do desenvolvimento da sua identidade regional»²¹.

O outro caso, que gostaria de recordar, refere-se aos Estados Unidos da América, onde o papel relevante, desempenhado pelos museus regionais e locais, tem já uma longa tradição. Tal facto impressionou muitos museólogos, de entre os quais o português João Couto ou o escocês Douglas Allen (director do “Royal Scottish Museum at Edinburgh”). Este, após uma visita ali efectuada, em 1960, declarava: «Em muitas cidades na América...o museu ou a galeria de arte constitui, juntamente com a igreja, o centro mais importante da comunidade, onde cada um encontra os vizinhos e ocupa horas de lazer, adquirindo competências e praticando “hobbies”»²².

Fácil se torna inferir, destes como de muitos outros exemplos que poderíamos indicar, que há uma tendência para perspectivar o museu – mormente ao nível regional e local – não como um custo, mas sim como um benefício.

¹⁹ Christinne Quentin, «Écomusées et développement touristique», *Pour*, n.º cit., p. 81 (Como em casos análogos, a tradução das citações, a partir de língua estrangeira, são da minha responsabilidade).

²⁰ Hartmut Prash, «Musées régionaux, musées locaux: que dialogue?», *Museum*, n.º 175, 1992, p.133.

²¹ *Idem*, p. 135.

²² Edwad P. Alexander, «The regional museum as cultural centre», *Museum*, vol. XXIII, n.º 4, 1970/71, p. 274.

Em primeiro lugar, benefício cultural, cujos rendimentos serão auferidos “em espécie” e a médio ou a longo prazo (assunto a que oportunamente voltarei), pois trata-se da valorização de recursos humanos. Recordando a tese de Gary Backcer, na sua obra sobre o *Capital Human* (1964), o investimento em educação – e os museus devem ser considerados, *lato sensu*, como instituições educativas –, continua a ser, indubitavelmente, o mais seguro²³.

O que acaba de dizer-se justifica a atenção crescente que a instituição museológica tem vindo a merecer, por parte de governos, organismos responsáveis pela promoção do desenvolvimento, autarquias, empresas, famílias, etc. Consequentemente, não surpreende que em França, inclusive em cidades de dimensão média (cerca de 30 000 habitantes, em 1972), se encontrem, ao lado de escolas de vários níveis de ensino, três focos de cultura: teatro, biblioteca e museu.

Essa tendência está de acordo com uma das características da sociedade actual, já classificada como “sociedade da imagem”. É que, como o disco conduz ao concerto, a imagem conduz ao museu²⁴.

O museu surge-nos, assim, como um elemento importantíssimo a considerar, em políticas e estratégias de desenvolvimento, constituindo não só um valioso repositório de história e de cultura como também um agente dinâmico, ao serviço da comunidade.

Em certas zonas ou localidades, onde a recente vaga de desindustrialização tem provocado transformações radicais, a função do museu é praticamente insubstituível. Ele permite como que dar vida ao passado, salvaguardando e divulgando legados que, sem intervenção museológica, estavam condenados a desaparecer rapidamente.

Exemplos do que acabo de referir não faltam, tanto a nível nacional como internacional. Daqueles, basta pensar-se nas áreas portuárias de Londres e de Liverpool ou em Bilbao. Aqui, como é do conhecimento geral, após uma profunda crise, que afectou, entre outras, a construção naval e a metalomecânica, surge esse fantástico Museu Guggenheim, que permitiu não só revitalizar a zona envolvente como a própria cidade e respectiva região.

Os dois milhões de visitantes que por ele passaram, apenas no ano e meio posterior à sua abertura, comprovam o que fica dito. Entre nós, lembremos o Seixal, Setúbal, Vila Nova de Famalicão ou Covilhã.

Poderá parecer injusto não referir, aqui, outras iniciativas museológicas, regionais e locais. De facto, elas já atingem um número relativamente elevado – que se contam pelas várias centenas –, graças ao dinamismo de certas autarquias, organizações sem fins lucrativos, empresas e outras entidades.

Por tal motivo, fazer a sua inventariação, nas actuais circunstâncias, seria não apenas descabido como até impossível. Prefiro, assim, chamar a atenção para o muito que há a fazer em tal domínio, sobretudo no âmbito autárquico.

As iniciativas já levadas a cabo têm sido de carácter pontual, não constituindo ainda prática generalizada, nas estratégias de desenvolvimento definidas e incrementadas pelos órgãos de gestão autárquica.

²³ Gary S. Backer, *Human Capital. A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*, Nova Iorque e Londres, Columbia University Press, 1964.

²⁴ *The Museum in the service of man: today and tomorrow. The papers from the Nineth General Conference of ICOM*, Paris, The International Council of Museums, 1972, pp. 9-11.

A questão dos museus insere-se no sector mais vasto da cultura, ao qual se torna necessário prestar redobrada atenção. Como é sabido, estamos numa época em que muito se fala de cultura. Atestam-no o uso de expressões como “Estado cultural”, “indústrias da cultura”, “cultura de empresa” ou “gestão pela cultura”.

Sendo assim, não deverá procurar desenvolver-se uma gestão autárquica, também ela cada vez mais cultural? Não deveria generalizar-se mais aquilo a que, à falta de expressão mais adequada, se poderá designar por uma “gestão autárquica pela cultura”?

Estas preocupações, por certo já partilhadas por muitos autarcas e seus colaboradores, virão a adquirir, num futuro próximo, cada vez maior pertinência, à medida que as necessidades básicas, que têm vindo a ser paulatinamente satisfeitas, exijam recursos menos avultados.

Aliás, também aqui se deve tomar em atenção experiências já realizadas, para as quais se acaba de chamar a atenção, nos seguintes termos: «Na verdade, não conhecemos na Europa região ou cidade que tenha conseguido “instalar” o desenvolvimento, isto é, que o tenha implantado para durar, sem uma instalação concomitante das práticas culturais. Não se encontra tal dissociação»²⁵.

A citação que acabo de fazer foi extraída de um interessante e útil trabalho, publicado pela Comissão de Coordenação da Região Norte, sob o título *O Sector da Cultura nas Câmaras Municipais da Região Norte* (1999), cuja leitura se recomenda. O estudo baseou-se fundamentalmente nas respostas dadas a «um inquérito por questionário aos vereadores ou responsáveis pelo pelouro da cultura das 75 Câmaras da Região (excluída a Área Metropolitana do Porto)».

Para além dos quadros estatísticos e dos elucidativos dados que estes contêm – cuja análise exigiria uma leitura atenta –, permito-me chamar a atenção para alguns aspectos, mais relacionados com o tema em epígrafe.

Concretamente sobre museus não dispomos de informação, embora o assunto se encontre “diluído” por certas rubricas, como “património cultural” e “recintos culturais”.

Acerca da relação entre cultura e desenvolvimento – que, obviamente, abrangeria os museus –, as ilações a tirar das respostas recebidas²⁶ não se apresentam muito lisonjeiras. Assim, esclarece-se no referido trabalho: «a impressão dominante das respostas diz-nos que é (ainda) imperceptível ou inconsciente a relação activa entre cultura, práticas culturais e desenvolvimento». E acrescenta-se: «as respostas repartem-se, grosso modo, um terço para sim, um terço para não, um terço não responde»²⁷.

As verbas atribuídas à cultura aparecem, de algum modo, inflacionadas, devido ao “peso” da rubrica “Jogos e Desportos”, que concentra cerca de metade do montante total daquelas.

Daí a sugestão expressa pelos autores: «a necessidade duma clarificação do parentesco dessa rubrica Jogos e Desportos com a cultura»²⁸. Verifica-se, contudo, uma

²⁵ *O Sector da Cultura nas Câmaras Municipais da Região Norte*, Porto, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território/Comissão da Coordenação da Região Norte, 1999, pp. 9-10.

²⁶ A resposta formulada foi a seguinte: «O pelouro da cultura tem promovido actividades de animação cultural para o desenvolvimento?» (*op. cit.*, p. 27).

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ *Idem*, p. 57.

evolução favorável, em prol da cultura, isto é, «a progressiva afirmação da cultura, como recurso e como tarefa»²⁹.

Entre vários outros aspectos que poderiam ser realçados, apenas recordo mais um: o chamar a atenção para a necessidade de, além do equipamento, se valorizar também o capital cultural.

Assim, no trabalho em questão pode ler-se, a propósito: «a cultura custa dinheiro mas paga-o bem; só que uma grande parte desse retorno vem em espécie, vem em benefícios de saúde humana e cidadania, para os seus clientes: este [é] um dos pilares de avaliação da cultura. Mas ainda tão pouco cotado nas considerações e práticas das autarquias, que estas se mostram por isso renitentes (em muitos casos avaras), quanto a dotação financeira da cultura»³⁰.

5. Conclusão

Como julgo poder deduzir-se de tudo o que fica exposto, a problemática dos museus adquiriu uma importância tal que deixou de poder estar confinada às próprias instituições museológicas e aos seus responsáveis.

Pelas suas múltiplas implicações em diversos sectores – salvaguarda, estudo e divulgação do património, cultura e educação, lazer e ocupação dos tempos livres, criação de postos de trabalho e dinamização socioeconómica das localidades e respectivas comunidades, qualidade de vida, reforço da identidade e preservação da memória colectiva –, urge prestar-lhe mais atenção e tirar partido das suas enormes potencialidades.

Assim, as estratégias de desenvolvimento integral e sustentado devem, cada vez mais, integrar acções, de tipo diverso, no âmbito da museologia.

Em muitos casos, dever-se-á recorrer a estruturas desactivadas – antigas fábricas, moinhos, lagares de azeite, mercados, estações elevatórias ou centrais eléctricas –, o que poderá nem sequer exigir elevados investimentos. Noutros casos, será mesmo aconselhável proceder à musealização de sítios ou de conjuntos.

Quando estes adquirem significado e escalas adequadas, a constituição de ecomuseus pode ser uma das soluções viáveis. Experiências levadas a cabo, nas últimas três décadas, têm dado resultados muito animadores.

Em suma: não há uma solução, mas sim soluções. De qualquer modo, a todas elas se encontra subjacente uma nova concepção de museu. Este deixou de ser, espera-se que definitivamente, um armazém ou uma necrópole do património, para se tornar numa instituição dinâmica e interveniente, ao serviço do Homem e da comunidade.

²⁹ *Ibidem.*

³⁰ *Idem*, pp. 64-65.

Bibliografia

- ALEXANDER, Edward P., «The regional museum as cultural center», *Museum*, vol. XXII, n.º 4, 1970/71.
- ANDRIEUX, Jean-Yves, *Le patrimoine industriel*, col. «Que sais-je?», n.º 2657, Paris, PUF, 1992.
- BECKER, Gary S., *Human Capital. A theoretical and empirical analysis, with special refer-ence to education*, Nova Iorque-Londres, Columbia University Press, 1964.
- CAPDEVILLE, Jacques, *Le fétiche du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1966.
- HUBER, François, «Nouveaux musées, nouvelles muséologies», *Pour*, n.º 153 (Março, 1997): *Écomusées et Musées de Société. Dire l'histoire et gérer la mémoire au présent*.
- HUNTER, Michael (ed.), *Preserving the Past. The rise of Heritage in Modern Age*, Londres, Allan Sutton, 1996.
- LABORDE, Marie Françoise, *Architecture industrielle. Paris et environs*, Paris, Éditions Parigamme, 1998.
- LAMY, Yvon (dir.), *L'alchimie du patrimoine. Discours politiques*, Talence, ed. de la Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1996.
- LE GOFF, Jacques (dir.), *Patrimoine et passions identitaires. Entretiens du Patrimoine. ThéâtreNational de Chaillot, Paris, 6, 7, et 8 janvier 1997*, Paris, Librairie Arthème Fayard/Caisse national des monuments historiques et sites/Éditions du Patrimoine, 1998.
- LUGO y GILLÉN, Félix Nenitz, *El Patrimonio Cultural Español (Aspectos jurídicos, administrativos y fiscales)*, Granada, Ed. Comares, 1998.
- MENDES, José M. Amado, «A identidade portuguesa: perspectiva histórica», José Amado Mendes e João Luís Fernandes, *Identidade Portuguesa. Cadernos de Língua e Cultura Portuguesa*, série “História e Geografia”, n.º 1, Coimbra, Faculdade de Letras, 1999, pp. 11-24.
- Museum (The) in the service of man: today and tomorrow. The papers from the Nineth General Conference of ICOM*, Paris, The International Council of Museums, 1972.
- NORA, Pierre (dir.), *Science et conscience du patrimoine. Entretiens du Patrimoine. Théâtre de Chaillot, Paris, 28, 29 et 30 novembre 1994*, Paris, Librairie Arthème/Fayard, 1997.
- OLINS, Wally, *Corporate Identity. Making Business Strategy Visible through Design*, Lonres, Thames and Hudson, 1991.
- PEISA, Outi e TAMMINEN, Marketa, «Pourquoi chaque village filandaise veut avoir son musée», *Museum*, n.º 160.
- PRASCH, Hartmut, «Musées régionaux, musées locaux», *Museum*, n.º 175, 1992.
- QUENTIN, Christinne, «Ecomusées et développement touristique», *Pour*, n.º 153 (Março, 1997).
- ROCHE, Daniel, *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (Séculos XVII-XIX)* (trad. do francês), Lisboa, Teorema, 1998.
- SADORG, Jean-Luc (dir.), *Quand le patrimoine fait vivre les territoires*, Paris, Les Éditions du CNFCT, 1996.
- Sector (O) da Cultura nas Câmaras Municipais da Região Norte*, Porto, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território/Comissão de Coordenação da Região Norte, 1999.
- WALSH, Kevin, *The preservation of the Past. Museums and Heritage in the Post-Modern World*, reimpr., Londres, Routledge, 1997.

5. ECOMUSEUS E MUSEUS DE SOCIEDADE: CULTURA E SABER-FAZER*

O museu, como instituição/organização, tem vindo a adquirir, nas últimas décadas, uma importância redobrada. Essa tendência pode parecer, à primeira vista, algo estranha, numa altura em que os “ventos” que sopram se orientam mais no sentido do futuro e da inovação que no do passado e da tradição, usualmente mais identificados com os museus.

Deve notar-se, contudo, que a “explosão museológica”, a que temos vindo a assistir, não se tem processado apenas em termos de quantidade mas também – e fundamentalmente – de qualidade. Com efeito, tem vindo a criar-se um grande número de museus, mas sobretudo de novos museus, além de muitos dos já existentes também terem vindo a registar consideráveis alterações, no sentido de uma necessária modernização.

Trata-se do movimento conhecido por *nova museologia*, o qual começou por ter origem num enorme desagrado em relação à “velha” museologia, tanto dentro como fora da profissão. É que, como já foi sublinhado por Peter Vergo, esta última museologia preocupava-se excessivamente com os *métodos museológicos* e demasiado pouco com os *objectivos dos museus*¹.

Como já foi destacado por um autor, entre 1972 e 1985, assistimos à passagem da museologia para a consciência social e política². Com efeito, enquanto os museus tradicionais se ocupavam, sobretudo, da salvaguarda de um certo tipo de património – especialmente do âmbito das chamadas “Belas-Artes”, evocativo de eventos militares ou referente a civilizações prestigiadas pela sua antiguidade –, as organizações museológicas do novo tipo exercem uma acção mais abrangente, contemplando:

- a) um género de património muito mais vasto e diversificado;
- b) as respectivas comunidades envolventes ou que a elas recorrem;
- c) e a transformação da própria sociedade, através da dinamização cultural, educativa e económica.

* O presente texto, ora revisto, serviu de base a uma comunicação apresentada, no Ecomuseu do Seixal, à Conferência Internacional “Cortiça, Património Industrial e Museologia” (13-17 de Abril de 2000), constando também das respectivas actas, disponíveis em CD-ROM.

¹ Peter Vergo (ed.), *The new museology*, Londres, Reaktion Books, 1989, p. 3.

² Pierre Mayrand, «La nouvelle muséologie affirmée», *Museum*, n.º 148, 1985, p. 200.

A profunda ligação da instituição museológica ao meio e à comunidade pode inferir-se, desde logo, das próprias designações ultimamente muito divulgadas, tais como: “museu de sociedade” e “museu de vizinhança”; “museu de província”; “museu regional” e “museu local”; “ecomuseu” e “centro de interpretação”. Veremos, em seguida, os motivos pelos quais estes novos tipos de museu têm tido tanto sucesso e, bem assim, as funções mais relevantes por eles desempenhadas.

1. Para um novo conceito de Património, um novo tipo Museu

O conceito de património e as questões relacionadas com este ocupam, presentemente, um lugar central no seio das ciências humanas e sociais. Considerado de forma genérica – como bem ou valor legado, ou susceptível de o ser, por elementos de uma geração aos de outra –, poucos lhe ficam indiferentes, não só em França, como revela J. Capdeville no seu estudo, como certamente em muitos outros países³.

No que ao património cultural diz respeito – sem esquecer a já mencionada aproximação, verificada a partir dos anos 1930, entre as noções de património e de património cultural –, a sua presença encontra-se bem patente em muitas das representações sociais⁴, assim como em expressões cada vez mais utilizadas, entre as quais: “património da humanidade”, “património nacional”, “património regional” ou “património local”, “património cultural das organizações” e “ciências do património”⁵. Não admira, pois, que até comecem a usar-se novos vocábulos, como os de *patrimoniologia* e *patrimonialização*.

O alargamento do conceito de património está intimamente relacionado com aquilo que poderíamos classificar como a “democratização” da história e da cultura. A propósito, escreveu Jacques Le Goff: «o interesse da memória colectiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens»⁶.

Consequentemente, também os objectos relacionados com esses homens comuns, quantas vezes anónimos, passaram a ser considerados como documentos, isto é, fontes para o estudo da Humanidade. Terminou a “ditadura” do documento escrito, tendo a história passado a fazer-se «com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a actividade, os gostos e a maneira de ser do homem»⁷.

³ Jacques Capdeville, *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1986.

⁴ Ver, sobre a temática, Danise Jodelet (dir.), *Les représentations sociales*, 5.^a ed., Paris, PUF, 1997.

⁵ Jean-Pierre Mohen, *Les sciences du patrimoine. Identifier, conserver, restaurer*, Paris, Éditions Odile Jacob, 1999.

⁶ Jacques Le Goff, «Documento/Monumento», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 99.

⁷ J. Le Goff, *idem*, p. 98.

Por outro lado, a história transforma os *documentos* em *monumentos*⁸, inclusive as chamadas “coisas banais” que, desse modo, passam a integrar, de pleno direito, o mencionado património cultural. Surge, assim, a noção de “objecto testemunho”. Neste contexto, Georges H. Rivière falava em “libertar os objectos da tirania do gosto e das obras-primas”.

Grande parte do referido património, não só pela sua natureza como pelo desprezo a que, frequentemente, tem sido votado, tende a desaparecer, pelo que a criação de novos museus se torna imprescindível para a sua salvaguarda. Daí a existência de um número diversificado daqueles, para além dos tradicionais e prestigiados museus de arte e arqueologia.

Hoje, para não falar de museus de carácter global, generalistas e não especializados, encontramos museus da ciência e da indústria, do artesanato e da vida agrícola, da pesca e dos transportes, da criança e do brinquedo, da aviação, do automóvel e do caminho-de-ferro, isto apenas a título de exemplo, pois trata-se de uma lista praticamente infundável⁹.

Devo recordar, no entanto, que o referido alargamento do conceito de património está longe de ser admitido por todos, pois ainda não se apagaram totalmente as duas acepções tradicionais ligadas àquele, que podem sintetizar-se do seguinte modo:

- a) o património como arte, defendido por uma elite, de direita ou de esquerda (em França, Itália, Espanha e, obviamente, em Portugal, para referir apenas alguns exemplos);
- b) o património vivido (nos países anglo-saxónicos e da Europa do Norte, onde os museus ao ar livre, de etnografia ou de história beneficiam de uma imagem e de uma situação comparáveis às dos museus de arte)¹⁰.

Por vezes, tem-se tentado justificar o contraste entre essas perspectivas pela existência de um património artístico muito mais abundante nos países latinos, o que terá levado a olvidar ou, no mínimo, a não valorizar o património de tipo mais popular. Todavia, as verdadeiras raízes de tal fenómeno devem antes ser procuradas em factores de ordem educativa e, em última análise, ideológica.

Como é sabido, desde a Antiguidade Clássica que o trabalho manual e as posteriormente chamadas “artes mecânicas” eram pouco considerados pelas elites intelectuais, pois geralmente estavam a cargo de escravos ou, posteriormente, da “arraia miúda”. Esta ideia foi sendo reproduzida de geração em geração, podendo ainda encontrar-se algumas das suas marcas, mesmo na actualidade. Para usar a expressão de Arno Mayer, esse modo de ver pode mesmo considerar-se como mais uma das persistências do Antigo Regime¹¹.

No século de Oitocentos, um certo nacionalismo, por vezes exacerbado, viria a contribuir igualmente para o reforço do conceito elitista de património. Sobre o

⁸ J. Le Goff, *idem*, p. 102.

⁹ P. Vergo, *op.cit.*, p. 1 e ss.

¹⁰ François Hubert, «Nouveaux musées, nouvelles muséologies», *Pour*, n.º 153, Março de 1997, p. 27 (Número monográfico, sob o título *Écomusées et musées de société. Dire l'histoire et gérer la mémoire au présent*).

¹¹ Arno J. Mayer, *La persistencia del Antiguo Régimen. Europa hasta la Gran Guerra* (trad. do inglês), Madrid, Alianza Editorial, 1984.

assunto, acentua François Hubert: «a vontade de, ao longo de todo o século XIX, dar uma unidade cultural à ideia de Nação levou a valorizar obras susceptíveis de exaltar esta ideia, mais do que as culturas regionais ou locais que teriam, ao invés, posto em relevo a diversidade»¹².

Nos nossos dias, as preocupações são diferentes, passando estas pela história, pela memória e pela identidade das comunidades, mas também pelo seu quotidiano e pelo próprio futuro. Por isso, «a legitimidade de um património doravante já não advém [só] do respeito para com os antepassados silenciosos que ele dá a entender, nem mesmo das lições que dele se possam tirar para a comunidade, mas sim do interesse de públicos diversos pela memória, seu trabalho e suas representações»¹³.

2. O Museu como pólo educativo e centro de formação

Desde as suas origens que os museus têm como objectivos a salvaguarda e o estudo do património, bem como a educação e o deleite dos seus visitantes. Todavia, ao longo da sua história, tem variado a tónica colocada em cada uma daquelas vertentes¹⁴.

Porém, pelo tipo de colecções/objectos tradicionalmente privilegiados, susceptíveis de interessar, de um modo especial, a um público erudito, a função educativa e cultural dos museus visava um número de pessoas muito restrito. Um reduzido interesse, dedicado à cultura material, “afastava” dos museus – ou, se se preferir, não cativava – camadas muito consideráveis de públicos, às quais aqueles pouco ou nada diziam¹⁵.

Com a incorporação, nos museus – ou, noutros casos, com a musealização, *in situ* –, de um tipo de património muito mais vasto e diversificado, muitas outras temáticas começaram a poder ser contempladas, as quais, automaticamente, começaram também a interessar e motivar novos tipos de público.

Com efeito, objectos – símbolos, memórias, recordações, todo o tipo de testemunhos –, relacionados com o trabalho e o lazer, a alimentação, o vestuário e o alojamento, o artesanato e a indústria, os transportes, as comunicações e os costumes, passaram a colocar um manancial de tópicos ao dispor da museografia.

Em exposições, permanentes ou temporárias, em novos museus ou noutros lugares, baptizados como “centros de interpretação”, começou a ser possível contemplar um património sem fronteiras, podendo articular-se vestígios da proto-indústria com empresas ainda em exploração, testemunhos da história das técnicas com obras de artistas contemporâneos¹⁶.

Vários dos novos projectos museológicos e museográficos contribuíram ainda para “reconciliar” a natureza com os produtos saídos da mão do homem. Como destaca J.-Pierre Mohen, «a cultura não se opõe à natureza; combina-se com ela. Uma e outra

¹² F. Hubert, *op.cit.*, p. 27.

¹³ Dominique Poulot, «Pour une histoire des musées d'histoire», *Pour*, n.º cit., p. 20.

¹⁴ Como tive o ensejo de expor, de forma mais detalhada, no estudo intitulado «O papel educativo dos museus: Evolução histórica e tendências actuais», *Didaskalia*, vol. XIX (1999), fascículos 1 e 2, pp. 667-692.

¹⁵ Philippe Ifri, «Avant-propos», *Pour*, n.º cit., p. 8.

¹⁶ Philippe Ifri, *idem*, p. 9.

se situam ao mesmo nível de análise»¹⁷. E prossegue o autor: «o legado *cultural* é aquele que é transmitido de geração em geração. [...] O património cultural dinamiza o conjunto dos grupos humanos da humanidade, qualquer que seja a sua implantação geográfica, mas na dinâmica da sua evolução cultural e etnológica: ele torna sensíveis os modos de vida e as estratégias dos grupos humanos, relativamente ao seu ambiente humano e natural»¹⁸.

Entre as organizações museológicas que mais têm contribuído para essa “aproximação” entre a natureza e o humano contam-se, indubitavelmente, o “ecomuseu” e o “museu de sociedade”. No primeiro caso, a raiz da própria palavra (prefixo “eco”) já traz consigo uma certa imagem de marca, de ligação à natureza, à ecologia e ao meio ambiente. No segundo, fala-se de “museus de sociedade”, num duplo sentido: dedicam-se ao estudo da sociedade e procuram responder às suas aspirações¹⁹.

A similitude, entre estes dois tipos de museu – quer quanto à sua natureza, quer quanto aos seus objectivos –, foi reconhecida pela constituição, em 1988, de uma Federação de Ecomuseus e de Museus de Sociedade, cujos estatutos foram modificados em 1991²⁰.

3. Ecomuseus e Património

A expressão “ecomuseu” teve origem em França, nos inícios dos anos 1970. A palavra foi inventada, em 1971, por Hugues de Varine-Bohan e adoptada em Dijon, por Robert Poujade, ministro do ambiente francês, numa sessão do Conselho Internacional dos Museus²¹. Posteriormente, viria a ser “sancionada” e enriquecida com as reflexões dessa grande figura da museologia e da museografia do século XX, que foi Georges Henri Rivière.

Tem sido dada mais do que uma definição de “ecomuseu”. Recordemos, apenas, as duas seguintes: «um instrumento que um poder e uma comunidade concebem, produzindo e explorando-o conjuntamente». Ou, de forma mais completa: «ecomuseu é uma instituição cultural, assegurando, num dado território, funções de pesquisa, de salvaguarda, de apresentação e de valorização de um conjunto de bens naturais e culturais representativos de um meio e dos modos de vida que aí têm sucedido»²².

Trata-se, pois, de uma expressão do tempo e de uma interpretação do espaço. Daí as considerações de G. H. Rivière: «*um museu do tempo*, quando a explicação remonta para lá do tempo em que o homem apareceu, se prolonga no tempo em que ele vive e para além deste. Com uma abertura para o tempo futuro e aos problemas que ele

¹⁷ J.-P. Mohen, *op. cit.*, p. 15.

¹⁸ J.-P. Mohen, *op. cit.*, pp. 15-16.

¹⁹ F. Hubert, *op. cit.*, p. 28.

²⁰ Ph. Ifri, *op. cit.*, p. 10.

²¹ *La muséologie selon Georges Henri Rivière. Cours de Muséologie/Textes et témoignages*, Paris, Dunot, 1989, p. 141.

²² *Idem*, p. 152.

trará». «Um *museu do espaço*. Um espaço pontual à volta de sujeitos que merecem que neles se atente. De um espaço linear, percebido nas caminhadas»²³.

Mas o “ecomuseu” é, simultaneamente, um laboratório, uma escola, um centro cultural e, em certos casos, também um pólo de desenvolvimento.

Deve acrescentar-se, no entanto, que as raízes dos ecomuseus, quanto a alguns dos seus princípios essenciais, remontam já aos finais do século XIX e encontram-se subjacentes a certas iniciativas levadas a cabo nos Países Nórdicos e, embora com menos sucesso, em França e nos Estados Unidos da América do Norte.

Uma das iniciativas mais interessantes, pelo seu pioneirismo e inovação, deveu-se a «um filólogo de Estocolmo, Artur Hazelius que, ao aperceber-se do desaparecimento das culturas camponesas tradicionais, resolveu coleccionar diversos testemunhos, depois expôs as construções, o gado e os próprios camponeses. O primeiro museu ao ar livre abriu na Suécia, em Skansen, com oficinas tradicionais, guias vestidos à moda da época evocada, demonstrações folclóricas, tendo-se tornado, rapidamente, num modelo a seguir na Escandinávia»²⁴. Os países nórdicos procuravam, assim, reforçar a sua identidade cultural²⁵.

Por sua vez, em Aarhus (Dinamarca), em 1909, iniciou-se a fundação da “Old Town”, com a reconstrução da primeira casa. Em pleno centro da cidade, a segunda mais importante daquele país, logo a seguir a Copenhaga, começaram então a ser edificadas estruturas de tipo diverso – habitações mobiladas, oficinas artesanais, meios de transporte, etc. –, recordando o modo de vida de muitas das cidades dinamarquesas, desde cerca de 1600 até ao “tempo dos nossos avós”.

Como se pode ler num guia actual, daquele interessante complexo museológico, «casas de aproximadamente uma dezena de cidades foram deslocadas para ali, onde foram reconstruídas e equipadas com mobiliário e outros objectos dos últimos três séculos, para dar ao visitante a sensação que a cidade é habitada». E acrescenta-se: «trata-se de um museu activo que visa proporcionar aos visitantes – tanto adultos como crianças – muitas horas memoráveis»²⁶.

Embora sujeita, obviamente, a remodelações e a uma cuidada actualização, ao longo de cerca de um século de existência, a “Velha Cidade” de Aarhus continua a ser um local privilegiado, recebendo numerosos visitantes, nacionais e estrangeiros.

Outras iniciativas foram tomadas, sensivelmente pela mesma altura, na Holanda e na Inglaterra. Nos Estados Unidos, adoptou-se uma outra modalidade museográfica, com as chamadas “period rooms” e “period houses”.

Estas e outras iniciativas, inclusive no âmbito da investigação, procuravam salvaguardar a recordação de um mundo que se estava a perder de forma acelerada, fruto das transformações profundas pelas quais a sociedade estava a passar, por efeitos da revolução industrial, cuja segunda vaga já se encontrava em curso.

²³ *Idem*, p. 299.

²⁴ D. Poulot, *op. cit.*, p. 18.

²⁵ Michael Hunter (ed.), *Preserving the past. The rise of heritage in Modern Britain*, Grã-Bretanha, Alan Sutton, 1996, p. 157.

²⁶ *Den Gamle by Guide–Danmarks Kobstadmuseum*, p. inum.

O património que, por essa altura, despertava mais atenção era o que se relacionava com o folclore, a arquitectura tradicional, as actividades artesanais e o modo de vida doméstico. Era também esse género de património que investigadores portugueses – como, entre outros, Francisco de Sousa Viterbo, Joaquim de Vasconcelos, D. José Pessanha e José Queirós – estudavam e procuravam preservar. Foi necessário esperar ainda algumas décadas para que atenção análoga fosse dedicada ao património industrial.

Essa nova perspectiva surgiu, fundamentalmente, no pós-II Guerra Mundial, não só devido ao já mencionado alargamento do conceito de fonte histórica e do próprio património, como aos efeitos decorrentes da reconstrução que se lhe seguiu e do processo de crescimento acelerado que então se verificou, durante o qual a destruição (baptizada por Schumpeter como “criadora”) levou ao desaparecimento de monumentos industriais célebres. Basta recordar, entre outros, o nosso Palácio Cristal, no Porto, a “Euston Station”, em Londres e “Les Halles”, em Paris.

Entretanto, a terceira vaga da industrialização ia deixando as suas marcas, provocando a deslocação de unidades produtivas de outrora, obsoletas ou apenas desajustadas, em relação às novas exigências e necessidades. Zonas, tradicionalmente desenvolvidas e bastante dinâmicas, entraram em crise profunda, deixando um riquíssimo e diversificado património desactivado.

Assim sucedeu em zonas têxteis tradicionais, mas também em localidades de indústrias tão variadas como a cerâmica, a metalomecânica e a indústria vidreira, para não falar de zonas mineiras e de portos – recorde, por exemplo, os casos das Docas de Londres e de Liverpool, já anteriormente referidas, às quais se poderiam acrescentar as de Lisboa e de Buenos –, de cuja dinâmica de outrora nada mais restava que uma recordação, ainda bem viva. Contudo, esta era bastante penalizadora para todos aqueles que se tinham visto privados dos seus postos de trabalho e do modo de vida a que estavam habituados.

A uma fase de prosperidade, nos primeiros anos da década de 1970 – altura em que surgiram os ecomuseus, de forma estruturada e alicerçada em novas concepções museológicas e museográficas –, seguiu-se esse período de crise, sobretudo a partir de 1977. Criam-se então novas organizações museológicas – de entre as quais se destacam os ecomuseus –, às quais já se chamou “museus da crise”.

Esses ecomuseus, na linha do que se verificava em Le Creusot–França (que, em 1974, passou a adoptar a designação de “ecomuseu”, o qual viria posteriormente a ser considerado, por Kenneth Hudson, como um dos 37 museus de referência²⁷), passaram a ocupar espaços deixados vagos pela indústria.

Deste modo, o ecomuseu participou daquela que já foi chamada a “revolução coperniciana da museologia”. Com efeito, «já não é o objecto que está no centro das preocupações do museu, mas antes o sujeito social. A memória colectiva torna-se o património mais importante e a interdisciplinaridade a regra de conduta de programas concretizados com a participação da população»²⁸.

²⁷ *La muséologie selon Georges Henri Rivière*, pp. 150 e 164. Sobre a experiência de Le Creusot, ver também, entre outros trabalhos, o de Bernard Jeannot-Vignes, «La collecte ethnographique. Expérience de l'Écomusée de la communauté. Le Creusot–Montceau-les-Mines», *Museum*, vol. XVIII, n.º 3, 1976, pp. 159-165.

²⁸ *La muséologie...*, pp. 153-154.

A actividade desenvolvida em Le Creusot e noutros ecomuseus, entretanto criados, tem contemplado três vertentes: a) a memória, através do inventário do património; b) o conhecimento, por meio da investigação e da divulgação de tecnologias e *know-how*; c) a gestão e valorização do património e dos recursos disponíveis, juntamente com os habitantes; d) a formação de artesãos, técnicos e artistas²⁹.

O êxito dos ecomuseus advém, essencialmente, do facto de eles se adequarem melhor às características e às necessidades da sociedade actual. De facto, o museu tradicional colocava a tónica no edifício, nas colecções, nos especialistas/conservadores e no público. Por sua vez, o ecomuseu privilegia: o território, o património (em sentido lato), a memória e a população.

Os ecomuseus – embora, por vezes, com outras designações – registaram um grande desenvolvimento em França³⁰, em Inglaterra³¹ (onde se adoptou, preferencialmente, a expressão *open-air museums*) e noutros países europeus³², inclusive em Portugal. Entre nós, além dos casos mais conhecidos e de maior sucesso, como o Ecomuseu do Seixal³³ e o Ecomuseu de Torreda (Viseu)³⁴, diversas outras iniciativas têm sido levadas a cabo³⁵, ainda que nem sempre de forma muito sistematizada e actualizada, por falta de recursos materiais e, fundamentalmente, humanos, devidamente preparados para o efeito.

Em 1996, existiriam na Europa cerca de 450 ecomuseus³⁶. Convém recordar, no entanto, que o movimento da ecomuseologia não ficou circunscrito à Europa. Soluções do mesmo tipo foram adoptadas, entre outros países, no Canadá³⁷, nos Estados Unidos da América e no Japão. Através deste movimento, praticam-se novos meios de intervenção, pelos quais se procura alcançar os seguintes objectivos:

- a) o autofinanciamento das operações;
- b) o renovar da produção, tendo por missão principal preservar o melhor da tradição (qualidade de vida, protecção do meio ambiente, a escala humana, a especificidade regional, etc.);

²⁹ *Idem*, p. 164.

³⁰ Ver, sobre o assunto, François Hubert, «Les écomusées. Contraditions et déviations», *Museum*, n.º 148, 1985, pp. 186-190.

³¹ Peter Davis, *Ecomuseums—an introduction*, Museums Studies. Department of Archaeology. The University of Newcastle (mimeog.).

³² Kjell Engstrom, «L'idée des écomusées s'implante en Suède», *Museum*, n.º 148, 1985, pp. 206-210.

³³ Entre outros trabalhos e materiais, do maior interesse pedagógico, produzidos no âmbito do Ecomuseu do Seixal, ver: António José Nabais, «Le Musée municipal de Seixal. Un écomusée de développement», *Museum*, n.º 142, 1984, pp. 71-74; Maria Clara Camacho e Maria da Graça Filipe, «Experiências museológicas de Seixal e Vila Franca de Xira. Breve estudo comparativo», *RDM [Monografias]. Revista de Museologia*, 01: *Museos y museologia en Portugal. Una rota ibérica para el futuro*, Fevereiro de 2000, pp. 105-115.

³⁴ *Ecomuseu de Torreda. Lagar de azeite da Cepeda*, Torreda, 1995; *Fundação Joaquim dos Santos. Um projecto de desenvolvimento local*, Torreda, Viseu, s/d; Maria do Carmo Simões, «Fundação Joaquim dos Santos (Torreda). Da origem à actualidade», *Gestão e Desenvolvimento*, n.º 7, 1998, pp. 125-159.

³⁵ Desde o estudo de síntese, elaborado em 1985, por José António Nabais («Le développement des écomusées au Portugal», *Museum*, n.º 148, 1985, pp. 211-216), muitas outras experiências foram concretizadas, ainda que, na maior parte das vezes, sem se ter adoptado expressamente a designação de “ecomuseu”.

³⁶ M. Hunter (ed.), *op. cit.*, p. 158.

³⁷ René Rivard, «Les écomusées au Québec», *Museum*, n.º 148, 1985, pp. 202-205.

c) a resposta ao desenvolvimento do turismo cultural e científico da região, pela difusão do produto, utilizando as bases de uma museologia renovada³⁸.

4. Ecomuseus e saber-fazer

As profundas transformações verificadas na sociedade e na educação, nesta transição de século e de milénio, vieram reforçar o papel educativo dos museus e, consequentemente, também a sua responsabilidade. Tal deve-se, fundamentalmente, aos seguintes factores:

- a rápida desactualização dos conhecimentos – ou dos conteúdos programáticos, enquanto tal – e a necessidade, daí decorrente, de privilegiar o processo de aprendizagem, ou seja, o *aprender a aprender*;
- a necessidade de promover a educação ao longo de toda a vida do indivíduo, muito para além da função geralmente cometida à escola, em geral circunscrita às primeiras décadas da vida de cada um;
- o aceleradíssimo progresso tecnológico e científico, a exigir um enorme esforço, a nível institucional e pessoal, com vista a aumentar a cultura técnico-científica das pessoas e, de modo muito particular, a torná-las receptivas à inovação;
- a necessidade de atenuar o carácter, por vezes, ainda excessivamente livresco e abstracto do ensino-aprendizagem, através da observação atenta e do estudo dos objectos/colecções, aproveitando as potencialidades da sua característica tridimensional;
- a vantagem de praticar, efectivamente, a interdisciplinaridade, domínio em que certos tipos de museu, entre os quais os ecomuseus, os museus de sociedade e os museus de comunidade podem dar uma excelente colaboração.
- a urgente necessidade de se reforçar a educação ambiental, sensibilizando e alertando as pessoas para as questões de índole ecológica, intimamente relacionadas com a qualidade de vida, presente e futura.

A este propósito, já foi sublinhado: «a vocação principal do ecomuseu [no caso em apreço, junto de uma central hidroeléctrica, no Brasil] é promover actividades escolares e extra-escolares de educação relativa ao ambiente»³⁹.

A compreensão da história das técnicas – considerando a tecnologia como uma “ciência humana”, como defende André-Georges Haudricourt⁴⁰ – exige o estudo da respectiva história. Esta, como sabemos hoje e já tivemos o ensejo de recordar anteriormente, faz-se não só com fontes escritas mas também a partir dos próprios objectos, testemunhos/monumentos industriais que abundam nos museus da ciência e da técnica, mas também nos ecomuseus, em particular no que respeita às actividades produtivas tradicionais.

³⁸ Cyril Simard, «“Écomuséologie”: un néologisme...payant!», *Museum*, n.º 172 (n.º 4), 1991, p. 232.

³⁹ Fernanda de Camargo e Almeida – Moro, «Un écomusée près d’une centrale hydroélectrique», *Museum*, n.º 161 (n.º 1), 1989, p. 55.

⁴⁰ André-Georges Haudricourt, *La technologie science humaine. Recherches d’histoire des techniques*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1987.

Isso mesmo foi já afirmado por Phillippe Mairot, nos seguintes termos: «não se pode compreender e dominar realmente as técnicas de hoje sem as ligar à arqueologia e às condições do seu nascimento»⁴¹. Daí a necessidade da organização, em rede, de *sítios* de diversas actividades: matérias-primas e sua exploração, minas energia, água, engrenagens, metalurgia e saber-fazer⁴².

No que há energia diz respeito, não se lhe tem dedicado, em Portugal, a atenção que ela merece. Com efeito, num estudo recente dedicado à energia na história da Humanidade, o autor salienta: «da perspectiva da ciência natural, tanto a pré-história do homem como o decurso da respectiva história têm consistido fundamentalmente na procura e no controlo de reservas e fluxos de energia cada vez mais substanciais»⁴³.

Devido à importância da temática, não surpreende que, em São Paulo (Brasil), por exemplo, exista a Fundação do Património Histórico da Energia de São Paulo, no âmbito da qual dezenas de investigadores, credenciados e empenhados, se dedicam exclusivamente ao estudo, à preservação e à divulgação do referido património da energia.

5. Museologia e desenvolvimento

Tradicionalmente havia como que um certo pudor em associar cultura e economia, ao mesmo tempo que não se consideravam os museus e o próprio património cultural na sua vertente económica. Todavia, também sob este ponto de vista a realidade tem vindo a mudar, mais rapidamente do que alguns gostariam, mas mais devagar do que outros ansiariam!

Deste modo, não deverá surpreender que um autor francês, já citado – Xavier Greffe, economista preocupado com as questões do património –, nos venha falar do “valor económico do património”⁴⁴, ou que outros investigadores se refiram à função social dos museus, à sua utilidade, mesmo do ponto de vista económico, bem como ao papel dos museus no desenvolvimento.

Acrescente-se que, em certos museus, estão bem patentes preocupações de gestão empresarial, segundo a qual, custos e benefícios, investimento e retorno, produtividade e excelência não são palavras vãs.

Todas estas questões se prendem, obviamente, com as finalidades da organização museológica. Como já foi dito, noutros tempos, ainda não muito longínquos, os museus encontravam-se “ao serviço” de uma determinada elite, necessariamente restrita. Na actualidade, a tendência é para considerar que um museu deve ser criado para benefício de toda a comunidade, ideia que, aliás, em países como os Estados Unidos da América do Norte, tem já raízes profundas⁴⁵.

⁴¹ Phillippe Mairot, «La valorisation du patrimoine industriel. Les musées des techniques et cultures comtoises», *Pour*, n.º 153, Março de 1997, p. 64.

⁴² Ph. Mairot, *idem*, pp. 65-67.

⁴³ Vaclav Smil, *Energy in World History*, Boulder, San Francisco, Oxford, Westview Press, 1994, p. 1.

⁴⁴ Xavier Greffe, *La valeur économique du patrimoine. La demande et l'offre de monuments*, Paris, Anthropos, 1990.

⁴⁵ Kenneth Hudson, *A social History of museums. What visitors thought*, Londres, The Macmillan Press, 1975, p. 31.

Como salientou Georges Henri Rivière, fazer do museu «uma “instituição ao serviço da sociedade” é uma verdadeira revolução, relativamente à museologia tradicional»⁴⁶. Na Áustria, por exemplo, onde existem diversos museus regionais e locais, procura atrair-se a população local para que veja neles um instrumento do desenvolvimento da sua identidade regional⁴⁷.

Poder-se-á, entretanto, perguntar: quais os mecanismos através dos quais os museus e, de forma mais específica, os da “família” dos ecomuseus, poderão constituir pólos de desenvolvimento? Kenneth Hudson «afirmava, em tom irónico, que nenhum museu é inútil, na medida em que a maior parte, se não todos, asseguram emprego ao seu pessoal»⁴⁸. Mas, para além desse motivo – que, aliás, não é despreciando, em certas localidades onde a oferta de trabalho escasseia e a taxa de desemprego aumenta –, outros há, de maior relevância.

Em muitos casos, os museus nascem onde a história termina. Trata-se dos já chamados “museus de recessão”⁴⁹. Estes, desde que se encontrem devidamente organizados, promovidos com profissionalismo e integrados nos programas e circuitos turísticos, podem transformar-se em pólos verdadeiramente atractivos. Conhecem-se vários exemplos.

A sua “entrada” nos circuitos turísticos tradicionais constitui como que uma lufada de ar fresco, não só pela novidade como também pelas potencialidades pedagógicas que apresentam.

O turismo já é considerado como a principal ou uma das indústrias líderes, prevendo-se que a sua importância continue a aumentar, nas próximas décadas. De entre as suas modalidades mais promissoras destaca-se, precisamente, o turismo cultural.

Este género de turismo, ao contrário do que poderia supor-se, interessa a diversos tipos de público, tendo como clientelas:

- a) especialistas de um tema, fortemente motivados;
- b) indivíduos igualmente motivados, mas num conjunto de temas da cultura;
- c) de carácter ocasional, curiosa, ecléctica, mas geralmente maioritária nos sítios e manifestações culturais em zonas turísticas⁵⁰.

Além das “indústrias da cultura”, que uma instituição museológica poderá contribuir para dinamizar, há que realçar os aspectos ligados à educação e à formação de recursos humanos, já acima mencionados, essenciais à criação de novas áreas de actividade, por certo cada vez mais exigentes, no que concerne ao capital humano a recrutar.

⁴⁶ *La muséologie...*, p. 357.

⁴⁷ Hartmut Prasch, «Musées régionaux, musés locaux: que dialogue?», *Museum*, n.º 175 (n.º 3), 1992, p. 135.

⁴⁸ David C. Devenish, «Londres se souvient de Sigmund Freud: création d'un musée, d'emplois, de rapports humains», *Museum*, n.º 1628 (n.º 2), 1989, p. 91.

⁴⁹ François Hubert, *op. cit.*, pp. 27-28.

⁵⁰ Claude Origet du Cluzeau, *Le tourisme culturel*, col. “Que sais-je”, n.º 3339, Paris, PUF, 1998.

(Página deixada propositadamente em branco)

6. MUSEOLOGIA E PATRIMÓNIO INDUSTRIAL*

A importância e a pertinência do fenómeno museológico tem vindo a acentuar-se nas últimas décadas. Reconheceu-se, finalmente, que os museus podem desempenhar funções muito mais vastas e diversificadas do que as de preservar, estudar e exhibir objectos e colecções ou, mais genericamente, património cultural.

Já se afirmou que «estamos em vias de passar de uma idade de *construção* e de *aquisição* para uma idade de *preservação* ou de *apreciação*»¹.

A democratização da sociedade – e as concepções acerca da mesma e do seu evoluir histórico –, a elevação do nível cultural da população, com o conseqüente aumento da exigência, relativamente aos seus direitos e aos deveres das instituições, entre outros factores, levaram a que as pessoas passassem a ser mais ambiciosas e a ter expectativas mais elevadas, em relação aos serviços a prestar pelas instituições museológicas.

Neste contexto, todos aqueles que se dedicam à museologia e à museografia, na actualidade e, por certo, no futuro próximo, não poderão deixar de se preocupar com questões que, embora parecendo ultrapassar a sua esfera de acção, estão intimamente relacionadas com aquelas. Atentemos apenas em alguns exemplos.

A salvaguarda de certos testemunhos, mesmo que, segundo os critérios tradicionais, pudessem ser destituídos de “dignidade” museológica ou patrimonial. Ou seja, admitindo, com Jacques Le Goff, a já aludida identificação monumento-documento, objectos muito simples, inclusive da categoria a que Daniel Roche chama as “coisas banais”, poderão – e, muitas vezes, deverão – ser musealizados.

Tal pode ser aconselhado pelo seu significado, pelas suas características, mas também pelo seu valor como testemunho, isto é, como veículo de informação histórica.

Como é sabido, a roda do oleiro, a cana do vidreiro, a máquina a vapor, a lâmpada eléctrica, a turbina, ou a máquina de lavar – para mencionar apenas alguns exemplos –, além da sua funcionalidade e utilidade, no passado como no presente, transportam consigo informações da maior relevância, não só para a história da tecnologia, do artesanato e da indústria, como para a história do próprio homem e da sociedade.

* O texto que ora se publica, revisto, foi inicialmente apresentado numa comunicação no Funchal, num dos Colóquios da Associação Portuguesa de Museologia-APOM (16.11.2001).

¹ J.-P. Babelon e A. Achastel, *La notion de patrimoine*, Paris, Ed. Liana Levi, 1994, p. 107.

Por outro lado, a função educativa e cultural dos museus é hoje unanimemente reconhecida e tem vindo a tornar-se cada vez mais relevante, como procurei mostrar anteriormente (ponto 3), o que exige a tomada de medidas adequadas, quer no que concerne aos recursos humanos, quer aos materiais.

Recorde-se, ainda, que os museus e o próprio património constituem recursos ou activos, a aproveitar e a valorizar, em proveito da sociedade, em geral, e das respectivas comunidades em que estão inseridos, em particular.

Daí que hoje, ao falar-se de desenvolvimento – nomeadamente no que toca às suas componentes turísticas, em especial à vertente do *turismo cultural* –, a questão dos museus tenha que ser necessariamente equacionada, dado o papel imprescindível por eles desempenhado.

O que se acaba de referir, de forma sumária, ajuda a explicar a já tantas vezes referida “explosão museológica” a que temos vindo a assistir no último quarto de século e que, como tudo leva a crer, prosseguirá futuramente.

Além do número de museus, de diversos tipos, não parar de crescer de dia para dia – como se pode verificar, no que concerne a Portugal, através dos dados que constam do já citado *Inquérito aos Museus de Portugal*² –, a própria visibilidade que vai sendo dada ao fenómeno, através da comunicação social, revela bem que os museus e a sua problemática estão bem presentes ou, sentir-me-ei mesmo tentado a acrescentar, “estão na moda”.

1. “Museus de crise” e desindustrialização

A segunda metade do século XX foi fértil em eventos históricos, muitos dos quais introduziram profundas transformações de ordem política, social, económica, científica e tecnológica.

Reportando-me somente a alguns dos aspectos socioeconómicos, merecem ser recordados os seguintes:

- as devastadoras destituições provocadas pela II Guerra Mundial (1939-1945);
- a rápida e intensa reconstrução que lhe sucedeu, entretanto seguida por um espectacular desenvolvimento económico (trata-se dos já designados “30 anos de ouro” da economia, isto é, as décadas de 1950-1970);
- a desindustrialização de zonas tradicionalmente dedicadas ao sector secundário;
- a deslocalização de unidades produtivas, atraídas por factores mais favoráveis (acessibilidades, mão-de-obra qualificada, dinamismo do mercado, disponibilidade de recursos, inclusive de espaço, e energéticos);
- uma certa preponderância do sector terciário, na sociedade actual, a que já se chamou “sociedade dos serviços”, com a desactivação de numerosas fábricas que, por motivos diversos – entre outros, desactualização tecnológica, deficiente gestão, dificuldades de afirmação, face à concorrência –, deixaram de ter viabilidade económica;

² Lisboa, Ministério da Cultura/IPM, 2000.

- a procura de novas matérias-primas e/ou de fontes de energia e a falta de escoamento de outras – por exemplo, alguns minerais e carvão –, o que levou ao abandono de complexos mineiros, outrora muito activos.

Perante um património tão numeroso e diversificado, surgiram dois tipos de atitudes. Para uns, tratava-se de algo sem valor e que, como até constituía um estorvo a novas realizações, havia que fazer desaparecer, sempre que, no mesmo local, fosse necessário edificar estruturas mais lucrativas e modernas.

Como se pode ler numa obra recentemente publicada sobre o património industrial nos Estados Unidos da América³, «fábricas, máquinas e outras relíquias da utensilagem e das construções industriais eram simplesmente consideradas como desprovidas de valor histórico, sendo ainda consideradas menos dignas de conservação».

Esta atitude, induzida por um certo pragmatismo e economicismo que caracterizam o nosso tempo, como vimos já, tem raízes culturais profundas que remontam, no mínimo, à Antiguidade Clássica, onde o trabalho artesanal era, em certa medida, tarefa de pouca dignidade e, logo, destinada aos escravos.

Contra esta perspectiva – que privilegiava as Belas-Artes, em detrimento das Artes Mecânicas – se insurgiram já alguns dos enciclopedistas franceses do século XVIII, embora com um sucesso relativo, pois nem eles nem as gerações seguintes, ao longo de duas centúrias e meia, conseguiram erradicar totalmente a referida mentalidade.

Outros, ao contrário, «entendiam que certos sítios podiam ser reabilitados e reutilizados para outros fins; havia mesmo visionários a pensar que paisagens industriais inteiras poderiam ser preservadas sob a forma de aldeias-museu ou de “distritos históricos”»⁴.

Por exemplo, nas antigas colónias têxteis catalãs ou em certos museus de ar livre (“open museums”, no Reino Unido ou “ecomuseus”, em França e noutros países do Continente europeu), seguiu-se uma estratégia desse tipo.

Noutros casos, foram os museus tradicionais, em tempos idos dedicados fundamentalmente à ciência, que passaram a recolher, estudar e exhibir património industrial, entretanto desactivado e colocado à margem do processo produtivo.

O Museu da Ciência e da Indústria de Chicago, o “Science Museum” de Londres e o “Deutsches Museum” de Munique, entre outros, além de terem continuado a ser importantes repositórios de objectos relativos à história da ciência, começaram igualmente a dedicar-se à salvaguarda, estudo e divulgação de tecnologia aplicada e mesmo do património industrial.

Ao fazê-lo, contribuem para uma melhor compreensão da história do artesanato, da proto-industrialização e da industrialização, assim como para preservar parte importante da memória das comunidades, reforçando, simultaneamente, a respectiva identidade das populações.

A função pedagógica que exercem é da maior relevância, ao permitirem obter a compreensão de fenómenos mais ou menos rebarbativos, mas que, quando apresentados de forma didáctica, se tornam de fácil apreensão.

Por exemplo, as salas dedicadas às energias, em alguns desses museus, ao exibirem, lado a lado, a roda hidráulica, a máquina a vapor e a turbina eléctrica – equipamentos

³ Louis Bergeron e Maria Teresa Maiullari-Pontois, *Le patrimoine industriel des États-Unis*, Paris, Hoebeke, 2000.

⁴ *Idem*, p. 9.

esses que, por vezes, se podem observar em funcionamento –, permitem obter uma visão, muito mais completa e perfeita, do papel relevante das energias na história da Humanidade, o qual foi sobejamente demonstrado por Vaclav Smil, na obra que dedicou ao assunto⁵.

Mesmo em alguns museus de carácter “generalista”, apesar de tradicionalmente se dedicarem mais ao património arqueológico, etnográfico ou artístico, começou a prestar-se alguma atenção ao património industrial, reunindo utensílios artesanais, algumas máquinas ou veículos e outros objectos relacionados com os transportes e comunicações (telefones, aparelhos telegráficos e de rádio, etc.).

A propósito do interesse deste tipo de património, salienta o autor espanhol, J. Ballart: «a obsolescência alarga a vida dos objectos que já não valem nada, mas trata-se de “outra vida”».

E prossegue o autor: «nesta “outra vida” reside em parte o valor de relíquia de um objecto, que para uns é anedota, para outros sentimento e, para os demais, símbolo ou totem»⁶.

Outro tipo de museus tem vindo a exercer um papel significativo na salvaguarda, estudo e divulgação do património industrial: os museus especializados, por ramo de actividade. Entre muitos outros exemplos, que poderiam indicar-se, recordo apenas os seguintes tipos de museus:

- de cerâmica (da Olaria, em Barcelos; da Vista Alegre, em Ílhavo; de Bordalo Pinheiro, nas Caldas da Rainha ou de Sacavém, nas imediações de Lisboa);
- do traje e museus têxteis (Museu do Traje, em Lisboa, e Museus Têxteis, na Covilhã e em Vila Nova de Famalicão, em Tarrasa, nas proximidades de Barcelona ou em Lyon, França, onde há um excelente Museu da Seda);
- do vidro (na Marinha Grande; em St. Helens e Stourbridge, na Inglaterra; em Monterrey, no México; ou em Corning, Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, onde se encontra aquele que é, por certo, o melhor museu do mundo da especialidade);
- do papel (Santa Maria da Feira-Paços de Brandão e Capellades, na área de Barcelona, Espanha);
- do automóvel (no Caramulo e em Bruxelas);
- ferroviários (no Entroncamento, em fase de organização, em Madrid ou em York, Grã-Bretanha, onde se pode visitar um dos melhores museus do género);
- da electricidade como o do Funchal (*A Casa da Luz*), muito bem concebido e organizado; o Museu da Electricidade, em Lisboa, instalado num edifício (Central Tejo) que é, ele próprio, um monumento industrial de excepcional valor; ou o Museu da Central de Santa Rita, no concelho de Fafe; neste último caso, sublinhe-se a função didáctica, visto o museu ser iluminado com a energia produzida pela própria central, para efeitos de demonstração do seu funcionamento;
- ou dos transportes urbanos, em Lisboa, Porto e Coimbra.

⁵ *Energy in World History*, Boulder-San Francisco-Oxford, Westview Press, 1994.

⁶ Josep Ballart, *El patrimonio histórico y arqueológico valor y uso*, Barcelona, Ed. Ariel, 1997, p. 229.

Por sua vez, também algumas empresas e mesmo outro tipo de organizações – inclusive não lucrativas, como, por exemplo, corpos de bombeiros – têm vindo a prestar mais atenção ao respectivo património, em certos casos optando pela sua musealização.

Trata-se de uma área que tende a desenvolver-se, ao mesmo tempo que se vão reforçando outros domínios do saber da esfera empresarial, como a história das empresas/ organizações e a cultura de empresa.

Em Portugal, como é sabido, existe mais de uma dúzia de museus de empresa, em ramos tão diversificados como a cerâmica e a olaria, o vidro e o cimento, o têxtil e a cortiça, os transportes, as comunicações e o café.

A APOREM (Associação Portuguesa de Empresas com Museu) foi constituída com o intuito de apoiar e dinamizar este movimento. Após uma fase inicial, durante a qual levou a cabo, em Lisboa, uma exposição sobre a temática – na Estação do Metropolitano do Alto dos Moinhos –, passou a ter pouca visibilidade. Todavia, nos últimos anos, levou a cabo mais algumas iniciativas dignas de relevo.

2. As Potencialidades do Património Industrial

O património industrial constitui hoje, indubitavelmente, um “novo território” a explorar. No interessante trabalho que lhe dedicaram Louis Bergeron e Gracia Dorel-Ferre, anteriormente citado, pode ler-se: «O património histórico da indústria é constituído, concretamente, pelos traços, mais ou menos bem preservados, do seu funcionamento e da sua inserção na paisagem ou na sociedade: os arquivos de empresas, as paredes das fábricas, os vestígios das infra-estruturas ou da utensilagem, as colecções de produtos (inclusive, patenteadas nos catálogos), o impacto sobre o ambiente, a memória das últimas gerações ou de assalariados».

E acrescentam os autores: «tantos elementos materiais ou recordações que hoje cada vez mais se admite não ser possível ignorar, ao fazer-se a história da indústria, uma história [que deverá ser inscrita] não somente em estatísticas, inquéritos, contabilidades, mas também no espaço em três dimensões, na visão de uma população, nas vidas quotidianas»⁷.

Assim, do ponto de vista da investigação histórica, o património industrial fornece um manancial informativo que, de modo algum, poderá ser esquecido. Através dele, devidamente preservado – *in situ* ou em instituições museológicas –, é possível esclarecer muito do que a documentação escrita não regista ou menciona apenas parceladamente.

Como é sabido, a fonte escrita, além dos problemas provenientes da intencionalidade inerente à sua produção, está sujeita a muitas contingências, até relacionadas com o acaso: um incêndio, a sua deliberada destruição, o desconhecimento da sua localização, etc.

Isto para já não referir a quantidade enorme de actos/acções/actividades que, embora significativos, não chegam a passar pelo mundo da escrita. Como é do conhecimento geral, esta é sobretudo apanágio de certos estratos sociais, enquanto outros só a ela recorrem esporadicamente e, sobretudo, quando a isso são obrigados. Daí a necessi-

⁷ *Op. cit.*, p. 5.

dade de cada vez mais se prestar uma atenção redobrada à chamada cultura material, já acima focada (ponto 2).

Atentemos, entre outros, nos seguintes exemplos:

- a) condições de trabalho (por meio da análise da área utilizada, da luminosidade e da ventilação dos respectivos espaços);
- b) tipo de esforço exigido ao operário (observando o género de tecnologia usado);
- c) “design” e sua evolução (além dos já mencionados catálogos, hoje considerados fontes de primeiro plano, os moldes e os próprios objectos, ainda existentes, permitirão tirar importantes ilações);
- d) modos de vida, analisados a partir do tipo de habitação e da distância a que esta se encontrava do local de trabalho.

No que diz respeito à tecnologia e ao trabalho humano, a preservação e o estudo do património industrial não devem incidir, somente, na máquina, semiautomática e automática, cuja história, como bem sublinhou L. Munford⁸, se reduz aos últimos duzentos anos.

Ao invés, utensílios como as já referidas roda do oleiro e cana do vidreiro, entre tantos outros, são utilizados, sem alterações substanciais, há milénios. Também estes fazem parte – aliás de pleno direito – do património industrial e deles se devem ocupar a arqueologia industrial e a museologia.

Por outro lado, há que prestar atenção não somente às inovações e aos “pontos de ruptura” – máquina a vapor, descoberta da electricidade ou do motor de explosão –, mas também à sua difusão, aos usos, tema ao qual se deu considerável relevo, num dos números da revista *Annales*⁹.

Uma das características mais interessantes do património industrial reside no facto de a sua salvaguarda, estudo, valorização e utilização exigirem perspectivas e metodologias interdisciplinares e pluridisciplinares.

De facto, como a prática tem demonstrado, trata-se de um domínio susceptível de interessar a historiadores e sociólogos, a geógrafos e museólogos, a arquitectos e engenheiros, a artesãos e operários, a empresários, técnicos e gestores.

Uma outra particularidade significativa do dito património diz respeito às suas potencialidades motivadoras, para um número considerável de pessoas, por fazer parte do seu quotidiano ou por estar mesmo relacionado com a actividade profissional exercida. Como já foi salientado por L. Bergeron e M. Teresa Maiullari-Pontois:

«Cada vez mais se desenvolve um sentimento de ligação ou de afecto a monumentos ou paisagens, cujo aspecto e mensagem começam a ser melhor percebidos e olhados de uma forma positiva, como elementos de um património que tem qualquer coisa com que contribuir para a construção das fases seguintes de uma história colectiva»¹⁰.

O património industrial e os museus que dele se ocupam tendem a desempenhar um papel cada vez mais relevante, do ponto de vista cultural e educativo. Para isso contribuem vários factores. Por um lado, o reconhecimento do baixo nível cultural de vastos estratos da população portuguesa, em especial no que concerne à cultura

⁸Lewis Munford, *Technics and civilization*, reed., San Diego, Harcourt Brace & Company, 1963, p. 3.

⁹*Annales*, 53.º ano, n.º 4-5, 1998.

¹⁰*Op. cit.*, p. 279.

científica e tecnológica. O hiato entre as “duas culturas”, de que falava C. P. Snow, nos anos de 1960 – ou das “três”, segundo versão mais recente, de um outro autor –, ainda não desapareceu. Por outro lado, a necessidade que todos sentimos de melhor compreender o mundo que nos rodeia, cada vez mais dominado por tecnologias (“novas” e “velhas”), sem o que nos transformaremos em analfabetos, embora de tipo diferente do tradicional. Por exemplo, já se fala de “infoexcluídos” ou de “infoanalfabetos”.

Não menos relevante é o reconhecimento de que não há, na vida do indivíduo, um período específico, exclusivo, destinado à educação, mas que esta terá de continuar, ao longo de toda a vida. Neste sentido, e como acima referi, a educação não formal – e, com ela, os próprios museus – adquiriram uma nova relevância e, bem assim, novas responsabilidades. Acerca do assunto, destaca Ana Luísa Janeira: «No meio de certas descontinuidades, os museus correspondem, sem dúvida, a uma continuidade de transmissão extra-escolar não-estruturada e alargada, à qual se foram anexando outras tantas novidades. Entretanto, surgem espaços simbólicos para propagandear as maravilhas estrondosas da Revolução Industrial e as conquistas maiores da Revolução científica. Quais circuitos de comunicabilidade e de exaltação, os seus pavilhões e galerias primam pelo dinamismo arquitectónico, nas sucessivas Exposições (Universais, Internacionais, Nacionais e Regionais). Acompanham-nas as Industriais e outras, da Agricultura às Artes Decorativas»¹¹.

3. Formação e sensibilização no âmbito do património industrial

Há ainda dois outros aspectos que me parecem ter alguma importância, no contexto do que acabo de expor. Refiro-me à (falta de) formação e sensibilização, por parte dos que têm que “lidar” com o património industrial, consoante os fins em vista.

Não obstante o que tem vindo a efectuar-se no âmbito da arqueologia industrial e da preservação do respectivo património, muito mais há a fazer, com vista a poder avançar-se com segurança e metodologia adequada.

Por exemplo, há que prosseguir, de forma estruturada e sistemática, com o levantamento do património industrial e, posteriormente, proceder à sua divulgação, por diversos meios.

Tarefa tão relevante merece atenção – ao menos, de forma semelhante à que tem sido dada ao património artístico, embora também aqui nem tudo esteja feito –, com vista a superar iniciativas pontuais e/ou individuais, muitas vezes devidas a boas vontades e voluntarismos mas que, por isso mesmo, não têm sequência.

Torna-se necessário saber onde se localiza, de que consta e em que condições se encontra o património industrial, para que, a jusante – museus, escolas, operadores turísticos e promotores do desenvolvimento, organismos governamentais e autárquicos –, se possa actuar, em prol da cultura, da educação e das próprias comunidades, no que respeita àquela parte substancial da nossa história e memória, reforçando-se, assim, a respectiva identidade.

¹¹ Ana Luísa Janeira, *Fazer-ver para fazer-saber. Os museus das ciências*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1995, pp. 16-17.

Continua a ser escandaloso, do meu ponto de vista, a reduzida ou nula atenção que os estabelecimentos de ensino, inclusive superior – salvo uma ou outra excepção –, têm dedicado à formação nesta área, tão carecida como promissora. Por conseguinte, há que, através de estratégias de tipo diverso, formar quadros competentes para estudarem, preservarem (e/ou defenderem a preservação) desse património, frequentemente tão esquecido.

Simultaneamente com a formação, há que cuidar da sensibilização. Muitas vezes, os responsáveis, a vários níveis, não têm conhecimento nem, tão-pouco, estão sensibilizados relativamente a esta faceta do património cultural. Como afirmam L. Bergeron e Dorel-Ferre: «É pouco convencer o grande público e os decisores locais do interesse dum sítio industrial como objecto de estudo do especialista. É bem mais difícil levá-lo a admitir que um vestígio industrial é um objecto de memória que concerne a toda uma população, que tem uma utilidade para os nossos contemporâneos como para as gerações futuras»¹².

Também faltam, entre nós – em parte por carência de formação e de sensibilização –, movimentos de opinião ou de pressão que possam induzir os responsáveis a “olharem”, de outra forma, para o nosso património industrial. E, no entanto, alguns factos históricos revelam-nos como, por vezes, essas movimentações dão os seus frutos. Lembro apenas dois exemplos.

Conta-se que Carlos V (1516-1556) tinha decidido, de forma irrevogável, mandar destruir a famosa Mesquita de Córdova. Porém, acabou por não concretizar essa medida, em virtude de uma delegação de habitantes daquela cidade se lhe ter dirigido, solicitando que não permitisse a destruição do monumento, ao qual, apesar de cristãos, estavam profundamente ligados¹³.

Mais recentemente, há cerca de duas décadas, um movimento semelhante, em York (norte de Inglaterra), levou a que, em vez de um prédio de grandes proporções, destinado a negócios, se edificasse um Centro Viking, de volumetria mais modesta, mas com um interesse cultural e turístico bem maior, pois nele também se preservam e exibem vestígios arqueológicos importantes, relativos àquela civilização.

Entre nós, vamos assistindo, impávidos e serenos, a abandonos e/ou demolições, com a consequente delapidação do nosso património, industrial e não só. Acrescente-se, no entanto, que o panorama está a mudar e que, como tudo leva a crer, continuará a evoluir favoravelmente no futuro, embora de forma mais lenta do que seria para desejar.

¹² *Op. cit.*, p. 71.

¹³ *Ibidem*.

Bibliografia

- ANDRIEUX, Jean-Yves, *Le patrimoine industriel*, col. «Que-sais-je?», n.º 2657, Paris, PUF, 1992 (ver recensão nos *Annales*, 47.º ano, n.º 3, 1992, pp. 729-730).
- BABELON, J.-P. e CHASTEL, A., *La notion de patrimoine*, Paris, Ed. Liana Levi, 1994.
- BALLART, Josep, *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*, Barcelona, Ed. Ariel, 1997.
- BERGERON, Louis e DOREL-FERRE, Gracia, *Le patrimoine industriel. Un nouveau territoire*, Paris, Ed. Liris, 1996.
- BEGERON, Louis e MAIULLARI-PONTOIS, Maria Teresa, *Le patrimoine industriel des États-Unis*, Paris, Hoebeke, 2000.
- DANA, John Cotton (Textos seleccionados por), *The New Museum*, Washington, D.C., The Newark Museum and American Association of Museums, 1999.
- EDGERTON, David, «De l'innovation aux usages. Dix thèses sur l'histoire des techniques», *Annales*, 53.º ano, n.º 4-5, Julho/Agosto 1998, pp. 815-837.
- Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus, 2000.
- JAVEIRA, Ana Luisa, *Fazer-ver para fazer-saber. Os museus das ciências*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1995.
- LE GOFF, Jacques, «Documento/Monumento», *Enciclopédia Einaudi*, 1: *Memória-História*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 95-106.
- MENDES, José Amado, «A Enciclopédia como fonte para a história da indústria no século XVIII», *Revista Portuguesa de História*, t. XXIII (*Actas do Colóquio "A Revolução Francesa e a Península Ibérica"*), 1987, pp. 81-90.
- MENDES, José Amado, «O papel educativo dos museus: Evolução histórica e tendências actuais», *Didaskalia*, vol. XXIX (1999), fascs. 1-2, pp. 667-692 (Acima publicado, ponto 3).
- «Monográfico: Puentes, obras de ingeniería e hidráulicas, un patrimonio a conservar», *Artigrama. Revista del Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Zaragoza*, n.º 15, 2000, pp. 13-174.
- MUNFORD, Lewis, *Technics and civilization*, reed, San Diego, Harcourt Brace & Company, 1963.
- ROCHE, Daniel, *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (Séculos XVIII-XIX)* (trad. do francês), Lisboa, Ed. Teorema, 1998.
- SMIL, Vaclav, *Energy in World History*, Boulder-San Francisco-Oxford, Westview Press, 1994.

(Página deixada propositadamente em branco)

7. PATRIMÓNIO CULTURAL, PATRIMÓNIO INDUSTRIAL E ESTUDO DE CASO: OS FORNOS DE CAL NO CONCELHO DE CANTANHEDE

Nos últimos três quartos de século – sensivelmente a partir dos anos 1930 –, o campo da investigação histórica tem vindo a alargar-se substancialmente, ao ponto de se poder afirmar que tudo o que, de algum modo, diz respeito ao homem ou que com ele se relaciona é “digno” de ser estudado.

Não menos relevante, do ponto de vista da pesquisa no âmbito das ciências humanas e sociais, é a extensão que o conceito de património tem vindo a alcançar, abrangendo um número cada vez mais elevado de vertentes, o que – como vimos noutra local – já se começou a designar *patrimonialização*.

Em consequência dessas novas perspectivas, passaram a estudar-se, simultaneamente com os temas tradicionais – guerras, relações internacionais, sistemas e eventos políticos –, temáticas como a vida privada, as “coisas banais”, usos e costumes, a gastronomia, a bruxaria, o vestuário, a habitação, o abastecimento de água, gás e electricidade, para dar apenas alguns exemplos.

Por outro lado, o termo património tornou-se demasiado vago e impreciso e, mesmo restringindo-o ao património cultural, torna-se necessário especificar a que tipo de património nos referimos, pois as respectivas categorias são múltiplas.

Igualmente importante foi o facto de o historiador se ter libertado da “escravatura” das fontes escritas. Com efeito, começa a ser cada vez mais facilmente aceite que a história se faz com documentos escritos, quando os há, mas que se pode e deve fazer, também, com outros tipos de testemunhos, desde os iconográficos aos audiovisuais, dos orais aos materiais – como é sabido, cada vez se torna mais pertinente o estudo da chamada cultura material (ver ponto 2) –, para já não falar no próprio “silêncio” das fontes, o qual é susceptível de “leituras”, por vezes bastante elucidativas.

1. Património Cultural/Património Industrial: um novo território

Apesar de ser tão antiga como o próprio homem, a questão do património continua na ordem do dia. Até à década de 1930, o conceito de património era tomado apenas na sua acepção tradicional, isto é, como o «conjunto de bens de família, transmitidos

por herança», ou o «conjunto de bens próprios, herdados ou adquiridos». Acrescente-se, no entanto, que alguns dicionários, mesmo actualmente, continuam a registar apenas aquele significado. Assim sucede, por exemplo, com o *Dicionário da Língua Portuguesa* que, ao dito significado, apenas acrescenta um outro: «dote necessário para a ordenação de um eclesiástico»¹.

Todavia, a partir de meados do século XX e, de modo especial, nas últimas décadas, um novo sentido do vocábulo *património* se impôs, a saber: o «conjunto dos bens materiais e imateriais transmitidos pelos antepassados e que constituem uma herança colectiva». Esta acepção já aparece no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa*².

Embora sem o referir de forma explícita, estamos perante o que se convencionou chamar *património cultural*, que é aquele que aqui nos interessa, de modo particular. Aliás, este significado tornou-se de tal modo usual que hoje, ao falar-se simplesmente de património – como já advertimos anteriormente –, muitas vezes, o que se quer significar é, efectivamente, património cultural. Isso torna-se evidente, em expressões como: protecção e salvaguarda do património, valor e uso do património, gestão do património, museologia e património, etc.

Mas, perguntar-se-á: o que deve entender-se por *património cultural*? No diploma legal sobre o assunto, recentemente promulgado³ – que “estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural” –, no seu art.º 2.º (“Conceito e âmbito do património cultural”), pode ler-se:

- «1 – Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.
- 2 – A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.
- 3 – O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.
- 4 – Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas».

Como se deduz do que se transcreveu, o património cultural, além do seu valor próprio, apresenta ainda um valor instrumental, mas imprescindível, relativamente: à história e ao conhecimento do passado; à memória e à identidade; às raízes das comunidades e à compreensão do seu papel, na actualidade como no futuro; ao desenvolvimento e ao bem-estar.

É que os nossos deveres, em relação ao património cultural, passam não apenas pela sua salvaguarda e transmissão aos vindouros, mas também pela respectiva valori-

¹ Utilizo a 8.ª edição, Porto, Porto Editora, 1999, p. 1235.

² Vol. II, Lisboa, Ed. Verbo, 2001, p. 2784.

³ Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

zação, enriquecimento e reforço, ao mesmo tempo que o devemos colocar ao serviço do homem, considerando-o como um activo importante e não como um fardo.

Dada a ampla abrangência do conceito de património cultural – a exemplo do que acontece com outras temáticas –, torna-se necessário “segmentá-lo”, para melhor o podermos utilizar. Assim, consoante o ramo do património de que se trate, convirá utilizar métodos (de estudo e salvaguarda), conceitos e até perspectivas diferenciadas.

Por exemplo, em acções de restauro ou de requalificação, proceder-se-á de modo diferente, conforme se trate de um quadro pictórico, de uma catedral medieval, de uma antiga fábrica ou de uma máquina. O grau de liberdade que, em alguns casos é limitado, noutras é relativamente amplo.

Com efeito, ao readaptar, para reutilização, as instalações de uma fábrica desactivada, uma estação ferroviária, uma central eléctrica ou um antigo armazém portuário, é possível efectuar transformações que estariam “proibidas”, caso se tratasse de um edifício histórico antigo, como uma catedral ou um castelo medievais.

Relativamente aos segmentos/vectores/ramos do património cultural, trata-se de um processo em curso, pois que, à medida que os estudos forem avançando, em tal domínio, novas especialidades se irão criando.

De qualquer modo, e apenas a título de exemplo, poderá falar-se de património artístico e arqueológico, etnográfico e folclórico, gastronómico e musical, natural e paisagístico.

Na nova Lei do património cultural, anteriormente citada (de 08.09.2001), ao considerarem-se os «regimes especiais de protecção e valorização de bens culturais», são referenciados os seguintes tipos de património:

- arqueológico;
- arquivístico;
- audiovisual⁴;
- bibliográfico;
- fonográfico;
- fotográfico.

Como parêntesis, julgo serem pertinentes os seguintes comentários:

- a) a presente Lei representa um avanço considerável, em relação à sua antecessora (Lei 13/85, de 6 de Julho) que, além do mais, nunca chegou a ser regulamentada⁵;
- b) apesar disso, a Lei de 8 de Setembro de 2001, sob alguns pontos de vista, já nasceu desactualizada, pois não se teve em conta o evoluir da realidade, nas últimas décadas;
- c) a tipologia do património apresentada, em alguns aspectos, parece-me incongruente e incompleta. Incongruente, porque distingue, desnecessariamente, dois tipos de património (audiovisual e fonográfico), quando o primeiro já abrange o segundo; também os patrimónios arquivístico e bibliográfico se

⁴ Lamentavelmente, o termo aparece escrito, repetidamente, de forma errada (“áudio-visual”, em vez de audiovisual), dando-se assim um péssimo exemplo, depois de se ter afirmado, no próprio diploma legal, ser «a língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, um elemento essencial do património cultural português» (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, art.º 2.º, 2).

⁵ Recordar-se, apenas, que tal se verificou, não obstante o que se estipulava no diploma citado, nomeadamente que a regulamentação deveria ocorrer no prazo de noventa dias, após a respectiva publicação.

poderiam agregar. Incompleta, porque se “esqueceu”, incompreensivelmente, aquele sector do património que maior dinamismo tem demonstrado, a partir dos anos 1980, nomeadamente o *património industrial*. Com efeito, em termos de investigação e ensino, de publicações especializadas, de museologia e de ecomuseologia, de turismo cultural, de reutilização e requalificação de antigos espaços e imóveis, o património industrial e a disciplina que o tem por objecto, a *arqueologia industrial*, só por ignorância ou distração podem ser olvidados. Apenas se faz uma ligeira alusão ao “património industrial e técnico” – entre diversos outros géneros de património –, a propósito do “interesse cultural relevante” do património (art.º 2.º, 3).

Estamos, assim, perante um “novo território” – usando a expressão do subtítulo da obra de Louis Bergeron e Gracia Dorel-Ferre –, o qual tem um âmbito muito lato, já que engloba: «os arquivos das empresas, as paredes das fábricas, as ruínas das infra-estruturas ou da utensilagem, as colecções de produtos (atenção aos catálogos!), o impacto sobre o ambiente, a memória das últimas gerações de patrões ou de assalariados, assim como elementos materiais ou recordações que, cada vez mais, se tende hoje a admitir serem imprescindíveis para se escrever a história da indústria».

«Uma história inscrita não somente nas estatísticas, nos inquéritos, nas contabilidades, mas também no espaço em três dimensões, na visão de uma população, nas vidas quotidianas»⁶.

O património e a arqueologia industriais estão presentes em algumas das realizações mais inovadoras e interessantes, sobejamente conhecidas. Entre muitos outros exemplos, recordo os que se seguem:

- a) Museu da Água Manuel da Maia (antiga Central Elevatória dos Barbadinhos) e Museu da Electricidade (na Central Tejo), em Lisboa;
- b) Museu dos Transportes Urbanos (central eléctrica, desactivada), no Porto;
- c) Museu d’Orsay (numa antiga estação ferroviária), em Paris;
- d) e Tate Modern (nas instalações de uma central eléctrica, desactivada), em Londres.

Há quem defenda, inclusive, que o património industrial permite lançar um novo olhar sobre a realidade. A propósito, sublinha um autor francês: «com o património industrial [...] é, com efeito, uma nova maneira de escrever e eu diria quase de pensar ou, pelo menos, de apreender a história que se afirma e impõe. Expliquemo-nos. A arqueologia industrial é a actividade científica que tem por objecto estabelecer um *corpus* coerente de elementos reunidos sob o vocábulo de património industrial»⁷.

2. Património industrial da cal: um filão a explorar

A cal foi um produto muito utilizado, até às primeiras décadas do século XX. Era usada na construção, como argamassa e na produção de adobes – embora o seu consumo tivesse diminuído progressivamente, primeiro com a difusão da arquitectura

⁶ Louis Bergeron e Gracia Dorel-Ferre, *Le patrimoine industriel. Un nouveau territoire*, Paris, Ed. Liris, 1996, p. 5.

⁷ Jean-Yves Andrieux, *Le patrimoine industriel*, col. «Que sais-je ?», n.º 2657, Paris, PUF, 1992, p. 3.

do ferro e, posteriormente, com a do betão –, na agricultura, como regularizador dos solos no tratamento da vinha e em algumas indústrias transformadoras (por exemplo, na do vidro).

Tendo sido a cal a argamassa mais vulgarmente usada até século XIX, não surpreende que, em certas áreas, também os respectivos fornos constituam uma das modalidades mais comuns de monumento industrial ainda existente. Daí a sua presença em obras da especialidade. Por exemplo, numa *Enciclopédia de Arqueologia Industrial*, publicada em Inglaterra (1992), encontram-se duas entradas, dedicadas respectivamente à cal e aos fornos de cal.

Ali se descrevem dois tipos de fornos: os artesanais, de laboração intermitente, nos quais a matéria-prima (pedra calcária), por acção do combustível, em geral a lenha, se transformava em cal. Os fornos industriais, rotativos, de produção contínua, para fabrico em larga escala, fruto da revolução industrial. Trata-se da adaptação dos fornos “Hoffman”, de cerâmica, à produção de cal⁸.

Reportando-nos a Portugal e à Região Centro, apesar de algumas outras tentativas – nos concelhos de Penacova e de Cantanhede –, foi no complexo mineiro e industrial do Cabo Mondego que a produção de cal persistiu durante um período mais longo⁹.

De facto, esta actividade, que persiste ali há cerca de dois séculos (desde os inícios do século XIX), começou em moldes artesanais, vindo a industrializar-se, na transição de Oitocentos para Novecentos.

A bateria de fornos instalada no Cabo Mondego evoluiu do seguinte modo: 1 (1874), 4 (1901), 5 (1913), 11 (1928) e 14 (1998). Trata-se de fornos com chaminé do tipo garrafa, semelhantes aos usados em Inglaterra, onde já constituem património industrial muito apreciado¹⁰.

Um dia que o fabrico da cal cesse no Cabo Mondego – como já sucedeu à exploração de carvão e às indústrias da cerâmica, do vidro e do cimento –, seria desejável que parte do respectivo património industrial fosse preservado e valorizado, à semelhança do que se tem feito em muitas localidades, por esse mundo fora.

Entre muitos outros exemplos que poderiam invocar-se, recordo um que recentemente (Fevereiro de 2002) me foi dado apreciar. Refiro-me a uma vasta área e a parte do equipamento de uma antiga fundição – que chegou a ser a maior da América Latina, na cidade de Monterrey, Norte do México –, onde se encontra hoje o interessante «Parque Fundidor. Museu de Sítio de Arqueologia Industrial. Rota Histórica», evidenciando como tradição, inovação e criatividade se podem conciliar e complementar.

Quanto à produção de cal por métodos artesanais, trata-se de uma actividade em vias de extinção, mas que se praticou em diversas zonas de Portugal. Como usava tecnologia relativamente rudimentar e dispunha de um vasto mercado – disperso por todo o país –, era sobretudo a existência ou não de matéria-prima (rocha calcária, como se disse já) que, a nível local, condicionava a produção.

⁸ Barrie Trinder(ed.), «Lime kiln», *The Blackwell Encyclopedia of Industrial Archaeology*, Oxford, Basil Blackwell, 1992, p. 413.

⁹ José Amado Mendes, «Cabo Mondego (Figueira da Foz): exploração mineira e indústria», *Arqueologia Industrial*, 3.ª série, vol. II, n.º 1-2, 1998, pp. 5-21.

¹⁰ Barrie Trinder, *op. cit.*; David Eve, *A guide to industrial archaeology of Kent*, Inglaterra, Association for Industrial Archaeology, 1999.

Dispomos já de alguns contributos sobre a produção de cal e o respectivo património industrial, em certas localidades, entre as quais se contam: Câmara de Lobos (Madeira) e Porto Santo, Paço de Arcos, Coimbra e Penacova¹¹.

Noutros concelhos como, por exemplo, de Montemor-o-Velho, Póvoa e Soure, também se produziu cal, mas escasseiam os respectivos estudos.

3. A cal no concelho de Cantanhede: um passado com futuro?

A produção de cal, no concelho de Cantanhede, encontra-se documentada desde há séculos. Em certas localidades, já nos inícios do século XVIII se produzia cal. Comprovam-no documentos citados por Paulino Mota Tavares (1990) – relativos ao fornecimento de cal, para a construção da Torre da Universidade de Coimbra – e por Margarida Sobral Neto (1997).

A propósito, sublinha esta autora: «partilhando do clima de contestação anti-senhorial que se vivia no couto de Cadima [estava-se nos anos 1730], os moradores do Zambujal começaram a insurgir-se contra o tributo que tinham de pagar por cada fornada de cal [...]. A contestação assumia, por vezes, a forma de violência contra os agentes da cobrança. Teresa de Jesus, em 1731, acompanhada das suas duas filhas e um filho espancaram com paus e trancas um executor que lhes ia cobrar 480 réis de foro de 2 fornadas de cal, “discompondo-o que era Hum ladram”»¹².

É muito provável que, a partir de então e até meados de Oitocentos, se tivesse continuado a exercer esta actividade, no concelho de Cantanhede, não obstante ser escassa a informação conhecida sobre o assunto, lacuna que poderá vir a ser preenchida por estudos posteriores.

Porém, não deixa de causar alguma estranheza o facto de, na minuciosa *Estatística industrial de Coimbra*, de Francisco Teixeira da Silva – fonte da maior relevância para a história da indústria no distrito, publicada em 1861 –, dos 66 fornos de cal mencionados, nenhum se localizar no concelho de Cantanhede.

Assim, aqueles situavam-se nos seguintes municípios: Figueira da Foz (19), Coimbra (11), Montemor-o-Velho (11), Soure (10), Penela (6), Miranda do Corvo (4), Póvoa (3) e Penacova (2).

Isto não quer dizer, todavia, que o concelho de Cantanhede estivesse desprovido de indústria – ou, mais rigorosamente, de pré-indústria – transformadora. De facto, nele se localizavam, distribuídos pelas 14 freguesias, um total de: 144 moinhos, 119 lagares de vinho, 18 lagares de azeite, 4 oficinas de destilação, 97 teares de linho e 5 “fábricas” de curtumes (todas estas no lugar e freguesia da Pocariça, centro importante do ramo, até à instalação de um fábrica de curtumes em Coimbra, em 1915)¹³.

¹¹ José Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984; *A indústria da cal no concelho de Penacova. História e potencialidades*, Câmara Municipal de Penacova, 2000.

¹² Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito. Região de Coimbra (1700-1834)*, Viscu, Palimage Editores, 1997, pp. 128-129.

¹³ Francisco Teixeira da Silva, *Estatística industrial do Districto de Coimbra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 8 e 35.

Admitindo, embora, haver alguma lacuna na fonte referenciada – ao não registar qualquer forno de cal no concelho de Cantanhede, em 1861 –, é de admitir que a dita actividade artesanal ali se tivesse desenvolvido consideravelmente, nos últimos decénios de Oitocentos. A hipótese formulada é, aliás, confirmada pelo conteúdo de várias fontes.

Por um lado, um testemunho indirecto, relativo ao número de pedreiras, exploradas no concelho. Aquele, em 12 anos (1874-1886), subiu de 4 para 10 (ou seja, 60%), com a particularidade de a pedra explorada em 5 das pedreiras – metade das existentes em 1886 – se destinar, precisamente, à produção de cal.

A produção já excedia, nessa altura, o consumo local, pelo que parte da cal, como aliás a famosa “pedra de Ançã”, já era então vendida para fora do respectivo concelho, para o que se recorria ao carro de bois e ao caminho-de-ferro¹⁴.

Além daquela informação, relativa a pedreiras, dispomos de uma outra – esta mais directa – que confirma o desenvolvimento da indústria da cal em Cantanhede e respectivo concelho, por meados dos anos 1880.

Efectivamente, na Revista publicada aquando da realização da *Exposição Districtal de Coimbra em 1884*, afirma-se: «Os concelhos de Soure e Cantanhede enviaram amostras de excelente cal branca para construção. No segundo destes concelhos [Cantanhede] é extraordinário o fabrico de cal, sendo este produto, depois do vinho, a principal mercadoria que procura as estações do mal-aventurado ramal do caminho-de-ferro da Pampilhosa à Figueira»¹⁵.

Entretanto, também no *Inquérito Industrial de 1890* se encontram informações diversas sobre este tópico. Assim, dele constam os seguintes dados, referentes ao concelho de Cantanhede:

- existiam 5 fornos: 1 de Manuel Dias da Costa, outro de José Correia Pires – localizados junto à estação de caminho-de-ferro – e três apenas referenciados como de pequena indústria;
- a totalidade do capital social de todos eles era de 8 900\$000 réis (2 200\$000 de capital fixo 6 700\$000 de circulante);
- trabalhavam nos mesmos 31 operários (10 dos quais sabiam ler);
- a produção total, no ano de 1889, foi de 6 700 toneladas, cujo valor atingia 17 220\$000 réis¹⁶.

Acerca da mencionada actividade, destaca-se no “Relatório da comissão concelhia”, transcrito no dito *Inquérito*: «Este concelho não tem indústrias fabris nem manufactureiras, existindo apenas como indústria importante, a da cal, sendo, ainda assim, a sua produção temporária na maior parte dos fornos. Não há oficinas ou casas de trabalho importantes; não há estabelecimentos, em geral, que empreguem mais de um indivíduo, que é o próprio dono, dando-se o facto do operário ir, na maior parte do ano, fazer serviço em casas particulares»¹⁷.

¹⁴ J. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra...*, pp. 122 e 124.

¹⁵ *Exposição Industrial de Coimbra de 1884. Revista-Conferencias-Premios*, Coimbra, Ed. António Joaquim Pinto Madeira, 1884, p. 65.

¹⁶ *Inquérito Industrial de 1890*, vol. II, 1891.

¹⁷ *Idem*, p. 451.

Ao longo do século XX, a indústria da cal não só continuou presente no concelho de Cantanhede, como até se desenvolveu, pelo menos até aos anos 1960-70. Graças a um interessante trabalho elaborado por Carlos Manuel de Oliveira Gregório (ainda inédito), num Seminário por mim ministrado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ano lectivo de 1996-97), ficamos a saber, por exemplo, que:

- existiram no dito concelho 38 fornos de cal, tendo sido referenciados os proprietários, a localização, o ano aproximado de construção e/ou de cessação da actividade, o tipo e o estado de conservação em que se encontram;
- em 1997, 5 ainda laboravam, encontrando-se os restantes em bom estado, uns, em mau estado, outros e, os restantes, em ruínas;
- as freguesias com um número mais elevado de fornos eram as seguintes: Cadima (13), Outil (11) e Cantanhede (8);
- o número de fornos teria sido ainda mais elevado, pois, através de informações orais, chegou-se à conclusão que vários já tinham sido demolidos¹⁸.

Não é aqui o lugar apropriado para sublinhar todos os aspectos interessantes do mencionado estudo. O autor, além de revelar possuir um bom conhecimento do meio, procedeu igualmente a uma criteriosa utilização de fontes orais e materiais, por vezes menosprezadas. Realizou, ainda, um trabalho de campo cuidado.

Todavia, permitir-me-ei fazer mais duas referências ao aludido estudo. A primeira é a “descrição de um forno em funcionamento”, transcrita a partir da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*¹⁹, a qual foi enriquecida pelo autor, que a fez acompanhar de esboços de plantas²⁰.

A segunda respeita a algumas propostas que apresenta, com vista à salvaguarda e reutilização desse importante património industrial, relacionado com a cal, no concelho de Cantanhede. Entre as mais interessantes, saliento:

- a) a inventariação das instalações existentes e a selecção das mais representativas, a fim de nelas se realizarem obras de conservação;
- b) sensibilização da comunidade, com vista à salvaguarda do dito património;
- c) criação de uma Associação dos Amigos dos Fornos da Cal;
- d) organização de uma Rota dos Fornos da Cal, a percorrer em vários tipos de veículos.

Algumas destas propostas coincidem com as que eu próprio fiz, no trabalho sobre *A indústria da cal no concelho de Penacova. História e potencialidades*²¹.

De qualquer modo sintetizo, de novo, as acções de maior relevância que, em meu entender, deveriam ser levadas a cabo:

- a) prossecução do estudo da história e do património industrial da cal, no concelho de Cantanhede, e sua divulgação;

¹⁸ Carlos Manuel de Oliveira Gregório, *Os fornos de cal no concelho de Cantanhede*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1967, pp. 11-12 (mimeog.).

¹⁹ «Forno-de-cal», vol. 11, pp. 659-660.

²⁰ C. Gregório, *op. cit.*, pp. 23-24.

²¹ J. Amado Mendes, *op. cit.*, p. 26.

- b) limpeza e conservação de algumas das estruturas dos fornos de cal ainda em bom estado, facilitando-lhes o acesso, quer em termos físicos, quer por meio de sinalética adequada;
- c) inclusão do referido património nos guias/roteiros turísticos, transformando os documentos em verdadeiros monumentos industriais; lembro, de novo, a importância crescente que o turismo cultural tem vindo a assumir, no conjunto da oferta dos produtos turísticos;
- d) musealizar – *in situ*, quando possível – parte do dito património, inclusive um forno de cal, se possível, em funcionamento, transformando-o num ponto de atracção turística e num importante meio didáctico;
- e) logo que estejam reunidas condições para tal, aproveitar as potencialidades pedagógicas desse património, diligenciando para que o mesmo seja visitado pelos alunos das escolas, sobretudo do respectivo concelho;
- f) reforçar o espírito de identidade da população do concelho, através de um melhor conhecimento do património relacionado com a cal, por certo ainda presente na memória de muitos, inclusive de alguns que a essa actividade dedicaram parte das suas vidas.

Bibliografia

- ANDRIEUX, Jean-Yves, *Le patrimoine industriel*, col. «Que sais-je», n.º 2657, Paris, PUF, 1992.
- BERGERON, Louis e DOREL-FERRE, Gracia, *Le patrimoine industriel. Un nouveau territoire*, Paris, Ed. Liris, 1996.
- EVE, David, *A guide to industrial archaeology of Kent*, Inglaterra, Association for Industrial Archaeology, 1999.
- Exposição Districtal de Coimbra em 1884. Revista – Conferencias – Premios*, Coimbra, Ed. António Joaquim Pinto Madeira, 1884.
- «Forno-de-cal», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, Lisboa-Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s. d., pp. 659-660.
- GREGÓRIO, Carlos Manuel de Oliveira, *Os fornos de cal no concelho de Cantanhede*, Coimbra, 1997 (Trabalho elaborado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1996-1997, no âmbito do Seminário científico-pedagógico do Ramo Educacional, orientado por José Amado Mendes, policopiado).
- Inquérito industrial de 1890*, vol. III. *Indústrias fabris e manufactureiras (Inquerito de gabinete)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- «Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro de 2001. Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural», *Diário da República*, série I – A, n.º 209, de 8 de Setembro de 2001, pp. 5808-5829.
- «Lime» e «Lime kiln», TRINDER, Barrie (ed.), *The Blackwell Encyclopedia of Industrial Archaeology*, Oxford, Basil Blackwell, 1992, pp. 413-414.
- MENDES, José Amado, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984.
- MENDES, José Amado, «Cabo Mondego (Figueira da Foz): Exploração mineira e indústria», *Arqueologia Industrial*, 3.ª série, vol. II, n.º 1-2, 1998, pp. 5-21.
- MENDES, José Amado, *A indústria da cal no concelho de Penacova. História e potencialidades*, Câmara Municipal de Penacova, 2000.

- NETO, Margarida Sobral, *Terra e conflito. Região de Coimbra (1700-1834)*, Viseu, Palimage Editores, 1997.
- «Património», *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Ed. Verbo, 2001, p. 2784.
- SILVA, Francisco Teixeira da, *A estatística industrial do Districto de Coimbra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.
- TAVARES, Paulino Mota, «Torre da Universidade: A apoteose da pedra de Ançã», *Cantanbede. Concelho da Pedra de Ançã. 1.ª Jornadas, 14 e 15/Outubro/1989. Pedra de Ançã. O Meio – O Homem – A arte. Actas*, Coimbra, GAAC, 1990, pp. 41-44.
- TRINDER, Barrie (ed.), *The Blackwell Encyclopedia of Industrial Archaeology*, Oxford, Basil Blackwell, 1992.

8. RECURSOS HUMANOS PARA OS MUSEUS: QUE FORMAÇÃO?*

O fenómeno museológico tem vindo a impor-se nos últimos tempos, de tal modo que hoje praticamente ninguém lhe poderá ficar indiferente. Com efeito, tendo-se o museu tornado num agente privilegiado de cultura, com fortes laços ao património e à identidade, à educação e ao desenvolvimento, ao turismo e ao lazer, trata-se de algo que interessa a governos e a autarquias, a organizações lucrativas e não lucrativas, a associações, à comunidade escolar, a estudiosos, investigadores e turistas e, bem assim, ao público em geral, ou seja, a todos nós.

Enquanto mantiveram um pendor elitista – desde as suas origens, no século das luzes, até cerca de meados do século XX –, os museus permaneceram afastados das massas e, conseqüentemente, da maior parte da população.

Serviam mais como depósitos do que como centros de dinamização cultural, preservando, estudando e expondo, quando possível, certo tipo de património – preferentemente artístico, histórico, de índole político-militar e arqueológico –, ao qual tinham acesso privilegiado alguns estratos da população.

Entretanto, com a democratização da sociedade, da cultura e da educação – durante as últimas décadas –, associada a um novo conceito de património que começou a generalizar-se, as instituições museológicas foram-se transformando. Com efeito, de “armazéns de objectos” passaram a “armazéns de conhecimentos”².

Por outro lado, com o extraordinário alargamento do conceito de património – o que, como já sublinhei, já se vai classificando como uma certa “patrimonialização” –, os museus foram também abrindo as portas aos novos patrimónios emergentes, o que já suscitou a seguinte afirmação: «não há nada que não possa ser exposto num museu»³. Foi-se consolidando assim, como vaga de fundo, a chamada nova museologia⁴.

Deste modo, os museus sofreram – e continuam a sofrer – profundas mutações, as quais têm dado origem a numerosas análises e a vários debates. Por exemplo, num

* O presente texto, agora revisto e actualizado, foi inicialmente apresentado em Évora, ao Encontro Anual da Associação Portuguesa de Museus – APOM (10.10.2002).

² María del Carmen Valdé Sagués, *La difusión cultural en el museo: servicios destinados al gran público*, Gijón (Astúrias), Edições Trea, 1999, p. 419.

³ Alexander García Duttman *et al.*, *The End(s) of the Museums*, Barcelona, Fundación Antoni Tàpies, 1996, p. 81.

⁴ Ver, entre outras obras, a de Giovanni Pinna e Salvatore Sutura (coord.), *Per una nuova museologia...*, 2000.

colóquio internacional realizado em Genève, subordinado precisamente à temática *Musées en Mutation* (em 11 e 12 de Maio de 2000)¹, foram discutidos os seguintes quatro aspectos da museografia:

- a) o museu como edifício;
- b) a escolha e a maneira de expor os objectos;
- c) o museu face ao público;
- d) os meios de comunicar o museu e as suas actividades.

As transformações operaram-se em vários domínios: desde a arquitectura ao discurso expositivo; do tipo de colecções e objectos ao respectivo estudo, interpretação e divulgação; do sistema administrativo, organizativo e de gestão ao quadro de pessoal; do público-alvo às realizações a incrementar.

Entre os aspectos mais relevantes a salientar, devem mencionar-se a diversidade de museus e a pluralidade das respectivas funções. Como sublinha Victor J. Danilov, «há museus de todos os tamanhos, tipos e configurações. Eles vão do muito pequeno ao extremamente grande, do público ao privado, do geral ao específico, do instalado em edifício ao de ar livre, das instituições tradicionais às não tradicionais».

Consequentemente, afirma ainda o mesmo autor, «os museus são muitas coisas [ou, por outras palavras, são susceptíveis de desempenhar múltiplas funções]. São repositórios para a preservação e exibição dos objectos que integram o seu património cultural; geradores de novo conhecimento; intérpretes de arte, história, ciência e outros domínios do saber; instrumentos de educação informal [ou, segundo outras opiniões, não formal]; centros de actividades da comunidade; estimuladores do desenvolvimento económico; e inspiração e apoio para milhões de pessoas no seu quotidiano e nas respectivas aspirações profissionais»².

A revolução operada no mundo dos museus, principalmente nas últimas três décadas, ajuda a compreender a tantas vezes referida “explosão museológica”, não só do ponto de vista quantitativo como qualitativo ou, como também já foi escrito, ao nível horizontal e vertical³.

Quanto ao primeiro aspecto, já em 1994 se contavam, no mundo, 40 000 museus, com cerca de um milhão de empregados⁴, números que, actualmente, serão muito mais elevados. Crescimento análogo se verificou em Portugal, pois dos pouco mais de 500 museus, existentes aquando do *Inquérito aos Museus em Portugal*⁵, ter-se-á passado para um número de aproximadamente 700, na actualidade (Setembro de 2003).

¹ Cujas actas, referenciadas na bibliografia, vieram a lume em 2002.

² Victor Danilov, *Museum Careers and Training. A Professional Guide*, Westpot, Connecticut-Londres, Greenwood Press, 1994, p. 3.

³ Pereira, *Ethnologia (Actas do 1.º Encontro Universitário Luso-Espanhol sobre a Investigação e o Ensino na área da Museologia)*, 6, Julho/Dezembro, 1991, pp. 37-38.

⁴ V. J. Danilov, *op. cit.*, p. 10.

⁵ *Inquérito aos Museus de Portugal*, Lisboa, Ministério da Cultura/IPM, 2000, pp. 12-13.

1. Museus e Recursos Humanos: que relação?

As profundas alterações verificadas no âmbito museológico – com a criação de um número elevado de novas unidades e com a remodelação e actualização de antigos museus – contribuíram para evidenciar as carências e a falta de adequação, ao nível da formação dos profissionais de museus.

A formação tradicional, praticamente circunscrita às funções e à categoria de conservador de museu, harmonizava-se com as prioridades dos museus oitocentistas – e que, em muitos casos, se mantiveram inalteráveis ao longo da primeira metade de Novecentos –, a saber: a aquisição e a preservação dos fundos. Porém, a revolução museológica, já sumariamente descrita, viria a ditar outros tipos de prioridades para os museus, nomeadamente:

- a) tornar as colecções acessíveis à sociedade;
- b) potenciar os valores que estas podem transmitir aos indivíduos;
- c) em suma, converter o museu num verdadeiro *serviço público*⁶.

Assim, para se ser profissional de um museu da anterior geração (fundamentalmente centrado no património cultural que preservava, estudava e dava a conhecer), uma formação de índole científica – em história da arte, história, etnologia, arqueologia, etc. –, completada com a experiência adquirida numa instituição museológica, permitia dar resposta ao que então se exigia de um profissional da área ou mesmo de um responsável por um museu.

Nestas circunstâncias, ou não existia formação organizada, formalmente ministrada ou, quando tal sucedia, aquela era fundamentalmente assegurada por certos museus, então considerados de referência, ou por organismos/associações profissionais ligados ao ramo.

A propósito, é bem conhecido – pelo que me escuso de aprofundar aqui o assunto – o papel desempenhado, na formação de quadros técnicos e de gestão para os museus, entre nós, pelo Museu Nacional de Arte Antiga e pelo seu director, João Couto (anos 1930-1960).

Obedeceram também à lógica enunciada os cursos de conservador de museu, ministrados de 1965 a 1974 e, posteriormente, durante um curto período, em 1981-1984, estes organizados pela tutela, então o Instituto Português do Património Cultural⁷.

Este tipo de formação, assegurado no âmbito do próprio sistema museológico, oferecia algumas vantagens mas, também, certos inconvenientes. Aquelas advinham de um contacto muito estreito com a realidade e de uma formação alicerçada na prática museográfica. Em contrapartida, as condições não favoreciam o desenvolvimento das problemáticas do ponto de vista teórico nem a investigação aprofundada, na área específica da museologia.

Acerca da formação de museólogo, recorda Ignacio Díaz Balerdi: «teoria e prática não se podem dissociar. E, muito menos, no museu». Acrescentando: «por outro lado, não deixa de ser, pelo menos, curioso que algumas das aproximações mais sugestivas

⁶ M. C. Valdés Sagués, *op. cit.*, p. 145.

⁷ *Ethnologia*, 6, Julho/Dezembro, 1991; *Revista de Museologia*, 19, 1.º quadrimestre de 2000.

ao fenómeno museístico tenham sido realizadas por pessoas, em certos casos, não directamente envolvidas no dia-a-dia do trabalho do museu»⁸.

Este género de formação endógena veio a ser entretanto progressivamente substituído por outro de tipo exógeno, isto é, assegurado por instituições não museológicas, nomeadamente estabelecimentos de ensino. Com a deslocação da tónica dos objectos para as pessoas, a formação dos profissionais dos museus e as necessidades da comunidade adquiriram uma importância redobrada.

Tornava-se necessário, pois, transformar os museus em instituições mais úteis, dotando-os dos recursos humanos adequados. Note-se que uma perspectiva semelhante já havia sido expressa em 1916, pelo fundador do Museu de Newark (EUA), John Cotton Dana, ao afirmar: «É fácil a um museu obter objectos; difícil é conseguir captar inteligência [...]. Um museu é tanto melhor quanto mais for usado»⁹.

Verifica-se, pois, à luz da história mais recente dos museus, que a excelência destes passa por vários factores. Alguns estão implícitos em questões tão simples como estas:

- a) por que construir museus?
- b) qual é a sua missão?
- c) para que servem?¹⁰

2. Formação no âmbito da museologia

A importância e a complexidade das actividades museológicas contribuíram decisivamente para que a formação de recursos humanos viesse a ser considerada como uma prioridade, a exigir atenção e investimento da parte de diversas entidades e de um número cada vez mais considerável de docentes e investigadores.

Dir-se-ia que a dita formação se transformou numa tarefa demasiado exigente e complexa, a qual dificilmente se poderia ter mantido confinada ao domínio dos próprios museus e das respectivas tutelas.

Aliás, o mesmo se passou com outros ramos do saber – como a economia e a gestão, a administração organizacional, a educação, etc. – que, à medida que foram ganhando relevância e complexidade, deram origem a investigações específicas, à leccionação e à criação de programas de ensino especializados, em muitos casos conducentes à obtenção de graus académicos nas respectivas áreas.

Como é sabido, conhecimento e informação estão a transformar-se, rapidamente, em grandes produtos económicos da sociedade e, logo, em áreas estratégicas. Consequentemente, «os museus têm potencialidades para se tornarem protagonistas-chave na Sociedade da Aprendizagem, em emergência»¹¹.

⁸ Ignacio Diáz Balerdi, «La formación del museólogo», *Museo (Revista de la Asociación Professionnel de Museólogos de España)*, n.º 1, 1996, pp. 46-47.

⁹ Frank Kington, *John Cotton Dana. A Life*, Newark, The Public Library and Museum, 1940, p. 101.

¹⁰ *Musées en mutation*, 2002, p. 15.

¹¹ John H. Falk e D.Lynn, *Learning from Museums. Visitor Experiences and the Making of Meaning*, Nova Iorque-Oxford, Altamira Press, 2000, pp. 211-212 e 233.

Independentemente do estatuto que se atribua à museologia – ciência, ramo do saber, especialidade ou conjunto de disciplinas –, o certo é que se trata de uma área na qual se tem efectuado investigação e que carece de ser ensinada e estudada, como a organização de numerosos cursos académicos tem vindo a demonstrar.

2.1. Práticas e tendências mais generalizadas

A excelente obra de Victor J. Danilov, intitulada *Museum Careers and Training. A Professional Guide*¹², bem como o *site* disponibilizado pelo ICOM na Internet, sobre o assunto, permitem obter uma ideia acerca dos caminhos percorridos em vários países – entre os quais: Estados Unidos da América, Canadá, Brasil, Inglaterra, França, Itália, Espanha e Austrália –, no que concerne à formação de pessoal para trabalhar em museus.

Não me sendo possível, nas presentes circunstâncias, analisar em pormenor os programas de formação oferecidos, permito-me destacar apenas algumas das tendências que considero mais relevantes e que continuam a marcar, na actualidade, a formação de museólogos e de outros profissionais de museus.

Salienta-se, desde logo, o amplo leque de oportunidades de formação oferecido. Pode ler-se, a propósito, no trabalho citado: «mais de 700 cursos de formação museológica; programas de graduação e de pós-graduação; estágio, aprendizagem, treino, experiência laboral e oportunidades de trabalho/estudo; programas destinados a amigos/voluntários e a assistentes; emprego a tempo parcial»¹³.

Por outro lado, verifica-se igualmente a tendência para contemplar o ensino/aprendizagem da museologia e de disciplinas afins nos diversos patamares do ensino superior.

Com efeito, além de outros tipos de formação – cursos intensivos, de formação específica em certas áreas e de actualização –, os estudos relativos aos museus são já contemplados, em certas universidades, a diversos níveis: graduação (bacharelato, licenciatura) e pós-graduação (sem concessão de grau, mestrado e doutoramento).

Notam-se, contudo, algumas particularidades que convém mencionar. Relativamente aos programas de graduação, a museologia aparece frequentemente associada a outras áreas – no caso dos Estados Unidos da América do Norte, através do sistema *minor* ou *major* – como, por exemplo, história da arte, história, antropologia, gestão das artes, conservação e restauro.

Por sua vez, quanto à pós-graduação, têm-se privilegiado os programas de duração mais curta (inclusive de mestrado), em detrimento dos conducentes ao doutoramento, não obstante estes também já serem assegurados por várias universidades (entre outras, norte-americanas e inglesas).

Quanto às modalidades de formação generalista ou de especialização, também aqui se encontra uma enorme diversidade. Em muitos casos, o diploma ou o grau é conferido numa área genérica e abrangente: estudos museológicos, museologia, museologia e património, etc. Noutros, os cursos são dirigidos expressamente a determinadas especialidades: por exemplo, conservação, registo, documentação, educação, restauro.

¹² Publicada pela Greenwood Press, em 1994.

¹³ V. J. Danilov, *op. cit.*, p. 89.

Nos Estados Unidos, no âmbito da chamada “public history” [que poderemos traduzir por *história aplicada*], os estudos museológicos aparecem por vezes associados aos dos arquivos e/ou das bibliotecas.

Embora ainda algo timidamente, já começa a aparecer, em alguns países, um ou outro programa numa área geralmente carenciada – inclusive em Portugal –, que é a de *educador de museu*. A título de exemplo, recorda-se que a Universidade espanhola de Saragoça (Faculdade de Huesca) tem vindo a ministrar um curso de pós-graduação, precisamente em “Educador de Museu”.

2.2. Contributo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito da formação em Museologia

Desde final dos anos de 1980 e inícios da década de 90 que os estudos da museologia, em Portugal, começaram a ser acolhidos por algumas universidades. Ao assunto se têm referido diversos investigadores – entre os quais se contam Fernando Bragança Gil, Henrique Coutinho Gouveia, Fernando António Baptista Pereira (*Ethnologia*, 6, 1991) e João Carlos Brigola (*Pedra & Cal*, ano III, n.º 12, 2001) –, pelo que aqui pouco se acrescentará.

Recorda-se, apenas, que para além de uma ou outra iniciativa no âmbito da museologia ou em áreas afins – entre outras, Gestão e Administração do Património Cultural (Universidade do Algarve), Ciências do Património (Universidade Portucalense) e Gestão em Turismo e Turismo (Universidade de Aveiro e Universidade do Minho), não falando de outros projectos em vias de concretização –, actualmente ministram-se cursos de pós-graduação nas seguintes instituições:

- Departamento de Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Mestrado);
- Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras Universidade do Porto (Pós-Graduação);
- Universidade Lusófona, Lisboa (Mestrado);
- Universidade Lusíada (Pós-Graduação);
- Departamento de História, Universidade de Évora (Pós-Graduação e Mestrado);
- Grupo de História, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra¹⁴.

Por motivos óbvios – um melhor conhecimento e envolvimento nesta última iniciativa –, permita-se-me que sobre ela acrescente algo. Referir-me-ei, de modo especial, às origens, à filosofia subjacente, às realizações e a algumas das questões solucionadas ou a solucionar no futuro.

Dada a natureza de um conjunto de disciplinas focadas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) – entre as quais, as de história, história da arte, arqueologia, arqueologia industrial (esta leccionada, como disciplina opcional, ininterruptamente, desde 1985-1986), numismática e epigrafia, para dar apenas alguns

¹⁴ João Carlos Brigola, «O ensino universitário da museologia», *Pedra & Cal*, ano III, n.º 12, Outubro/Novembro/Dezembro 2001, pp. 30-31.

exemplos –, obviamente que a questão dos museus não é estranha a uma parte considerável dos seus corpos docente e discente.

De facto, na leccionação e investigação de disciplinas como as referenciadas, as visitas de estudo, a espaços museológicos, revelam-se não só pertinentes como da maior utilidade, num processo de ensino-aprendizagem que se pretende actualizado.

Por sua vez, a problemática museológica não pode deixar de ser analisada no tratamento de certas matérias, uma vez que é nos museus que se encontra – ou a eles se destina – parte substancial dos patrimónios que são, frequentemente, objecto de estudo. Todavia, foi só nas duas últimas décadas do século XX que a questão do ensino da museologia começou a ser, efectivamente, equacionada.

Foi solicitado, ao Conselho Científico da FLUC – por ofício enviado pelo chefe de gabinete do Ministro da Educação e Ciência –, um parecer sobre a proposta de criação de um curso de Museologia.

Em 18 de Julho de 1980, este parecer, subscrito pela então Presidente do Conselho Científico da mesma Faculdade (Doutora Maria Helena da Rocha Pereira), foi remetido ao respectivo Presidente do Conselho Directivo – a fim de ser enviado por este para o dito Ministério –, do qual destaco os seguintes aspectos:

- a) O acolhimento favorável da iniciativa, como se deduz das seguintes palavras: «a necessidade de cursos *universitários* de formação de museólogos é por demais evidente [...]. Não pode, portanto, deixar de acolher-se com aplauso a ideia de criar agora cursos que, funcionando no âmbito universitário, possam ter aquele mínimo de exigência que o estado actual dos museus e as necessidades de uma política cultural reclamam como inadiável».
- b) No preâmbulo da proposta recebida, declarava-se o objectivo de formar profissionais que pudessem manter e dirigir museus de tipo diverso: de arte ou de arqueologia, mas também de etnologia, de história natural ou de história da ciência. Para o efeito, propunha-se um tronco comum, em dois semestres, seguido de uma especialização, noutros dois semestres, num ou noutro daqueles domínios. No parecer em causa contesta-se a solução proposta, recorrendo-se a dois argumentos: o carácter misto da maioria dos museus; as limitações que poderiam vir a colocar-se aos diplomados, aquando da sua entrada no mercado de trabalho, concluindo-se: «Um curso único, sem especialização, corresponderá talvez melhor às necessidades do mercado de trabalho».
- c) Sobre as condições de acesso ao segundo ano (de especialização), a manter-se, chama-se a atenção para o seguinte: «difícilmente poderemos concordar que a licenciatura em História seja habilitação suficiente para se ingressar na especialização relativa a museus de ciência. Pelo contrário, parece-nos que uma licenciatura em História ou variante em Arqueologia poderia ser habilitação de acesso à especialização no domínio dos museus de etnologia».
- d) Por último, estranhava-se que acerca de algumas disciplinas, com designações vagas (*Coleções, Actividades Científicas dos Museus*), nada se acrescentasse sobre os respectivos conteúdos. Propunha-se, ainda, que as disciplinas ditas de interesse geral pudessem ser ministradas em regime de palestras e/ou trabalhos de seminário.

Cerca de uma década mais tarde, a questão do ensino da museologia, na FLUC, voltou a colocar-se. Com efeito, além das preocupações tradicionais relacionadas com o ensino e a investigação, começou a entender-se que se tornava necessário diversificar a formação dada habitualmente, na qual imperavam objectivos científicos e de formação de investigadores – e de docentes, ainda que de forma incompleta, visando apenas os conteúdos –, introduzindo alguns componentes/programas mais dirigidos à profissionalização noutros domínios.

Assim, a acrescentar às especializações em Ciências Documentais – já de longa tradição na Faculdade – e em Tradução e ao Ramo Educacional, entretanto criado (1987), começava a germinar a ideia de criar um Curso de Museologia.

Formalizou-a José d'Encarnação, numa comunicação apresentada ao 1.º Encontro Universitário Luso-Espanhol sobre a Investigação e o Ensino na Área da Museologia, a qual veio a ser publicada nas respectivas actas¹⁵.

Na sequência de algumas considerações acerca da pertinência e do interesse do curso em museologia a ministrar na FLUC, o autor entendia que a respectiva proposta de criação deveria assentar em três premissas:

- a) a definição prévia do profissional de museus que se desejava formar;
- b) a abertura de quadros nos quais esses profissionais, uma vez habilitados, pudessem ingressar;
- c) e, finalmente, a colocação – através do preenchimento dos quadros ou da abertura de novas vagas – dos profissionais já habilitados, com formação adquirida anteriormente¹⁶.

Tratava-se de questões de princípio, que conviria ver solucionadas, antes de se iniciar um novo curso na área. Porém, por se tratar, simultaneamente, de assuntos que ultrapassavam a esfera da FLUC, como entidade formadora – remetendo para a tutela dos museus dependentes do Estado e sujeitos a regras da administração pública –, não foi possível vê-los solucionados em tempo útil.

Consequentemente, ao voltar-se ao assunto alguns anos mais tarde, teve que se fazer tábua rasa das aludidas sugestões, avançando-se com uma proposta concreta, sem condições prévias.

Por meados dos anos de 1990, já não eram apenas os órgãos de gestão da Faculdade e os seus docentes a interessarem-se pela formação em museologia. Também os alunos se movimentaram no sentido de se criar uma especialização na área.

O processo, iniciado em 1994, viria a ser retomado em 1996, através de uma petição – acompanhada de um número considerável de assinaturas, sob a forma de abaixo-assinado –, datada de 5 de Novembro de 1996, dirigida pelos representantes dos estudantes no Conselho Directivo ao Presidente da Comissão Científica do Grupo de História e ao Presidente do Conselho Científico da FLUC.

Da proposta então apresentada constam as seguintes justificações:

- a) as reduzidas perspectivas oferecidas pela via científica e a excessiva procura da via pedagógica/Ramo de Formação Educacional;
- b) a desvalorização do património cultural e histórico, a carecer de intervenção;

¹⁵ *Ethnologia*, 6, 1991, pp. 69-74.

¹⁶ *Idem*, pp. 71-72.

- c) o facto de outras instituições já assegurarem ou terem em preparação cursos similares e de a Faculdade de Letras dever ter uma palavra a dizer em tal domínio.

Em 16 de Janeiro do ano imediato (1997), três docentes do Grupo de História – José d’Encarnação, José Amado Mendes e Maria Regina Anacleto que, com Irene Maria Vaquinhas, vieram posteriormente a encarregar-se da leccionação do Curso de Mestrado em Museologia e Património Cultural – apresentam, à Comissão Científica de Grupo de História, um documento/proposta intitulado: “Curso de Pós-Graduação em Museologia. Reflexões sobre a sua eventual criação”.

Como justificação, apontavam-se as profundas transformações por que estavam a passar a sociedade, a história e os próprios museus, bem como a premente necessidade que estes tinham de recursos humanos, com formação actualizada e adequada às novas condições sociais e culturais.

O documento referido foi aprovado pela Comissão Científica do Grupo de História e, posteriormente, pelo plenário do respectivo Conselho Científico. Da proposta definitiva, enviada para análise e aprovação pelo Senado da Universidade, consta o que passo a transcrever e que esclarece a filosofia subjacente e os objectivos que se pretendiam alcançar: «Assim, face às necessidades actuais e, sobretudo, às perspectivas quanto ao futuro – com a muito provável criação de novos museus e a necessária actualização e modernização de muitos dos existentes e, bem assim, com a valorização do património cultural, no âmbito da chamada “história aplicada” –, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra passará a dar o seu contributo no âmbito do ensino e da investigação relacionados com a museologia e o património cultural.

Formará, desse modo, pessoal competente especializado para o desempenho de múltiplas funções, na direcção, gestão, administração e dinamização de instituições museológicas, bem como para colaborar com outras instituições político-administrativas, a nível estatal, regional ou autárquico, empresariais (por exemplo, na área da hotelaria e do turismo) ou educativas (escolas, centros de investigação e associações dedicadas à salvaguarda e divulgação do património cultural).

Como se pretende conferir uma formação abrangente, na respectiva área – e não circunscrevê-la, por exemplo, à conservação e ao restauro –, o Curso de Mestrado que se propõe será de “banda larga”, o que exigirá que se recorra, com a frequência julgada necessária, à colaboração de especialistas de reconhecida competência, não só teórica como também prática, nas respectivas áreas abrangidas pelos temas genéricos dos Seminários curriculares.»

O mencionado Curso de Mestrado foi aprovado por deliberação do Senado da Universidade de Coimbra de 23 de Abril de 1998 e criado em Julho do mesmo ano, tendo-se iniciado no ano lectivo de 1998-99¹⁷.

Tratando-se de uma nova frente de ensino e investigação, na FLUC, tornou-se necessário tomar algumas medidas – de princípio e de organização – que convirá recordar.

¹⁷ Desp. N.º 11 968/98, *Diário da República*, II série, n.º 59, de 13.07.1998; Desp. N.º 14 571/98, *Dário da República*, n.º 190, de 19.08.1998. Em Outubro de 2002 iniciou-se a segunda edição do dito Curso de Mestrado, à qual se sucederam mais duas edições.

Em primeiro lugar, as duas vertentes contempladas – museologia e património cultural – possibilitam uma grande abrangência, em termos pedagógicos e de investigação. Nos trabalhos elaborados ou a elaborar – incluindo as próprias dissertações, como, aliás, tem vindo a verificar-se –, podem contemplar-se os dois aspectos ou apenas um. Para o comprovar, basta lembrar os títulos das dissertações já concluídas (em número de 13, até Setembro de 2003), apresentadas e defendidas nas respectivas provas de Mestrado.

De acordo com a característica de “banda larga”, anteriormente mencionada, delinearão-se os seguintes quatro seminários, nos quais se contemplam as matérias julgadas essenciais, designadamente:

- Espaços e Equipamentos Museológicos (semestral);
- Património cultural: Teoria e Prática (semestral);
- Gestão Museológica (anual);
- Museus: Investigação e Educação (anual).

A abrangência das designações e dos conteúdos dos seminários aconselham a que se recorra, não só a docentes próprios, com formação diversificada – que têm a responsabilidade de os organizar e assegurar –, como também a especialistas de fora da FLUC (académicos, investigadores, museólogos), a fim de desenvolverem determinados temas específicos.

Como complemento importante de formação, promovem-se visitas a vários tipos de museus – nacionais¹⁸ e, sempre que possível, também estrangeiros¹⁹ –, bem como a parcelas diversificadas do património cultural.

A fim de colocar à disposição dos mestrandos e dos próprios docentes elementos de trabalho imprescindíveis, tem vindo a adquirir-se algum material pedagógico, audiovisual e, sobretudo, um acervo bibliográfico actualizado e em quantidade já significativa, investimento que prosseguirá no futuro próximo.

Obviamente que, para fazer face aos encargos com as iniciativas enunciadas, tornou-se imprescindível estabelecer um montante das propinas superior ao da média dos outros cursos de Mestrado, assegurados pela FLUC.

A avaliar por testemunhos recolhidos, relativamente ao grau de satisfação dos intervenientes na primeira edição do curso (1998-2000), ao que pode acrescentar-se o número de dissertações já concluídas e defendidas, com sucesso – em número de 13, dos 25 mestrandos seleccionados, prevendo-se ainda a conclusão de mais duas –, pode dizer-se que os resultados alcançados foram satisfatórios.

Por essa razão, no ano lectivo de 2002-2003, iniciou-se o II Curso de Mestrado em Museologia e Património Cultural²⁰.

Apenas foram introduzidas ligeiras alterações no elenco dos seminários, nomeadamente em dois deles (anteriormente anuais) que passaram a funcionar, também, em regime semestral. Assim, os seminários passaram a designar-se:

- Espaços e Equipamentos Museológicos;

¹⁸ Entre outros, foram já visitados, no âmbito dos dois Cursos de Mestrado em Museologia e Património Cultural, leccionados na FLUC, museus das seguintes localidades: Porto, Aveiro, Santa Maria da Feira-Paços de Brandão, Lamego, Guarda e Lisboa.

¹⁹ Foram já organizadas visitas guiadas a alguns dos museus mais emblemáticos de Bilbao, Madrid, Londres, Berlim e Barcelona.

²⁰ Desp. N.º 13 500/2002, *Diário da República*, II série, n.º 135, de 14.06.2002; Desp. N.º 15 490/2002, *Diário da República*, II série, n.º 155, de 08.07.2002.

- Gestão Museológica;
- Museus e investigação;
- Património Cultural: Teoria e Prática;
- A Educação pelos Museus;
- Teoria e Prática do Discurso Museológico.

Como habilitações de acesso, a exemplo do que já se verificara no curso anterior, exigiu-se a titularidade de uma licenciatura qualquer, oficialmente reconhecida, com a classificação mínima de 14 valores, de acordo com a legislação geral que regula os cursos de mestrado.

Tratando-se de um curso com um certo carácter generalista – na sequência e de acordo com o que já havia sido proposto, no dito parecer do Conselho Científico, de 1980 –, procura contemplar-se todo o tipo de museus, pelo que se entendeu por bem não privilegiar determinada(s) licenciatura(s), como condição de acesso.

A fim de abrir novas perspectivas aos alunos, inclusive em termos de sensibilização, começou a ser leccionada na FLUC, em 2000-2001, uma disciplina opcional de *Introdução à Museologia*, a qual tem sido frequentada por um número considerável de estudantes.

Dado que alguns dos candidatos seleccionados, para a frequência deste II Curso de Mestrado, frequentaram aquela disciplina, isso possibilitou-lhes um primeiro contacto com determinadas matérias constantes dos programas a desenvolver no dito curso.

Antes de concluir, gostaria de enunciar algumas questões que, do meu ponto de vista, deverão merecer certa reflexão.

- a) O aumento do número dos docentes que se dedicam ao estudo, à investigação e à leccionação das ciências museológicas, quer por reconversão de alguns docentes/investigadores, quer pelo recrutamento de jovens com capacidade e vocação para o efeito. Dadas as conhecidas restrições financeiras, no curto prazo, a primeira modalidade será mais exequível, embora se corra o risco de não aproveitar devidamente elementos em cuja formação já muito se investiu, com contributo próprio mas também com os recursos públicos, isto é, de todos nós.
- b) Uma melhor articulação entre os diversos níveis de ensino: graduação (disciplinas opcionais ou, mesmo licenciaturas, ainda que de parceria com outras áreas); pós-graduação (em domínios especializados e sem certas exigências inerentes à dos cursos de mestrado), incluindo a criação ou o aumento da oferta de programas de doutoramento ou mesmo de pós-doutoramento, para que os detentores do grau de mestre possam, se o desejarem e tiverem condições para tal, prosseguir a sua formação.
- c) Um diálogo, sistemático e institucional, entre os representantes dos estabelecimentos que asseguram ou venham a assegurar formação museológica. Embora não se deva procurar uma uniformização absoluta, seria interessante acordar em alguns princípios básicos e estabelecer alguma harmonização e complementaridade no que concerne a futuras programações. Deverá evitar-se, por exemplo, que em certos anos haja um excesso de oferta de cursos e, noutros, escassez.
- d) A constituição de um organismo coordenador da formação, que acreditasse ou, no mínimo, emitisse pareceres acerca da qualidade e da pertinência dos diversos

- cursos. Teria funções semelhantes às desempenhadas, nos Estados Unidos, pela “American Association of Museums” e, em Inglaterra, pelo “Museum Training Institute” (criado em 1989, para aprovar, promover e dar formação no âmbito da museologia).
- e) Por último, promover uma cultura de procura incessante da excelência nas áreas da formação museológica e do próprio universo dos museus, inclusive criando e institucionalizando um processo de avaliação – de auto-avaliação e de avaliação externa –, aproveitando e tirando as ilações adequadas do que, desse ponto de vista, tem vindo a ser feito nas universidades. Isto sem esquecer, naturalmente, tudo o que tem vindo a ser realizado pelo Instituto Português de Museus, inclusive no âmbito da Rede Portuguesa de Museus – em boa hora criada –, abrangendo um número considerável de instituições, além dos tutelados por aquele organismo.

Obviamente que o que aqui se propõe ultrapassará, em muitos aspectos, as possibilidades e a capacidade de intervenção dos estabelecimentos que ministram formação, neste âmbito. Todavia, deverá procurar sensibilizar-se as múltiplas entidades com responsabilidade na matéria, na esperança de que, mais tarde ou mais cedo, algumas das sugestões apresentadas possam ser acolhidas ou, no mínimo, apreciadas e discutidas, pelos diversos tipos de responsáveis.

Bibliografia

- BRIGOLA, João Carlos, «O ensino universitário da Museologia», *Pedra & Cal*, ano III, n.º 12, Outubro/Novembro/Dezembro 2001, pp. 29-31.
- DANILOV, Victor J., *Museum Careers and Training. A Professional Guide*, Westpot, Connecticut-Londres, Greenwood Presss, 1994.
- DÍAZ BALERDI, Ignacio, «La formación del museólogo», *Museo* (Revista de la Asociación Profesional de Museólogos de España), n.º 1, 1996 [número temático, dedicado à formação e selecção de profissionais de museus], pp. 43-57.
- DUFRESNE-TASSÉ, Colette (ed.), *Évaluation et éducation muséale: nouvelles tendances*, ICOM/CECA, Paris, 1998.
- DUTTMANN, Alexander García et al., *The End(s) of the Museums*, Barcelona, Fundação Antoni Tàpies, 1996.
- Ethnologia* (Actas do 1.º Encontro Universitário Luso-Espnhol sobre a Investigação e o Ensino na Área da Museologi), 6, Julho/Dezembro 1991.
- FALK, John H. e DIERKING, Lynn D., *Learning from Museums. Visitor Experiences and the Making of Meaning*, Nova Iorque-Oxford, Altamira Press, 2000.
- Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus, 2000.
- KINGTON, Frank, *John Cotton Dana. A Life*, Newark, The Public Library and Museum, 1940.
- LEFEBVRE, Bernard, *L'éducation et les musées. Visiter, explorer et apprendre*, Québec - Canadá, Les Éditions Logiques, 1994.
- Musées en mutation. Actes du Colloque International tenu au Musée d'Art et d'Histoire de Genève les 11 et 12 mai 2000*, Genève, Musée d'Art et d'Histoire/Georg Éditeur, 2002.
- PINNA, Giovanni e SUTERA, Salvatore (coord.), *Per una nuova museologia. Atti di Convegni internazionali. L'immateriale valore economico dei musei* (Milão, 29 de Abril de 1998). *La funzione educativa del museo* (Bérgamo, Academia Carrara, 16 de Dezembro de 1998), Itália, ICOM, 2000.
- RdM [Monografias]. Museos y Museología en Portugal. Una ruta ibérica para el futuro. Revista de Museología*, Fevereiro 2000.
- Revista de Museología*. Dossier: *enseñanza e investigación de la museología en Portugal*, 19, 1.º quadrimestre 2000.
- VALDÉS SAGUÉS, María del Carmen, *La difusión cultural en el museo: servicios destinados al gran público*, Gijón (Astúrias), Edições Trea, 1999.
- «Web sites of Museum Training Courses and Centres and of Useful Resources in Museums Studies and related subjects», International Council of Museums/International Committee for the Training of Personnel (<http://www.city.ac.uk/ictop/courses.html>).

(Página deixada propositadamente em branco)

9. MUSEOLOGIA E IDENTIDADE: QUE EUROPA ATRAVÉS DOS MUSEUS?*

A constituição e consolidação da União Europeia (UE) tem repercussões nos diversos domínios da realidade, desde a economia à moeda, da legislação à governação, da circulação de pessoas e bens ao mercado de trabalho, da política científica e cultural ao ensino, da ideologia à(s) identidade(s), da história e da memória à salvaguarda do património, para dar apenas alguns exemplos.

Como já foi sublinhado, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia/ União Europeia (CEE/EU) «deve ser entendida numa quádrupla perspectiva: política, histórico-cultural, económica e social»¹.

A formação de blocos multinacionais, num mundo caracterizado pela globalização, induz a tomada de medidas e mesmo certas práticas, por vezes de sinal contrário. Por um lado, verifica-se uma certa tendência para a uniformidade e a regularidade, atenuando-se diferenças e particularidades.

Como é sabido, através da Declaração de Bolonha, assinada em Junho de 1999 pelos responsáveis pelo Ensino Superior de 29 países europeus, pretende-se sobretudo «a construção da área Europeia do Ensino Superior»².

Por outro lado, fundamentalmente no âmbito cultural, impõe-se o estudo, a divulgação e a preservação do que é específico e faz parte da identidade das diferentes comunidades, já que a diversidade cultural é, em si mesma, um valor a preservar e desenvolver.

Assim, discutem-se sistemas de ensino e judiciais, fala-se de património cultural europeu, história europeia e civilização europeia e, inclusive no mundo dos negócios, já se defendeu a existência de uma “arte de gestão europeia”³.

* O presente texto foi também publicado na revista *Estudos do Século XX*, n.º 2: *Europa-Utopia, Europa-Realidade*, 2002, pp. 197-211.

¹ Maria Manuela Tavares Ribeiro, «Portugal e o Novo Desafio Europeu», in Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Olhares sobre a Europa. Actas do Seminário Internacional. 18 de Abril de 2001*, Coimbra, Quarteto, 2002, p. 126.

² «A Declaração de Bolonha e o Sistema de Graus do Ensino Superior. Bases para uma discussão», *Ensino Superior. Revista do SNESup*, n.º 2, Janeiro 2002, p. 10.

³ Helen Bloom *et al.*, *L'art du management européen* (trad. do inglês), Paris, Les Éditions d'Organisation, 1994.

Simultaneamente, alude-se também à Europa do Norte e do Sul, ao Leste Europeu ou ao mundo ibérico ou, noutros casos, ao que é característico de determinado país ou região. É também conhecida a expressão “Europa das Regiões”.

Obviamente que, ao adoptarem-se novas perspectivas e novos enfoques, todas as facetas da realidade devem ser repensadas e os pontos de vista reajustados. Uma dessas vertentes, aliás considerada hoje da maior pertinência, é a do *universo museológico*, acerca do qual pouco se tem reflectido, sob a óptica acabada de referir. É o que se procurará fazer em seguida, ainda que de modo sucinto.

1. Património Cultural e nacionalismo

A exemplo do que sucede com a história, também cada época ou mesmo cada geração perspectiva o património cultural (doravante designado património) de uma determinada forma. A propósito, sublinha D. Lowenthal: «O passado como nós o conhecemos é parcialmente um produto do presente; nós reformamos continuamente a memória, reescrevemos a história, moldamos as ruínas [...]. A História é menos do que o passado: é impossível recuperar ou narrar mais do que uma minúscula fracção do que ocorreu, e nenhuma narrativa histórica corresponde precisamente ao passado. [Por outro lado], a História é mais do que o passado: a compreensão tardia assim como o anacronismo moldam as interpretações históricas. Para explicar o passado, o presente serve-se não só de percepções, valores e linguagens em evolução, como considera os desenvolvimentos posteriores ao período a ser analisado. Nós encaramos a II Guerra Mundial, em 1985, diferentemente do que fazíamos em 1950»⁴.

Embora o que se acaba de citar não careça de prova – por ser evidente e do conhecimento geral –, concretizemos, aludindo a alguns exemplos, do âmbito do património.

Para os humanistas da Renascença, o património greco-latino ocupava um lugar de destaque, não só como testemunho de um passado que admiravam mas também perspectivado como motivo de inspiração.

Entretanto, começou a perder-se um certo carácter apátrida da “ciência” e cultura medievais – que irradiava das universidades –, com o acentuar dos nacionalismos⁵.

No que ao património e à museologia diz respeito, a ideologia nacionalista ganha terreno a partir de finais do século XVIII e atinge o auge no século XIX, com o afirmar do Estado-Nação. Surge, assim, aquilo a que já se chamou o “nacionalismo museográfico”.

A exemplo do que sucedeu noutros quadrantes, também na Europa «as colecções [...] e o discurso que as acompanha têm sido utilizados com o fim de aglutinar diferentes grupos sociais numa mesma ideia de nação»⁶.

⁴ David Lowenthal, *The Past is a Foreign Country*, reimp., Cambridge University Press, 1987, pp. 26, 214 e 217 (Tal como noutras citações a partir de textos em língua estrangeira, a tradução é da minha responsabilidade).

⁵ Cf. Antoine Compagnon e Jacques Seebacher (dir.), *L'esprit de l'Europe*, t. 2, Paris, Flammarion, 1993, p. 235.

⁶ Elena Fernandez, «Del nacionalismo a la universalidad: la Galería Mexicana en el Museo Británico», *Cuicuilco. Revista de la Escuela Nacional de Antropología e Historia*, vol. 3, n.º 8, Setembro/Dezembro 1996, p. 68.

Foram sendo criados, sucessivamente, os grandes museus nacionais, tendo-se tornado alguns deles instituições de referência. O British Museum, em Londres, abriu as suas portas em 1753 e o Louvre, em Paris, em 1793. Posteriormente, iniciativas semelhantes foram tomadas noutros países, entre os quais se contam Itália, Espanha, Alemanha, Áustria, Rússia e Portugal. Como já foi salientado, entre meados de Setecentos e inícios de Oitocentos, emergiu um novo fenómeno, o “Museu Público”, cujo resultado ficou, todavia, além das expectativas⁷.

As limitações dessa instituição museológica, um tanto gigantesca, ficaram a dever-se a vários factores. Salvo raras excepções – caso da Alemanha, onde alguns museus públicos obedeceram, desde início, a um plano específico⁸ –, para a instalação daqueles foram aproveitados antigos edifícios, alguns dos quais disponibilizados na sequência da desamortização e do processo de laicização, mas que não reuniam as condições apropriadas às suas novas funções.

Tratava-se, em diversos casos, de palácios ricamente decorados, de amplas dimensões, os quais, por isso mesmo, não se tornavam acolhedores em relação ao grande público, ficando assim muito prejudicada a função educativa que deveriam desempenhar, no âmbito da comunidade.

Do ponto de vista museográfico, privilegiavam-se certos tipos de colecções/objectos, geralmente relacionados com as elites tradicionais e/ou por elas preservados, de preferência evocativos de eventos nacionais, considerados “gloriosos”. Mesmo o património, oriundo do estrangeiro, era acolhido não tanto graças a uma certa abertura mental de tipo universalista, mas para reforçar o orgulho nacional, ao exibirem-se “troféus” das conquistas e expedições.

Recorde-se, apenas a título de exemplo, que logo em 1827 – pouco mais de três dezenas de anos após a sua fundação –, foi aberta ao público, no Museu do Louvre, em Paris, uma secção egípcia, fruto das campanhas napoleónicas⁹.

A partir de meados do século XIX, na sequência dos progressos da industrialização, da ciência e da tecnologia, além dos tradicionais museus dedicados às Belas-Artes, outros se desenvolvem.

Ao Musée d’Arts et Métiers de Paris (fundado em 1794), repositório das Artes-Mecânicas e de saber-fazer tradicional¹⁰, acrescentaram-se novos museus, em diversos países. Para o efeito muito contribuíram as modernas exposições universais – verdadeiras “festas da civilização”, como já lhes chamei, noutro lugar¹¹ –, cuja série, que prossegue em nossos dias, teve início com a de Londres, em 1851.

⁷ Alma S. Wittlin, *The Museum. Its history and its tasks in education*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1949, p. 133.

⁸ *Idem*, p. 128.

⁹ *Idem*, p. 120.

¹⁰ Reabriu há alguns anos, totalmente remodelado. Considerado por alguns visitantes como «o Museu dos Museus», o Musée d’Arts et Métiers de Paris preserva mais de 80 000 objectos e de 15 000 desenhos e plantas técnicas (Brenard Sciele & Emlyn Koster (dir), *La révolution de la muséologie des sciences. Vers les musées du XXI^e siècle?* Paris, Presses Universitaires de Lyon/Éditions MultiMondes, 1998, p. 21).

¹¹ José Amado Mendes, «As Exposições como “Festas da Civilização”: Portugal nas Exposições Internacionais (sécs. XIX-XX)», *Gestão e Desenvolvimento*, 7, 1998, pp. 249- 273.

Logo em 1852, foi criado, na capital britânica, o South Kensington Museum, mais tarde (1899) denominado Vitoria & Albert Museum¹². O movimento “Arts and Crafts” procurava valorizar as artes decorativas, ameaçadas pelo avanço da mecanização.

Por seu turno, como reflexo mais directo do surto industrialista, científico e tecnológico, foram criados alguns dos grandes museus da ciência e da técnica, com destaque para os de Londres, Munique e Chicago.

Acrescente-se, porém, que nem estes escaparam ao pendor nacionalista dos seus antepassados, pois todos eles acentuavam e evidenciavam – por vezes de forma quase exclusiva – o contributo dos respectivos países para o progresso então em curso, quer no âmbito da primeira revolução industrial (Inglaterra), quer no da segunda (Alemanha e Estados Unidos da América).

Ou seja, em certa medida, os museus nacionais oitocentistas eram meios importantes a usar pelos governos, na estratégia de reforço do nacionalismo, então na ordem do dia. Esta tendência, de forma mais mitigada ou mais acentuada, ainda persistiu no século XX, em especial na primeira metade, sobretudo nos países onde vigoraram regimes políticos ditatoriais ou autoritários.

2. Um Património sem fronteiras

O património e os próprios museus – estes, como é sabido, têm por atribuições, entre outras, as de preservar, estudar e divulgar o património – são cada vez mais difíceis de se deixar espalhar no interior de fronteiras políticas. Com efeito, embora os museus locais, regionais e nacionais continuem a ser importantes, o museu, na era de globalização, que é a nossa, já não pode ser concebido apenas como “armazém patriótico”¹³.

Tal deve-se não só à natureza da realidade cultural, demasiado fluida para se poder aprisionar geograficamente, como aos temas que o pós-modernismo trouxe para a ordem do dia: raça, classe e nacionalidade¹⁴, mas também tolerância, liberdade, solidariedade, ecologia, meio ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Face à já referida relação entre o património e os museus, não deixa de causar alguma estranheza o facto de o debate e até as iniciativas tomadas se referirem fundamentalmente àquele, deixando estes quase no esquecimento.

A que deverá atribuir-se essa prioridade dada ao património, relativamente aos espaços museológicos, no que toca à problemática da respectiva “internacionalização”? É provável que tenham contribuído para isso, entre outros, os seguintes factores:

- a) O património goza de uma espécie de ubiquidade, pois, na sequência do espectacular alargamento do conceito, nas últimas décadas, pode dizer-se que aquele está em todo lado. Obviamente que resulta também desse facto alguma fragilidade. Como já se destacou anteriormente e recorrendo às palavras de R.

¹² A.S. Wittlin, *cit.*, p. 140.

¹³ A expressão é de A. S. Wittlin, *op. cit.*, p. 137.

¹⁴ E. Fernandez, *op. cit.*, p. 68.

Moulin, «a noção de “património” perdeu em especificidade o que ganhou em expansão»¹⁵.

b) O conceito de funcionalidade do património, consciencializado, de modo particular, nas últimas décadas. A propósito, destaca F. Hernández Hernández, em obra acabada de publicar (2002): «A partir da década de 1980, o património cultural começa a ser percebido não só na sua dimensão histórica e cultural, mas também como uma fonte de riqueza e de desenvolvimento económico.

O Conselho da Europa tem sido o grande promotor do estudo das implicações que para o património advêm do facto de se aceitar a relação que existe entre a economia e a cultura. Por essa razão, admitiu que é urgente definir o conceito de gestão do património e analisar as estratégias que deverão adoptar-se na altura de o pôr em prática. E será o gestor do património quem leva a cabo o dito trabalho de planificação, organização, comunicação e controle que tornará possível a consecução de uma maior rentabilidade económica e social dos recursos patrimoniais existentes»¹⁶.

Vejamos, entretanto, algumas medidas tomadas, na Europa, relativamente ao património. Em 1958, a UNESCO criou o Centro Internacional para a Conservação e Restauro de Objectos de Museu (ICCROM), como organização intergovernamental, com sede em Roma. Integra 96 Estados membros e outros tantos associados¹⁷.

Posteriormente (1887), o Conselho da Europa lançou a iniciativa dos Itinerários Culturais. Através destes pretendiam alcançar-se os seguintes objectivos: tornar mais visível a identidade histórico-cultural comum a todos os povos da Europa; proteger e salvaguardar os aspectos materiais do património cultural europeu, com vista a potenciar a qualidade de vida dos cidadãos; oferecer ao público novas possibilidades de lazer, incrementando o turismo cultural¹⁸.

Entre os numerosos itinerários culturais existentes na Europa, no sentido de se reforçar a “identidade cultural comum”, contam-se: a rota dos Vikings¹⁹, as rotas do barroco, da seda e dos parques e jardins, as cidades dos grandes descobrimentos, a rede europeia do têxtil²⁰, a arte gótica e o caminho de Santiago²¹.

¹⁵ Raymond Moulin, «Présentation de l'enquête menée par l'École des Hautes Études des Sciences Sociales», *Colloque La Formation des Conservateurs de Biens Culturels en Europe. 9, 10, 11 décembre 1993*, Paris, La documentation Française/École Nationale du Patrimoine, 1994, p. 18.

¹⁶ Francisca Hernández Hernández, *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*, Gijón (Astúrias), Ediciones Trea, 2002, pp. 8-9.

¹⁷ *Idem*, p. 340.

¹⁸ *Idem*, p. 366.

¹⁹ A civilização e a história dos Viking adquiriram uma maior visibilidade, perante o grande público, a partir de 1984, com a abertura do Centro “Jorvik”, em York (Norte da Inglaterra), o qual registou, logo no primeiro ano, 900 000 visitas (Michael Hunter, ed., *Preserving the Past. The rise of Heritage in Modern Britain*, Grã-Bretanha, Alan Sutton Publishing, 1996, p. 168).

²⁰ O programa ARQUEOTEX, patrocinado pela EU, teve também por objecto o estudo e a divulgação do património têxtil de vários países europeus, o qual teve como participante e coordenadora a Universidade da Beira Interior (Covilhã).

²¹ Obra indicada na nota 19.

Muito há ainda a fazer, por exemplo, nos domínios do artesanato e da indústria, da mineração e dos transportes e comunicações, do comércio tradicional e da moderna distribuição. Além disso, seria importante que, à semelhança do que se verifica com o *Património da Humanidade*, fosse igualmente instituída a figura de *Património Europeu*.

Com efeito, não faz sentido que, entre os diversos níveis do património – local, de interesse concelhio, regional, nacional e mundial –, não se considere o património da Europa, como pilar significativo das respectivas história, cultura e memória.

Obviamente que a sua instituição, para além do imprescindível enquadramento legal, implica posteriormente um minucioso trabalho de levantamento, estudo e classificação, através do qual se revelarão vertentes significativas do património, até agora praticamente ignoradas, não só da parte dos investigadores como da opinião pública²².

Devem recordar-se, todavia, algumas iniciativas já tomadas. À medida que o projecto europeu se foi tornando mais abrangente – ultrapassando os objectivos estritamente económicos da sua primeira fase –, os representantes dos países membros da UE passaram a dedicar mais atenção às questões do património. Deste modo, nos termos do Tratado de Maastrich (1992), a cultura (e, logo, o património cultural) passou a fazer parte das competências comunitárias.

Dessas competências faz parte o reconhecimento da importância das várias esferas do património: a europeia, propriamente dita, a específica dos respectivos Estados membros e das suas regiões ou áreas. Estabeleceram-se as ditas competências, «para que contribuam para o florescimento das culturas dos Estados membros, respeitando as suas peculiaridades e pondo em relevo o património cultural comum»²³.

Passados dois anos (27 de Julho de 1994), a Comissão propôs ao Parlamento Europeu programas de apoio a actividades artísticas e culturais de âmbito europeu. Como já salientou J. M. de Luis Esteban: «De grande importância é, no que respeita ao património cultural, o programa Rafael, que se centra em cinco aspectos:

- a) Desenvolvimento e promoção do património cultural europeu.
- b) As redes e as associações para projectos conjuntos.
- c) O acesso ao património.
- d) A inovação, a formação avançada e a mobilidade profissional.
- e) A cooperação com países não membros e organismos internacionais»²⁴.

Há, pois, que prosseguir o caminho já começado a desbravar. As iniciativas, a nível da UE, devem ser apoiadas e incentivadas no seio dos respectivos Estados membros. A “agenda” não deverá ser marcada, quase em exclusivo – como tem vindo a verificar-se –, pelos países mais desenvolvidos e que foram, também, os primeiros a industrializar-se.

As diferenças de ritmos de desenvolvimento e a industrialização tardia, em alguns países e/ou regiões europeias – sobretudo na Europa do Sul –, acarretaram consigo

²² Veja-se, a título de exemplo, a revelação recente de um património relacionado com a produção artesanal de gelo: *Las neveras y la artesanía del hielo. La protección de un patrimonio etnográfico en Europa. Seminario Internacional*, Zaragoza, Institución “Fernando el Católico” (C. S. I. C.)/Diputación de Zaragoza, 2001.

²³ José Manuel de Luis Esteban, «Aportaciones de recursos para la conservación del patrimonio: la promoción y el fomento del mecenazgo», *Seminario Internacional Patrimonio y patrocinio empresarial, una perspectiva europea*, Valladolid, Fundación de Patrimonio Histórico de Castilla y León, 1999, p. 61.

²⁴ *Ibidem*.

algumas vantagens comparativas, das quais há que tirar partido, não só do ponto de vista cultural como económico e social.

Efectivamente, condicionalismos pouco propícios a um crescimento mais acelerado favoreceram, em contrapartida, a manutenção de estruturas, tecnologias e métodos de trabalho e de gestão obsoletos, bem como um valioso património que urge conhecer, preservar e divulgar.

Em suma: ao invés do que poderá dizer-se a respeito dos países líderes da revolução industrial, aquilo a que Peter Laslett chamou o “mundo que nós perdemos” – devido aos efeitos daquela –, noutras áreas esse mundo ainda hoje não se encontra completamente perdido, do que resultam consequências negativas, mas também algumas positivas.

3. Realidade museológica: necessidade de ajustamentos

Ao grande museu público oitocentista e aos “depósitos de antiguidades” – por vezes indevidamente designados museus – novos tipos de instituições museológicas se foram juntando, particularmente desde meados do século XX, embora de forma mais acentuada nas últimas três décadas. Tem-se falado, a propósito, de uma autêntica “explosão museológica”.

O fenómeno começou a verificar-se, mais precocemente, nos Estados Unidos da América, em relação à Europa. Com efeito, o número de museus, naquele país, passou de 600, em 1914, para 2500, em 1939. Pelos finais da II Guerra Mundial, já os visitantes nos museus norte-americanos totalizavam, anualmente, 50 milhões²⁵.

No mundo, em 1990, havia 35 000 museus²⁶, número que hoje será consideravelmente mais elevado, dado que a criação de museus tem continuado a processar-se a um ritmo acelerado.

Portugal, neste aspecto, vai acompanhando a tendência, pois se, há cerca de cinco anos (1998), havia no país mais de 500 museus²⁷, actualmente (Setembro de 2003), como já sublinhámos, existirão à volta de 700.

O mencionado surto museológico tem-se repercutido não apenas no número mas também na diversidade de novos tipos de instituições criadas. Assim, o âmbito das temáticas de colecções/objectos, susceptíveis de ser musealizados, alargou-se consideravelmente.

Com efeito, hoje temos, por exemplo: museus de arte, museus militares, museus de história e de arqueologia; museus da ciência, da técnica e da indústria; museus do traje e da moda; da alimentação e do trabalho; das diversas actividades económicas (indústria, agricultura, comércio, transportes e comunicações); museus de empresa

²⁵ A. S. Wittlin, *op. cit.*, p. 163.

²⁶ Scharon Macdonald e Gordon Fyfe (ed.), *Theorizing Museums. Representing identity in a changing world*, reimp., Oxford, Blackwell Publishers/The Sociological Review, 1988, p. 21.

²⁷ *Inquérito aos Museus de Portugal*, Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus, 2000, pp. 19 e 160. Acrescente-se, porém, que se forem adoptados critérios restritos acerca dos pré-requisitos que as instituições deverão reunir para poderem ser consideradas museus (na altura 530), o número baixaria para pouco mais de 50, o que corresponde a aproximadamente 10% (*idem*, p. 160).

e de produtos (da cerâmica e do vidro, do azulejo e do ouro, do ferro e do têtil). Além de museus especializados, há ainda os indiferenciados, já classificados como “museus de tudo”.

A criação destes tipos de museus resulta, por um lado, do já referido alargamento do conceito de património, pois muito do que era outrora considerado desprezível veio a adquirir a categoria de objecto de museu; por outro, no reconhecimento do papel a desempenhar pelos objectos/vestigios materiais, simultaneamente como monumentos e como documentos/testemunhos.

É que, não obstante por vezes parecer que vivemos numa sociedade que menospreza as suas raízes e que está mais preocupada com o presente e o futuro que com o passado, as questões relacionadas com a história, a identidade e a memória continuam a fazer parte integrante das nossas vidas.

Por sua vez, a criação de espaços museológicos deixou de ser uma prerrogativa dos Estados, para passar a constituir um direito, mas também um dever, de muitas outras entidades, nomeadamente: autarquias e associações culturais; Igreja e instituição militar; empresas, organizações não lucrativas, fundações, etc.

Com o diversificar das entidades fundadoras de museus e das respectivas tutelas, os próprios objectivos daqueles passaram a ser igualmente multifacetados, tendo o nacionalismo deixado de ser o fim primordial dos museus. Daí resultou, ainda, uma dinâmica mais acentuada na criatividade e inovação das iniciativas levadas a cabo.

Verificaram-se ainda transformações no que toca à relação do espaço museológico com o meio e com a própria comunidade. Neste sentido, fala-se de museu de sítio e de museu de sociedade, de museu de região ou de província²⁸ e de museu local, de centro de interpretação e de ecomuseu.

A musealização de locais de trabalho e de residência, de museus ao ar livre (ou *open museums*, em inglês) e de ambientes tradicionais não constitui uma novidade recente. Remonta, pois, aos finais do século XIX e surgiu na Suécia, tendo-se depois difundido por outros dos países nórdicos²⁹. Acerca dessa experiência salientou Wittlin:

«Nos anos de 1890 foi aberto o primeiro grande museu sueco ao ar livre, em Skansen, Estocolmo, com quarteirões de cidades inteiramente reproduzidos, oficinas em actividade, com animais nativos da região no seu habitat, com pessoas usando trajos regionais e com música folclórica criando uma atmosfera muito próxima da do antigo ambiente. Parece justificar-se que se considere Skansen e outros museus escandinavos ao ar livre, bem como alguns instalados em edifícios, museus folclóricos, entre os museus nacionais e etnográficos e sugerir que os Escandinavos revelaram um espírito próprio, diferente do das outras comunidades europeias [...]. Afeição pelo próprio passado e pela região era combinado com o interesse científico»³⁰.

²⁸ Loïc Vadelorge (textos reunidos por), *Sociabilité, Culture et Patrimoine. Cahiers du GRHIS. Les musées de province dans leur environnement*, Rouen, «Publications de l'Université de Rouen», n.º 218, 1996.

²⁹ Outro exemplo do género, ao qual já antes aludi, que continua a atrair numerosos visitantes – como ainda recentemente me foi dado confirmar –, é a *Old Village*, localizada no centro de Aarhus, segunda cidade da Dinamarca.

³⁰ A. S. Wittlin, *op. cit.* p. 138.

A ideia viria a ser retomada no Continente Europeu a partir dos anos de 1960, num contexto diferente e com a utilização de novas metodologias, já na sequência ou sob a ameaça da desindustrialização de vastas áreas, nas quais vieram a ser criados *ecomuseus*. Le Creusot, em França, ou o Ecomuseu Municipal do Seixal, entre nós – como se disse já –, são alguns dos muitos exemplos que poderiam indicar-se.

Estes novos espaços museológicos, além de conciliarem a preservação do património com a sua interpretação – pelo que são considerados, pela Nova Museologia, como “museus da 3.^a geração”³¹ –, caracterizam-se também pelo envolvimento directo da respectiva comunidade, assim como pela sua inserção em estratégias de desenvolvimento.

Mas, também neste campo, muito há ainda a realizar. Existem zonas mineiras desactivadas, áreas industriais outrora prósperas – nos ramos papeleiro e têxtil, da metalomecânica e dos curtumes, da cal, do cimento e do mobiliário, entre outros – que bem mereciam ser objecto de aproveitamento museológico e turístico-cultural, no contexto da UE e com a colaboração de especialistas de vários países, nos quais aquelas actividades adquiriram tradição.

Uma outra área em que a museologia e a museografia têm registado progressos consideráveis é a das ciências e da tecnologia. Não surpreende que assim seja, dado que os avanços científicos, particularmente no último século e meio, têm impregnado quase todas as vertentes da vida humana.

Ao invés do que sucedia com os primeiros museus do género – em que o essencial da sua actividade era canalizado para o estudo e preservação do respectivo património –, ultimamente têm vindo a privilegiar-se as componentes educativa e de formação científica. Nestas condições, a colecção, em certos casos, passa a ocupar lugar secundário ou, em última análise, poderá nem sequer existir. É o que se verifica, por exemplo, em alguns dos chamados “museus dinâmicos da ciência”³² e, obviamente, com os museus virtuais³³.

Assim, neste novo tipo de museus e, de forma ainda mais evidente, nos centros de ciência – independentemente da designação que possam ter –, valoriza-se o discurso museográfico e os métodos de apresentação/experimentação, utilizando-se modelos, sistemas em acção, por vezes em miniatura, máquinas e instrumentos/utensílios em funcionamento, etc. O recurso às novas tecnologias e a utilização da interactividade transformaram este género de museus, simultaneamente, numa espécie de escolas, centros de investigação, laboratórios e salas de espectáculo³⁴.

Trata-se de mais uma área na qual convirá reflectir e actuar, no contexto dos vários países da UE. Os ritmos de desenvolvimento científico foram e são diversos, de país para país; as diferenças na evolução tiveram o seu reflexo na existência e na salvaguarda do respectivo património.

³¹ Patrick Boylan (ed.), *Museums 2000. Politics, people, professionals and profit*, reimp., Londres-Nova Iorque, Museums Association/Routledge, 1994, p. 16.

³² É o caso, entre outros, do Museu Dinâmico da Ciência de Campinas (Brasil).

³³ Ver, sobre a temática, Bernard Deloche, *Le Musée Virtuel. Vers une éthique des nouvelles images*, Paris, PUF, 2001.

³⁴ Ver, sobre o assunto, Tim Caulton, *Hands-on. Managing Interactive Museums and Science Centres*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1998; Maria Alzira Almoester Ferreira e José Francisco Rodrigues (coord. científica), *Museums of Science and Technology*, Lisboa, Fundação Oriente, 1998.

Assim, uma história económica, social e cultural, à escala europeia³⁵, aconselha a que se estudem comparativamente as diversas realidades nacionais, as transferências de tecnologia, as adaptações, as invenções mas também a difusão, isto é, o uso generalizado.

Através dessa história comparada – utilizando não só as tradicionais fontes escritas mas também as materiais, ou seja, o património industrial, a estudar e preservar por instituições museológicas, de âmbito europeu –, é provável que se possam esclarecer melhor certos aspectos. Consideremos apenas alguns exemplos.

Admite-se, tradicionalmente, ter existido um único modelo de revolução industrial, o qual se ficou a dever fundamentalmente à utilização da energia a vapor, graças à invenção de James Watt – a máquina a vapor –, patenteada em 1769. Este foi, efectivamente, o modelo britânico, sustentado pela abundância de recursos carboníferos.

Todavia, em certas zonas europeias, onde escasseava o carvão mas abundava a “hulha branca” – como no Vale do Ave ou na área da Covilhã, em Portugal e noutras zonas de países europeus –, a industrialização fez-se mais à custa da energia hidráulica, utilizada directamente, numa primeira fase, e como produtora de electricidade, numa segunda, que da máquina a vapor. De algum modo, poder-se-á falar de uma “revolução industrial sem o vapor”, uma vez que a utilização deste ficou reduzida a um curto período e a um número limitado de empresas.

Ora acontece que, nos museus dos diversos países europeus, salvo raras excepções, o património das energias a vapor e eléctrica tem monopolizado praticamente as atenções, em detrimento do património relativo às energias hidráulica e eólica.

Deste modo, em complemento dos museus dedicados a alguns tipos de energia já existentes, um grande museu, dedicado às energias na história da Europa, poderia evidenciar consideráveis diferenças nos modelos de desenvolvimento, mais notórias entre certas regiões do que entre países.

Outras temáticas, a carecer de investigações mais aprofundadas, no contexto europeu ou mesmo universal, relacionam-se, por exemplo: com a difusão da laboração contínua, nas fábricas, facilitada pelos sistemas de iluminação mais eficientes; ou com a vulgarização do uso dos electrodomésticos, relacionada com o aumento da percentagem da mão-de-obra feminina fora do lar.

Também nestes casos a recolha, o estudo, a divulgação e musealização do respectivo património poderão trazer novas achegas para a compreensão da chamada sociedade industrial.

Em conclusão: os projectos e as iniciativas museológicas e museográficas devem contemplar as diversas escalas da realidade, inclusive em termos culturais e geográficos. A escala micro está presente nos museus locais, de região, de sector ou monográficos; a escala média encontrar-se-á nos museus nacionais, ainda que estes devam ser reorganizados numa óptica de abertura cultural e não de nacionalismo exacerbado e hoje considerado obsoleto; por último, a grande escala deverá incluir museus coincidentes

³⁵ A expressão «uma história económica à escala europeia» foi usada por Étienne Poncelet, ao referir-se ao património carbonífero, na comunicação «Récession minière et gestion du patrimoine charbonnier en France», *TICCIH/CSIH'94. From industry to industrial heritage. Proceedings of the Nineth International Conference on the Conservation of the Industrial Heritage. Montréal/Otawa. May 29- June 2, 1994*, pp. 22-23.

com grandes blocos detentores de identidade cultural – como é o caso da UE – ou mesmo universais.

Museus, à escala da Europa, ajudar-nos-ão a compreender melhor as raízes e a identidade do legado comum europeu; em última análise, resultarão da necessidade de ajustamento ao processo de globalização em curso, do qual faz parte, em certa medida, a própria classificação de “património mundial”, geralmente tão ambicionada pelas respectivas entidades/comunidades.

Bibliografia

- BLOOM, Helen *et al.*, *L'art du management européen* (trad. do inglês), Paris, Les Éditions d'Organisation, 1994.
- BOYLAN, Patrick (ed.), *Museums 2000. Politics, people, professionals and profit*, Londres-Nova Iorque, Museums Association/Routledge, 1944.
- CAULTON, Tim, *Hands-on. Managing Interactive Museums and Science Centers*, Londres-Nova Iorque, Routledge, 1998.
- COMPAGNON, Antoine e SEEBACHER, Jacques (dir.), *L'esprit de l'Europe*, t. 2, Paris, Flammarion, 1993.
- «Declaração (A) de Bolonha e o Sistema de Graus do Ensino Superior. Bases para uma discussão», *Ensino Superior. Revista do SNESup*, n. 2, Janeiro de 2002.
- DELOCHE, Bernard, *Le Musée virtuel. Vers un éthic des nouvelles images*, Paris, PUF, 2001.
- FERNANDEZ, Elena, «Del nacionalismo a la universalidad: la Galería Mexicana en el Museo Británico», *Cuicuilco. Revista de la Escuela Nacional de Antropología e Historia*, vol 3, n.º 8, Setembro/Dezembro 1996.
- FERREIRA, Maria Alzira Almoester e RODRIGUES, José Francisco (coord. científica), *Museums of Science and Technology*, Lisboa, Fundação Oriente, 1998.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*, Gijón (Astúrias), Ediciones Trea, 2002.
- HUNTER, Michael (ed.), *Preseving the Past. The Rise of Heritage in Modern Britain*, Grã-Bretanha, Alan Sutton Publishing, 1996.
- Inquérito aos Museus de Portugal*, Lisboa, Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus, 2000.
- LUIS ESTEBAN, José Manuel de, «Aportaciones de recursos para la conservación del patrimonio: la promoción y el fomento del mezenazgo», *Seminario Internacional Patrimonio y patrocinio empresarial, una perspectiva europea*, Valladolid, Fundación de Patrimonio Histórico de Castilla y León, 1999.
- MACDONALD, Scaron e FYFE, Gordon (ed.), *Theorizing museums. Representing identity in a changing world*, Oxford, Blackwell Publishers/The Sociological Review, 1988.
- MENDES, José Amado, «As Exposições como “Festas da Civilização”: Portugal nas Exposições Internacionais (Sécs. XIX-XX)», *Gestão e Desenvolvimento*, 7, 1998.
- MOULIN, Raymond, «Présentation de l'enquête menée par l'École des Hautes Études des Sciences Sociales», *Colloque la Formation des Conservateurs de Biens Culturels en Europe. 9, 10, 11 décembre 1993*, Paris, La Documentation Française/École Nationale du Patrimoine, 1994.
- Neveras (Las) y la artesanía del biello. La protección de un patrimonio etnográfico en Europa. Seminario Internacional*, Zaragoza, Institución “Fernando el Católico” (C. S. I. C.)/diputación de Zaragoza, 2001.
- PONCELET, Étienne, «Récession minière et gestion du patrimoine charbonnier en France», *TICCIH/CSIH'94. From industry to industrial heritage. Proceedings of the Ninth International Conference of the Industrial Heritage. Montreal/Otawa. May 29 - June 2, 1994*.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, «Portugal e o Novo Desafio Europeu», in Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.), *Olhares sobre a Europa. Actas do Seminário Internacional. 18 de Abril de 2001*, Coimbra, Quarteto, 2000.
- SCIELE, Brenard & KOSTER, Emlyn (dir.), *La révolution de la muséologie des sciences. Vers les musées du XXI siècle?* Paris, Presses Universitaires de Lyon/Éditions Multi Mondes, 1998.
- VADELORGE, Loic (textos reunidos por), *Sociabilité. Culture et Patrimoine. Cahiers du GRHIS. Les Musées de province dans leur environnement*, Rouen, « Publications de l'Université de Rouen », n.º 218, 1996.
- WITTLIN, Alma S., *The Museum. Its history and its tasks in education*, Londres, Routledge & Kegan, 1949.

10. UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE O PATRIMÓNIO CULTURAL: PRESERVAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS*

A sociedade industrial, constituída a partir de finais do século XVIII e que ainda permanece – embora alguns já comecem a apelidá-la de pós-industrial –, tem vindo a produzir numerosos testemunhos, os quais têm sido diferentemente apreciados ao longo dos tempos.

Assim, durante mais de meio século, ou seja, desde finais de Oitocentos até meados de Novecentos, dos referidos testemunhos somente dois tipos interessavam: por um lado, aqueles que ainda pudessem ter alguma utilidade, como estruturas susceptíveis de ser reutilizadas ou das quais fosse possível extrair materiais para novas aplicações; por outro, as fontes escritas, ao mesmo tempo consideradas não só imprescindíveis como também únicas, para se poder elaborar a própria história da indústria.

De acordo com aquele ponto de vista, os vestígios materiais da industrialização eram apenas considerados pragmaticamente, consoante a sua utilidade material. Como subprodutos do desenvolvimento industrial, iam sendo sistematicamente desactivados, esquecidos ou mesmo destruídos, para que não constituíssem obstáculos à nova dinâmica desenvolvimentista, que Schumpeter viria a classificar como “destruição criadora”.

Porém, a partir de meados do século XX, não só o património industrial passou a ser revalorizado, como se criou e desenvolveu uma nova ciência histórica – ou, se se preferir, um novo ramo do saber –, chamado Arqueologia Industrial, cujo objecto é, precisamente, o estudo, levantamento e, por vezes, a salvaguarda ou mesmo a reutilização do património industrial.

Esse novo olhar sobre este género de património deveu-se a vários factores que, obviamente, não podem ser aqui analisados com detalhe. Todavia, referirei sumariamente os que julgo terem sido de maior relevância, a saber: aquilo a que podemos chamar a democratização da história e a própria transformação operada na metodologia da investigação histórica, com a “descoberta” das fontes materiais; o alargamento do

* O presente texto, ora revisto e actualizado, foi inicialmente apresentado em São Paulo-Brasil (ao Seminário Internacional “História e Energia”, em 02.12.1999, e publicado nas respectivas actas), tendo sido também publicado na revista *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 2000, pp. 197-212.

conceito de património, que passou a incluir as chamadas “coisas banais”, para usar a expressão recentemente vulgarizada pelo historiador francês, Daniel Roche¹.

1. Património Cultural: Dinâmica Histórica de um Conceito

A forma como determinada sociedade encara o seu património ou, dito de outra maneira, os seus bens culturais, reflecte muito da respectiva ideologia e mentalidade predominantes. Assim, não surpreende que, com a evolução histórica, o conceito de património, especialmente no que concerne à sua vertente cultural, também tenha vindo a sofrer profundas alterações.

Para não remontarmos mais longe, recorde-se a valorização do legado greco-latino pelos humanistas da Renascença, devido à grande admiração que nutriam pela civilização clássica. Contudo, de harmonia com os ideais do tempo – alguns dos quais prevaleceram ao longo de todo o Antigo Regime, tendo inclusive marcado, indelevelmente, a cultura não só do século XIX como de parte da do século XX –, a noção de património abrangia sobretudo o que dizia respeito aos grupos sociais privilegiados e destacava-se pelas seguintes características: monumentalidade, valor estético (obviamente, em sintonia com os parâmetros da época) e o seu carácter bélico e/ou religioso.

Recorde-se que o apreço pelo muito antigo se encontra presente, por exemplo, num alvará de D. João V – de 20 de Agosto de 1721, que pode ser considerado como uma espécie de cédula de nascimento da referida noção, em Portugal –, através do qual se cometia à Academia Portuguesa da História a tomada de medidas para a salvaguarda do mencionado património, estipulando-se ainda: «daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, [possa] desfazer ou destruir, em todo ou em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos (assim designados Fenícios, Romanos, Godos, Arábios), ainda que esteja arruinado e da mesma sorte as estátuas, mármore e cipos...»².

No século XIX, com o Liberalismo, o conceito de património começa a sofrer um certo alargamento, como se pode verificar pela posição de Alexandre Herculano que, ao referir-se à questão patrimonial, se exprime do seguinte modo: «importa a arte, as recordações, a memória de nossos pais, a conservação de coisas cuja perda é irremediável, a glória nacional, o passado e o futuro»³.

É certo que, apesar do que então se fez em prol do património, predominava «uma visão histórica e arqueológica na interpretação dos monumentos. A sua valorização artística, e sobretudo a sua análise em termos de história da arte continuava por fazer»⁴.

¹ Daniel Roche, *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII-XIX)* (trad. do francês), Lisboa, Editorial Teorema, 1998.

² Citado por Paulo Oliveira Ramos, “Lisboa, Património e Identidade”, *Discursos, Cultura e Sociedade*, III série, n.º 1: *Regiões, Identidade*, (Universidade Aberta – Centro de Estudos Interdisciplinares), Abril, 1999, p. 231 (Como nas restantes citações, a ortografia foi actualizada).

³ Jorge Custódio, «Salvaguarda do Património – Antecedentes históricos», *Dar futuro ao passado*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1993, p. 48.

⁴ *Ibidem*.

Por finais do século XIX, com uma certa valorização das artes tradicionais, alguns autores começaram também a perspectivá-las em termos de património cultural. A esse respeito, não deixa de ser interessante que tenha sido, precisamente a propósito de uma actividade artesanal – os moinhos –, que Francisco de Sousa Viterbo sugeriu que se criasse um novo ramo do saber, para o qual propunha a designação de *arqueologia industrial* que, como é sabido, viria a alcançar um extraordinário sucesso, no último meio século⁵.

Acrescente-se, todavia, que a sugestão do autor português, nessa altura como nas décadas imediatas, não encontrou qualquer eco. Foi necessário esperar pelo pós-II Guerra Mundial para que se começasse a prestar mais atenção a essa parcela importante do património, que é o património industrial.

Veremos, em seguida, a que se deveu tal transformação – a qual envolveu aquilo a que poderíamos chamar um certo corte epistemológico, relativamente ao conceito de património cultural – e quais as suas principais consequências.

2. Património Industrial, nova vertente do Património

Após o segundo conflito mundial, paralelamente à urgente necessidade de reconstruir o que tinha sido destruído pelas operações militares, deu-se início a um período de desenvolvimento acelerado – já classificado, por exemplo, no que se refere a Portugal, como os “trinta anos de ouro da economia –, durante o qual se processou um surto extraordinário no âmbito da construção de infra-estruturas.

A dinâmica de crescimento então criada, por um lado, e a falta de sensibilidade, no que toca a certo tipo de monumentos, por outro, induziu a que se destruíssem diversas estruturas de significativo valor, não só histórico e patrimonial como ainda simbólico. Recordo, apenas a título exemplificativo, a demolição dos seguintes monumentos industriais: Palácio Cristal, no Porto (1951-1952); Euston Station, em Londres (1962); e Les Halles, em Paris (1970).

Entretanto, alguns autores começavam a chamar a atenção para este tipo de património, bem como para as suas potencialidades histórico-culturais e mesmo económicas. Defendiam que aquele não só fazia parte integrante, aliás de pleno direito, do património cultural, como deveria constituir o objecto de uma nova ciência, disciplina ou ramo de saber.

Propunham que aquela fosse denominada *arqueologia industrial*, o que, após a hesitação de alguns e as discordâncias de outros, viria a ser internacionalmente aceite. Ao fazê-lo, os referidos autores – de entre os quais é de inteira justiça lembrar os nomes do belga René Évrard (1950) e do inglês Michael Rix (1955) –, embora sem o saberem, nada mais faziam do que seguir e retomar a já referida sugestão de Sousa Viterbo. Acrescente-se, porém, que a proposta dos referidos autores aparecia de forma mais elaborada e fundamentada, além de a conjuntura lhes ser então mais favorável do que era ao investigador português, em finais do século XIX.

⁵ Sousa Viterbo, «Archeologia industrial portuguesa. Os moinhos», *O Archeologo Português*, vol. II, n.º 8 e 9, Agosto e Setembro de 1896, pp. 194-204.

A partir de então, com destaque para os anos 1960 e 1970, as questões relacionadas com o património industrial e com a arqueologia industrial passam a estar, em diversos países, na ordem do dia. Multiplica-se a literatura sobre as ditas temáticas, criam-se associações dedicadas à salvaguarda do património industrial, quer a nível regional e nacional, quer a nível internacional.

No que a este diz respeito, merece ser destacada a relevante acção desempenhada pelo TICCIIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) que, através dos diversos encontros de investigadores de dezenas de países, tem vindo a contribuir para uma maior divulgação das actividades concernentes ao património industrial e, bem assim, para uma frutuosa troca de experiências, entre especialistas dos diversos continentes.

Mas, pode também acrescentar-se que o património industrial “invadiu” ainda outros sectores, designadamente o turismo, a museologia, a investigação e o próprio ensino. Após a experiência pioneira do Ironbridge Gorge Museum, na Grã-Bretanha – que tem vindo a leccionar diversos tipos de cursos, inclusive de pós-graduação, por meio do respectivo Instituto, com a colaboração da Universidade de Birmingham –, outras têm sido levadas a cabo, em vários países e diversos graus de ensino. Foram já divulgadas experiências realizadas, por exemplo, em Itália, Espanha e Portugal.⁶

3. O Património Cultural, hoje

Como acabámos de expor, embora sucintamente, o conceito de património tem vindo a registar consideráveis alterações. Estas passaram não somente pelo seu extraordinário alargamento, como também pelo facto de ter começado a ocupar uma função de maior relevância e por ter dado origem a uma literatura já abundante, para não falar nas múltiplas discussões a que tem dado origem.

Para expressar essa nova realidade, até se tornou necessário inventar um novo conceito, traduzido pelo vocábulo “patrimonialização”. Vejamos como se traduz, a vários níveis, essa atenção redobrada dedicada ao património, especialmente no que concerne ao património cultural.

A importância hoje atribuída ao património tem dado origem a numerosas reflexões, quer em encontros/colóquios, expressamente dedicados ao assunto, quer através de investigações diversas, cujos resultados se encontram patentes em artigos de revistas ou em obras de maior fôlego.

Mesmo através de uma análise sumária de alguns dos trabalhos dedicados ao assunto, podem tirar-se deles algumas ilações:

- a) a componente teórica tem prevalecido sobre os aspectos práticos, susceptíveis de aplicação à realidade em que estamos inseridos;

⁶ De entre outras iniciativas tomadas em Portugal, inclusive ao contemplar-se o património cultural em visitas de estudo organizadas ao nível do Ensino Básico e Secundário, permita-se-me que refira a leccionação da disciplina de Arqueologia Industrial, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, como cadeira de opção, ininterruptamente desde o ano lectivo de 1985-86. Tem sido frequentada por uma média anual de 80 a 100 alunos, maioritariamente dos cursos de História, História – variantes em História da Arte e Arqueologia e Arquitectura.

b) a questão do património não se esgota em si mesma, pois com ela estão relacionadas muitas outras, de índole diversa (histórico-cultural, económica e relacionada com o desenvolvimento).

Analisemos apenas alguns exemplos do que acaba de referir-se.

Deve-se ao sociólogo francês, Jacques Capdevielle, uma das análises mais interessantes e inovadoras da questão do património. Apesar da sua perspectiva visar fundamentalmente o património, em geral, e não o património cultural, em particular, algumas das suas conclusões também se relacionam, embora de forma algo indirecta, com este último.

De acordo com o próprio título que atribuiu ao seu livro, *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, o autor defende a tese segundo a qual “o património é um fundamento unificador da classe média”⁷.

Tratando-se, embora, de uma teoria discutível, permito-me sublinhar três outros aspectos, mais directamente relacionados com o tema que me propus focar. O primeiro tem a ver com o apego dos Franceses ao património, uma vez que 79% dos inquiridos se mostravam favoráveis a receber aquele por herança, enquanto só 4% se revelava indiferente.

O segundo mostra como o património pode contribuir, de certo modo, para que o indivíduo se liberte da finitude a que, pela sua natureza, está sujeito, e se inscreva na perenidade⁸.

Por último, mas não menos relevante, merece ser sublinhada a conclusão do autor, segundo a qual foi nos anos 1930 que começou a atribuir-se à palavra património uma acepção mais lata do que a de propriedade, tendo passado a assimilar-se “património económico” e “património cultural”⁹.

Em obras mais recentes sobre a temática – com destaque para o contributo dado por autores franceses, que têm publicado ultimamente vários trabalhos acerca da temática –, tem havido a preocupação de evidenciar as múltiplas relações do património com diversas outras vertentes da realidade histórica, sem esquecer a própria história do presente.

Alguns dos respectivos títulos são reveladores do que acaba de afirmar-se. Atente-se nos seguintes exemplos: *L'alchimie du patrimoine* (1996), *Quand le patrimoine fait vivre les territoires* (1996), *Science et conscience du patrimoine* (1997), *Patrimoine et passions identitaires* (1998) e *Patrimoine et société* (1998)¹⁰.

Das temáticas acima mencionadas merecem destaque as que se reportam à identidade e ao desenvolvimento. Acerca da primeira, sublinha Jacques Le Goff: «Duas noções, lentamente elaboradas, umas vezes separadas outras em simbiose, no decurso de longos períodos, convergem hoje em dia: a de património e a de identidade». E, referindo-se ao património como “um processo no tempo”, acrescenta: «património e identidade não são realidades frouxas e tranquilas, e ainda bem; são paixões»¹¹.

⁷ Jacques Capdevielle, *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986, p. 372.

⁸ J. Capdevielle, *op. cit.*, pp. 11 e 314.

⁹ J. Capdevielle, *op. cit.*, p. 252.

¹⁰ Ver as referências completas no final deste trabalho, na respectiva bibliografia.

¹¹ *Patrimoine et passions identitaires, sous la présidence de Jacques Le Goff. Entretiens du Patrimoine. Théâtre national de Chaillot. Paris, 6, 7 et 8 janvier 1997*, Paris, Librairie Arthème Fayard/Caisse national des monuments historiques et des sites/Éditions du Patrimoine, pp. 9 e 12.

Relativamente ao desenvolvimento, também já foi declarado: «o património é hoje percebido como um meio de desenvolvimento. É frequente a procura de monumentos históricos para restaurar, com a esperança de aqueles atraírem turistas»¹².

Como é do conhecimento geral, certas áreas, outrora industrializadas e fortemente desenvolvidas, entraram a certa altura em decadência acentuada. Para saírem de tal situação, foi necessário elaborar projectos de restauro e requalificação de antigas estruturas, nos quais o património desempenhou papel relevante.

Entre muitos outros exemplos que poderiam invocar-se, recordarei apenas alguns mais conhecidos, como as famosas Docas de Londres, a área do porto de Liverpool e a “Fábrica da Cultura”, em São Paulo.

Como facilmente se depreende do exposto, essa nova e tão importante função, hoje exercida pelo património, só se tornou possível devido ao já mencionado alargamento do respectivo conceito. De facto, de modo muito especial, nas últimas duas ou três décadas, aquele passou a abranger: «a arquitectura popular, os objectos e os utensílios quotidianos, os conhecimentos e o saber-fazer, as paisagens modeladas pelas actividades humanas e, igualmente, elementos como os biótipos, os conjuntos florísticos e faunísticos, constituindo o que se chama o património natural»¹³.

Escusado será dizer que também a verdadeira explosão museológica, a que temos vindo a assistir nos últimos anos, se deve muito especialmente a essa nova perspectiva sobre o património. Com efeito, aos tradicionais e sempre apreciados museus de Belas-Artes, muitos outros têm vindo a acrescentar-se para preservar, estudar e divulgar espólios cada vez mais diversificados.

Assim, temos hoje: museus da indústria, da ciência e da técnica; do trabalho e de empresa; de sociedade e de sítio; locais e regionais; do traje e da moda; do automóvel e da aviação; do caminho-de-ferro e do carro eléctrico. Em suma: museus e património tiveram que se adaptar à nova sociedade e a este novo mundo, por alguns baptizado de “pós-moderno”¹⁴.

4. Preservação e Requalificação de Instalações Industriais

Ao aludir, aqui, a instalações industriais, utilizo a expressão em sentido lato, a exemplo do que se faz a propósito de monumentos industriais. Deste modo, ter-se-ão em vista não só antigas instalações fabris, como também infra-estruturas de tipo diverso, a saber: armazéns, mercados – alguns dos quais constituem, como é sabido, belos exemplares da arquitectura do ferro, bem patente, por exemplo, no de Porto Alegre (Brasil), há anos restaurado –, estações elevatórias de água, centrais eléctricas, estações ferroviárias, cinemas, teatros, moinhos e outros géneros de oficinas

¹² Nicolas Simonnet, «Le monument historique et ses publics», Jean-Yves Andrieux, *Patrimoine et société*, Presse Universitaire de Rennes, 1998, p. 188.

¹³ Jean-Luc Sadorge (dir.), *Quand le patrimoine fait vivre les territoires*, Paris, ed. do CNFPT, 1996, p. 12.

¹⁴ Ver, a propósito, a interessante obra de Kevin Walsh, *The Representation of the Past. Museums and heritage in the post-modern world*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1997 (rimp.; 1ª. ed., 1992).

e manufacturas, etc. As referidas instalações constituem, afinal, a parte mais visível do chamado património industrial.

Como já foi sublinhado, «a noção de património industrial foi definida nos anos 70, na sequência da tomada de consciência da sua precariedade por arquitectos, historiadores, economistas e associações de defesa. Diz respeito aos bens imóveis (construções, sítios adaptados e paisagens), às instalações, máquinas e utensílios, assim como ao conjunto dos produtos resultantes da indústria»¹⁵.

Tematicamente, o conceito aplica-se a todos os tipos de actividade industrial, no sentido mais lato, ou seja, «a toda a infra-estrutura material deixada por uma actividade humana passada»¹⁶.

De acordo com o exposto, fácil se torna concluir que o referido património, em geral, e os edifícios que o integram, em particular, são relativamente abundantes, a despeito dos atentados de que muitos deles diariamente são alvo.

Por tal motivo, qualquer programa de preservação e requalificação de instalações industriais exige não só conhecimentos e competência como muita ponderação e cuidado. Essas exigências devem, aliás, ser tidas em conta nas diversas fases de intervenção, desde a selecção, obviamente fundamentada, dos elementos a preservar, requalificar e reutilizar, até às soluções a adoptar e aos objectivos a atingir.

4.1. As instalações industriais como património: vertentes histórico-cultural, social e económica

Parte dos edifícios dos últimos séculos inclui-se na categoria daquilo que já foi classificado como “património controverso”¹⁷. Isso deve-se a vários motivos. Por um lado, a uma certa (de)formação, que necessariamente nos condiciona, a qual nos induz a menosprezar aquele tipo de instalações.

Além de associadas ao trabalho e à produção industrial, têm ainda “contra si” o facto de serem relativamente recentes, carecendo, assim, da dimensão temporal que nos habituámos a apreciar como critério – por vezes único – de relevância histórica. Por outro lado, o facto de não estarem, regra geral, ligados a eventos de índole político-militar e religiosa que, até recentemente, constituíam objectos de estudo por excelência.

Isto para já não falar da componente estética, a destoar, sobremaneira, dos gostos mais em voga entre os elementos dos grupos sociais ditos “bem pensantes”. O que acaba de referir-se está na origem de numerosos conflitos – quantas vezes devidos a interesses económicos, embora geralmente não confessados –, de que a comunicação social, por vezes, se faz eco. Apenas a título de exemplo, recordo o caso da Fábrica de Gás (o então chamado Gasómetro), em Lisboa, junto à Torre de Belém, nas décadas de 1930 e 1940, polémica que só veio a terminar com a demolição daquela, por 1950¹⁸.

¹⁵ Marie Françoise Laborde, *Architecture industrielle. Paris et environs*, Paris, Ed. Parigramme, 1988, p. 11.

¹⁶ Cfr. Jean-Yves Andrieux, *Le patrimoine industrielle*, col. Que sais-je?, Paris, PUF, 1992, p. 7.

¹⁷ J.-Y. Andrieux, *op. cit.*, pp. 123-131.

¹⁸ O assunto acaba de ser estudado de forma desenvolvida, por Paulo Oliveira Ramos, no âmbito da sua dissertação de Doutoramento, intitulada: *A Princesinha Branca e Esbelta e o Dragão Negro e Rotundo*.

A justificação para a salvaguarda e eventual reutilização de determinada estrutura industrial deverá alicerçar-se em vários fundamentos e utilizar diversos critérios. A propósito, mantêm-se válidos os seguintes princípios, enunciados já nos inícios do século passado: o valor artístico, o valor histórico e o valor de uso¹⁹.

Quanto ao valor artístico, há que prestar atenção ao evoluir da arquitectura industrial, desde as antigas oficinas e manufacturas às fábricas dos nossos dias. De entre muitos aspectos que poderiam referir-se, recordem-se: a harmonia das pequenas construções, à escala humana, em pedra e/ou madeira, características do período que precedeu a revolução industrial; os edifícios em tijolo, associados à difusão da energia a vapor, com o próprio aproveitamento estético que se fez daquele material de construção²⁰; a arquitectura do ferro que, após o extraordinário sucesso alcançado pelo famoso Crystal Palace, em Londres, aquando da primeira Exposição Universal (1851), viria a marcar, indelevelmente, a arquitectura da segunda metade do século XIX e dos inícios do XX.

O ferro associado ao vidro, além da utilidade no que concerne à iluminação natural – janelas, largas aberturas nas paredes, coberturas em *shed*, clarabóias, etc –, permitiu valorizar significativamente diversos tipos de edificações.

Basta pensarmos, por exemplo, em numerosos mercados, estações de caminho-de-ferro, fábricas de gás, estufas – como as conhecidas e famosas Estufas Reais, em Bruxelas – e instalações fabris propriamente ditas.

No século XX, por sua vez, a divulgação das edificações em betão permitiu uma enorme diversidade de soluções. Nos anos 30 e 40, as estruturas industriais começam a ter lugar nas revistas de arquitectura. Após alguma indiferença, da parte dos arquitectos, nos anos imediatos, nos anos 80 a indústria apela, de novo, à arquitectura.

Procura-se, por essa via, valorizar a imagem da empresa, numa altura em que, embora noutra registo, se começa igualmente a prestar atenção acrescida à chamada “cultura de empresa”. Passa então a falar-se de “hotéis industriais”, edifícios colectivos que albergam indústrias não poluentes, ao mesmo tempo que se desenvolvem as indústrias do ambiente²¹.

Do ponto de vista histórico, dever-se-á ter presente que determinada instalação, além de se poder considerar um monumento, é simultaneamente um documento, como bem sublinhou Jacques Le Goff.

As instalações industriais são, pois, “objectos portadores de tempo²². Segundo certos autores, um monumento não vale só, nem fundamentalmente, pelo seu aspecto

Um Estudo de História do Património de Lisboa. 1888 – Anos 50 (Apresentada à Universidade Aberta, no âmbito das provas de Doutoramento em Ciências Humanas e Sociais - Ramo História; mimeog.). Relativamente à França, ver outros exemplos dos referidos conflitos, referenciados por Gérard Monnier, em «Un patrimoine controversé: les édifices du XXe siècle», J.-Y. Andrieux, *op. cit.*, pp. 123-124.

¹⁹ Frédéric Seitz, «Architectes et patrimoine», J.-Y. Andrieux, *op. cit.*, p. 166.

²⁰ Ver, sobre o assunto, a obra de Andrew Plumridge Wim Meulenkamp, *La brique. Architecture et design* (trad. do inglês), Paris, Anthèse, 1993.

²¹ Ver «Industrial Architecture», *Encyclopaedia Britannica. A New Survey of Knowledge*, vol. 12, Londres, s. d., pp. 288-290; Norman R. Ball, *Professional Engineering in Canada. 1887 to 1987*, National Museum of Science and Technology, National Museums of Canadá, in cooperation with the Engineering Centennial Board, 1987.

²² Daniel Sibony, «Le patrimoine. Un lieu d'être autrement», J. Le Goff (dir.), *op. cit.*, p. 34.

exterior. Como já foi destacado, «os monumentos têm uma mensagem interna do passado que é necessário transmitir com autenticidade»²³.

Assim, independentemente do seu valor estético, as estruturas industriais podem transmitir-nos informações diversas. Com efeito, se nos reportarmos às instalações fabris, verificaremos que a sua escala, volumetria e distribuição do espaço se ficaram a dever não apenas a exigências de carácter tecnológico – nomeadamente às dimensões e ao peso das máquinas –, mas também a estratégias de gestão, com vista a possibilitar um controlo mais efectivo da mão-de-obra²⁴.

Por seu lado, também alguns componentes específicos das instalações fabris podem fornecer informações de grande utilidade. A chaminé constitui, a propósito, um bom exemplo. Além de símbolo característico da industrialização – ou, segundo outros, de “emblema da indústria” –, ela “elucida-nos” sobre:

- a) a transição da oficina para a fábrica;
- b) a utilização de uma nova forma de energia, o vapor, ao tempo bastante inovadora e indissociavelmente ligada à primeira revolução industrial;
- c) uma certa prosperidade da empresa;
- d) mas também aspectos negativos, relacionados com a poluição.

É por tudo isso que, com alguma frequência, nos deparamos com chaminés que foram poupadas à demolição das respectivas fábricas – recordo-me de ter visto uma, ainda há poucos anos, praticamente no centro do Rio de Janeiro –, atestando ainda a presença daquelas em épocas passadas e, bem assim, parte de um mundo que nós perdemos, para utilizar a conhecida expressão de Peter Laslett.

Estruturas igualmente importantes, como fontes históricas, são as que se referem ao alojamento, de patrões, técnicos e operários. As destes últimos têm vindo a despertar alguma atenção da parte dos investigadores (historiadores, sociólogos e arquitectos, entre outros). De facto, edificações standardizadas, muitas vezes de dimensões exíguas, para famílias numerosas e dispendo de condições deficientes, revelam muito do meio ambiente em que habitava parte do operariado²⁵.

Finalmente, no que respeita ao valor de uso, há que ter em vista as necessidades da comunidade e, simultaneamente, procurar que ela adira e colabore nos projectos de preservação e requalificação a desenvolver.

²³ Félix Benítez Lugo y Gillén, *El patrimonio Cultural Español (Aspectos jurídicos, administrativos y fiscales)*, Granada, ed. Gommars, 1988, p. XVI.

²⁴ Paul Berckmans, «Work and disciplin: An interdisciplinary look at industrial architecture», G. Vanderhulst(ed.), *Industry, Man and Landscape*, Bruxelas, The International Committee for the Conservation of the Industrial heritage, 1992, p. 69. Sobre arquitectura industrial ver também Adriaan Linters, *Industria. Architecture industrielle en Belgique*, Liège, Pierre Mardaga Éditeur, 1986, p. 69.

²⁵ Entre outros, ver os estudos seguintes, relativos a Lisboa e ao Porto, respectivamente: Nuno Teotónio Pereira e Irene Buarque, *Pátios e Vilas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1995 e Nuno Teotónio Pereira, «Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada no alojamento operário», *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3º), pp. 509-524; Manuel C. Teixeira, *Habitação popular na cidade oitocentista. As Ilhas do porto*. Pref. De Fernando Távora, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta nacional de Investigação científica e Tecnológica, 1996.

O património, visto a esta luz, constitui um capital que é preciso incorporar nas necessidades da vida moderna²⁶. Não há, obviamente, soluções uniformes ou pré-estabelecidas. Tudo depende do respectivo meio, suas carências, condicionalismos e disponibilidades existentes.

Assim, as instalações de uma antiga fábrica podem transformar-se em estabelecimento de ensino, museu, galeria de arte ou recinto gimnodesportivo, como podem, igualmente dar origem a um teatro, a uma biblioteca ou arquivo, para não falar num estabelecimento comercial, um café ou um restaurante.

Em muitos casos, devido às suas dimensões, poderão ser adaptadas a diversas funções. Todos conhecerão, por certo, aquele restaurante que, em boa hora, foi instalado num belo exemplar da arquitectura do ferro, junto ao já referido mercado no centro de Porto Alegre, no Brasil. Neste, como em muitos casos, o referido património constitui uma atracção muito válida do ponto de vista do património cultural.

A requalificação e reutilização de estruturas industriais não têm, necessariamente, que passar somente por objectivos culturais. Como é sabido, as necessidades e as funções sociais de uma iniciativa são, regra geral, de natureza diversa e não meramente cultural.

4.2. Multiplicidade de soluções e critérios

Como se referiu anteriormente, torna-se impossível inventariar todas as soluções susceptíveis de levar a cabo, com a finalidade de dar futuro ao passado, no que concerne ao património industrial. Por tal motivo, limitar-me-ei a fazer algumas reflexões sobre o assunto, tendo em consideração experiências já realizadas em diversos quadrantes.

Em certos casos, mais do que intervir pontualmente a nível de determinada estrutura, visou-se a requalificação de toda uma área. Assim sucedeu, por exemplo, em espaços onde tiveram lugar exposições internacionais ou universais – as de Sevilha(1992) e Lisboa(1998) estão ainda bem presentes na memória de todos –, bem como em zonas ribeirinhas de várias cidades que, após um divórcio de décadas, se reconciliaram de novo com a água, transformando-se assim áreas profundamente degradadas em espaços comerciais recreativos e de lazer.

Além dos casos já referidos acima – Londres e Liverpool –, podiam mencionar-se outros, como Barcelona, Lisboa, Toronto ou Buenos Aires. Trata-se, afinal, das já chamadas “cidades de água” ou “frentes de água”²⁷. Antigos armazéns portuários desactivados, instalações de fábricas que deixaram de laborar ou algumas das respectivas chaminés – recordem-se as da fábrica de cerâmica, na Cartuxa, no espaço da Expo’92, Sevilha – têm sido, por vezes, incorporados em novos projectos e revalorizados.

Outra solução tem passado pela revitalização de ex-zonas industriais ou mineiras, através da criação de ecomuseus. Estes, ao incorporarem instalações e tecnologias de vários tipos e de diversas épocas, assim como actividades e processos de trabalho, contribuem significativamente para reforçar a identidade das respectivas comunidades.

²⁶ F. Seitz, *op. cit.*, p. 166.

²⁷ Vítor Matias Ferreira e Francesco Indovina (org.), *A cidade da EXPO’98. Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?* Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999, pp. 17-40.

Não faltam exemplos em França, Inglaterra, Suécia, Alemanha, Espanha, Estados Unidos da América ou Canadá.

Mais frequente é, no entanto, a readaptação de certos edifícios/monumentos industriais. Uma das soluções mais interessantes passa pela ligação das novas funções às tradicionalmente desempenhadas pela respectiva estrutura.

Vejam os alguns exemplos: museu ferroviário, numa antiga estação de caminho-de-ferro (Madrid-Espanha e Macinhata do Vouga, distrito de Aveiro-Portugal); museus têxteis, em diversos países (Inglaterra, Espanha, Portugal, etc.); centrais eléctricas transformadas em museus da electricidade (Bélgica e Portugal; recorde, aqui, o Museu da Electricidade, na Central Tejo, em Lisboa e um outro museu, do mesmo género, numa mini-central (Central de Santa Rita, concelho de Fafe, no Minho); Museu da Água Manuel da Maia, em Lisboa, na central elevatória dos Barbadinhos, que foi o núcleo principal do sistema de abastecimento de água à capital, desde 1880 até aos anos 1950.

Relativamente aos critérios a adoptar, há duas fases que são cruciais: a da selecção dos edifícios/elementos a preservar e reutilizar e a da intervenção propriamente dita.

No primeiro caso, além do critério histórico, a que já aludi, interessa igualmente adoptar critérios de ordem técnica, financeira e de adaptação às novas finalidades. Acerca do tipo de intervenção, torna-se necessário equacionar diversas vertentes, designadamente: a natureza e o grau de intervenção, de modo a preservar partes significativas da história da edificação em causa.

Por exemplo, não se afigura lícito alterar a volumetria ou mesmo as fachadas. Já as adaptações interiores se poderão considerar admissíveis ou até imprescindíveis, para que se possa dar resposta a exigências de carácter social.

A propósito, já foi salientado: «A *requalificação urbana*, enquanto processo de intervenção social e territorial, pressupõe um conjunto de acções integradas numa determinada lógica do desenvolvimento urbano, agindo, assim, ao nível da qualidade e das condições de vida dos diversos grupos sociais – em especial, os que se encontram mais marginalizados da vida social e urbana –, numa postura de democraticidade social e de generalizada apropriação individual e colectiva dos espaços em causa»²⁸.

Antes de concluir, gostaria de sintetizar algumas das vantagens que poderão advir da salvaguarda e reutilização de estruturas do âmbito do património industrial:

- a) Em termos históricos e culturais, preservamos “pedaços” da memória das populações, reforçando a sua identidade e valorizando a história, nacional e local.
- b) Segundo uma perspectiva social e económica, a solidez, os espaços e a própria localização são factores positivos a ter em consideração.
- c) Por último, a manutenção de instalações integradas em centros urbanos, por vezes em zonas centrais ou mesmo consideradas nobres, contribuirá para impedir que se edifiquem estruturas, em betão, de dimensões excessivas, como não raro se tem verificado.

²⁸ Vítor Matias Ferreira *et al.*, «Requalificação urbana ou reconversão urbanística?», V. M. Ferreira e F. Indovina (org.), *cit.*, p. 208.

Bibliografia

- ANDRIEUX, Jean-Yves – *Le patrimoine industriel*, col. «Que sais-je?» Paris, PUF, 1992.
- ANDRIEUX, Jean-Yves (dir.), *Patrimoine et société*, Presses Universitaire de Rennes, 1998.
- BALL, Norman R. – *Professional Engineering in Canada. 1887 to 1897*, National Museum of Science and Technology, National Museums of Canada, in coop. With the Engineering Centennial Board, 1988.
- BERGERON, Louis e DOREL-FERRE, Gracia, *Le patrimoine industriel, un nouveau territoire*, Paris, Ed. Liris, 1996.
- CAPDEVIELLE, Jacques – *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1986.
- Dar futuro ao passado*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico/Galeria de Pintura do Rei D. Luís, 1993.
- Direito do Património Cultural*, Lisboa, Instituto Nacional de Administração, 1996.
- FERREIRA, Vítor Matias e INDOVINA, Francesco (org.), *A cidade da EXPO'98. Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?* Lisboa, Ed. Bizâncio, 1999.
- «Industrial architecture», *Encyclopaedia Britannica. A New Survey of Universal Knowledge*, vol. 12, Londres, s. d., pp. 288-290.
- LABORDE, Marie Françoise – *Architecture industrielle. Paris et Environs*, Paris, Ed. Parigramme, 1998.
- LAMY, Yvone (dir.) – *L'alchimie du patrimoine. Discours et politiques*, Talence, Éditions de la Maison des Sciences d'Aquitaine, 1996.
- LE GOFF, Jacques (dir.) – *Patrimoine et passions identitaires. Entretiens du Patrimoine. Théâtre national de Chaillot. Paris 6, 7 et 8 janvier 1997*, Librairie Arthème Fayard/Caisse national des monuments historiques et des sites/Éditions du Patrimoine, 1998.
- LINTERS, Adriaan – *Industria. Architecture industrielle en Belgique*, Bruxelles, Pierre Mardaga éditeur, 1986.
- LOSA, Arménio – «A arquitectura e as novas fábricas», *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Maio/Junho de 1948, promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos com o patrocínio do Governo. Relatório da Comissão Executiva. Teses, conclusões e votos do Congresso*, Lisboa, s. d., pp. 127-135.
- LUGO Y GUILLÉN, Félix Benítez – *El Patrimonio Cultural Español (Aspectos jurídicos, administrativos y fiscales)*, Granada, Ed. Gomares, 1988.
- NORA, Pierre (dir.) – *Science et conscience du Patrimoine. Entretiens du Patrimoine. Théâtre national de Chaillot, Paris, 28, 29 et 30 novembre 1994*.
- NUNES, Mário – *Nos caminhos do Património*, Coimbra, GAAC/Livraria minerva, 1989; vol. II, Coimbra, GAAC, 1989.
- PEREIRA, Nuno Teotónio e BUARQUE, Irene – *Prédios e vilas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1995.
- PLUMRIDGE, Andrew e MEULENKAMP (Trad. do inglês) – *La brique. Architecture et design*, Arcueil, Anthèse, 1993.
- RAMOS, Paulo Oliveira - «Lisboa, Património e Identidade», *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*, III série, n.º 1: *Regiões, Identidade*, Abril, 1999, pp. 231-239.

- ROCHE, Daniel – *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII-XIX)*, (trd. Do francês), Lisboa, Teorema, 1998.
- SADORGE, Jean-Luc – *Quand le patrimoine fait vivre les territoires*, Paris, Centre National de la Fonction Publique territoriale, 1996.
- TEIXEIRA, Manuel – *Habitação popular na cidade oitocentista. As ilhas do Porto*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica, 1996.
- VANDERHULST, Guido (Ed.) - *Industry, Man and Landscape*, Bruxelas, The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, 1992.
- WLSH, Kevin – *The Preservation of the Past. Museums and Heritage in the Post-Modern World*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1992.

(Página deixada propositadamente em branco)

11. HISTÓRIA E PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DO PAPEL: A INDÚSTRIA PAPELEIRA NO DISTRITO DE COIMBRA*

1. Introdução

O papel tornou-se, pelo menos desde há cerca de duzentos anos, um produto de uso diário, com presença assegurada em múltiplas circunstâncias do nosso quotidiano. Aliás, uma das suas virtualidades reside mesmo na possibilidade das suas numerosas aplicações, em domínios tão diversos como os da economia, da arte, da cultura e dos próprios rituais e cerimónias, profanas ou religiosas. O uso do papel na produção das famosas lanternas orientais e no culto dos mortos, em civilizações como a chinesa, atestam bem o que acaba de afirmar-se.

Acrescente-se que, já por meados do século XVIII, na famosa *Encyclopédie*, publicada em Paris (1768), se declarava, relativamente ao papel: «Maravilhosa invenção, que é de um uso tão grande na vida, que fixa a memória dos factos e immortaliza os homens»¹.

Passados cerca de dois séculos e meio sobre a época das luzes e a chamada de atenção dos enciclopedistas, acerca da importância do papel, a sua produção e consumo não têm deixado de aumentar, apesar do aparecimento sucessivo de um elevado número de novos produtos no mercado.

Não deixa de ser interessante verificar como o já histórico e tradicional papel tem vindo a resistir e a concorrer com produtos e meios da era pós-industrial – também classificada, por outros, de pós-moderna –, associados às novas tecnologias. Alguns, mais eufóricos e particularmente receptivos às potencialidades das inovações emergentes, chegaram a vaticinar, para uma data não muito longínqua, “um mundo sem papel”. Contudo, nada permite afirmar que, no curto ou mesmo no médio prazo, tal venha a suceder.

Isto mesmo é constatado por vários autores que têm vindo a dedicar ao assunto a atenção que ele merece. Por exemplo, numa obra vinda a lume em França, em 1980,

* O texto que ora se publica, revisto, foi inicialmente apresentado numa conferência proferida no Auditório da Biblioteca Municipal da Lousã (30.06.2001) e, em seguida, publicado na *Arunce – Revista de Divulgação Cultural*, n.º 16, 2001, pp. 109-120.

¹ «Papier», *Encyclopédie ou dictionnaire des sciences, des arts et des métiers*, 2.^a ed., t. XI, Paris, 1768, p. 683.

coordenada pelo conhecido historiador francês Maurice Daumas (entretanto falecido), afirmava-se expressamente: «O papel é hoje um produto de grande consumo, cujo desaparecimento traria, sem dúvida, à vida quotidiana dos homens e à conduta das nações consequências maiores do que o do petróleo»².

A mesma questão tem sido formulada no que concerne a uma das mais relevantes aplicações do papel, ou seja, à imprensa. Como é do conhecimento geral, aquele e esta encontram-se indissociavelmente ligados desde Gutenberg, isto é, a partir de meados do século XV. Daí a apreensão causada por prognósticos do género daqueles que prevêm a chegada de “escritórios sem papel”, a leitura do jornal, feita em casa ou no café, a ser permutada pela do jornal *online* ou a substituição do livro, tal como o conhecemos desde há cinco séculos e meio, pelo *e-book*. Mas também a estas inquietações têm vindo a ser dadas respostas, susceptíveis de tranquilizar os mais receosos. A propósito, adverte José Afonso Furtado: «Afinal, escreve Derrida, porque é que havíamos de sacrificar uma possibilidade no momento em que se inventa uma outra? “Dizer adeus ao livro, ao papel, hoje, seria um pouco como se um dia decidíssemos deixar de falar porque sabemos escrever”. Como esta mutação é “integradora, sem ruptura absoluta”, temos o privilégio de “conservar ainda o desejo de a nada renunciar”. E então talvez a questão da “morte do livro” tenha já, definitivamente, perdido o seu sentido»³.

2. O papel no mundo: história breve de um longo percurso

Quando o papel foi introduzido no Ocidente, por intermédio dos Árabes, já tinha uma longa história que convirá ter presente, pelo menos em traços largos. Com efeito, ele havia sido descoberto na China, no século III a.C.. Estudos arqueológicos recentes, referenciados por Pierre-Marc de Biasi, antecipam a invenção do papel em cerca de quatrocentos anos, ou seja, dos inícios do século II da nossa era para aquela centúria. Assim, Cai Lun, alto funcionário da corte de Han – a quem se atribuíra, tradicionalmente, a descoberta do papel, no ano 105 da era cristã, o que continua a ser repetido em diversas obras sobre o assunto –, não foi o inventor do papel; coube-lhe, sim, o mérito (aliás de grande alcance e com um auspicioso futuro) de o ter aperfeiçoado, a fim de fazer dele um suporte da escrita⁴.

A antiguidade do papel no Extremo Oriente, bem como o contexto sociocultural em que foi inventado e/ou introduzido, ajudam a compreender a relação de alguns daqueles povos com o referido produto. No que à China diz respeito, devido às diversas funções culturais desempenhadas pelo papel – no culto dos mortos, como suporte da escrita, caligráfica e impressa, utilização pelos artistas plásticos, também como suporte das suas obras –, alguns autores chegam mesmo a falar de um “espírito chinês do papel”. Além disso, desde tempos remotos que os Chineses passaram a usar

² Maurice Daumas, *L'Archéologie Industrielle en France*, Paris, Laffont, 1980, p. 235.

³ José Afonso Furtado, *Os livros e as leituras. Novas ecologias da informação*, Lisboa, Livros e Leituras, 2000, p. 435.

⁴ Pierre-Marc de Biasi, *Le papier. Une aventure au quotidien*, s. l., Découvertes Gallimard/Technique, 1999, pp. 15-16.

o papel no seu quotidiano, em aplicações muito diversas, designadamente em calçado, vestuário, embalagens, equipamento militar, etc. Acrescente-se, ainda, um pormenor que se reveste de alguma curiosidade: «foi também a China que inventou pelo século V, generalizando o seu uso a partir do século seguinte, o “papel higiénico”, cujo conceito não aparecerá no Ocidente senão em 1871 [...]»⁵.

Por seu turno, também o Japão conheceu o papel desde relativamente cedo. De facto, «no século III, os Japoneses tinham recebido da China os seus caracteres para constituir o seu próprio código escrito; no século VII, eles procederam da mesma forma em relação ao papel, cuja técnica depressa começaram a dominar. Directamente ligado à expansão do budismo, o papel teria sido importado por um monge coreano, em 1610. Os Japoneses assimilaram e, em seguida, aperfeiçoaram os procedimentos chineses da produção do papel, fazendo dele um elemento essencial da sua civilização»⁶.

Ainda na actualidade, os Nipónicos continuam a manter com o papel uma relação muito forte. Recordo alguns exemplos: nas escolas, os alunos aprendem a utilizar o papel, na elaboração de pequenos objectos lúdicos ou mesmo decorativos; além do papel de uso corrente, diversos outros tipos, por vezes de elevada qualidade, são usados por artesãos e artistas, em obras de requintado gosto estético; por último, só o Japão ousou construir, precisamente em papel, o seu gigantesco – e, simultaneamente, gracioso – pavilhão, na Exposição Universal de Hanover de 2000.

A história das rotas do papel, do Oriente para o Ocidente – associadas, por alguns, à própria rota da seda –, decorreu ao longo de oito centúrias, isto é, entre os séculos VII e XV. Tema vasto, que não poderei analisar aqui desenvolvidamente, mas do qual invocarei apenas alguns factos mais significativos.

A exemplo do que sucedeu noutros domínios – científico, filosófico e técnico –, também no caso do papel foi através dos Árabes que a “maravilhosa invenção” chegou ao Ocidente. Após um primeiro contacto com o produto na Mesopotâmia (637), as conquistas efectuadas na Ásia Central, até então sob o domínio chinês, permitiram a sua instalação em Samarcanda, em 751. O papel era aqui produzido desde os séculos V-VI⁷. Foi aí que aprenderam a técnica de fabrico do papel, a qual lhes foi transmitida por artesãos papeleiros chineses, feitos prisioneiros pelos próprios Árabes. Como já foi salientado por um autor, «a partir da conquista de Samarcanda, a história do papel confunde-se, durante meio milénio, com a evolução do mundo árabe-muçulmano»⁸.

Ainda no século VIII e seguintes, o papel difundir-se-ia pelo Egipto, África do Norte e Sicília, tendo alcançado Al-Andaluz ainda no século IX ou, o mais tardar, nos séculos X-XII⁹. A brilhante civilização que se desenvolve no Califado de Córdova (912-976) atrai sábios, tradutores, filósofos, artistas e técnicos de todas as confissões.

⁵ P.-M. de Biasi, *op. cit.*, p. 22. Mais recentemente, o invento foi atribuído a Joseph Cayetty, em 1857 (Bindeswar Pathak, *History of public toilets*, <http://www.plumbingworld.com/toilethistoryindia.html>; acedido em 24.10.2006).

⁶ P.-M. de Biasi, *op. cit.*, p. 24.

⁷ Peter F. Tschudin, «Paper comes to Italy», comunicação apresentada ao 24º Congresso da Associação Internacional de Historiadores do Papel (Porto, Setembro de 1998), p. 4 (mimeog.).

⁸ P.-M. de Biasi, *idem*, p. 33.

⁹ *Ibidem*.

Com a colaboração de artífices judeus, a produção de papel desenvolve-se rapidamente na Andaluzia, tornando-se Córdova, Sevilha e Cádiz importantes centros papeleros¹⁰.

Entretanto, aos Muçulmanos coube não só a função de intermediários, entre o Oriente e o Ocidente, mas também o de verdadeiros inovadores. Efectivamente, além de outros aperfeiçoamentos (utilização de novas matérias-primas, como o linho do delta egípcio ou o cânhamo de Samarcanda), aqueles, ao adoptarem os “moinhos de papel”, movidos a água – tratava-se do chamado “pilão hidráulico” –, especialmente equipados para esmagar as fibras¹¹, transformaram uma actividade artesanal (oriunda da China) numa outra já semi-industrializada. Nesta, os maquinismos permitiam substituir parte considerável da mão-de-obra, especialmente em trabalhos muito duros, como o da preparação da pasta.

3. O papel no ocidente europeu, associado à difusão da imprensa

O papel começa a invadir a Europa na Idade Média, quer em termos de produto, quer de técnicas de produção. Tal como acontecera no mundo árabe, os antigos suportes da escrita – entre outros, o papiro e o pergaminho – foram sendo progressivamente substituídos pelo papel. Este tornou-se um importante meio administrativo, intelectual e religioso. Por isso, o aumento do seu consumo está relacionado com o intensificar do carácter burocrático das administrações e também com as necessidades criadas pelo desenvolvimento cultural – a criação e expansão de universidades são expressões significativas desse contexto – e religioso da época.

Assim, a Europa, para fazer face ao aumento do consumo de papel a partir do século XII, procura diminuir as importações – por exemplo, de Constantinopla, Norte de África e Sicília –, substituindo-as por produção própria. Admite-se que Génova já produzisse papel por 1150¹².

Entretanto, nos séculos XIII a XV, novos centros papeleros surgem por toda a Europa, nomeadamente em França (desde meados do século XIV), Alemanha (por 1390), Suíça (segundo quartel do século XV) e Península Ibérica, durante o mesmo século¹³.

No que a Portugal diz respeito, data de 1411 (29 de Abril) um testemunho, segundo o qual «é autorizado Gonçalo Lourenço de Gomide a instalar junto de Leiria, na margem do rio Liz, um engenho de fazer papel»¹⁴. Contudo, o uso de papel importado, em alguns documentos, data já do século XIII.

Mas foi necessário uma outra inovação – a imprensa –, para que a indústria papelera entrasse, efectivamente, em “velocidade de cruzeiro”. Como sublinha P.-M.

¹⁰ P.-M. de Biasi, *op. cit.*, p. 38.

¹¹ *Idem*, p. 39.

¹² P. F. Tschudin, *op. cit.*, p. 7.

¹³ *Idem*, p. 9.

¹⁴ Ana Maria Leitão Bandeira, *Pergaminho e papel em Portugal. Tradição e conservação*, Lisboa, CELPA – Associação da Indústria Papelera, 1995, p. 59.

de Biasi, já anteriormente citado, «a imprensa de caracteres móveis transforma este material modesto em actor essencial duma revolução que ia fazer entrar o Ocidente nos Tempos modernos. A invenção de Gutenberg, por volta de 1450, sela por quatro séculos a aliança absoluta do papel e do livro: de simples sucedâneo do pergaminho, o papel tornou-se, objectiva e simbolicamente, o meio universal da grafoesfera ocidental. Mais económico e melhor adaptado às prensas do que a pele animal, ele não tardará a impor-se como suporte exclusivo da tipografia»¹⁵.

Da referida associação do papel com a imprensa resultaram: por um lado, o crescimento exponencial da produção papelreira (por exemplo, no século XVII, os papelheiros da capital francesa produziam, por dia, entre 500 000 e 1 500 000 folhas); por outro, no Ocidente, a localização dos principais sítios papelheiros acabou por coincidir com a dos centros de impressão¹⁶.

A crescente procura de papel induziu o aperfeiçoamento das respectivas técnicas de produção. Deste modo, apesar de, até aos inícios do século XIX, o papel ter continuado a ser produzido artesanalmente, folha a folha, a exigir grandes quantidades de mão-de-obra, no século XVII verificou-se uma melhoria de grande alcance, no que concerne à preparação da pasta.

Tratou-se de uma inovação importante, acerca da qual já foi escrito: «na Holanda, entre 1630 e 1665, alguém apareceu com uma invenção que viria dar novo e fundamental impulso à arte do fabrico de papel. E a importância desse invento é tal que ainda hoje se chama à máquina a *pilha holandesa*. A desintegração das fibras é nela conseguida obrigando a pasta a passar várias vezes entre um tambor estriado que roda sobre uma peça plana, também com estrias. Deste modo a pasta vai sendo cortada e esmagada até ao ponto desejado»¹⁷.

4. A produção de papel em Portugal: o Distrito de Coimbra, importante centro papelheiro

Na fase pré-industrial da produção do papel (séculos XV-XIII), durante a qual as instalações eram geralmente exíguas – oficinas ou manufacturas – e, por conseguinte, a exigirem investimentos de pequena monta, os “moinhos de papel” distribuíram-se por diversas localidades. Além do de Leiria, já referido – também, neste caso, a associação do fabrico de papel com a imprensa está bem patente, pois esta foi ali introduzida ainda no século XV –, testemunhos referem-se igualmente aos de outras localidades, entre as quais se contam Alcobça ou Batalha, Alenquer, Braga¹⁸ e Vizela¹⁹.

¹⁵ P.-M. de Biasi, *op. cit.*, pp. 59-60.

¹⁶ *Idem*, pp. 68-69.

¹⁷ António Manuel da Cunha Lopes, *A história do papel*, col. Educativa, série C, n.º 5, Lisboa, Ministério da Educação Nacional/Direcção-Geral do Ensino Primário, 1969, pp. 44-45. A propósito do mesmo assunto, ver também P.-M. de Biasi, *op. cit.*, pp. 73-74, com ilustração referente à dita máquina.

¹⁸ Sousa Viterbo, *Artes industriaes e industrias portuguesas. O papel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1902, pp. 73-76.

¹⁹ Ver, acerca desta unidade, pioneira na utilização da madeira como matéria-prima para o fabrico de papel, o estudo de António P. Mendes de Sousa e Manuel Ferreira Rodrigues, «A fábrica Real de Papel de

Porém, nos séculos XVIII a XX, a concentração da indústria papelreira veio a privilegiar, fundamentalmente, três áreas, as quais vieram a transformar-se nos centros papeleiros por excelência: Santa Maria da Feira, Paços de Brandão e suas imediações; Tomar e zona envolvente; e a parte interior-leste do distrito de Coimbra.

Quanto à primeira, objecto de um estudo da autoria de Maria José Ferreira dos Santos, passámos a dispor de um conhecimento razoável da respectiva história – sobretudo no respeitante aos séculos XVIII e XIX²⁰ –, embora, sob a perspectiva da história empresarial, muito haja ainda a fazer. Sobre a segunda, além de alguns contributos sucintos,²¹ há ainda um longo caminho a percorrer. Finalmente, no que concerne à produção do papel no distrito de Coimbra – que, nas presentes circunstâncias, mais nos interessa –, as diversas achegas, já ao nosso alcance e, inclusive, as fontes divulgadas de modo algum esgotam a temática que, por isso mesmo, deve continuar a merecer atenção.

Todavia, em meu entender, essa atenção não poderá confinar-se ao interesse histórico, com vista a obter-se um conhecimento mais completo do passado. É aconselhável focar a temática também segundo outras perspectivas, que passam pela memória e pela própria identidade das comunidades; pelo património e pelo seu valor (cultural e histórico, sem dúvida, mas igualmente social e económico); pela museologia do papel e pelo turismo cultural.

Dadas as presentes circunstâncias, limitar-me-ei a recordar alguns aspectos históricos que reputo de maior significado para, por último, focar as questões da identidade, da memória e do património.

À indústria papelreira na área de Coimbra associa-se, aliás muito justamente, a Fábrica de Papel da Lousã. Porém, convirá lembrar que, além desta, outras unidades papeleiras se instalaram na dita área. Como tive o ensejo de recordar noutro local, chegaram a instalar-se, no distrito de Coimbra, 8 estabelecimentos papeleiros: 4 no concelho da Lousã (Penedo, Porto do Boque-Serpins, Casal do Ermio e Vale das Éguas); 1 no de Góis (Ponte do Sótão); outro no de Miranda do Corvo (lugar de Espinho); e 2 no de Penela (Moinhos da Retorta e Ponte do Espinhal)²².

Das unidades referidas, somente três vieram a adquirir dimensão fabril e a laborar durante prazos de tempo consideráveis, ao passo que as restantes cinco – exceptuando a da Ponte do Espinhal, concelho de Penela, de dimensões consideráveis – não passaram de pequenas oficinas/manufacturas que trabalharam durante períodos limitados.

Infelizmente, ainda não existe nenhuma monografia – ou estudo de caso – sobre qualquer das unidades mencionadas. Por outro lado, se das pequenas unidades indi-

Vizela. Utilização pioneira de madeira como matéria-prima para o fabrico de papel», *I Encontro sobre o Património Industrial. Coimbra – Guimarães – Lisboa/1986. Actas e comunicações*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora/Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, 1990, pp. 681-706.

²⁰ Maria José Ferreira dos Santos, *A indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (Séculos XVIII-XX)*, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1997.

²¹ Ver, entre outros, o de Isabel Ribeiro e Luísa Santos, «A indústria do papel na perspectiva da Arqueologia Industrial», *I Encontro sobre o Património Industrial*, cit., pp. 495-500.

²² José M. Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, pp. 185-186.

cadav pouco se sabe, mesmo a história das restantes continua, em grande parte, por fazer. Escusado será acrescentar que, apesar de tudo, é sobre a Fábrica da Lousã que se conhece um maior número de elementos históricos, embora o assunto continue em aberto, para posteriores investigações.

Apraz-me registrar, por exemplo, os contributos recentes dados por duas investigadoras, para um melhor esclarecimento das primeiras décadas de laboração da Fábrica da Lousã. Refiro-me, concretamente, à investigação desenvolvida por Maria José Ferreira dos Santos e por Ana Maria Leitão Bandeira, acerca da biografia e da acção do empresário genovês, José Maria Ottone²³. Sobretudo através do trabalho da primeira autora citada, fica-se a saber que:

- a) José Maria Ottone era, efectivamente, genovês; como vimos já, a tradição do fabrico de papel, em Génova, remonta aos inícios do século XII.
- b) Tratava-se de um empresário papelheiro de grande experiência e prestígio, que esteve igualmente ligado a outras iniciativas empresariais do ramo: em Braga, onde, já em 1706, tinha um Engenho a fabricar papel (na ribeira do rio Este); e em Terras da Feira (freguesia de S. Paulo de Oleiros), cuja Fábrica de Nossa Senhora da Lapa terá fundado (ou ajudado a fundar), em 1708.
- c) Deu um importante contributo à Fábrica de Papel da Lousã, tendo ficado ligado à sua transformação em manufactura, em 1716 (reinado de D. João V). Como notou Jorge Borges de Macedo, a produção de papel na Lousã remonta, pelo menos, a 1699. Assim, ao nome de João Netto Arnaut, distinguido com uma tença por D. João V (em 1716), pelos serviços prestados na construção da fábrica, há que acrescentar o do respectivo administrador, João Maria Ottone que, como já foi escrito, «poderá não ter sido um exemplo como gestor, mas foi, com certeza, um mediador financeiro exemplar»²⁴. Por certo também terá contribuído para o recrutamento de outros técnicos genoveses que trabalharam na dita fábrica²⁵. José Maria Ottone viria a falecer em 1738 ou 1739.

Não podendo seguir de perto, aqui e agora, a história da célebre Fábrica da Lousã, atentemos em algumas das informações que sobre ela nos dá Brito Aranha, quando a visitou, por 1871 ou pouco antes²⁶. Começa por recordar os esclarecimentos dados pelo Dr. Pereira Forjaz, em resultado de visita análoga, confirmando, em seguida, ter sido mandada construir por um genovês.

Fornece, ainda, outros elementos interessantes, dos quais destaco os seguintes: «Em 1821 [...] a fábrica foi à praça e logo vendida a particulares». E acrescenta: «Veio esta venda confirmar o princípio de que a administração por conta do Estado não

²³ Maria José F. Santos e Juan Castello Mora, «Os Ottone e o fabrico do papel em Espanha e Portugal. Séculos XVII-XVIII», comunicação apresentada ao 24.º Congresso da Associação Internacional dos Historiadores do Papel (Porto, Setembro de 1998), policopiada; Ana Maria Leitão Bandeira, «O fabrico do papel no distrito de Coimbra ao longo dos séculos XVI-XIX: um percurso histórico», comunicação apresentada ao congresso referenciado na nota anterior, policopiada; *Pergaminho e papel em Portugal*, cit., p. 43.

²⁴ Maria José Santos, comunicação citada, p. 29.

²⁵ *Idem*, p. 13.

²⁶ P. W. de Brito Aranha, *Memorias historico-estatisticas de algumas vilas e povoações de Portugal*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira – Editor, 1871, pp. 107-114.

desenvolve a indústria e, pelo contrário, muitas vezes lhe serve de estorvo, pois que, efectivamente, desde a época indicada é que a fábrica melhorou e progrediu, não só considerando-se o aperfeiçoamento do fabrico, mas também o valor da produção».

No que concerne à mão-de-obra, a evolução tinha sido a seguinte: 25 operários, de ambos os sexos, em 1821; 80, em 1838; 100, em 1869; e 200, por 1870-71. Como nota o autor, para uma vila como a Lousã, este número era muito significativo.

Funcionava, ainda, com energia hidráulica: «O trabalho mecânico recebe a sua força impulsiva de três motores hidráulicos, o principal dos quais tem 3,5 metros de diâmetro e 10,5 metros de circunferência»²⁷.

Relativamente às outras duas fábricas mais importantes do distrito, instaladas nas proximidades de Góis e de Serpins, respectivamente, pouco poderei acrescentar à breve síntese histórica que delas fiz, na minha obra *A área económica de Coimbra*, publicada em 1984²⁸. Não obstante o tempo decorrido, não me parece haver novos estudos, mais desenvolvidos, a registar.

Assim, apenas recordarei que a da Ponte do Sótão (Góis), fundada em 1821, mecanizada por 1877, veio a registar um desenvolvimento considerável após 1906, altura em que foi constituída uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, sob a firma *Companhia de Papel de Góis*.

Por seu lado, a Fábrica do Porto do Boque (Serpins), fundada em 1868 pela firma *Viúva Macieira & Filhos*, foi a única que começou desde o início com produção mecânica, instalando, desde a sua origem, uma máquina de papel contínuo. Por ironia do destino – ou talvez não, como o estudo da sua história, por certo, permitiria esclarecer –, foi também aquela que, ao longo de mais de um século de laboração, menos viria a desenvolver-se. Vê-la a funcionar, na sua última fase – início dos anos de 1980 –, fazia-nos remontar ao contexto da indústria papeleira de finais de Oitocentos, dando-nos a entender que estávamos a visitar um “museu vivo”.

De qualquer modo, a longevidade das ditas unidades papeleiras – quase três séculos, no primeiro caso, cerca de dois, no segundo e mais de um, no primeiro – deve contribuir para valorizar o respectivo património que, para além de um passado já garantido, também deverá ter um futuro, para bem das respectivas comunidades, em cuja memória a indústria do papel não poderá deixar de estar presente.

5. O Património Industrial do Papel: memória, identidade e desenvolvimento

Entre as profundas transformações socioeconómicas e culturais verificadas, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX, conta-se a reestruturação da indústria (incluindo a indústria extractiva), da qual fazem parte: deslocalizações, concentrações, modernização tecnológica – que inclui a automação e a própria robotização –, com a consequente desactivação de muitas unidades e até de áreas industriais, por vezes com um passado de grande prestígio. Entrou-se, assim, na sociedade a que alguns chamam pós-industrial.

²⁷ *Idem*, pp. 110-113.

²⁸ José Maria Amado Mendes, *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, pp. 188-189.

Todavia, se do ponto de vista económico muitos dos vestígios da industrialização poderiam ser considerados um estorvo, atendendo a uma nova concepção de história e de património, muito mais abrangente, aqueles têm vindo a transformar-se em importantes mais-valias. Consequentemente, reconvertem-se e/ou reutilizam-se antigas estruturas, preservam-se e musealizam-se tecnologias obsoletas, dinamizam-se espaços que, assim, entram numa nova fase da sua história.

Graças a este movimento, que tem vindo a conquistar cada vez mais adeptos, surgiram soluções de tipo diverso, mas todas elas com vista a conciliar passado, presente e futuro ou, como também já se tem dito, com o objectivo de dar um futuro ao passado.

Entre muitos exemplos, que podiam ser aqui recordados, sublinho: a Tate Modern, em Londres (numa antiga central termoeléctrica); o Museu d'Orsay, em Paris (numa antiga estação ferroviária); o Museu da Electricidade e o Museu da Água, ambos em Lisboa (instalados, respectivamente, na Central Tejo e na Estação Elevatória de Água dos Barbadinhos); a Fábrica do Inglês, em Silves (fábrica de cortiça desactivada, na qual foi instalado um Museu da Cortiça, juntamente com um complexo de restauração e lazer); o Museu do Carro Eléctrico, no Porto (numa antiga central termoeléctrica); o Museu Têxtil de Vila Nova de Famalicão (nas instalações de uma fábrica têxtil, igualmente desactivada) e o Museu Têxtil, na Covilhã (Universidade da Beira Interior, cujo edifício principal se encontra instalado na Real Fábrica pombalina).

No que ao património do papel diz respeito, além da incorporação de testemunhos da respectiva indústria em museus da ciência e da técnica, em ecomuseus ou em museus de sociedade ou de região, têm vindo a criar-se estabelecimentos museológicos específicos. Estes têm diversas funções, a saber: estudo e preservação do património; contribuir para a elevação cultural e educativa das comunidades; participar na formação de recursos humanos, destinados, ou não, ao respectivo sector.

Alguns museus do género podem já ser vistos como casos de sucesso. É o que se verifica com o Museu Suíço do Papel, em Basileia, aberto ao público nos anos de 1980. Instalado num antigo “moinho de papel”, nele se faz papel à mão, tendo os visitantes a possibilidade de participar na produção de papel e em actividades tipográficas.

Um outro museu do papel, instalado e dinamizado de acordo com os princípios defendidos pela nova museologia, é o Museu de Papel de Capellades, localizado na Catalunha, 60 km. a Sudoeste de Barcelona. Foi criado num antigo moinho papelero do século XVIII e, também nele, se produz papel, pelos métodos tradicionais. Foi inaugurado em 1961.

Trata-se de uma iniciativa que envolve industriais do papel, associações, autarquias e outras entidades, com a coordenação técnica e científica do Museu da Ciência e da Técnica da Catalunha. Em 1997, foi visitado por cerca de 35 000 pessoas, 20 000 das quais eram estudantes. Ali se produzem vários tipos de papel – inclusive reciclado –, o qual é vendido, na loja do museu. Devido a uma boa estratégia de gestão, 84% dos gastos de funcionamento são cobertos pelos fundos angariados pelo próprio museu²⁹.

²⁹ *Informatiu*, n.º 07, 1997, publicado pelo próprio museu; Victoria Rabal, «Museu Molí Paperer de Capellades. Barcelona (Catalunya)», comunicação apresentada ao Congresso citado supra (notas 7 e 14), mimeog.

E em Portugal, o que se tem feito? Num dos principais centros papeleros do país (área de Paços de Brandão-Santa Maria da Feira), foi instalado um museu do papel, no edifício de uma antiga fábrica papelera, cuja inauguração ocorreu no final de 2001. Assim, Portugal passou a dispor também do seu museu do papel, o que é do agrado não só dos profissionais e estudiosos do sector como do público, em geral.

Como apontamento final, deixo algumas sugestões para que se preste mais atenção ao património industrial da zona papelera do interior do distrito de Coimbra, com destaque para o das localidades da Lousã, Serpins e Góis. Em meu entender, a estratégia a desenvolver – por iniciativa e com a coordenação dos Municípios locais, mas com a colaboração de várias outras entidades/pessoas, nacionais ou mesmo estrangeiras –, deverá passar por acções como:

- a) Estudo e preservação do património do papel ainda existente e de maior relevância (estruturas fabris, tecnologias, tipos de papel, arquivos, registos fotográficos, sonoros ou cinematográficos, testemunhos orais, devidamente recolhidos, tratados e arquivados, etc.).
- b) Acondicionar em lugar seguro, ao menos provisoriamente, tudo aquilo que se revista de interesse histórico ou patrimonial, a exemplo do que se fez com o Arquivo da Fábrica de Papel do Prado, graças à pronta e diligente intervenção do Senhor Eng.º Cruz (ex-director da Fábrica) e do Senhor Dr. José Manuel de Matos Silva (director da Biblioteca Municipal da Lousã) e à colaboração da respectiva Empresa e da Câmara Municipal da Lousã.
- c) Avançar com a iniciativa da instalação, na zona, de um Museu do Papel, de preferência numa antiga unidade papelera, passando ela própria a constituir parte considerável e significativa do acervo museológico. Uma das possibilidades seria o aproveitamento, para o efeito, das instalações e do meio envolvente da Fábrica do Porto do Boque, em Serpins, aliás já classificada como monumento de interesse concelhio.
- d) Por último, mas não menos importante, dar mais visibilidade e procurar “vender” o dito património, através não só dos respectivos Municípios e dos departamentos municipais do turismo, como dos próprios operadores e agentes turísticos. Uma sinalética adequada, visitas guiadas a fábricas de papel, em laboração ou desactivadas e a criação de um circuito turístico-cultural do papel são medidas a incrementar. Se foi criada a rota do vidro, na Marinha Grande, e as rotas do vinho, no Minho e na Bairrada, por que não pensar em lançar a rota do papel, no triângulo Lousã-Góis-Serpins?

Termino, retomando a ideia já anteriormente expressa: o património histórico e cultural, quando bem conservado, gerido e aproveitado, deixa de ser um peso morto, para passar a ser um factor de desenvolvimento, sob os vários pontos de vista, não só social e cultural, mas também económico. Poderá proporcionar a criação de emprego, a atracção de público, a aquisição de bens, a utilização de serviços, a captação de recursos. Como facilmente se compreenderá, à multiplicação de museus nas últimas décadas – muitos dos quais criados por iniciativa das autarquias – não serão alheios os objectivos e as perspectivas que acabei de enunciar.

12. O FERRO NA HISTÓRIA: DAS ARTES MECÂNICAS ÀS BELAS-ARTES*

1. Introdução

O ferro tem-se revestido de uma grande importância na História da Humanidade. A sua utilização, desde a Idade do Ferro propriamente dita, não mais deixou de se expandir, tanto geograficamente como no que concerne às formas de aplicação. As suas características, quanto a resistência, maleabilidade e durabilidade, fazem dele o material adequado a uma série de aplicações. Assim, desde utensílios medievais, passando pelo armamento da Época Moderna, pela produção de maquinaria, com a industrialização e pelas numerosas edificações dos últimos dois séculos, a presença do ferro é uma constante. A arquitectura do ferro tornou-se emblemática, na segunda metade do século XIX e nos inícios da nossa centúria. A possibilidade de moldagem fez do ferro fundido um material muito usado pela Arte Nova. Por sua vez, em ferro forjado executaram-se obras de arte de rara beleza, como grades, portões, candelabros e diversos tipos de mobiliário.

Com as profundas transformações operadas na historiografia no último meio século, os historiadores alargaram substancialmente o objecto da sua investigação. Assim, além de batalhas, tratados, biografias de monarcas ou de príncipes – que concentravam grande parte da atenção dos investigadores –, estes passaram a debruçar-se também sobre assuntos relacionados com o dia-a-dia e com o comum dos mortais, desde o trabalho à vida privada, da alimentação ao vestuário, dos costumes aos diversos modos de lazer, para dar apenas alguns exemplos.

Assim, não surpreende que certos tópicos, outrora completamente ignorados ou, quando muito, focados apenas em notas de rodapé, passassem a dar origem a trabalhos de maior fôlego, através dos quais tem vindo a ser revelada parte substancial da história humana, até há pouco subalternizada. Entre muitos outros casos que poderiam referenciar-se, apenas recordo os seguintes:

*O texto que ora se publica, ampliado e anotado, foi inicialmente apresentado às I Jornadas subordinadas ao tema “Escola do Ferro de Coimbra”, realizadas nesta cidade nos dias 11 e 12 de Dezembro de 1999. Foi também publicado nas respectivas Actas, na revista *Pampilhosa. Uma Terra e um Povo*, n.º 19, 2000, pp. 9-24, e na revista *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 2000, pp. 301-318.

- energia na história mundial¹;
- história da electricidade e do abastecimento de água;
- alojamento operário;
- materiais de construção, como o tijolo e o betão;
- actividades relacionadas com a produção e circulação de bens, nomeadamente no âmbito do artesanato e da indústria, do comércio e das comunicações.

De acordo com estas tendências verificadas no campo da história – mas que radicam, em última análise, em novas perspectivas filosóficas e ideológicas sobre o próprio homem –, faz todo o sentido que nos debrucemos, aqui e agora, sobre esse material tão importante, como é o ferro e, bem assim, sobre os produtos, confeccionados a partir dele.

2. O ferro na história da humanidade

O ferro é um corpo simples, sendo o mais abundante e o mais conhecido dos metais². A sua importância, na história, desde há muito foi evidenciada pela arqueologia, inclusive ao classificar, como Idade do Ferro, uma determinada época da história da Humanidade. Como é sabido, o uso do ferro seguiu-se ao do cobre e do bronze, embora estes metais tivessem continuado a ser usados, juntamente com aquele.

Em termos cronológicos, o homem conhece as formas de tratamento do minério de ferro desde cerca de 122 a. C. Foi no Médio Oriente que a respectiva tecnologia começou a ser usada. No Norte da Europa, a Idade do Ferro começou por volta de 700 a. C. e, na Península Ibérica, cerca de 1000-900 a. C., graças aos Celtas, tendo-se verificado a sua difusão a partir do século VII. Ao longo da Idade Média, o ferro começou a desempenhar um papel algo relevante, com a expansão da charrua, com relha de ferro, e da ferradura, para o cavalo, então de importância decisiva nos transportes, na paz como na guerra³. Em finais da época medieval – meados do século XV –, o quotidiano do homem era profundamente marcado pela seguinte trilogia:

- a madeira (daí a importância da floresta);
- a água (no consumo, humano e animal, na agricultura e nas actividades manufactureiras, em operações várias e, também, como força motriz);
- o ferro⁴.

¹ A propósito, ver o interessante estudo de Vaclav Smil, *Energy in World History*, Boulder, San Francisco, Oxford, Westview Press, 1994.

² «Ferro», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, Lisboa-Rio de Janeiro, p. 211.

³ Jorge Custódio e G. Monteiro de Barros, *O ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*, Moncorvo, Ferrominas, EP, 1984, pp. 17 e 212.

⁴ Philippe Brausstein, «The forest, the iron and the water. Perspectives on development of European economies in the end of the Middle Age», Gert Magnusson (ed.), *The Importance of Ironmaking. Technical Innovation and Social Change*, vol. II: *Papers presented at the Norberg conference on May 8-13, 1995*, Estocolmo, Jerkentorets/Bergshistoriska Utskott, 1996, p. 159.

Todavia, ainda durante a Idade Média, o ferro continuou a usar-se com parcimónia, fundamentalmente em armas, ferramentas e armaduras⁵, ou em acessórios, como cravos, dobradiças, fechaduras e grampos para união de alvenarias de pedra. Com efeito, até finais de Setecentos – advento da primeira Revolução Industrial –, o ferro continuou a ser um bem raro, devido a limitações de ordem tecnológica, como veremos entretanto.

Estava-lhe, porém, reservada uma função decisiva, nas duas centúrias posteriores. A propósito, já se afirmou ter sido o ferro «a base de todo o desenvolvimento industrial moderno»⁶, como também já se classificou o século XIX como o «da civilização do ferro»⁷. O mesmo se poderá dizer, em certa medida, do século XX – se utilizarmos o termo “ferro” em sentido lato, incluindo o próprio aço –, não obstante os novos materiais entretanto descobertos e largamente utilizados.

Recordo, por exemplo, todo o tipo de máquinas e alguns dos respectivos componentes, veículos de todo o género, estruturas várias – inclusive as de betão, que se tornaram as mais comuns ao longo de Novecentos, mas que não podem prescindir do ferro –, utensílios diversos, usados em circunstâncias variadas, desde as alfaías agrícolas ou industriais, ou mesmo nos lares. Nestes, pense-se não só nos electrodomésticos como na própria cutelaria, ainda não substituída pela de plástico, embora já se nos deparem experiências, em tal sentido.

Como lembra um autor inglês, na interessante obra intitulada *The Power of the Machine*⁸, «a civilização ocidental permaneceu – e continua – baseada nas técnicas do trabalho do ferro»⁹.

Em suma, pode corroborar-se aquilo que foi sublinhado, em 1995, num encontro internacional sobre a temática, realizado na Suécia: «há um desajustamento entre a grande importância do ferro e o pouco avanço no conhecimento arqueológico, histórico e técnico sobre o mesmo»¹⁰.

Para não irmos mais longe, basta lembrar as colunas que suportam a chaminé da cozinha do Mosteiro de Alcobaça, as quais ainda constituem um certo enigma, não só para investigadores portugueses, como também para alguns estrangeiros, nomeadamente ingleses¹¹.

3. Condicionalismos tecnológicos na utilização do ferro

Nas civilizações clássicas e medievais, como afirma Geraldo Gomes da Silva – na sua interessante obra, *Arquitectura do ferro no Brasil* –, o ferro era muito caro, devido ao

⁵ Geraldo Gomes da Silva, *Arquitectura do ferro no Brasil*, São Paulo, Livraria Nobel, p. 11.

⁶ «Ferro», art. cit., p. 214.

⁷ G. G. da Silva, *op. cit.*, p. 11.

⁸ R. A. Buchanan, *The Power of the Machine. The impact of technology from 1700 to the present day*, Londres, Penguin Books, 1992.

⁹ *Idem*, p. 16.

¹⁰ Neil Cossons, «Ironmaking sites: Conservation and interpretation», *op. cit. supra*, nota 4, p. 213.

¹¹ Ver o meu prefácio à obra de Maria Augusta M. Pablo Trindade Ferreira, *As colunas de Ferro da Cozinha do Mosteiro de Alcobaça*, Lisboa, ACD – Editores, 2004, pp. 5-8.

processo artesanal utilizado. O ferro era então feito em fornalhas, pelo que a quantidade produzida era pequena¹². Recorria-se, então, ao “processo directo”, que consistia em obter o ferro directamente do minério – sem passar pela gusa –, através do carvão de madeira. Obtinha-se uma massa, que era martelada, para aumentar a sua compacticidade¹³. Na Baixa Idade Média e na transição desta para a Idade Moderna foram introduzidas importantes inovações nas artes do ferro. Refiro-me, nomeadamente, à chamada “forja catalã”, ao “alto-forno” e ao “processo indirecto”.

O forno ou forja catalã – que começa a funcionar entre os séculos IX e XI – consistia na utilização de um cadinho, bem como no recurso ao carvão de madeira e ao ar, para a obtenção do ferro, a partir do respectivo minério¹⁴. Mesmo assim, através de uma operação de 4 ou 5 horas, não se obtinham mais de 30 a 40 kg. de ferro¹⁵. Entretanto, provavelmente já a partir dos séculos XI-XII, a energia hidráulica começou a ser aplicada às forjas, para accionar os respectivos foles¹⁶. Estes foles mecânicos, accionados pela água, permitiam manter a temperatura elevada acima do ponto de fusão do ferro, possibilitando a produção de ferro moldado, com uma grande variedade de formas, incluindo canhões para a artilharia e colunas para construções¹⁷. Foi também aquela inovação que contribuiu para o desenvolvimento do alto-forno – a partir dos séculos XIV-XV – que chegava a atingir, por vezes, 20 metros de altura¹⁸.

Pela mesma época e intimamente relacionado com o alto-forno, surgiu o processo indirecto na produção de ferro, que consiste no seguinte:

- a) produção de lingotes (ferro fundido), a alta temperatura (1400°C.), num alto-forno;
- b) neste, o ferro é completamente liquefeito;
- c) depois solidifica, vai à forja, na qual, com carvão e ar, é refinado¹⁹.

Já nos inícios do século XVIII – mais precisamente em 1709 –, no forno de Abraham Darby I, em Coalbrookdale (Grã-Bretanha), dá-se mais um passo importante, para o avanço da tecnologia do ferro. É que, pela primeira vez, se produzia ferro, utilizando carvão de pedra²⁰. O processo ficava, assim, liberto das florestas. Pode dizer-se que começava então, no que ao ferro diz respeito, a Revolução Industrial. Contudo, para que esta se completasse, faltava ainda a máquina a vapor, cuja patente viria a ser registada, por James Watt, em 1769.

4. Da Revolução Industrial à “Civilização do Ferro”, no século XIX

O uso da hulha – para a redução do minério de ferro – e da energia a vapor trans-

¹² G. G. da Silva, *op. cit.*, p. 13.

¹³ «Ferro», art. cit, p. 215.

¹⁴ *Idem*, p. 215; J. Custódio e G. M. de Barros, *op. cit.*, p. 18.

¹⁵ «Ferro», art. cit., p. 215.

¹⁶ J. R. Harris, *The British Iron Industry 1700-1850*, Londres, Macmillan Education, 1988, p. 12.

¹⁷ R. A. Buchanan, *op. cit.*, pp. 15-16.

¹⁸ J. Custódio e G. M. de Barros, *op. cit.*, p. 18.

¹⁹ J. R. Harris, *op. cit.*, p. 13.

²⁰ *Ibidem*.

formou completamente as condições de produção do ferro. De facto, aquela permitiu que países, ricos em minas de carvão – como a Inglaterra e, mais tarde, a Alemanha –, passassem a dispor de vantagens acrescidas no ramo da siderurgia. Quanto à máquina a vapor, a sua utilização revelou-se da maior utilidade nas várias fases da extracção do minério de ferro (acesso dos mineiros às minas, extracção de água e transporte do minério), assim como na produção e no transporte do próprio ferro. Mas o uso da referida máquina – à qual o historiador francês, Pierre Ducassé, chamou, com inteira propriedade, “escravo mecânico” – tornou-se ainda decisivo em numerosas indústrias, incluindo a metalomecânica, grande consumidora de ferro, na produção de maquinaria e de utensílios diversos.

Assim, pode dizer-se que em praticamente todos os domínios que, no século XIX, sofreram transformações consideráveis, o ferro esteve presente. Entre outros, considerem-se os seguintes exemplos:

- caminho-de-ferro (vias e material circulante, desde as poderosas locomotivas às requintadas carruagens, estações e estruturas anexas, pontes, etc.). Foi aquele que, durante décadas, mais contribuiu para o desenvolvimento da siderurgia;
- edifícios (industriais, mercados, armazéns, estruturas portuárias e outros equipamentos colectivos);
- abastecimento (de água, gás e, posteriormente, electricidade) e saneamento básico;
- construção naval (desde as pequenas embarcações aos gigantescos “vapores”, cujo casco e outras estruturas passaram a ser de ferro e/ou aço).

Para o rápido sucesso verificado na divulgação do ferro, as suas características e potencialidades tornaram-se decisivas. Tratava-se de um material que, pelo seu maior coeficiente de resistência, em relação aos materiais tradicionais – pedra e madeira –, permitia não só diminuir o número de suportes, como o de colunas ou pilares (cuja secção era também mais reduzida), com a conseqüente obtenção de grandes vãos. Estes facilitavam a instalação de maquinaria de enormes proporções, nas fábricas, ao mesmo tempo que permitiam reduzir o custo da construção, tanto naquelas com nas pontes, além de deixarem os leitos dos rios mais libertos para a navegação. Recorde-se o grande vão da nossa Ponte de Maria Pia, no Porto – construída de 1875 a 1877, pela empresa de Eiffel –, jóia da arquitectura do ferro e importante monumento industrial, à espera de uma reutilização condigna.

O ferro permitia reduzir também o risco de incêndio, flagelo frequente das fábricas na primeira fase da industrialização, ao mesmo tempo que resistia melhor aos sismos. Aquele possibilitava, ainda, a rápida montagem e desmontagem, isto é, o uso do prefabricado, o que se tornou decisivo para diminuir o tempo de edificação de grandes estruturas. Como exemplos, basta lembrar o famoso Crystal Palace, em Londres (1851) ou a não menos emblemática Torre Eiffel, em Paris (1889).

Do ponto de vista técnico, o ferro oferecia igualmente condições favoráveis à aplicação de novos conhecimentos, no que concerne à resistência de materiais. A propósito, já foi salientado: «Com a contribuição progressiva da ciência moderna da resistência

de materiais, o uso de metal torna-se sinónimo de calculabilidade, uma calculabilidade que as obras tradicionais, em alvenaria, estavam longe de poder suportar»²¹.

O que se acaba de expor, acerca da excelência do ferro como material de construção, foi devidamente evidenciado, de forma prática, na realização de grande número de obras. Estas serviam não só como demonstração do que, com o ferro, era possível fazer, mas também como “cartazes publicitários”, de grande eficácia, ou mesmo como *ex-libris* de certos locais ou eventos. Recordem-se, por exemplo: a) a primeira ponte de ferro construída no mundo (1776-79), em Coalbrookdale/Ironbridge (Grã-Bretanha); b) o já referido Crystal Palace, em Londres, para albergar a emblemática Exposição Universal de 1851, a primeira das grandes “festas da civilização”²² que, periodicamente, continuam a realizar-se; c) a Torre Eiffel, em Paris, inaugurada aquando da Exposição Universal de 1889 – comemorativa do 1º centenário da Revolução Francesa de 1789 –, a qual, após as reticências de alguns dos seus contemporâneos, viria a tornar-se como que na “imagem de marca” da capital francesa.

Acrescente-se, no entanto, que o uso do ferro viria a prosseguir no século XX, continuando no presente século. É que, mesmo após a quase omnipresença do betão – a partir dos inícios de Novecentos –, e não obstante o ferro lhe continuar associado, como vimos já, as construções em metal continuam a ter o seu lugar, tanto na arquitectura industrial²³, como noutros domínios²⁴. Como um dos casos emblemáticos da arquitectura metálica das últimas décadas, pode referir-se o Centro Pompidou, em Paris, edificado de 1972 a 1977. Embora também com a aplicação de outros materiais, como o titânio, caso não menos significativo é ainda o novel e fantástico Museu Guggenheim, em Bilbao.

5. O ferro na Arte

Os trabalhos em ferro – a exemplo do que sucede com a cerâmica e o vidro – integram-se nas chamadas artes do fogo. Muitos dos objectos em ferro, produzidos artesanalmente, apresentam certas componentes artísticas, pois, além de peças únicas – feitas uma a uma e, do princípio ao fim, pelo mesmo artífice –, muito se identificam com o gosto do artesão, designadamente o ferreiro ou o serralheiro.

O ferro forjado, já usado nos tempos medievais, obtido directamente do minério, era mais maleável²⁵. Por seu turno, o ferro fundido, usado já pelo final da Idade Média, em armamento, veio depois a alcançar grande êxito, com a Revolução Industrial, vindo a superar o ferro forjado. O sucesso deste deveu-se a vários factores, de entre os quais se destacam:

²¹ Frédéric Seitz, *Architecture et métal en France. 19e-20e siècles*, Paris, Éd. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1994.

²² José Amado Mendes, «As exposições como “festas da civilização”: Portugal nas Exposições Internacionais (sécs. XIX-XX)», *Gestão e desenvolvimento*, 7, 1998, pp. 249-273.

²³ Julian Sobrino, *Arquitectura industrial en España, 1830-1990*, Madrid, Ed. Cátedra, 1996.

²⁴ Frédéric Seitz, *L'architecture métallique au XXe siècle. Architecture et “savoir-faire”*, Paris, Éd. Belin, 1995.

²⁵ John Gay, *Cast iron. Architecture and ornament, function and fantasy*, Londres, John Murray (Publishers), 1985, p. 8.

- a) é mais barato;
- b) é também mais resistente, mais forte (embora seja igualmente mais quebradiço);
- c) permite a moldagem, apresentando imensa flexibilidade decorativa, o que se tornou essencial, por exemplo, na Arte Nova²⁶;
- d) possibilita, também, a standardização do processo produtivo, o que se tornou fundamental na siderurgia praticada com a Revolução Industrial, com a necessidade de produzir em larga escala. A inovação do processo Bessemer, na produção de aço (anos 1850), também permitiu desenvolver substancialmente as construções metálicas.

Como se deduz do exposto, tanto o ferro forjado como o ferro fundido têm sido usados na produção artística. Contudo, enquanto este se adequa melhor à produção em massa, ou seja, em série e repetitiva – possibilitada pela moldagem –, já o ferro forjado se adapta preferentemente ao trabalho artístico individual, no qual há uma certa identificação entre produtor e produto. Tratava-se de um saber-fazer transmitido, regra geral, de mestre a aprendiz, embora, uma ou outra vez, também tivesse sido objecto de ensino nas escolas²⁷.

Sobre os dois produtos de ferro mencionados, parece-me feliz a caracterização efectuada por Luís Chaves: «As grades” de ferro forjado estão para as fundidas como a renda está para o bordado»²⁸.

6. As artes do ferro em Coimbra: património a estudar e revalorizar

Dada a vastidão da temática e uma vez que me propus focar aspectos de carácter mais geral e de enquadramento, aqui apenas farei algumas considerações acerca dos seguintes tópicos: estabelecimentos produtivos e produtores; produtos de tipo variado; património e saber-fazer.

6.1. Oficinas e produtores

Coimbra, a “cidade das grades”, como lhe chamou Vergílio Correia²⁹, tinha produção de ferro própria, embora insuficiente, para certas necessidades. Por exemplo, parte da estrutura de ferro da estufa do Jardim Botânico veio da Fundição de Massarelos, do Porto³⁰.

²⁶ J. Gay, *idem*, pp. 8-9.

²⁷ É provável que fizesse parte do ensino dedicado ao ferro no “Conservatoire d’Arts et Métiers” de Paris, embora as componentes essencialmente contempladas fossem: a engenharia/resistência de materiais, a estética (os aspectos formais) e a combinação entre as duas (F. Seitz, *Architecture et métal en France*, p. 78-79). Também na Escola Livre da Artes do Desenho, em Coimbra, se lhe dedicou (em especial ao ferro forjado) particular atenção, sob o impulso de António Augusto Gonçalves.

²⁸ Citado por Augusto Abreu Lopes Cepeda, *Ferros artísticos de Penafiel*, Penafiel, 1994, p. 8.

²⁹ Vergílio Correia, «A cidade das grades», *Obras*, vol. I: *Coimbra*, Universidade de Coimbra, 1946, pp. 363-367.

³⁰ Ana Maria Cardoso de Matos, «A indústria metalúrgica e metalomecânica em Lisboa e no Porto, na segunda metade do século XIX», *Arqueologia e Indústria*, 1, Julho 1998, p. 97.

Com o intensificar do uso do ferro fundido, a partir de meados de Oitocentos, não surpreende que as oficinas localizadas em Coimbra se tivessem dedicado mais à obra em ferro fundido do que em ferro forjado. Contudo, ainda na segunda metade daquela centúria, se encontram algumas referências ao ferro forjado. Assim, José Bernardes Galinha apresentou, na Exposição Distrital de Indústria Agrícola e Fabril e de Arqueologia (Coimbra, 1869), vários objectos de ferro fundido – fogões, inclusive um para trabalhar com gás, painéis, compassos, etc. –, mas também «dois varões de ferro sextavados, e só forjados, para amostra»³¹.

Aquele, falecido em 1873, fez parte de uma dinastia célebre de artistas do ferro que, ao longo de quatro ou cinco gerações (desde Manuel Bernardes Galinha, autor do conhecido portão do Jardim Botânico, que falecera em 1864, e o seu descendente, Joaquim Ferreira Galinha, que viria a morrer em 1924), se dedicaram, em Coimbra, às artes do ferro³².

Já no que concerne a outras oficinas, além de se mencionarem diversos tipos de objectos ou utensílios produzidos, em vários casos se refere, expressamente, a existência de fundição. Vejamos alguns exemplos:

- Oficina de carruagens, na rua da Sofia, de Manuel da Costa Soares (1876)³³.
- José Alves Coimbra e seu irmão, António Alves Coimbra, com estabelecimento no Largo das Ameias, de frente do Hotel Mondego (1879), onde faziam qualquer obra de ferro fundido (painéis, testos, fogareiros, fornalhas), encontrando-se, alguns anos mais tarde (1888), a produzir para o mercado de Lisboa³⁴.
- Oficina de serralharia, de António Bernardes Galinha (Rua de Quebra Costas, 29), na qual, além do mais, se produziam «camas de ferro, de novo gosto, superiores às de Lisboa e do Porto»³⁵.
- Joaquim Augusto das Neves Eliseu (morador na Rua das Figueirinhas, 21), com a produção de vários objectos, em folha maneável ou por fundição³⁶.
- Oficina de Serralharia a Vapor, de Eduardo & Almeida (Rua da Madalena) que, além de outros artigos, produzia máquinas a vapor (de 1 a 15 cv.)³⁷.

Pelos exemplos que acabo de referir, pode deduzir-se que, a avaliar pela oferta de diversos artigos, a “civilização do ferro” também ia chegando a Coimbra. Isto não obstante a lentidão com que, nas construções, a madeira ia cedendo o lugar ao metal. Assim, numa fonte dos finais do século (1894), pode ler-se: «Compreende-se que as construções civis ainda não dêem entre nós um grande consumo ao aço, sob a forma de vigas, por exemplo, em que preenche o uso da madeira; começa-se a notar, no entanto, que algumas das mais cuidadas edificações, a despeito do sistema tradicional

³¹ *Exposição Distrital de Industria Agrícola e Fabril e de Archeologia, promovida pela Associação dos Artistas de Coimbra, sob a presidencia de Olympio Nicolau Ruy Fernandes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1869, p. 159 (itálico meu).

³² Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), «Cemitério da Conchada. Registo de enterramentos».

³³ *Conimbricense*, de 18.4.1876.

³⁴ *Idem*, de 17.6.1879 e de 15.9.1888.

³⁵ *Idem*, de 4.3.1882 e de 24.3.1882.

³⁶ *Idem*, de 6.7.1883.

³⁷ *Idem*, de 30.5.1893.

e tido entre nós como o melhor para prevenir os efeitos de certos acidentes, têm já empregado o vigamento metálico»³⁸.

Em 1920, numa escritura de partilhas de bens, situados na Baixa de Coimbra, constam cinco serralharias localizadas, respectivamente, nas ruas do Arnado (3), da Nogueira (1) e da Madalena (1). Na Rua do Arnado, situava-se ainda uma fundição³⁹.

Naturalmente que muito mais há a investigar, quanto a oficinas/manufacturas metalomecânicas, em Coimbra, a saber:

- a) levantamento de todas as que laboraram, não só em determinada altura como a longo prazo;
- b) recursos, humanos e materiais, com que puderam contar;
- c) tecnologia, própria ou importada que utilizaram;
- d) métodos de gestão, formação de pessoal, mercado, etc.

Acerca de produtores/profissionais das artes do ferro, a exploração de certas fontes – entre as quais registos paroquiais e notariais – fornecem-nos algumas informações, pelo que o seu estudo deve prosseguir. Contudo, também noutras se podem detectar dados com interesse. Por exemplo, a consulta dos registos de enterramentos no Cemitério da Conchada (1860-1930) permite tirar, entre outras, as seguintes ilações:

- a) Dos indivíduos (ali sepultados) que haviam exercido profissões ligadas ao ferro (ferreiro, serralheiro e fundidor), no período em foco, o número dos primeiros era geralmente baixo e foi diminuindo; o dos fundidores também era reduzido, ao passo que o dos serralheiros foi aumentando, especialmente já no século XX. Assim, enquanto no século XIX era registado o enterramento de 2 ou 3 serralheiros, num período de 2 ou 3 anos, em 1918-19 já aparecem 3 serralheiros e 2 serralheiros mecânicos e, em 1920-21, o número de serralheiros sepultados sobe para 7.
- b) Para o final do lapso de tempo em foco (primeiras décadas do século XX), começam igualmente a aparecer novas profissões: mecânico (em 1915, um cidadão de naturalidade francesa e, em 1918, já dois portugueses); e metalúrgico (em 1927, natural da Feira, freguesia de Anta).

No que ao ferro forjado diz respeito, foi também a partir dos inícios do século que aquela arte mais se desenvolveu, graças à Escola Livre das Artes do Desenho (criada em 1878) e ao Mestre António Augusto Gonçalves. Este, ao visitar a Exposição Universal de Paris de 1900, teve o ensejo de apreciar «algumas maravilhas trabalhadas no duro metal, especialmente por artistas espanhóis»⁴⁰.

6.2. Produtos metálicos

Infelizmente ainda não dispomos de obra de conjunto sobre a arquitectura do ferro, em Portugal, ao invés do que já sucede noutros países. Enquanto esperamos por

³⁸ «Introdução de novas industrias», *Revista de Obras Publicas e Minas*, t. XXVII, números 291 e 292, Março e Abril de 1894, pp. 140-141.

³⁹ AUC, notário Eduardo Saldanha da Silva Vieira, liv. de notas n.º 190-A, fls. 58-66v. (escritura de 15.6.1920).

⁴⁰ Rocha Pato, «Impõe-se revitalizar em Coimbra a arte tradicional do ferro forjado», *Diário Popular*, de 16.11.1978.

esse trabalho – ou mesmo por outros mais restritos, sobre a arquitectura industrial do ferro, pontes ou outras estruturas metálicas –, seria vantajoso que se prosseguisse com a elaboração de estudos de caso, a nível regional e local, que ficariam a constituir achegas com interesse para futuras obras de síntese.

Será, contudo, da maior importância que a investigação se alargue a diversos tipos de produtos e que não se restrinja aos mais conhecidos e aos que, pela sua volumetria e/ou localização, dão mais nas vistas. Além de estruturas de maior porte – edifícios, mercados, estações ferroviárias, fábricas e coretos⁴¹, etc. –, deve atentar-se ainda noutra tipo de objectos, designadamente: colunas de suporte (por exemplo, em L ou em T), fogões de sala, grades, portões ou varandas, candeeiros e outro mobiliário urbano ou ainda elementos funerários, em portões, jazigos ou mausoléus.

Há já algum tempo (1987), num interessante estudo sobre *O ferro forjado na história e na arte da cidade do Porto*, a autora, Susana Flor, chamava a atenção para números, em ferro forjado, colocados nas edificações, com a respectiva data. A propósito escrevia: «Estes preciosos ornamentos incrustam-se em pequenas elipses, rectângulos ou círculos, no centro das varandas, no centro da parte superior dos portões, e ainda nas cancelas e bandeiras de porta das edificações urbanas portuguesas, pertencendo na quase totalidade à segunda metade do século XIX». A autora descobriu, no Porto, 22 destes motivos tipológicos (datados de 1852 a 1949)⁴².

6.3. O ferro como património e saber-fazer a preservar e revalorizar

Já em 1906, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho (geralmente conhecido por Quim Martins), no trabalho intitulado «Os serralheiros da Escola de Coimbra»⁴³, aludia a nomes destacados da arte do ferro forjado, alguns deles discípulos de António Augusto Gonçalves. Começa por se referir a Manuel Pedro de Jesus e a João Machado, que considerava cooperadores daquele mestre, «nesta obra de ressurgimento artístico»⁴⁴. Menciona outros nomes, como António Maria da Conceição, António Couceiro e Lourenço d'Oliveira Chaves de Almeida⁴⁵, arquitecto Augusto da Silva Pinto, Joaquim Mendes de Abreu e Joaquim Abreu Couceiro. Ao concluir o seu artigo, Quim Martins

⁴¹ Sobre o de Coimbra, ver Regina Anacleto, *O Coreto do Parque Dr. Manuel Braga em Coimbra*, Coimbra, 1983. Sep. de «Mundo da Arte», n.º 14.

⁴² Susana Flor, «O ferro forjado na história e na arte da cidade do Porto», *ARPPA*, n.º 2, 2.º Semestre de 1987, pp. 22-24.

⁴³ Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, «Os serralheiros da Escola de Coimbra», *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, vol. II, 1906, pp. 314-318.

⁴⁴ *Idem*, p. 314. Artistas do ferro forjado de Coimbra, além de abastecerem a cidade, produziam para diversos outros pontos do país: Lisboa, Batalha, Aveiro, etc. A propósito de alguns trabalhos executados para esta última cidade, ver Manuel Ferreira Rodrigues e Óscar Graça, «Pistas para a compreensão das manifestações da “Arte Nova” em Aveiro: Cenografia, modernidade e tradição», comunicação apresentada ao *Seminário Luso-Francês sobre História da Arquitectura e do Urbanismo. As Arquitecturas do Crescimento*, mimeog.

⁴⁵ Sobre este notável artista do ferro forjado – autor de mais de 150 obras, entre as quais se encontra o conhecido Lampadário (“Chama da Pátria”) do Mosteiro da Batalha –, ver Lourenço Chaves de Almeida, *Memórias de um Ferreiro* (Prefácio e coordenação de José Amado Mendes), Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007.

sublinhava: «E é, em minha opinião, o ensino de António Augusto Gonçalves o único que, no nosso país, mostra a compreensão inteligente das preocupações pedagógicas que têm reformado completamente no estrangeiro a educação artística do operário»⁴⁶.

É Assim uma Vida

(Versos de Pompeu Aroso, artista do ferro forjado)

Nasci de uma coligação
Das cidade principais
Donde surgiu alteração
De litígio de meus Pais

Filho por tradição
Do trabalho e das culturas
Tenho como recordação
Meus pais nas sepulturas
Meu Pai veio do Porto
Saudosa Mãe de Lisboa
Sou de Coimbra de ferro torto
Tenho os brasões em pessoa

Mestres Machados e Gonçalves
Pioneiros de Belas Artes
Chaves de Almeida e Rodrigues
E saudoso Albertino Marques

Com amor e sacrifício
De muitos anos vincados
Este serralheiro de ofício
Aquem dos seus antepassados

Autor de vários cinzeiros
O carro de mão e o gato
É do signo dos caranguejos
E do bacalhau sem pataco

Ferro frio mal tratado
Quando se pensa em casa
Para ser bem forjado
Só obedece estando em brasa

Nada tenho nada valho
Por tudo aquilo que fiz
De bigorna martelo e malho
Neste século dos xis-xis

O'Coimbra minha terra
Da cultura e da arte
Da tradição o que se espera
É deixar morrer a “Forjarte”
Eu trabalho sim senhor
Quando não tenho que fazer
Luto sempre com amor
Sempre e sempre até morrer

Nunca fui compreendido
Talvez maneiras de ver
Nem os que convivem comigo
Me sabem compreender

Sou do signo caranguejo
Dois à frente e dois atrás
Nasci a treze e não invejo
Só preciso viver em paz

A vida é uma saudade
Em que tudo é mentira
Aguardando com verdade
O que ela nos inspira

Esta Coimbra madrastra
A quem tudo os filhos dão
Com os outros tudo gasta
E os seus morrem sem pão

Desde os oito a trabalhar
Mais sessenta de passado
Posso comer e guardar
Com o que fui reformado

4-7-78

[José Pompeu Aroso]⁴⁷

⁴⁶ *Op. cit.* supra, nota 39, p. 318.

⁴⁷ Efectuei algumas correcções ortográficas. Os versos autobiográficos transcritos, foram anteriormente publicados por Noémia Barreto Metello Leitão e José Machado Lopes, no artigo «Ferros de Coimbra. Mestre

Como é sabido, a estes grandes mestres do ferro forjado, em Coimbra, outros se sucederam, ao longo de cerca de três quartos de século. A sua vida e obra constituem património cultural de grande relevância, sem esquecer um saber-fazer, ancestral, que é hoje pouco conhecido e divulgado,

Além do estudo da obra feita por aqueles artistas, devia manter-se viva a tradição, em oficina a funcionar nos moldes tradicionais, que fosse não só um museu vivo, mas também um centro pedagógico e cultural.

Antes de concluir, apenas gostaria de prestar a minha singela homenagem a um grande mestre do ferro forjado, que foi José Pompeu Aroso (13.7.1910-26.2.1986). Trabalhou o ferro desde os 14 anos de idade e dedicou-se à arte do ferro forjado até ao fim dos seus dias. Em 1984, fora-lhe atribuída a Medalha de Ouro da cidade de Coimbra.

Foi para mim uma experiência inesquecível, ter visitado a sua oficina, tendo-o como guia, em Fevereiro de 1982. Ao tempo, ainda alimentava uma esperança, embora ténue, de os seus colaboradores poderem vir a manter a oficina em laboração, mesmo após o seu desaparecimento. Isso, infelizmente, não se verificou.

Entretanto ofereceu-me, gentilmente, uma síntese da sua biografia, em verso, acima transcrita, datada de 4-7-1978, à qual deu o título: «É assim uma vida». É com esse testemunho, que considero de relevância para o conhecimento do homem e do artista, no seu percurso por este mundo, que recorro o artista e a sua sensibilidade.

Pompeu Aroso, a magia da forja», *Pampilhosa. Uma terra e um Povo*, n.º 15, Junho 1996, p. 48 (Agradeço, ao Dr. José Machado Lopes, esta informação).

13. EDUCAÇÃO E MUSEUS: NOVAS CORRENTES*

1. Introdução

Tradicionalmente, os museus eram vistos sobretudo como locais de preservação do património cultural e da memória, que podiam ser contemplados por uma certa elite, já sensibilizada para a sua fruição. De certo modo, poderia dizer-se – parafraseando a conhecida frase acerca do dinheiro – que cultura atraía cultura, ficando as massas fora dos públicos-alvo das instituições museológicas.

Todavia, no último meio século, operaram-se transformações profundas: na sociedade, nas concepções de cultura e nas ideologias; nas exigências da comunidade para com as instituições ao seu dispor e que, frequentemente, suporta ou ajuda a manter; e, como é óbvio, também nas formas de encarar os museus e as respectivas funções.

Em obra há pouco publicada, pode ler-se, a propósito: «O Museu, instituição pública, acessível a todos os tipos de público, é um fenómeno recente; no entanto, as suas origens remontam à civilização grega. É a partir da 2.^a Guerra Mundial que esta instituição passa a considerar-se ao serviço da comunidade, deixando, progressivamente, a sua tradição elitista e minoritária [...]. Estas mudanças redefinem o seu papel na acção educativa. A partir da década de 60, a educação nos museus converte-se numa matéria de reflexão e de estudo. Passa-se de uma política museística, centrada no objecto, na sua aquisição e na conservação, para uma política centrada nos sujeitos que dele podem usufruir. São as mudanças sociais que colocam o problema do acesso dos públicos à arte e à cultura»¹.

A tónica, assim colocada no público – ou seja, no consumidor e não no produto, se me é permitida a expressão –, leva alguns autores a afirmarem que, para se avaliar a relevância de um museu, não se deve perguntar que colecções tem, mas o que faz com o acervo de que dispõe.

* O texto que ora se publica, revisto e anotado, serviu de base à conferência proferida no Museu Monográfico de Conímbriga, no dia 10 de Junho de 2003, integrada nas comemorações do aniversário da respectiva fundação. Foi também publicado na revista *Munda. Comemorativo dos 25 anos do GAAC*, números 45/46, Novembro de 2003, pp. 49-60.

¹ Rui Mário Gonçalves *et. al.*, *Primeiro olhar. Programa Integrado de Artes Visuais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação e Bolsas, 2002, p. 120.

Esta nova perspectiva tem conduzido a uma profunda reflexão acerca dos museus e do seu papel, na sociedade actual, por alguns classificada de pós-moderna. Com efeito, desde a natureza às funções dos espaços museológicos, dos públicos, efectivos ou potenciais, aos recursos – financeiros, materiais e humanos –, das acessibilidades (sob os diversos pontos de vista e não apenas físico) às formas de administração e gestão, tudo tem vindo a ser repensado. Trata-se, com efeito, de novas realidades, a exigir soluções inovadoras, com a adopção de estratégias mais diversificadas e a mobilização de outros tipos de meios, não só mais substanciais como, se possível, utilizados com um nível mais elevado de optimização e racionalização.

Essa nova realidade museológica e museográfica, de que se pode dar conta pela observação das boas práticas verificadas em certos museus – entre os quais se inclui, naturalmente, o *Museu Monográfico de Coimbra* –, tem sido objecto de reflexão, como se comprova pela bibliografia e revistas especializadas vindas a lume.

Contudo, aqueles que se dedicam a modernizar e a actualizar os nossos museus nem sempre terão as melhores condições para darem a conhecer as actividades desenvolvidas, pelo que, em muitos casos, sobretudo para temas como aquele que aqui nos ocupa – *Museus e Educação* –, não podemos deixar de recorrer à literatura que, sobre o assunto, vai sendo publicada no estrangeiro. É claro que se trata, por vezes, de realidades diferentes, mas há tendências, correntes ou princípios que, pela sua natureza e prevalência, têm vindo a assumir um carácter praticamente universal.

2. Museus e educação: que relação?

Na história recente dos museus – que, para não recuarmos mais longe, podemos localizar ao longo do último século –, verificaram-se três tendências, ditadas pela forma como a instituição museológica foi sendo perspectivada. Numa fase inicial, coincidente com as primeiras décadas do século XX, a salvaguarda do património (por vezes acompanhada do próprio restauro) quase monopolizava as atenções dos que se dedicavam à questão museológica. Foi então que se estruturou e consolidou o estatuto profissional de *conservador de museu* que, não obstante as suas funções específicas, na ausência de outros profissionais especializados, não raro se alargaram a outros domínios.

Entretanto, por meados da mesma centúria, começou a ganhar adeptos o reconhecimento das múltiplas funções a desempenhar pelos museus – é o “museu multifacetado”, usando a expressão de María Bolaños² –, o que, aliás, passou a ser evidente nas definições, mais usuais, de museu.

Tal já se verificava, por exemplo, na definição de museu dada pelo ICOM – Comité Internacional de Museus, nos seus estatutos de 1947, o que ainda se tornou mais nítido na definição que viria a ser adoptada em 1974, que é a seguinte: O museu é uma «instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que adquire,

² María Bolaños, *Historia de los museos en España. Memoria, cultura, sociedad*, Gijón (Astúrias), Edições Trea, 1997, pp. 249-251.

conserva, comunica e apresenta com fins de estudo, educação e deleite, testemunhos materiais do homem e do seu meio»³.

Por fim, nas últimas três décadas, de todas as funções museológicas – constantes da definição acabada de transcrever –, a que mais se tem destacado, em termos de estudo e debate, é a função educativa. Efectivamente, nenhuma outra deu lugar a tantos colóquios/encontros, a tanta investigação e à publicação de tão diverso material de investigação ou informativo, como a educação pelos museus.

Acrescente-se que, em alguns países que se anteciparam nesta matéria, o assunto já entrou na ordem do dia há cerca de três décadas. Assim sucedeu nos Estados Unidos da América, onde, na sequência de uma tradição que remonta já ao século de Oitocentos, a questão começou a ser considerada de relevância, muito antes de o ter sido na Europa. Com efeito, já em 1974 foi publicada naquele país uma lei, da qual consta a seguinte deliberação do Congresso, reconhecendo-se que:

- «1. os museus servem como fontes para as escolas, ao providenciarem educação às crianças;
2. os museus fornecem serviços educativos, de vários géneros, a diversas agências e instituições de educação superior;
3. as despesas dos serviços educativos fornecidos pelos museus é, por vezes, suportada por agências e instituições de educação, atendendo às vantagens das fontes disponibilizadas pelos museus»⁴.

Nos anos imediatos, a educação pelos museus continuou a ser acarinhada pelos norte-americanos. Assim, de uma reflexão efectuada pela Comissão de Museus para o Novo Século – criada no âmbito da Associação Americana de Museus –, em 1984, constam as seguintes passagens: «Os museus dos Estados Unidos devem comunicar a essência das ideias, difundir conhecimentos, fomentar a curiosidade e promover a sensibilidade estética». E acrescenta-se: «Se as colecções são o coração dos museus [...], o que temos vindo a chamar educação – o compromisso de apresentar as ideias e os objectos de uma forma informativa e estimulante – é o espírito». A dita Comissão reafirmava, ainda, «a poderosa capacidade dos museus em contribuir para ampliar “a riqueza da experiência humana colectiva”»⁵.

Mais recentemente, também em alguns outros países se tem sublinhado o facto de os museus deverem ser considerados como verdadeiras instituições de educação. Na Inglaterra, por exemplo, aquando duma profunda revisão dos *curricula* em meados dos anos 1990, não deixou de se chamar a atenção para o papel que, devido à dita revisão, os museus deveriam passar a desempenhar no processo educativo.

Também entre nós, nos próprios manuais escolares do Ensino Básico e Secundário e materiais pedagógicos que os acompanham, se tem chamado frequentemente a atenção para as potencialidades pedagógicas dos museus e para o papel, cada vez mais relevante, que aqueles devem ser chamados a desempenhar no processo de ensino-aprendizagem.

³ Francisca Hernández Hernández, *Manual de museología*, Madrid, Editorial Síntesis, p. 69.

⁴ *Journal of Education in Museums* [doravante referenciado apenas por *JEM*], n.º 4, 1983, p. 44.

⁵ *Excelencia e Igualdad. La Educación y la Dimensión Pública de los Museos. Un Informe de la Asociación Americana de Museos*, Washington, 2000, p. 12 (negrito meu).

No mesmo sentido vai a opinião de uma autora espanhola (Maria del Carmen Valdés Sagués), ao afirmar: «O museu é uma instituição cultural intrinsecamente educativa, o que não significa que tudo o que realiza seja expressamente pedagógico [...]. Assim, o museu converte-se num instrumento de aprendizagem, em benefício dos alunos, cujo maior ou menor grau de êxito dependerá fundamentalmente do museu e dos professores»⁶.

Se admitirmos, como muitos autores defendem – e com o que eu concordo plenamente – que o museu é uma instituição eminentemente educativa, ocorre fazer algumas perguntas:

- a) Será que as entidades responsáveis (vários ministérios, autarquias, fundações, associações, entidades privadas, como as próprias empresas, etc.), atendendo à perspectiva acabada de apresentar sobre a importância e o significado da instituição museológica, lhes conferem os meios e os apoios devidos, para que ela possa exercer, cabalmente, o papel educativo para que está vocacionada?
- b) Por sua vez, recorrerão os diversos parceiros e/ou agentes educativos aos museus, tanto quanto seria para desejar, usufruindo de tudo aquilo que eles lhes poderiam oferecer?
- c) Além do público, em geral, serão alguns tipos específicos de público, com características próprias (integrados em campanhas de alfabetização, com dificuldades de aprendizagem, portadores de deficiência ou outros), estimulados e motivados a enriquecerem a sua formação, visitando e participando em actividades disponibilizadas por muitos museus?

3. O papel educativo dos museus: potencial ainda insuficientemente aproveitado

Há muitas e boas razões para afirmar que, à luz de tudo o que tem vindo a comprovar-se nas últimas décadas, o museu deveria ser considerado como um parceiro imprescindível, em qualquer programa educativo, minimamente estruturado e diversificado.

Desde logo, à luz de certas teorias da aprendizagem. Recordem-se, entre outras, as teorias construtivista e a da comunicação, para já não referir a de Piaget, particularmente quanto à fase das “operações concretas”.

Para os defensores da primeira, o conhecimento é construído pelo próprio, na sua relação com o ambiente. Quanto à segunda, da comunicação (comunicador ⇒ mensagem/medium ⇒ receptor), como sublinha F. H. Hernández, na obra que dedicou ao assunto, o museu é um espaço de comunicação por excelência, dado que pode, inclusive, usar e até potenciar todos os outros meios de comunicação⁷.

Relativamente à teoria de Piaget, que acentua a importância da concretização em certa fase da aprendizagem, que se prolonga dos três anos de idade até à adolescência,

⁶ María del Carmen Valdés Sagués, *La difusión cultural en el museo: servicios destinados al gran público*, Gijón (Astúrias), Edições Trea, 1999, pp. 78-79 (negrito meu).

⁷ Francisca Hernández Hernández, *El museo como espacio de comunicación*, Gijón (Astúrias), Edições Trea, 1998.

ultimamente tem sido completada com outras investigações que provam a importância do manuseamento dos objectos, na própria estruturação do pensamento e no desenvolvimento do cérebro, mesmo ao longo de toda a vida. É aquilo a que autores de língua inglesa designam por *hands-on* e *brains-on*, isto é, utilizar as mãos e o cérebro, dado que o fazer deve suportar o pensar ou, por outras palavras, trata-se do conhecido *learning by doing*⁸.

A observação directa dos objectos e o seu próprio manuseamento – entre outros, nos museus da ciência, da técnica e da indústria, dedicados à civilização material –, mesmo que se trate de réplicas, constitui uma mais-valia pedagógica, oferecida pelos museus, que poderá servir de antídoto a uma educação, por vezes ainda muito livresca e demasiado abstracta.

Parece-me oportuno lembrar aquilo que se conta acerca de uma menina que, ao visitar um museu da criança, exclamou: «mamã, por favor não me mostres outro brinquedo; não me é permitido brincar com ele»⁹.

O mesmo poderá dizer-se de muitos outros museus onde se expõem artefactos vários ou obras de arte. A sua leitura e interpretação são muito facilitadas com a respectiva presença física, contribuindo esta para despertar ou cultivar o gosto estético e a sensibilidade.

Todos estes aspectos alcançam hoje maior relevância, numa altura em que a educação já não passa – como sucedeu até aos anos 1970 –, quase exclusivamente, pelos conteúdos¹⁰, pela razão, mas também pela sensibilidade e pela emoção. A inteligência emocional, estudada e valorizada por Daniel Goleman – em diversas obras dedicadas à temática¹¹ –, deve levar-nos a apreciar e deleitar-nos, não só com os conceitos e as ideias, mas também com os objectos, de rara beleza, com significado histórico ou de testemunho, elementos estruturantes da própria identidade que, em geral, nos esperam nos museus.

4. Perspectivas futuras da educação pelos museus

Nunca houve tantos museus (só em Portugal, admite-se que, actualmente, se aproximem das 700 as instituições assim autodesignadas), nem tantos visitantes de museus. Para dar apenas dois exemplos, no ano 2000, nos Estados Unidos da América, 500 milhões de pessoas visitaram museus e, na Grã-Bretanha, 100 milhões¹².

⁸ Terry Russel, «The enquiring visitor: usable learning theory for museum contexts», *JEM*, n.º 15, 1994, pp. 19-20.

⁹ Richard Wolf, «Museum education and the school curriculum», *JEM*, n.º 19, 1998, p. 14.

¹⁰ McBride e David Bridges, «Evaluation, learning and museums», *JEM*, n.º 15, 1994, p. 23.

¹¹ Ver, por exemplo, Daniel Goleman, *Trabalhar com inteligência emocional* (trad. do inglês), Lisboa, Temas e Debates, 1999.

¹² Graeme K. Talboys, *Museum Educator's Handbook*, Aldershot – Hampshire (Inglaterra), Gower, 2000, pp. 1 e 15.

4.1. Os públicos

A chamada “explosão museológica”, por um lado, e a necessidade de os museus captarem um número cada vez mais elevado de visitantes, por outro, levam-nos a reflectir acerca dos públicos, sob diversas perspectivas. Historicamente falando, passou-se de uma época em que, como já se disse, só uma elite se dirigia aos museus, para outra em que o público-alvo principal era o escolar – o que faz todo o sentido, dada a complementaridade entre a educação formal, assegurada pela escola, e a não formal, de que se ocupam os museus –, para além do qual apenas se considerava o público geral, como uma massa homogénea. Porém, esse panorama mudou. Como nota uma autora inglesa, com vasta obra sobre a educação nos museus: «Em anos recentes, o mundo dos museus começou a aceitar que os visitantes não constituem uma massa de pessoas, passiva e homogénea, *o público geral*, mas que elas devem ser vistas como indivíduos, com as suas próprias necessidades e preferências de estilos de aprendizagem, bem como com as suas agendas, sociais e culturais. A principal característica deste visitante individual do museu é que o sentido que atribui às coisas se integra no seu estilo individual. O *público geral*, passivo, transforma-se assim na nova *audiência, activa*»¹³.

Não é possível, nas presentes circunstâncias, focar todos os tipos de público (efectivo ou potencial) dos museus. Por isso, apenas se apresentarão alguns exemplos, ilustrativos da atenção que se começa a dedicar a novos “nichos de mercado”, para me socorrer de uma expressão do domínio do marketing.

Entre esses novos públicos encontram-se as crianças, mesmo de tenra idade, isto é a partir dos 3 anos (por exemplo, entre os 3 e os 5 anos, portanto ainda em fase pré-escolar) ou mesmo de idade inferior. Através de uma experiência levada a cabo num museu inglês, com crianças de 3-5 anos de idade, verifica-se que alguns dos principais ingredientes que contribuíram para o sucesso da mesma foram: uma exposição de arte interactiva, a actividade de desenho desenvolvida pelas crianças e a representação por artistas cómicos¹⁴. Papel semelhante ao destes era, há anos, representado por piratas, na secção naval do Deutsches Museum, em Munique.

Estas e outras iniciativas mostram como se torna imperioso prestar atenção às necessidades, aos interesses e à formação dos mais novos, não só no que respeita aos museus que lhes são especialmente dedicados – da criança ou do brinquedo, como os nossos Museus do Brinquedo, de Sintra e de Seia –, como aos outros, onde lhes devem ser proporcionadas actividades e/ou exposições adequadas.

Como é sabido, em museus da ciência e da técnica as crianças têm a possibilidade de, através de experiências simples e pedagogicamente orientadas, compreenderem a ocorrência de certos fenómenos. Também a interactividade, hoje facilitada pelos meios informáticos, e a utilização de jogos se incluem nas estratégias para motivar os mais novos¹⁵.

¹³ Eilean Hooper-Greenhill, «Museums learners as active post-modernists: contextualising constructivism», *JEM*, n.º 18, 1997, p. 1 (itálico meu).

¹⁴ Alison Cox & Miranda Cox, «The under fives at Walsall Museum and Art Gallery», *JEM*, n.º 16, 1995, p. 4.

¹⁵ Como afirmou Janet Moyles, «O jogo, acima de tudo, motiva», *JEM*, n.º 18, 1997, p. 26.

Acerca do público escolar propriamente dito, escusado será dizer que é, e continuará a ser, de importância crucial para os museus, como estes o devem ser para os estudantes. O aumento da escolaridade obrigatória, por um lado, e a tendência para o crescimento da procura de níveis mais elevados de educação formal, por outro, reforçam a necessidade de uma cooperação cada vez mais estreita, entre o museu e a escola. Recordo que o *Science Museum*, de Londres – uma das instituições museológicas de referência, em todo o Mundo –, já em 1994 foi visitado por 200 000 alunos¹⁶.

Como é do conhecimento geral, a importância hoje atribuída à educação ultrapassa as paredes da escola e a idade tradicionalmente destinada à sua frequência. Referindo-se ao assunto, sublinha a autora, já anteriormente citada: «Até ao princípio dos anos setenta [do século XX] o termo *educação* era universalmente confundido, a nível popular, com o de *escolarização*. Quer dizer, a educação estava ligada a um sistema vinculado à idade, ao sistema educativo formal, que se estendia desde o primeiro ano do ensino básico até ao último do curso universitário. Desta forma, o nível de educação de uma pessoa dependia dos títulos obtidos em estabelecimentos de educação [...]. Só as escolas podiam educar, isto é, apenas elas podiam satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas; isto podia conseguir-se durante o período escolar e para sempre; e, por último, quem não conseguisse uma boa educação escolar era, por consequência, um “não educado”, um ignorante»¹⁷.

Tendo mudado esta realidade, insiste-se hoje muito no conceito de educação ao longo da vida. Mas, para que esse conceito não se torne vazio, é necessário que se propiciem condições às pessoas para prosseguirem a sua educação, na idade pós-escolar. Por esta via, o papel educativo dos museus – e, é evidente, também de outras instituições, como arquivos e bibliotecas, associações culturais, operadores turísticos, teatros e cinemas, rádio, televisão e Internet, para dar apenas alguns exemplos – passou a assumir uma importância acrescida.

Dai a necessidade de se prestar mais atenção a dois tipos de público, frequentemente esquecidos: adultos, em idade activa, e pessoas já afastadas dos compromissos profissionais.

Quanto aos adultos, já foi destacado, num artigo publicado numa revista inglesa: «Mais de 70% dos visitantes dos museus são adultos, sozinhos, com outros adultos, em grupo ou com crianças, mas muitos museus ainda não encaram o providenciar educação aos adultos como uma função central»¹⁸. E acrescenta-se, noutra passagem: «Os museus têm estado afastados da educação de adultos; por sua vez, as instituições de educação de adultos não têm recorrido às potencialidades educativas dos museus»¹⁹.

Entre outras medidas a tomar, sugiro apenas duas: a organização mais frequente de exposições sobre determinadas profissões, para o que não faltará um público motivado, de pessoas ligados à respectiva actividade; uma adequação dos horários de abertura dos museus, à medida que tal se torne possível, aos horários disponíveis de quem

¹⁶ Roland Jackson e Katherine Hann, «Learning through the Science Museum», *JEM*, n.º 15, 1994, p. 11.

¹⁷ M. C. Valdés Sagués, *op. cit.*, pp. 61-62.

¹⁸ John Jreeve, «Museums, adults and lifelong learning», *JEM*, n. 19, 1998, p. 30.

¹⁹ *Idem*, p. 32.

trabalha, isto é, em período pós-laboral²⁰. Há que ter em consideração, inclusive, que os períodos de lazer têm vindo a aumentar. Sobretudo no Ocidente, o horário de trabalho, em aproximadamente três décadas, passou das cerca de 45h semanais para pouco mais de 30. Experiências com horários nocturnos, efectuadas em alguns museus estrangeiros e, entre nós, no Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães, têm obtido resultados muito satisfatórios.

Por fim, um tipo de público a merecer atenção e cuidados redobrados é o constituído por pessoas já retiradas do mundo do trabalho – por aposentação ou outro motivo – ou, para usar a expressão mais conhecida, a 3.^a idade. Em geral, a idade média da reforma tem vindo a baixar, enquanto a esperança média de vida tem aumentado.

Isto significa que, por exemplo, um indivíduo reformado aos 60 anos de idade poderá ter à sua frente, em média, cerca de 8 000 dias de lazer – ou seja, mais de 20 anos –, o que significa quase tantos anos de existência na 3.^a idade como na 2.^a, dedicada à vida activa²¹.

Nos museus (e não só), deverá começar a pensar-se mais neste público-alvo tão significativo e numeroso, com características e necessidades próprias, às quais se deverá dar resposta adequada. Por exemplo, é provável que muitos dos idosos tenham menos tendência para o manuseamento de equipamento interactivo do que os jovens. Mas, em contrapartida, serão mais propensos a usufruírem do visionamento de vídeos, videogramas ou filmes, desde que, para tal, disponham de locais equipados e confortáveis.

4.2. A função educativa dos museus

É hoje geralmente admitido que os museus, devido ao seu grande potencial educativo, devem ser considerados instituições de educação, embora desempenhem também outras funções. Obviamente que nem tudo está esclarecido, pelo que a investigação, nesta área, deverá prosseguir. Assim, num artigo interessante, intitulado “Learning through the Science Museum” – já anteriormente citado²² –, os autores sublinham o seguinte: «Assumindo que as pessoas aprendem alguma coisa, quando efectuem breves visitas a museus, duas questões importantes ocorrem:

- o que é que elas aprendem?
- como é que aprendem?»

E prosseguem: «Em ordem a poder responder-se plenamente a estas questões, todo o museu necessita de tornar clara a sua filosofia e estratégia para a aprendizagem»²³.

Estas e outras questões exigem que, não só na concepção e montagem de exposições – permanentes ou temporárias – como nas múltiplas actividades desenvolvidas nos museus, se considerem, entre outros, os seguintes aspectos:

Que oportunidades de aprendizagem devem ser oferecidas ao visitante?

Que mensagem se deseja fazer passar e através de que meios?

²⁰ *Idem*, p. 31.

²¹ J. Revé, art. cit., *JEM*, n.º 149 1998, p. 32.

²² Ver supra, nota 15.

²³ *JEM*, n.º 15, 1994, p. 11.

Como avaliar se os objectivos almejados foram ou não atingidos?

De que tipo de aprendizagem se trata: conteúdos e/ou conceitos? Atitudes, comportamentos, procedimentos, princípios, valores?

As mudanças de comportamento, em contexto interactivo, são as mais fáceis de avaliar, mas também os outros aspectos deverão ser avaliados, por meio de instrumentos adequados. Por outro lado, alguns autores chamam a atenção para que o processo de avaliação contemple não apenas o imediato, mas também o médio ou mesmo o longo prazo, o que traz dificuldades acrescidas.

4.3. Recursos (humanos e materiais) a mobilizar

Do que tenho vindo a expor pode inferir-se:

- a) o mundo dos museus tem vindo a mudar profundamente, nas últimas décadas – no contexto da chamada nova museologia –, o que se tem repercutido na criação de novas instituições museológicas e na remodelação de outras;
- b) a diversidade de património – colecções, objectos, artefactos, etc. – e de museus, além de uma apetência crescente pelos bens culturais, induz a que os públicos dos museus se vão multiplicando, em quantidade mas também em qualidade;
- c) os museus, transformados em centros e pólos de cultura e de educação, devem adaptar-se às suas múltiplas funções, procurando responder, da melhor forma, às solicitações que, num mundo em permanente mudança, lhes são feitas;
- d) não poderá esquecer-se, todavia, que actuando os museus num mundo concorrencial – entre as chamadas indústrias da cultura e não só –, há que prestar uma especial atenção à forma como aqueles se relacionam com os públicos, com a comunidade, no sentido de lhes prestar melhores serviços, mas também de adquirir uma imagem mais positiva e apelativa; infelizmente, a imagem associada à conhecida expressão “parece um museu” – conotada com uma realidade estática, pouco atraente e nada motivadora – ainda espelha a concepção que alguns, até com responsabilidades acrescidas, têm da instituição.

Antes de finalizar, vejamos mais especificamente como é que o museu se relaciona com o exterior e que serviços e/ou profissionais se devem encarregar dessa tarefa. Há quem defenda que o museu deve, na sua totalidade, assumir a função educativa, com o envolvimento e empenho de todo o seu pessoal. Segundo esta perspectiva, conservadores e demais técnicos, entre outras funções, devem assumir também as de intermediários entre as colecções – ou os objectos – e os públicos, ou entre o museu e a comunidade.

Porém, outros autores entendem que, sobretudo em museus cuja escala, colecções e dimensão o justifiquem, deverão ter serviços especialmente dedicados a essa função – serviços ou departamentos de educação –, dotados de pessoal especializado e de meios adequados, pelos quais passa grande parte da relação com o exterior. Esta tem sido a solução seguida em grande parte dos museus mais actualizados e de maior prestígio.

Nestes casos, atribui-se ao educador de museu – com esta ou outra designação – uma categoria e dignidade similar à do conservador, o que se justifica, não só pelas importantes funções que tem a seu cargo, como pelo facto de possuir uma formação académica, inclusivamente a nível de pós-graduação, semelhante à daquele.

Nos Estados Unidos da América, onde se considerava, nos inícios dos anos 1980, que a educação em museus era uma disciplina muito nova, indicavam-se as seguintes actividades cometidas aos educadores de museus, que desempenhavam funções como as de:

- professores;
- escritores;
- “designers” de exposições;
- organizadores de planos curriculares;
- conferencistas;
- actores, etc²⁴.

Sem esquecer toda a colaboração que deve existir entre conservadores e educadores e outros profissionais – restauradores, arquitectos, técnicos de iluminação, especialistas em meios informáticos e outros –, a experiência tem levado a reservar para os conservadores, fundamentalmente, a preservação e o estudo dos objectos, atribuindo-se ao educador a sua interpretação e divulgação, perante o público, utilizando os meios julgados mais adequados para o efeito, de acordo com as circunstâncias.

Num artigo publicado em 1998, perspectivando-se as tendências para o futuro – no qual já entrámos –, mencionavam-se expressamente as seguintes:

- aprofundar a relação entre conservadores e educadores de museus;
- crescente necessidade de se atender à população escolar, mas também a outros públicos;
- aumento de oportunidades para que os museus se envolvam em programas de reconstituição histórica, também conhecidos como de “história ao vivo”;
- uso crescente das novas tecnologias²⁵.

Voltando à temática do educador de museu, trata-se de uma área na qual escasseiam os especialistas, não só em Portugal como em muitos outros países. Sendo um domínio relativamente novo, é necessário investir mais, tanto a nível da formação como da sua inclusão nos quadros profissionais das organizações museológicas.

O educador de museu, se devidamente formado – não só em determinada área científica, como nas ciências da comunicação e da educação, nas novas tecnologias da comunicação, nas relações humanas e no domínio de algumas línguas mais utilizadas –, contribuirá para o bom êxito das visitas e de outras actividades, bem como deverá superintender na elaboração de materiais didácticos, de tipo diverso.

Poderá também contribuir para a descoberta e o aproveitamento pedagógico da estória de cada objecto, ajudando assim também a motivar alguns tipos de público, aos quais a visita a um museu ainda não se afigura suficientemente aliciante.

5. Conclusão

Sucedem com os museus o que se verifica em diversos outros ramos de actividade. O respectivo desenvolvimento e especialização induzem a procura de novas respostas, mais eficientes e adequadas às realidades emergentes.

²⁴ *JEM*, n.º 4, 1983, p. 45.

²⁵ Peter Sarl, «A Director's view of the future of museum education», *JEM*, n.º 19, 1998, pp. 46-47.

A rápida evolução verificada – no discurso expositivo e na conservação, inclusive preventiva, nas condições de apresentação e comunicação, na promoção e no marketing, nas teorias da aprendizagem e nas características, necessidades e exigências dos públicos – aconselha a que se recorra a diversos tipos de profissionais.

As sinergias daí resultantes contribuirão para que os museus prestem melhores serviços, também do ponto de vista da educação que, como tenho vindo a expor, se transformou numa missão fulcral de toda a instituição museológica actualizada e receptiva à inovação.

(Página deixada propositadamente em branco)

14. O PATRIMÓNIO INDUSTRIAL NA HISTÓRIA LOCAL: CULTURA E DESENVOLVIMENTO*

1. Introdução

As questões sobre o património estão na ordem do dia. Com efeito, neste tempo já denominado “patrimonialista”¹, o património aparece como um dos novos territórios das ciências históricas, ao mesmo tempo que, ele próprio, se tornou objecto de estudo de várias disciplinas ou áreas do saber, designadas “ciências do património”.

De toda esta euforia à volta do património – relacionada com as rápidas transformações socioeconómicas e culturais, a mudança de paradigma associada ao pós-modernismo e, consequentemente, com certas crises identitárias – resultam, sobretudo, duas consequências: por um lado, o extraordinário alargamento do conceito de património; por outro, o entrosamento das questões patrimoniais com diversas outras, de carácter científico e pedagógico, estético, museológico, turístico e económico, para dar apenas alguns exemplos.

Num passado não muito distante – grosso modo, até meados do século XX –, o património cultural encontrava-se indissociavelmente ligado às grandes realizações artísticas e monumentais ou às ruínas arqueológicas. Entretanto, com a democratização da história e da própria cultura, além dos monumentos, religiosos e militares, começou a prestar-se atenção aos bens culturais e aos patrimónios mais diversificados, relacionados com o trabalho e a tecnologia, o quotidiano e o povo anónimo ou os sem voz, as comunicações, a produção e a distribuição de bens.

Assim, a exemplo do que já havia sucedido com a cultura – que passou a ser considerada na sua complexidade e variedade e, logo, na sua pluralidade –, também o termo património tem vindo a ser substituído por patrimónios.

* O presente texto, revisto e anotado, serviu de base à comunicação apresentada em Albufeira, em 27 de Outubro de 2006, nas IX Jornadas do Património do Algarve, sobre o tema “Arqueologia e Património Industrial”, promovidas pela Câmara Municipal de Albufeira. Foi também publicado nas respectivas actas.

¹ José Manuel Fernandes, *Arquitectura e indústria em Portugal no século XX*. Fotografia de António Homem Cardoso, [Lisboa], SECIL, 2003, p. 10.

Deste modo, podemos falar de património arquitectónico, urbano ou paisagístico – como consta da *Carta de Cracóvia* (2000) – ou, especificando um pouco mais, de diversos outros tipos de património, como, por exemplo: arqueológico e artístico, militar e religioso, literário e linguístico, científico e tecnológico, naval, gastronómico e folclórico, agrícola e industrial. Dado o tema destas jornadas, passo a considerar, essencialmente, este último.

2. Património Industrial: suas características e potencialidades

Muito se tem escrito e dito sobre o *património industrial*, acerca do qual nem sempre se verifica unanimidade de opiniões, desde logo quanto à respectiva definição. Para uns, trata-se dos vestígios materiais da Revolução Industrial ou, de forma mais lata, da industrialização. Nesse caso, o respectivo quadro temporal restringir-se-ia aos últimos dois séculos. Para outros, porém, o património industrial é constituído pelos testemunhos – tangíveis e intangíveis – do crescimento económico, pelo que o seu horizonte temporal se amplia substancialmente.

Partem desse princípio aqueles que distinguem a arqueologia clássica da arqueologia histórica, constituindo o património industrial, como objecto de estudo, um dos filões mais significativos de investigação desta última.

Como, ao invés do que sucede, por exemplo, com a história política – em que os cortes temporais podem corresponder, efectivamente, a realidades muito distintas –, ao tratar-se da evolução de tecnologia, saber-fazer, processos de trabalho e mesmo de representações, os marcos cronológicos são mais difíceis de estabelecer, mesmo devido à persistência ou até à sobreposição de muitos dos seus factores ou elementos, pelo que uma definição abrangente torna-se mais operacional.

Por isso, alguns autores entendem que a arqueologia industrial, ao estudar o respectivo património, é uma “arqueologia holística”, não havendo sequer necessidade de definir especificamente um determinado período, para enquadramento da investigação².

Deve notar-se, ainda, que o património industrial se caracteriza mais pela abrangência que pela exclusão, o que leva a que o seu estudo, salvaguarda e revalorização sejam temáticas eminentemente interdisciplinares, logo a carecerem de abordagens multifacetadas, por especialistas com formações e experiências de natureza diversa (entre outros, historiadores e arquitectos, arqueólogos, engenheiros e técnicos, museólogos e educadores).

Seria fastidioso enumerar aqui tudo o que integra o património industrial, objecto de estudo da arqueologia industrial. Por isso, limito-me a mencionar apenas algumas das suas grandes áreas.

Como foi recordado em publicação recente, «a UNESCO, que se converteu na maior garantia de salvaguarda deste legado histórico ao reconhecer o património industrial como parte integrante do património cultural, distingue quatro tipos diferentes: os

² Eleanor Conlin Casella e James Symonds (eds.), *Industrial Archaeology. Future directions*, Nova Iorque, Springer, 2005, p. 303.

lugares de produção, as minas, os meios de comunicação e os sítios de engenharia arqueológica»³ [ou, se se preferir, as obras públicas].

Embora os tipos referidos englobem o essencial, permito-me chamar a atenção para dois aspectos, que considero igualmente importantes. Assim, no que concerne aos lugares de produção – incluindo empresas, utensílios e maquinaria, meio envolvente e as próprias pessoas –, devem contemplar-se não só as fábricas e respectivos equipamentos, mas também as manufacturas, as oficinas e o *know-how* artesanal, como elementos importantes da memória e identidade das populações. Daí a importância que deve ser atribuída, por exemplo, a antigos lagares, moinhos, forjas, olarias, tanoarias, etc.

Além da primeira revolução industrial e das suas componentes principais – a máquina vapor, o carvão como combustível e as características chaminés –, também a Segunda e a Terceira Revolução Industrial nos oferecem um vasto campo de estudo. Quanto à segunda, destaco, por exemplo, as pequenas centrais eléctricas, da 1.^a geração; relativamente à Terceira Revolução Industrial, merecem atenção especial os equipamentos informáticos, no que toca à sua evolução, miniaturização e aumento exponencial da respectiva capacidade.

Por outro lado, além da produção – que tem sido privilegiada pelos estudiosos do património industrial –, há que prestar mais atenção à distribuição, ao consumo e a um vasto legado oriundo do sector secundário: mobiliário urbano, abastecimento de energia – a vapor, a gás e eléctrica – e de água, armazéns e lojas de comércio, escritórios e respectivo mobiliário e equipamento, farmácias antigas e mercados.

O antigo escritório da Nova Reguladora, em Vila Nova de Famalicão, ou uma farmácia histórica do século XVIII, bem no centro de Salzburgo, são exemplos dignos de referência.

Quanto às potencialidades do património industrial, elas derivam dos múltiplos valores do dito património que podem sintetizar-se do seguinte modo:

- *Historicidade*. Os elementos do património, além do seu valor próprio, são também documentos, testemunhos e suportes de memória. Como é sabido, a exclusividade do documento escrito, como fonte histórica, é um conceito ultrapassado.
- *Exemplaridade*. Na impossibilidade de preservar tudo, há que seleccionar o que foi mais característico e/ou que representou inovação no seu tempo ou, ainda, que fez parte de conjuntos mais vastos, do mesmo tipo.
- *Beleza*. Embora o gosto estético também se vá alterando com o devir histórico, muito do património industrial revela este valor.
- *Identidade*⁴. Muitas comunidades identificam-se com actividades nelas desenvolvidas, por vezes ao longo de décadas ou séculos, e com tudo o que lhes diga respeito, pelo que aquelas se apresentam como fortes elementos identitários. O dito património também tem, pois, um valor simbólico. Como facilmente se pode constatar, o desenvolvimento industrial de certos ramos em determinadas zonas do país – cortiça e conservas, têxtil de lanifícios e algodoeira, vidro e

³ Miguel Ángel Álvarez Areces (coord.), *Didáctica e interpretación del patrimonio industrial*, col. “Los Ojos de la memoria”, n.º 5, Gijón (Astúrias), Incuna/Asociación de Arqueología Industrial, 2005, p. 121.

⁴ *Idem*, p. 69.

cerâmica, entre outros – deixou profundas marcas na memória e na identidade das respectivas comunidades, ainda hoje patentes.

- *Económico*. A inventariação, o estudo, a interpretação, a salvaguarda e a reutilização do património industrial implicam investimentos – ou mesmo custos, em certos casos –, dos quais se poderão tirar as devidas contrapartidas, de forma controlada e razoável. Consequentemente, a questão económica não pode ser esquecida. É que, como defende justamente Xavier Greffe, o património tem, de facto, um valor económico⁵.

Mas, perguntar-se-á: já estará devidamente enraizada e interiorizada essa perspectiva de património industrial, de modo a que seja comum verem-se reconhecidos os diversos valores de que se reveste esse património?

Infelizmente a resposta é negativa. A educação/formação, não formal e mesmo formal – isto é, da responsabilidade da escola – não tem ajudado e, salvo raras excepções, continua a não ajudar.

Falta uma verdadeira educação patrimonial, devidamente organizada e sistematizada, com formação adequada dos professores e com estratégias pedagógicas e práticas escolares adequadas. Exceptuando alguns casos, as temáticas relativas ao património industrial estão ausentes dos programas e dos próprios manuais, nos diversos níveis de ensino.

Poderiam ao menos servir-nos de estímulo e modelo as experiências realizadas e em curso em Espanha, relatadas em obra recente (2005), intitulada *Didáctica e Interpretación del Patrimonio Industrial*⁶. Escasseia, também, sensibilidade, sem a qual continuaremos a assistir, impávidos e serenos, ao delapidar de um legado que, pelo menos moral e culturalmente, a todos nós pertence.

Resta-nos a consolação – se assim me posso exprimir – de constatar que não se trata de uma originalidade portuguesa. Conhecem-se as demolições paradigmáticas de Les Halles, em Paris (1970), ou da Euston Station, em Londres (1962), para não recuar a 1951/1952, quando foi demolido o nosso Palácio Cristal, no Porto.

Este havia sido inaugurado aquando da primeira Exposição Internacional da Península Ibérica, em 1865, constituindo um belo exemplar da arquitectura do ferro, construído apenas década e meia depois do famoso Crystal Palace de Londres. Este foi não só o centro nevrálgico da 1.^a Exposição Universal, como também serviu de modelo de inspiração para muitos edifícios congéneres, noutros países. Recordo, entre muitos outros, o pequeno mas gracioso palácio da cidade de Petrópolis, no Brasil.

Ainda mais recentemente, outras demolições se têm sucedido, em alguns casos com argumentos que revelam, além de falta de sensibilidade, uma enorme desactualização.

Em Coimbra, alguém com responsabilidade na autarquia justificava a demolição da chaminé da famosa Fábrica de Lanifícios de Santa Clara – edificada no antigo Convento de S. Francisco, cuja laboração, iniciada em 1888, se prolongaria por cerca de um século – ao facto de não lhe reconhecer valor estético.

Mas, argumento semelhante foi usado em Espanha (Biscaia), em 1979, aquando da demolição de uma fábrica, justificada do seguinte modo: «Não apresenta característica

⁵ Ver a obra do autor intitulada precisamente *La valeur économique du patrimoine. La demande et l'offre de monuments*, Paris, Anthropos, 1990.

⁶ Obra citada supra, nota 3.

alguma digna de nota, já que se trata de uma construção meramente funcional para o fim a que se destinava». A autora que dá este exemplo – Amaia Apraiz Sahagún – faz o seguinte comentário: «Se uma fábrica não pode ser mais que funcional para adaptar-se aos objectivos dos seus promotores, deveríamos averiguar se não foram outras as razões que levaram ao seu desaparecimento»⁷.

À preservação e valorização do património industrial são imprescindíveis, além da referida formação de pessoal competente e da sua inclusão nos programas e manuais escolares, a inventariação e a musealização.

Aquela constitui um ponto de partida essencial para se conhecer o que existe e, a partir daí, para se desencadear acções de estudo e aproveitamento desse mesmo património. Têm sido tomadas iniciativas esparsas, mas o assunto bem merecia que fossem levadas a cabo acções de âmbito nacional, devidamente preparadas e enquadradas, de modo a cobrir-se todo o território.

Em termos de inventário arqueológico industrial, ainda estamos longe do que se fez, por exemplo, relativamente ao inventário artístico. Mais uma vez, também sob este ponto de vista, o panorama internacional não se apresenta muito mais favorável. Com efeito, tomando como exemplo o caso francês, de 38 000 lugares protegidos, em 2005, os do património industrial ficavam-se apenas pelos 800⁸.

3. História local incompleta, sem a presença do Património Industrial

A história local é um domínio que oferece um vasto campo de investigação a profissionais, mas também a amadores. Tradicionalmente eram sobretudo estes que se lhe dedicavam, elaborando monografias e revelando fontes de grande utilidade. Nas últimas décadas, porém, também lhe têm sido dedicados trabalhos académicos, inclusive dissertações de mestrado e de doutoramento, para já não falar de trabalhos de menor fôlego.

De qualquer modo, tanto num caso como no outro, o património industrial, a história da indústria e do artesanato e a história das empresas não têm merecido a devida atenção. Os não profissionais – amadores, eruditos locais –, salvo raras excepções, ainda se encontram muito ligados à história tradicional, eminentemente factual, cronológica e política, privilegiando as elites políticas e militares, os monumentos religiosos e os vestígios arqueológicos mais antigos, esquecendo o trabalho, o quotidiano e, em geral, o passado mais próximo.

Por sua vez, para tema de dissertações seleccionam-se, com frequência, assuntos mais apelativos e abrangentes, que raramente incluem o referido património.

Mesmo aqueles que se têm dedicado à história local não têm realçado o papel importante que nela deve ter o estudo do património industrial. Não deixa de ser estranho que os investigadores portugueses, tão atentos às inovações da historiografia francesa, pouca atenção tenham prestado a um capítulo sucinto, publicado no *Guide*

⁷ *Idem*, p. 194.

⁸ *Idem*, p. 70.

de *l'Histoire Locale*⁹, já em 1990, dedicado precisamente ao património industrial, da autoria de Jean-Yves Andrieux. Este, pouco depois (1992), escreveu também um livro dedicado à temática¹⁰.

O autor, depois de constatar a dificuldade que, mesmo em França, se tem registado na integração do património industrial nos monumentos históricos, alude ainda à alteração das mentalidades, como revela a instalação do famoso Museu d'Orsay em Paris, numa antiga estação ferroviária, após a demolição do Mercado Central – Les Halles –, já anteriormente referida. Seguidamente foca alguns aspectos ainda hoje pertinentes, relativos à temática.

Assim, chama a atenção para a componente humana e social do património industrial, ao falar das “fábricas e dos homens”. A propósito, escreve: «Por trás das instalações e dos equipamentos, no coração das oficinas e das fábricas, poderá então encontrar-se, num momento ou noutro, a sombra do operário que os manobrava, do responsável que as dirige»¹¹. Como acentua, na mesma linha, um autor inglês (James Symonds), «devemos ocupar mais tempo a pensar nas pessoas, e menos a catalogar coisas»¹².

Na sequência e como resultado da inventariação do referido legado, saliente-se o interesse e a grande utilidade que adviria da elaboração de uma *carta arqueológica do património industrial*.

Recordo que em Inglaterra tem estado a ser realizado um interessante trabalho desse tipo – inventariação e cartografia dos monumentos e sítios industriais –, por áreas ou regiões.

O mesmo autor alerta ainda para a necessidade de se considerar o universo industrial como um todo, prestando-se atenção não apenas a um elemento específico, mas também ao respectivo enquadramento, interrogando, a propósito: «Que seria de uma fábrica sem o seu aprovisionamento em matérias-primas, suas vias de transporte, sua infra-estrutura energética (hidráulica, a vapor, eléctrica), as deslocações de mão-de-obra de uma empresa para outra?». E acrescenta: «Para exumar e autopsiar a materialidade de um sítio industrial, deve recorrer-se a uma leitura plural»¹³.

Metodologicamente dá ainda algumas sugestões que continuam actualizadas, tais como:

- A utilização do método regressivo (partindo do presente para o passado, pelo qual já Oliveira Martins manifestou algum apreço) ou do cronológico (também chamado “genealógico”, seguindo a linearidade da evolução);
- A definição de um quadro geográfico de pesquisa, como a bacia hidrográfica de um curso de água. Em França, foram efectuadas pesquisas, adoptando-se esta perspectiva;
- O recurso a diversos tipos de fontes, além das materiais (por exemplo: escritas e orais, oficiais e privadas, gravuras e fotografias, catálogos e anúncios publicitários);

⁹ Alain Croix e Didier Guyvarc'h (dir.), *Guide de l'Histoire Locale*, Paris, Ed. du Seuil, 1990, cap. 16, pp. 239-253.

¹⁰ Jean-Yves Andrieux, *Le patrimoine industriel*, col. «Que sais-je?», n.º 2657, Paris; PUF, 1992.

¹¹ Obra citada supra (nota 9), p. 240.

¹² E. C. Casella e J. Symonds (eds.), *op. cit.*, p. 37.

¹³ A. Croix e D. Guyvarc'h (dir.), *op. cit.*, p. 243.

- A importância de que se revestem os arquivos das empresas, “raízes vivas para uma história da indústria”, como enfatiza o autor¹⁴.

Como recomendação final, permito-me destacar o seguinte: numa altura em que a pequena escala volta a ser valorizada e em que se fala de micro-história, deverá ser feito um maior investimento na investigação da história das localidades, actualizando e reeditando monografias já publicadas ou promovendo a elaboração de novos trabalhos. Obviamente que, também neste campo, o papel dos municípios, das associações de defesa do património, dos museus e das escolas será da maior relevância.

Nesses estudos, é imperioso que se foquem novas temáticas, nomeadamente as que se referem ao património industrial, ao trabalho, à produção, ao abastecimento e aos equipamentos colectivos. Há que procurar esclarecer questões tão simples mas tão importantes para a qualidade de vida das pessoas, acerca das quais pouco se sabe, não obstante a sua proximidade temporal. Recordo alguns exemplos:

- abastecimento de água, gás – se tiver sido o caso – e de electricidade;
- mecanização das actividades agrícolas e da construção civil;
- modernização dos transportes e comunicações;
- introdução e difusão de electrodomésticos e suas repercussões, por exemplo, na libertação de mão-de-obra feminina, para actividades fora do lar;
- infra-estruturas e equipamentos de (fábricas, depósitos de água, mercados, estações ferroviárias, pontes, escolas, etc.).

4. Património e Cultura como alavancas do desenvolvimento

Como se disse já, segundo uma concepção lata de património industrial, o mesmo é bastante vasto e, não obstante os atentados de que tem sido alvo, muito continua a subsistir. Em Inglaterra – cujo pioneirismo na investigação e formação, nesta área, é bem conhecido –, considera-se que 70% do ambiente construído data da Revolução Industrial¹⁵.

A quase omnipresença do património industrial, além de poder suscitar alguns problemas – ao nível da selecção, da salvaguarda e da reutilização –, deve ser encarada como um repto, a exigir conhecimento, competências várias, imaginação e espírito empreendedor.

Com efeito, na impossibilidade de conservar tudo – as nossas cidades e vilas, se enveredássemos por esse caminho, transformar-se-iam essencialmente em museus de tipo armazém –, há que equacionar determinadas questões.

Assim, o que existe, em termos de património industrial, detectado e devidamente identificado através de um rigoroso processo de inventariação, só tem viabilidade de ser conservado se lhe for dada utilização, como que num segundo ciclo de vida da respectiva existência.

¹⁴ *Idem*, p. 246.

¹⁵ E. C. Casella e J. Symonds (dir.), *op. cit.*, p. 33.

Para isso, há que sublinhar, de forma clara e evidente, que se trata, de facto, de parte integrante do património cultural. Entre outras estratégias, nomeadamente as já referidas, de índole pedagógica, a própria sinalética, acompanhada de legendagem, pode desempenhar uma função importante. Atente-se no seguinte exemplo, que me parece muito elucidativo: «Em Buenos Aires, a direcção de Património do Governo Autónomo levou a cabo uma difusão patrimonial no Metropolitano de Buenos Aires, onde circulam milhões de pessoas diariamente, com grandes cartazes que mostravam o património tradicional (um palácio monumental do século XIX), junto a outro não tradicional (uma ponte de ferro), com a legenda: “Isto é património. Isto também é património”. Esta perspectiva abrangente e integradora também se manifestava na série de painéis com a legenda: “Conhece-los? Estão acima”, onde se mostravam imagens de bares, igrejas, fábricas [...], esculturas de ferro fundido e outros exemplos de valor patrimonial associados ao nome das distintas estações do metro [...]»¹⁶.

Entretanto, poder-se-á perguntar: o que fazer com o património industrial?

São várias as esferas onde aquele pode ser útil, das quais darei, em seguida, alguns exemplos.

Museologia. O património industrial pode ser musealizado, *in situ*, ou deslocado para museus (da técnica, da ciência e da indústria, ecomuseus, museus de certas actividades, como do vidro, da cerâmica ou do têxtil, etc.). Por vezes, edifícios industriais desactivados constituem eles próprios espaços excelentes para a instalação de museus, dos quais existem bons exemplos, em Portugal como no estrangeiro. O Museu da Electricidade e o Museu da Água, em Lisboa, o do Carro Eléctrico, no Porto, o Museu dos Lanifícios, na Covilhã, o Museu do Azeite, em Belmonte, o já referido Museu d’Orsay, em Paris ou a Tate Modern, em Londres, entre muitos outros, constituem exemplos bem conhecidos.

Este último, que desde a sua inauguração, em 2000, já recebeu vários milhões de visitantes, dentro em pouco vai sofrer uma profunda remodelação e ampliação, pelo que a sua capacidade será muito aumentada; tem condições excelentes para que na Sala das Turbinas, com um enorme pé direito, se possam expor esculturas ou outros objectos, de grandes dimensões.

Investigação e educação. A história da indústria e do artesanato, da tecnologia e das energias, dos métodos e das condições de trabalho, dos transportes e comunicações, da arquitectura e da construção civil, tem muito a ganhar se for feita com recurso às fontes materiais, isto é, ao património industrial. Por sua vez, o processo de ensino-aprendizagem de certas temáticas – industrialização, mecanização agrícola, consumo de massa e globalização, entre outras – poderá ser concretizado e tornado mais objectivo com a visita a estruturas, tecnologias e ambientes relacionados com aquelas.

Os responsáveis pelas escolas e os seus professores poderão prestar um serviço excelente à causa do património industrial se, nos circuitos das suas visitas de estudo, passarem a contemplar, mais frequentemente, monumentos/estruturas/objectos industriais.

¹⁶ Jorge D. Tartarine, «Gestión y enseñanza del patrimonio industrial: la experiencia iberoamericana», M. A. Álvarez Areces (coord.), *op. cit.*, p. 85.

Por exemplo, numa visita ao Mosteiro dos Jerónimos ou à Torre de Belém, por que não incluir também, no circuito, o Museu da Electricidade, na Central Tejo (ali bem perto), o Museu da Água, na Calçada dos Barbadinhos (na antiga estação elevatória, inaugurada em 1880), ou mesmo os lindos painéis de azulejo, na fachada da antiga Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego, na Av. Almirante Reis, em Lisboa?

Turismo cultural. Elementos do património industrial, devidamente estudados e tratados, podem transformar-se de objectos em produtos turísticos. O facto de a industrialização portuguesa se ter processado tardiamente e de forma lenta possibilitou que algumas tecnologias e unidades se mantivessem em uso até recentemente ou mesmo na actualidade, o que poderá facilitar a criação de circuitos de turismo cultural ou mesmo de turismo industrial.

A inclusão de determinados locais tradicionais – oficinas, fábricas, gasómetros/fábricas de gás, centrais eléctricas, complexos mineiros e mercados, entre muitos outros –, se possível em plena actividade, constitui um atractivo de monta, inclusive para turistas estrangeiros, pelo facto de se tratar de realidades já há muito desaparecidas em alguns dos seus países de origem.

Centros de interpretação. Embora estes se tenham desenvolvido mais no âmbito do património natural, também podem integrar o património industrial. Desde que bem concebidos, planificados e orientados, neles se podem associar elementos vários, a saber: território, recurso, comunicação, serviços, protecção e desenvolvimento¹⁷.

Actividade comercial. Determinadas estruturas, quando não puderem ser aproveitadas/reutilizadas para actividades culturais – museus ou bibliotecas, centros culturais, galerias de arte, serviços administrativos ou outros –, poderão ser usadas para actividades comerciais, inclusive de iniciativa privada, o que poderá viabilizar a sua preservação e manutenção, em boas condições. Os exemplos são muitos, uns mais e outros menos conhecidos: a Fábrica do Inglês, em Silves, no Algarve; a Estação ferroviária no Rossio, em Lisboa; ou um número considerável de empresas de restauração e lazer, nas tão atractivas e populares “frentes de água”, em Lisboa ou Buenos Aires, nas Docas de Londres ou nas de Liverpool.

Em qualquer dos casos, o importante é que se utilizem critérios adequados, tanto de valoração como de intervenção. Numa interessante proposta de plano integral de património industrial de Barcelona, disponível *online*, os autores apontam os seguintes critérios:

a) de valoração:

- memória colectiva;
- documento histórico;
- valor arquitectónico e urbanístico.

b) de intervenção:

- arquitectónico;

¹⁷ Marcelo Martín Giuglielmino «Interpretación del patrimonio y gestión de recursos culturales para el desarrollo del territorio», M. A. Álvarez Areces, *op. cit.*, p. 36.

- urbanístico e paisagístico, nestes casos em dois sentidos: consistência dos elementos fabris e de alojamento industrial num conjunto elegível; relações entre o património conservado e a renovação urbana¹⁸.

Em conclusão: se perspectivado de uma forma aberta e imaginativa, o património industrial (como o património cultural, em geral) deixa de constituir um encargo a suportar pela comunidade – para o legar aos vindouros, se possível inalterado mas sem dele desfrutar –, para se tornar numa mais-valia e num elemento dinâmico, a contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das respectivas populações.

¹⁸ Disponível em: <http://www.ub.es/gecrit/b3w-581.htm> (consulta efectuada em 2006-10-10).

15. INDUSTRIALIZAÇÃO E PATRIMÓNIO INDUSTRIAL: DESENVOLVIMENTO E CULTURA*

1. Introdução

A industrialização constitui um fenómeno histórico de grande relevância, que só encontra paralelo no advento da agricultura, no período do Neolítico (que, na Europa, se verificou entre 5 000 a. C. e 2 000 a. C.). A proximidade da industrialização, por um lado (trata-se de algo que apenas se concretizou nas últimas duas centúrias), e a sua natureza (uma vez que se relaciona com o mundo do trabalho e do quotidiano, das máquinas e dos produtos, por vezes pouco valorizado), por outro, contribuem para que, na investigação como na própria educação, não se lhe atribua o lugar que, efectivamente, merece.

Uma parte considerável das nossas vidas e do ambiente – social e paisagístico – que nos rodeia tem as suas raízes, directa ou indirectamente, na industrialização. Por exemplo, numa obra acabada de publicar, o autor afirma: «Tem sido estimado que uns 70% da nossa paisagem construída data do período da revolução industrial»¹.

Além disso, é difícil encontrar aspectos da nossa realidade em que aquela não tenha exercido ou não exerça alguma repercussão, desde a demografia aos sistemas de transporte e comunicações, do abastecimento de água e energia à alimentação, do vestuário ao alojamento, do quotidiano e do lazer à arte e à literatura, da higiene à medicina, da ciência à tecnologia, para dar apenas alguns exemplos. Como já foi notado, «os vestígios dos últimos 200 anos dominam hoje a paisagem»².

Na impossibilidade de analisar exaustivamente um processo histórico de tal envergadura e significado, vou apenas seleccionar alguns tópicos para reflexão, com vista a obter-se uma compreensão mais completa e abrangente do mesmo. Poderei acrescentar

* O presente texto, anotado, foi inicialmente apresentado ao VIII Curso de Verão da Ericeira, promovido pelo Instituto de Cultura Europeia e Atlântica – ICEA, no dia 21.07.2006, aguardando também publicação nas respectivas actas.

¹ Elianor Conlin e James Symonds (eds.), *Industrial Archaeology. Future Directions*, Nova Iorque, Springer, 2005, p. 33.

² *Idem*, p. 97.

outros aspectos ou aprofundar alguns dos focados sumariamente, no debate que se seguirá.

2. Realidade e conceitos

No último quartel do século XVIII, na Grã-Bretanha – e, em numerosos outros países, já nos séculos XIX e XX –, começou a operar-se uma profunda transformação socioeconómica e cultural que, paulatinamente, daria origem a um novo mundo. Este viria a ser muito diferente do que existia no Antigo Regime, designado, por Peter Laslett, como *O Mundo que nós perdemos*, título de uma das suas obras³.

O aproveitamento, de forma massiva e eficiente, da energia a vapor permitiu libertar a indústria dos condicionamentos geográficos impostos pelas energias tradicionais (hidráulica, eólica e das marés) e invadir as cidades e respectivos subúrbios, ao mesmo tempo que a máquina a vapor (patenteada por James Watt, na Grã-Bretanha, em 1769) possibilitou aumentar extraordinariamente a produção e a produtividade, com menor esforço humano e economia de mão-de-obra. Assim, estava aberto o caminho para:

- a exploração da indústria extractiva (hulha, ferro e outros minerais);
- o desenvolvimento do têxtil e de numerosos outros ramos industriais;
- a mecanização dos transportes (terrestres, através do comboio, e fluviais e marítimos, por meio do “vapor”);
- a produção em série e em grandes quantidades, com a consequente redução do preço unitário e a massificação do consumo.

Após esta primeira vaga, cujas inovações e respectiva difusão prevaleceram ao longo de cerca de um século, uma outra surgiu, nas últimas décadas de Oitocentos e inícios de Novecentos, com a electricidade, o motor de combustão interna, a exploração do petróleo e o crescimento da indústria química, com os seus reflexos em diversas actividades.

Mais recentemente, por meados do século passado – no pós-II Guerra Mundial –, entra-se numa nova fase, caracterizada pela energia nuclear, os progressos extraordinários nas telecomunicações e na aviação, as viagens interplanetárias e o *boom* informático, com as suas múltiplas aplicações e consequências.

Até aos inícios dos anos de 1970, o fenómeno acabado de sintetizar era geralmente classificado como Revolução Industrial que, de acordo com as fases também referidas, se teria registado segundo três etapas. Para acentuar as diferenças essenciais entre elas, alguns autores falavam mesmo de 1.^a, 2.^a e 3.^a Revolução Industrial.

Esta expressão, começada a usar já na década de 1830 – isto é, cerca de meio século depois do seu arranque –, só viria a popularizar-se após Arnold Toynbee ter publicado as suas famosas lições sobre o tema, em 1884.

Quase cem anos mais tarde, depois da edição de um número considerável de estudos sobre aquela e de a expressão ter sido acriticamente usada por investigadores, difundida no ensino e vulgarizada pelos manuais, começou a ganhar terreno a perspectiva segundo a qual o conceito de revolução industrial deveria ser usado com parcimónia, pois só

³ Peter Laslett, *O Mundo que nós perdemos* (trad. do Inglês), Lisboa, Edições Cosmos, 1975.

se adequava a realidades muito específicas, como a da Inglaterra, mas que não deveria ser aplicada a muitos outros países. As diferenças passam essencialmente pelo seguinte:

- a) intensidade e rapidez com que aquela se verificou (num período relativamente curto, de meio a três quartos de século);
- b) pelo próprio modelo adoptado. De facto, enquanto a revolução industrial inglesa se consolidou entre cerca de 1770 e 1850 – a qual teve como principais ingredientes a máquina a vapor, o carvão mineral (como combustível usado por aquela) e a indústria têxtil –, já em muitos outros países, incluindo Portugal, o processo foi muito mais lento – ao prolongar-se por mais de uma centúria – e verificou-se quase em simultâneo em diversos tipos de indústria, tendo a energia a vapor ocupado um lugar relativamente modesto⁴.

No que concerne ao caso português, os investigadores têm tido dificuldade em encontrar resposta plausível para estas duas perguntas:

- terá havido, em Portugal, uma revolução industrial?
- em caso afirmativo, em que período terá ocorrido?

Têm sido dadas diversas respostas, mas que estão longe de ser unânimes e, inclusive, convincentes.

Durante anos, ao considerar-se o *Dicionário de História de Portugal* (dir. por Joel Serrão) como uma espécie de “Bíblia” – sem pôr em causa, obviamente, o notável contributo desta obra para a renovação da historiografia portuguesa, no último meio século –, admitiu-se que a revolução industrial terá chegado a terras lusas com a máquina a vapor aplicada à indústria, o que, segundo então se supunha, teria ocorrido em 1835⁵.

Ora, sabemos-lo hoje, a introdução daquela não apenas se processou década e meia mais cedo (1820-1821) como, devido ao escasso número de máquinas introduzidas nas décadas imediatas (cerca de 70, entre 1820 e 1850), daí não se pode inferir ter-se dado, então, uma verdadeira revolução industrial.

Por outro lado e ao contrário do que por vezes é admitido, diferentemente do que se passou com o modelo britânico de revolução industrial, a primeira fase do desenvolvimento industrial, entre nós, ficou a dever-se muito mais à energia hidráulica que à do vapor. Provam-no, por exemplo, os casos dos lanifícios, na Covilhã e localidades da respectiva área, e da indústria algodoeira, no Vale do Ave, que, há algum tempo, tive o ensejo de estudar de perto e com alguma profundidade⁶.

Também investigações recentes, efectuadas noutros países ou áreas – por exemplo, da Irlanda e dos Estados Unidos da América –, sublinham esse aspecto, relativo à importância da força motriz hidráulica, nas primeiras fases do desenvolvimento das respectivas indústrias. A abundância de recursos hídricos e o aperfeiçoamento da

⁴ Acerca dos conceitos de revolução industrial e industrialização, ver o meu trabalho intitulado *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, pp. 20-25.

⁵ Joel Serrão, «VAPOR, MÁQUINA DE», Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 247.

⁶ José Amado Mendes, «A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional», José Amado Mendes e Isabel Maria Fernandes (coord.), *Património e Indústria no Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, Vila Nova de Famalicão, Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave – ADRAVE, 2002, pp. 12-37.

tecnologia – com destaque para a roda hidráulica, primeiro, e para a turbina, em seguida – ajudam a explicar o fenómeno.

Assim, para a maior parte das realidades de numerosos países, em vez de se falar de Revolução Industrial, é mais apropriado referir-mo-nos a *industrialização*. Trata-se de uma designação mais neutra e adequada, como já em 1970 era sugerido por especialistas, então reunidos em Lyon, num congresso sobre a temática.

Mas, em que consistiu, efectivamente, o processo da industrialização? Esta pode ser assim definida: «Um sistema de produção que envolve especialistas a tempo inteiro, trabalhando em fábricas que visam obter o máximo rendimento para os seus proprietários, que não produzem directamente»⁷.

Da industrialização – a qual, embora iniciada no sector secundário, veio depois a verificar-se também nos sectores primário e terciário – resultam numerosas consequências, umas positivas, outras negativas. Entre as primeiras contam-se:

- a abundância de produtos, a preços competitivos, o que permite o seu consumo generalizado;
- a melhoria das condições de vida, em domínios tão diversos como a alimentação, o vestuário, o calçado e a habitação;
- os electrodomésticos que possibilitaram aquilo a que já se chamou a “mecanização do lar”⁸;
- a comunicação e os transportes mais céleres e cómodos;
- o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, sem esquecer a medicina, a higiene e os equipamentos colectivos (energia, água, saneamento e abastecimento), para já não falar mais especificamente da cultura, em geral (cinema e televisão, teatro e literatura) e da arte, em particular.

Uma obra que viria a tornar-se clássica, intitulada *Arte e Revolução Industrial*, de Francis Klingender, termina assim: «Na nossa era nuclear deixa-se aos historiadores a tarefa de fixar com exactidão as proezas da era do ferro, do carvão e do vapor e dos grandes artistas que se interessaram pelas suas imagens»⁹.

Mas, como diz o povo, não há bela sem senão! A industrialização também tem vindo a contribuir, por exemplo, para a exploração exagerada de recursos naturais, o aumento da poluição, a degradação do ambiente e o desaparecimento de belas paisagens naturais. São também conhecidas as deficientes condições laborais dos operários, em particular na sua primeira fase.

Ainda acerca de conceitos, recordo os seguintes, cada um deles com o seu significado e a sua história: *indústria* (que, até ao século XIX, tinha uma acepção mais lata), *oficina*, *manufatura* (nos seus dois sentidos) e *fábrica*¹⁰.

⁷ E. Conlin e J. Symonds (eds.), *op. cit.*, p. 7.

⁸ O assunto foi analisado por S. Giedion, *La mécanisation au pouvoir. Contribution à l'histoire anonyme*, t. III: *La mécanisation a la maison* (trad. do Inglês), Paris, Centre Georges Pompidou/CCI, 1980.

⁹ Francis D. Klingender, *Arte y Revolución Industrial* (trad. do Inglês), Madrid, Ed. Cátedra, 1983, p. 289.

¹⁰ J. Amado Mendes, *op. cit.*, pp. 16-25.

3. Património industrial, subproduto da industrialização, mas não só

O processo industrializador vai deixando as suas marcas ou vestígios materiais que, ao contrário do que se possa imaginar, são dotados de significativas potencialidades.

Em primeiro lugar, trata-se de testemunhos ou fontes históricas que ajudam a compreender melhor a história do homem e das sociedades. Tradicionalmente, o historiador contentava-se com a exploração dos documentos escritos – de preferência manuscritos e inéditos –, que considerava como fontes praticamente exclusivas.

Essa perspectiva levava, inclusive, a que se identificasse a História com a própria existência de fontes escritas, o que induzia a classificar o período precedente como Pré-História, ou seja, à letra, antes da História. Todavia, com o dealbar da chamada *nova história* – pelos anos de 1930 –, a atenção dos investigadores começou a voltar-se também para novos tipos de fontes, em sintonia com o alerta lançado por Lucien Febvre, ao afirmar: «A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se, sem documentos escritos, se estes não existem [...] Com palavras. Com sinais. Com paisagens e telhas. Com as formas dos campos e as ervas más. Com os eclipses da lua e a maneira de ordenhar as ovelhas. Com o exame das pedras pelos geólogos e a análise das espadas de metal pelos químicos. Numa palavra, *com tudo aquilo que depende do homem, serve para o homem, significa a presença, a actividade, os gostos e a maneira de ser do homem*»¹¹.

No que à história da indústria diz respeito, mais premente se torna aquela recomendação. De facto, muito do que se relaciona com o trabalho manual – que, nas antigas civilizações grega e romana, era reservado à mão-de-obra escrava – ou mecânico, não passa pela documentação escrita ou, se passa, esta muitas vezes é inutilizada, logo que deixa de ser económica e funcionalmente útil. Há muito a fazer neste domínio para preservar, sempre que possível, os arquivos empresariais, imprescindíveis para o desenvolvimento da História das Empresas, domínio que continua em franco desenvolvimento¹².

Deste modo, para se estudar a transformação das matérias-primas, as infra-estruturas relativas à produção, às comunicações e ao abastecimento, mesmo em presença de fontes escritas, iconográficas ou orais, não podemos deixar de prestar atenção às evidências materiais: antigas fábricas, bairros operários ou habitações de patrões e pessoal dirigente, máquinas e utensílios, material circulante e estações ferroviárias, pontes e viadutos, mercados, estações elevatórias e depósitos de água, centrais eléctricas, electrodomésticos, produtos ou respectivos moldes, moinhos hidráulicos, eólicos e de maré, lagares de azeite ou de vinho, oficinas de natureza diversa, etc.

Naturalmente que a análise destas fontes não nos dispensa a consulta de outras, como as dos arquivos empresariais, a imprensa local, a documentação oficial, em

¹¹ *Apud* M.^a Biel e Francisco J. Jiménez (coords.), *Património Industrial en la Provincia de Zaragoza. Valdejalón*, Zaragoza, Confederación de Empresários de Zaragoza/Institución Fernando el Católico/Diputación de Zaragoza, 2005, p. 10 (itálico meu).

¹² Ver, por exemplo: Mário Cerutti (coord.), *Empresas y grupos empresariales en América Latina, España y Portugal*, Monterrey (México), Universidad Autónoma de Nuevo León/Universidad de Alicante, 2006; José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe (coord.), *Estudos do Século XX*, n.º 4: *Empresas e Empresários*, 2004.

arquivos governamentais ou municipais e esse manancial de informação, que é o dos livros notariais.

Acrescente-se, porém, que os vestígios materiais da industrialização não têm somente um valor de testemunho ou de prova, útil ao investigador. Têm ainda um valor em si mesmos, pois trata-se de uma parte muito significativa do nosso património cultural, designadamente de património industrial.

A exemplo da revolução verificada no âmbito da história – com a sua democratização e a perda do carácter eminentemente factual, cronológico, político e militar –, também a noção de património tem vindo a sofrer uma profunda transformação.

Por um lado, o conceito adquiriu uma maior abrangência, deixando de se circunscrever, como aconteceu até meados do século XX, ao religioso, ao militar e aos monumentos arqueológicos de épocas antigas. Assim, deixou de fazer sentido falar-se em património cultural em sentido restrito, para passar a considerar-se uma variada gama de patrimónios culturais ou, se se preferir, parcelas integrantes do património cultural, considerado no seu conjunto.

De facto, são bem conhecidas expressões como as seguintes: património edificado e património natural; património artístico e património linguístico; património arqueológico e património militar; património religioso, património naval e património agrícola, património mineiro e património industrial.

Ou seja, em vez de se tratar de um noção estática e definitiva, estamos face a um conceito dinâmico, histórico por natureza e que, por isso mesmo, vai evoluindo consoante a época e os próprios condicionalismos históricos.

Por outro lado, tem vindo a ganhar força uma nova concepção de património, tanto no que se refere ao seu valor (histórico, estético, de uso, económico, identitário, alicerce de memória, etc.) como à sua utilidade e aproveitamento.

Entende-se actualmente – e bem, do meu ponto de vista –, que não compete ao homem apenas preservar o património cultural e transmiti-lo, se possível inalterado, aos vindouros. Pelo contrário, temos a obrigação de o estudar e preservar, sem dúvida, mas devemos também estar atentos aos “novos territórios do património” – expressão muito usada por autores franceses – que, entretanto, têm surgido em períodos mais recentes e, bem assim, valorizar e reutilizar esse mesmo património, colocando-o ao serviço das comunidades e melhorando, também por essa via, o seu bem-estar e qualidade de vida.

Assim entendido, o património cultural, longe de constituir um fardo ou um encargo, difícil de suportar, torna-se um recurso, uma mais-valia, disponível para quem saiba e deseje aproveitá-la.

4. O património industrial como factor de desenvolvimento e meio de cultura

Em sentido genérico, o património industrial, como realidade, é quase tão antigo como o próprio homem, pois desde há milénios que este transforma as matérias-primas e que, dessa actividade, resultaram vestígios. Contudo, do ponto de vista conceptual, o percurso é mais curto e concentra-se, essencialmente, no último século.

De facto, até meados do século XX – que podemos considerar como uma espécie de pré-história do património –, ficaram-nos:

- a inovadora proposta de Sousa Viterbo, em 1896, para que se adoptasse a designação de arqueologia industrial (uma vez que também se falava da arqueologia da arte)¹³;
- e os estudos de alguns investigadores – em número muito escasso, diga-se de passagem – que se interessaram pelo património industrial.

Foi, porém, no pós-segundo conflito mundial – anos de 1950-60 – que se lançaram, verdadeiramente, as bases da arqueologia industrial e a valorização do seu objecto, ou seja, do património industrial¹⁴. Paulatinamente, constituíram-se associações de defesa desse património, efectuou-se investigação, criaram-se revistas especializadas e publicaram-se obras.

Um pouco mais tarde, aquela área começou a entrar na Universidade – com a criação de disciplinas e cursos e a apresentação de dissertações de mestrado e de doutoramento –, ainda que com reticências, da parte de alguns. No que me diz respeito – se me é permitida a referência –, foi por minha iniciativa que a Arqueologia Industrial começou a ser leccionada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, há mais de duas décadas (1986-1987), o que tem vindo a suceder sem interrupção e prossegue, em nossos dias.

Para esse despertar de investigadores, de docentes e da comunidade, em geral, para as potencialidades do referido património contribuíram, por exemplo:

- a já referida democratização da história, que permitiu recuperar, para a “agenda da investigação”, assuntos até então ignorados (o trabalho, o lazer, o quotidiano, a vida privada e, socialmente, os anónimos, os sem voz, os marginais e os grupos minoritários);
- as vastas destruições efectuadas no contexto da II Guerra Mundial e a conseqüente necessidade de reconstrução;
- o rápido crescimento económico que então se verificou, nos já chamados “30 anos de ouro do século XX” (1950-1980) e a inerente “destruição criadora”, usando a conhecida expressão de J. Schumpeter;
- o já mencionado alargamento do conceito de património e a consciência de que, precisamente quando se entrava numa nova fase da industrialização e se tornava possível estudar devidamente as duas anteriores, estavam a ser destruídos testemunhos importantes e, em certos casos, até monumentos industriais célebres (o nosso Palácio Cristal, no Porto, Les Halles, em Paris, e a Euston Station, em Londres, são apenas alguns dos exemplos mais conhecidos).

Como se deduz do que acabo de expor, o património e uma das suas vertentes mais dinâmicas – o património e a arqueologia industrial – encontram-se actualmente

¹³ Francisco Marques Sousa Viterbo, «Arqueologia industrial portuguesa. Os moinhos», *O Archeologo Português*, vol. II, números 8 e 9, 1896.

¹⁴ Entre diversos outros estudos sobre a temática, além do já citado anteriormente (nota 1), apenas referencio, a título de exemplo, os seguintes: Laura Faustini, Elisa Guidi e Massimo Misisi (coords.), *Archeologia Industriale. Metodologie di recupero e fruizione del bene industriale. Atti del Convegno (Prato, 16-17 giugno 2000)*, Folença, Ed. Edifir, 2001; José Amado Mendes, «Novas metodologias em História Económica. A Arqueologia Industrial», *Revista Portuguesa de História*, t. XXX, 1995, pp. 3-70.

no centro da cultura contemporânea¹⁵. Uma investigadora da temática, Kate Clark, reportando-se aos valores do património, enumera os seguintes:

- fonte de aprendizagem;
- recurso social que envolve pessoas;
- parte do ambiente;
- algo que contribui para o desenvolvimento da economia;
- faz a ligação ao desenvolvimento sustentável;
- não interessa apenas aos especialistas¹⁶.

Atendendo à importância do património e aos valores que hoje lhe são atribuídos, não surpreende que ele esteja presente em muitas circunstâncias e situações, relacionadas com a pesquisa e a educação, a memória e a identidade das populações, o planeamento urbanístico e cultural e o desenvolvimento.

4.1. Investigação e educação patrimonial

A história e a historiografia estão em permanente revisão, perante novas perspectivas, metodologias ou testemunhos. Por tal motivo, a história geral e, muito particularmente, a história local necessitam de ser reequacionadas à luz de novos contributos, nomeadamente da arqueologia industrial.

Com efeito, as monografias locais, salvo raras excepções, não contemplam a realidade industrial ou mesmo os aspectos relacionados com a distribuição e o consumo. Todavia, estes e outros aspectos estão bem presentes na memória das pessoas e fazem parte da sua identidade. Daí tornar-se imperioso que os estudos da história local incluam mais frequentemente tópicos como as actividades produtivas, os sistemas e meios de transporte e comunicações, o abastecimento – não só de produtos como de água, gás e electricidade – e o consumo.

Por sua vez, as novas vertentes do património, com destaque para o património industrial, devem penetrar mais sistematicamente nos programas escolares e estar presentes no processo de ensino-aprendizagem, o que ainda só raramente acontece.

Quantas vezes se organizam visitas de estudo a monumentos tradicionais – sobejamente conhecidos e ícones da nossa história e cultura –, mas se ignoram outros que, apesar de se encontrarem bem próximo e acessíveis, ainda não foram interiorizados como peças integrantes do património cultural.

Para ser mais preciso, defendo que numa visita a Lisboa, por exemplo, além do Mosteiro dos Jerónimos, do Padrão das Descobertas, do Museu dos Coches ou do Museu Nacional de Arte Antiga, também merecem ser apreciados o Museu da Electricidade, na Central Tejo, o Museu da Água, na antiga Estação Elevatória dos Barbadinhos, o Aqueduto das Águas Livres e a Mãe de Água. Mais exemplos poderiam ser dados, para outras localidades, do país ou mesmo estrangeiras.

Devem aproveitar-se as oportunidades para ir sensibilizando os alunos – de todas as idades, claro, pois cada vez se valoriza mais a educação ao longo da vida –, para

¹⁵ Obra referenciada na nota 1, p. 40.

¹⁶ *Idem*, pp. 96-97.

os já mencionados novos territórios do património, para que, muito do que está em vias de ser destruído ou ignorado, possa ainda ser valorizado e aproveitado, em favor de todos e, sobretudo, das comunidades locais.

Ensinaram-nos a apreciar e a respeitar certo tipo de monumentos (espólio arqueológico, castelos e igrejas medievais, obras de arte de autores célebres), mas não nos sensibilizaram para os monumentos de outras épocas, nomeadamente mais recentes (fábricas com suas antigas chaminés, máquinas de vários tipos, centrais elevatórias e eléctricas ou locomotivas a vapor). Contudo, são estes, e não aqueles, que melhor representam a história dos últimos dois séculos ou, como vimos antes, da industrialização. Um autor já chamou às fábricas as *catedrais da época contemporânea*.

4.2. O património ao serviço do desenvolvimento ou a ainda difícil relação entre cultura e economia

Numa sociedade elitista e defensora de uma concepção de Cultura e não de culturas, não fazia muito sentido falar da vertente económica do património. Na actualidade, porém, isso faz todo o sentido, pois há uma consciência mais apurada dos direitos de cada um e da necessidade de gerir bem os recursos – públicos ou privados – que, como é sabido, são sempre escassos.

Como a desindustrialização de vastas áreas, outrora muito desenvolvidas, deixou espaços e sítios desactivados, há que saber reutilizar muitos deles, dando-lhes como que uma “segunda vida” e valorizando-os, cultural e economicamente.

Com o espaço que o turismo cultural tem vindo a conquistar, há que diversificar a oferta dos locais ou sítios a visitar e integrar, harmoniosamente e com imaginação, o património histórico nas condições e na realidade actual.

Nem se trata, sequer, de inventar novos procedimentos, mas tão-só de levar a cabo um maior número e iniciativas semelhantes a outras já ensaiadas.

Por essa via, tem sido salvaguardado património industrial que, doutro modo, estaria destinado a ser demolido ou, no mínimo, a permanecer de pé apenas devido à inércia ou ao desinteresse dos responsáveis.

Muitos exemplos poderiam ser dados, mas os seguintes parecem-me suficientes, além dos já referidos Museus da Electricidade e da Água, em Lisboa; o Museu do Carro Eléctrico, no Porto; o Museu dos Lanifícios, na Covilhã; o Centro Cultural de Aveiro, na antiga Fábrica de Cerâmica Jerónimo Pereira Campos; a musealização do Moinho de Maré de Corroios, no Seixal; o Museu Ferroviário das Delícias, em Madrid, numa antiga estação ferroviária; o Tate Modern, em Londres, um dos museus mais famosos do Mundo, numa antiga central termoeléctrica¹⁷.

¹⁷ Como instituição museológica de extraordinário sucesso (já que «no ano passado, a Tate fez 4,1 milhões de visitantes, quando foi desenhada para receber apenas 1,8 milhões»), vai ser brevemente intervencionada com um acréscimo de grande valor estético e museológico, o qual aumentará o seu tamanho em 60% (Isabel Salema, «Nova Tate é uma “montanha de vidro” aberta a Londres», *Público*, de 27 de Julho de 2006, p. 25).

Antes de concluir, poder-se-á perguntar: que fazer, para mudar mentalidades e comportamentos?

Entre outras medidas a tomar, as seguintes parecem-se fundamentais:

- *Educação*. Contemplar mais significativamente o património industrial nas actividades de investigação e lectivas. Enquanto os programas não o proporcionarem, de forma satisfatória, ao menos que se utilize a chamada “porta de serviço”, como se sugeria em Inglaterra, já nos anos de 1960. Aquela consiste em aproveitar as oportunidades oferecidas pelos programas em certas rubricas – revolução industrial, revolução agrícola e revolução dos transportes, desenvolvimento dos transportes e comunicações, comercialização e distribuição de bens, entre outras –, para chamar a atenção dos alunos para os monumentos industriais existentes na área das respectivas escolas.
- *Inventário*. Que se proceda a inventários, rigorosos e metodologicamente actualizados, com vista a conhecer-se o que existe, para posterior estudo, investigação e eventual reutilização. Por exemplo, acaba de ser publicado um interessante inventário de uma parte da Província de Saragoça, em Espanha¹⁸; também na Grã-Bretanha têm sido publicados inventários do género¹⁹. Enquanto não for possível inventariar o património industrial em todo o país, pelo menos que se tomem iniciativas – ou que se prossigam outras, já em curso –, por concelho, freguesia ou mesmo localidade.
- *Intervenção de especialistas*. Não obstante a escassez de recursos humanos nesta área, há toda a vantagem em integrar técnicos, com conhecimento e sensibilidade no que toca ao dito património industrial, em equipas multidisciplinares, constituídas por engenheiros, arquitectos, arqueólogos, museólogos, juristas, etc. Em meu entender, há que institucionalizar, como prática habitual, aquilo que, embora timidamente, já vai sendo efectuado por certas organizações.

¹⁸ Citado *supra*, nota 11.

¹⁹ Veja-se o seguinte exemplo: Derek Bayliss (ed.), *A Guide to the Industrial History of South Yorkshire*, Londres, Association of Industrial Archaeology, 1995.

16. VALORES DO(S) PATRIMÓNIO(S):
VERTENTES PEDAGÓGICA E TURÍSTICA*

1. Introdução

As questões relacionadas com o património estão na ordem do dia, podendo mesmo falar-se de uma certa “patrimonialização” da nossa cultura, no contexto pós-moderno ou pós-industrial em que nos encontramos. Como interpretar esta quase omnipresença do património que, em última análise, tem dado origem ao aparecimento de novas áreas de investigação e ensino, denominadas precisamente *ciências do património*?

Em primeiro lugar, isso deve-se à importância de que aquele se reveste para cada comunidade e, inclusive, individualmente, para cada um de nós. Como recorda Umberto Eco, «é a memória do passado que nos diz porque somos aquilo que somos e nos confere a nossa identidade»¹.

Embora reportando-se ao património, em geral, e não ao património cultural, em particular, o sociólogo francês Jacques Capdeville constatou – na sua tese de doutoramento, publicada em 1986 – a estreita ligação que os franceses têm ao património, sublinhando: «A perspectiva da constituição e transmissão de um património suscita sempre um fascínio tão forte na França de hoje [1986] como na de Balzac, um fascínio quase unânime, a julgar pela ligação dos franceses à herança: 79% de entre eles são, com efeito, favoráveis àquela, enquanto apenas 4% se lhe opõem».

Dá a conclusão tirada pelo autor: «a posse de um património constitui um fio unificador da classe média», acrescentando: «nem oficialmente sagrado, nem exclusivamente profano, o fetichismo do património prospera entre os dois»².

Além do valor intrínseco do património, ele está também associado a outras realidades igualmente significativas, entre as quais se podem referir as seguintes:

* O texto que ora se publica, revisto e anotado, serviu de base à comunicação apresentada em Bragança (24.11.2006), ao II Seminário Internacional da Região de Bragança/Zamora, organizado pelo Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE, o qual será também divulgado nas respectivas actas.

¹ Francesca Tugores e Rosa Planas, *Introducción al patrimonio cultural*, Gijón (Astúrias), Ed. Trea, 2006, p. 17.

² Jacques Capdeville, *O fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986, p. 371.

origens/raízes, história, memória, testemunho e, ainda, como fonte de informação, portador de símbolos, factor de identidade e objecto de recordação. Assim perspectivado, as origens da realidade subjacente ao conceito de património remontam às do próprio homem.

Consequentemente, não surpreende que já se tenha sublinhado o poder mágico do património, que transcende as barreiras do tempo e do gosto³.

2. Património: dinâmica de um conceito

O conceito de património tem, ele próprio, a sua história. Não sendo possível desenvolver aqui, minuciosamente, a sua evolução, recorro apenas alguns traços mais significativos dessa evolução⁴. Até finais do século XVIII, o património circunscreveu-se ao meio familiar e, bem assim, ao privado.

Tratava-se, tal como no tempo da Roma Antiga, do legado que era transmitido de pais a filhos. Com a Revolução Francesa, o património passou a adquirir, também, um significado colectivo, isto é, o de “testemunho da história da nação”⁵. Foi também pela mesma altura (1790) que surgiu em França, pela primeira vez, a expressão “monumento histórico”⁶. Todavia, a generalização do seu uso, nos dicionários, só viria a verificar-se já na segunda metade do século XIX⁷.

Esta nova acepção do referido conceito viria a reflectir-se, já na centúria de Oitocentos, na afirmação do Estado-Nação e do nacionalismo, bem como na criação e/ou desenvolvimento de alguns dos grandes museus nacionais, símbolos e instrumentos de afirmação do poder no contexto internacional, destinados exactamente a albergar e a expor o dito património, de índole eminentemente nacional.

Já no século passado, sobretudo a partir da II Guerra Mundial, passou a generalizar-se o conceito de *património cultural*⁸, o qual praticamente fez esquecer o seu sentido inicial de herança e posse de bens materiais, de tal modo que, mesmo sem se especificar, a maior parte das vezes que se fala em *património* é, de facto, de *património cultural* que se trata.

Essa quase hegemonia do património cultural deveu-se a vários factores, sendo os mais relevantes:

- a) a democratização da sociedade, da cultura e da própria história;

³ *Idem*, p. 371.

⁴ Pode obter-se uma perspectiva mais desenvolvida do assunto em Paulo Oliveira Ramos, *A Princesinha branca e esbelta e o Dragão negro e rotundo. Um estudo de História do Património de Lisboa. 1888-Anos 50*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003 (Dis. de Doutoramento em Ciências Humanas e Sociais, Ramo História, mimeog.), pp. 26-76 (cap. I – “*Praeterita*. Para um genealogia dos estudos patrimoniais”).

⁵ Dominique Audrerie, *La notion et la protection du patrimoine*, col. «Que sais-je?», n.º 3304, Paris, PUF, 1997, p. 15.

⁶ J.-P. Babelon e A. Chastel, *La notion de patrimoine*, Paris, Ed. Liana Levi, 1994, p. 71.

⁷ Françoise Choay, *A alegoria do património* (trad. do francês), Lisboa, Ed. 70, 2000, p. 23.

⁸ F. Tugores e R. Planas, *op. cit.*, p. 9.

- b) o alargamento do conceito de património cultural (que deixou de contemplar apenas as Belas Artes, o político, o militar, o religioso e o muito antigo, para se estender ao quotidiano, ao trabalho, aos sem voz, à ciência e à tecnologia); desse alargamento resultou, também, a sua multiplicação, pelo que hoje, em vez de património, será mais correcto falar-se de *patrimónios* (exemplos: património artístico, literário e linguístico; material e imaterial; tecnológico e científico; industrial, agrícola e naval; gastronómico e folclórico);
- c) as rápidas transformações desencadeadas pelas novas tecnologias, no âmbito da chamada 3.^a Revolução Industrial ou 3.^a vaga da industrialização.

Tal como havia sucedido com o dealbar da 1.^a Revolução Industrial, em finais de Setecentos – que provocara «uma ruptura traumática no tempo»⁹ –, também na segunda metade do século XX se assistiu a um rápido acelerar da história e à superação da modernidade pela pós-modernidade.

Com o avançar daquilo a que Schumpeter chamou “destruição criadora” e da própria globalização – uma e outra conducentes ao apagar de especificidades, que são também traços indeléveis de culturas e civilizações –, movimentos de sinal contrário têm mobilizado energias e recursos, para que se evitem perdas significativas e se dê um futuro condigno ao que resta do passado.

E, se é verdade que já não podemos fazer reviver o “mundo que nós perdemos”, como lhe chamou Peter Laslett¹⁰, ao menos que salvaguardemos e usufruamos dos bens culturais que dele nos ficaram.

3. Património e valores: que relação?

A questão dos valores, longe de ser algo do passado, continua a mobilizar atenções em nossos dias e, por certo, acompanhará sempre a evolução da Humanidade. Assim, ao estudar-se e reflectir-se sobre o património, não é possível deixar de lado a problemática dos valores que lhe estão associados.

Consequentemente, além do valor cultural do património – evidente e, durante um longo período, o único a ser enfatizado –, hoje tornou-se comum equacionarem-se diversos tipos de valores, relacionados com o dito património.

Todavia, à medida que tem vindo a reconhecer-se que existem valores patrimoniais, ou seja, que o património contém ou veicula valores, há também quem defenda que os valores, longe de serem inerentes ao património, são projectados pelo homem sobre aquele.

Assim, a exemplo do próprio conceito de património, que passa pela transmissão de mensagens culturais e que é, por isso mesmo, uma *construção cultural*¹¹, também acerca da problemática dos valores já se afirmou que eles «são sempre atribuídos: o património não os tem, adquire-os quando os grupos humanos os projectam sobre ele»¹².

⁹ F. Choay, *op. cit.*, p. 118.

¹⁰ Peter Laslett, *O Mundo que nós perdemos* (trad. do inglês), Lisboa, Ed. Cosmos, 1975.

¹¹ E. Tugores e R. Planas, *op. cit.*, p. 19.

¹² Roser Calaf e Olaia Fontal (cords.), *Miradas al patrimonio*, Gijón (Astúrias), Ed. Trea, 2006, pp. 18-19.

Ultrapassando esse problema sobre a característica dos valores e da sua relação com o património, se lhe são inerentes ou nele projectados pela comunidade – embora se trate de uma questão interessante para debate, do ponto de vista teórico –, o que se pode sublinhar é que há um conjunto de valores que, geralmente, se podem associar ao património. Genericamente, aos tradicionais valores de uso e de troca, deve acrescentar-se o de valores-símbolos, como defendem J.-P. Babelon e A. Castel¹³.

Porém, de forma mais analítica, outros valores estão ligados ao património, entre os quais se encontram os seguintes:

- artístico;
- estético;
- nacional;
- cognitivo;
- simbólico;
- social;
- económico;
- educativo;
- turístico¹⁴.

Muito haveria para dizer relativamente a cada um dos referidos valores. Não sendo possível, no presente capítulo, desenvolver o assunto, apenas farei uma breve referência ao antepenúltimo e algumas considerações mais desenvolvidas sobre os dois últimos.

Quanto àquele – valor económico do património –, são de útil leitura dois trabalhos de Xavier Greffe, intitulados *La valeur économique du patrimoine* e *La gestion du patrimoine culturel*¹⁵. Ao contrário de uma opinião tradicional muito em voga até há pouco e ainda não completamente erradicada – segundo a qual, ao tratar-se do património cultural, devido à sua natureza, não se deverem equacionar questões económicas –, o autor francês, com formação em economia mas também estudioso das chamadas *indústrias da cultura*, salienta os laços que ligam o património à economia.

Ainda que de forma telegráfica, recorda-se que essa ligação se faz por duas vias. Por um lado, a inventariação, o estudo, a salvaguarda, a valorização e a reutilização dos bens culturais implicam a mobilização de recursos, humanos e materiais, que poderão traduzir-se em custo ou em investimento, consoante as estratégias concebidas e postas em prática, a jusante desse processo.

Por outro lado, um cuidado e bem programado processo de reutilização e valorização desse património é susceptível de se traduzir em mais-valias, pelo retorno que poderá trazer às entidades promotoras e às próprias comunidades.

Entre muitos outros exemplos que poderiam ser aduzidos, apenas recordo:

- a reabilitação e dinamização socioeconómica e cultural de Bilbao, graças ao Museu Guggenheim e a outras iniciativas ali levadas a cabo, no âmbito do património;

¹³ *Op. cit.*, p. 106.

¹⁴ F. Choay, *op. cit.*, p. 98; Xavier Greffe, *La gestion du patrimoine culturel*, Paris, Ed. Anthropos, 1999, pp. 51-52.

¹⁵ Paris, Ed. Anthropos, publicados em 1990 e 1999, respectivamente.

- a dinâmica criada nas chamadas “frentes de água”, por esse mundo fora – Londres, Liverpool, Lisboa ou Buenos Aires, entre outras –, com a reutilização de património industrial até então desactivado e ao abandono;
- a instalação de museus em antigas estruturas industriais, dos transportes ou da produção de gás, de abastecimento de água ou de electricidade, desactivadas, como a Tate Modern, em Londres, o Museu d’Orsay, em Paris ou os Museus da Água e da Electricidade, em Lisboa.

4. O Património na Educação

Têm sido destacadas, por diversos autores, as potencialidades pedagógicas do património, ainda não suficientemente aproveitadas. Como salientam Francesca Tugores e Rosa Planas, em livro recentemente vindo a lume: «O valor pedagógico do património materializa-se em experiências passadas e conhecimentos que se adquiriram no passado e que são utilizados no presente. Daí o princípio aceite de que as sociedades que desconhecem o seu passado estão condenadas a repeti-lo. De facto, esta será a intenção de muitas sociedades que se iniciaram no coleccionismo: olhar para o passado com o objectivo de aprender com ele»¹⁶.

A presença do património na educação pode processar-se em diversos contextos: *formal* (escolas dos diversos níveis de ensino), *não formal* (museus, arquivos, bibliotecas e centros culturais) e *informal* (comunicação social, Internet, conversas ocasionais, etc.).

No que concerne à escola, o recurso mais frequente aos bens culturais/ /património constitui um importante meio de consolidação e concretização no processo ensino-aprendizagem – tornando-o menos livresco e mais vivo –, no que toca a várias disciplinas ou domínios do saber (exemplos: história, história da arte e arqueologia; geografia, etnologia e sociologia; arquitectura e engenharia, disciplinas ministradas em cursos artísticos e técnicos e, obviamente, nas diversas ciências do património).

O próprio novo paradigma sociocultural em emergência é favorável à valorização do património em ambiente escolar. Segundo já foi devidamente salientado, «estamos a passar de uma idade de construção e aquisição para outra de preservação ou de apreciação»¹⁷.

Para além do papel do património na formação do gosto estético e para a obtenção de um melhor conhecimento do evoluir histórico das sociedades, também na formação profissional poderá ocupar um lugar de relevo. A propósito, lembra François Choay, na sua conhecida obra, *A alegoria do património*, especificando aquilo a que chama “propedêutica do património”: «Não tendo agora por objectivo a conservação de um património que possui, enquanto tal, um interesse apenas relativo e limitado, mas antes a *conservação da nossa capacidade de lhe dar continuação e de o substituir*, essa propedêutica exigiria repensar e restaurar inteiramente a totalidade das nossas práticas actuais do património. Ela ordenaria a partir daí as modalidades da sua visita, o tratamento do seu restauro ou a aproximação da sua reutilização, que procuraria generalizar

¹⁶ *Introducción al patrimonio* (citado supra, nota 1), p. 20.

¹⁷ J.-P. Babelo e A. Chastel, *op. cit.*, p. 107.

e privilegiar em relação à sua musealização. Enfim, essa propedêutica do património encontraria pela primeira vez o seu lugar na escola, reencontraria um lugar, desde há muito perdido, nas escolas profissionais e conduziria à reactualização de actividades artesanais múltiplas»¹⁸.

Para que na actividade pedagógica o património, além de objecto de estudo, com a mesma “dignidade” que tantos outros, constitua um recurso didáctico da maior utilidade, é necessário tomar diversas medidas, que passam, por exemplo, pela formação adequada de docentes, em educação patrimonial, e pela integração do dito património, com o peso que lhe é devido, nos próprios programas das disciplinas.

Estas e outras medidas ultrapassam, regra geral, a capacidade de intervenção dos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino e dos respectivos professores. Todavia, há outras mais simples e de possível execução imediata, desde que haja boa vontade e competências para tal. Atentemos em dois exemplos:

- a) Nas visitas de estudo, devidamente preparadas, devem contemplar-se vários tipos de património, sensibilizando os alunos para bens culturais de natureza diversa: desde obras de arte, igrejas, castelos medievais e museus, a antigas oficinas ou fábricas, eventualmente já desactivadas a antigos moinhos ou lagares, a estações ferroviárias e a centrais eléctricas, para dar apenas alguns exemplos. Recordo a campanha levada a cabo no Metropolitano de Buenos Aires, ao apresentarem-se imagens do património cultural mais comum – lado a lado com o tradicional –, seguidas desta afirmação: «Isto também é património!». Muitas vezes, a proximidade e acessibilidade de alguns destes bens culturais podem oferecer vantagens acrescidas, para que se promovam as respectivas visitas.
- b) Em estudos/trabalhos a realizar pelos alunos, deverão ser contemplados aqueles e outros tipos de património, sempre que possível relacionados com rubricas ou tópicos dos programas das disciplinas. Além de conhecimentos e competências a adquirir no âmbito da educação patrimonial, torna-se urgente induzir os alunos a interiorizarem duas ideias-chave, ainda não muito divulgadas: a do conceito actual de património, muito mais abrangente que o tradicional; e a da sensibilidade para a identificação, estudo e salvaguarda dos elementos patrimoniais que, independentemente do seu estatuto jurídico, fazem parte do legado colectivo e, portanto, são pertença de todos nós.

Como se deduz do exposto, o património tem um lugar insubstituível na educação. Em obra acabada de publicar em Espanha, pelas edições Trea – *Miradas al patrimonio* –, pode ler-se: «O património cultural, devidamente comunicado, deverá constituir um elemento-chave para a formação integral da pessoa, para o seu desenvolvimento emocional, e um elemento propiciador da interacção e coesão social»¹⁹.

Também não é despendianda uma outra característica de que se reveste o património cultural: a íntima relação que, no seu âmbito, se verifica entre a teoria e a prática²⁰.

¹⁸ F. Choay, *op. cit.*, pp. 224-225.

¹⁹ *Op. cit.*, p. 274.

²⁰ *Idem*, pp. 218 e 220.

5. O Património: passaporte para o desenvolvimento?

O enunciado desta alínea foi-me inspirado por título análogo de uma obra de Manuel de Kadat, publicada pela Oxford University Press (1976), *Tourism: Passport to development?*

Os inícios do turismo, como actividade organizada, remontam apenas aos finais do século XIX. Contudo, o seu incremento foi de tal ordem e atingiu uma escala tão elevada que se transformou num dos sectores de maior impacto social e económico do nosso tempo.

Ao tornar-se um fenómeno de massas, movimenta recursos humanos e económicos consideráveis, mas nem sempre satisfaz aqueles que desejam um turismo mais exigente e enriquecedor, do ponto de vista cultural e humano, geralmente baptizado *turismo cultural*. Este encontra-se vinculado à sociedade do ócio²¹.

Ora, como é sabido, a marca distintiva deste é, precisamente, a de integrar bens culturais, transformando objectos ou instituições – monumentos, sítios, museus – em *produtos turístico-culturais*. Torna-se necessário, pois, «completar o turismo dominante por um outro modo de turismo, fundado na valorização do património»²².

Embora ainda não suficientemente contemplado pelos operadores e responsáveis pelo turismo, o seu desenvolvimento é manifesto e tudo leva a crer que continuará em alta nos próximos tempos. Contribuem para isso:

- a) o aumento do nível cultural, da escolaridade e da exigência das populações;
- b) o crescimento da longevidade e a melhoria do respectivo nível de vida. Segundo Xavier Greffe, «55% dos turistas [em França] envolvem-se numa ou em várias práticas culturais durante as suas férias, o que traduz uma motivação muito forte»²³.

Esta nova realidade exige que se passe a dedicar mais atenção ao fenómeno e que se invista mais substancialmente na formação de agentes qualificados, aos quais deverá ser dada formação mais aprofundada e diversificada, no que concerne às ciências do património.

As rotas e os circuitos turísticos deverão tornar-se mais culturais, integrando maior número de elementos culturais e naturais, para dar resposta adequada às exigências de novos públicos que já não se contentam com o chamado “turismo de sol e praia” ou com as visitas às catedrais de consumo/centros comerciais.

Na obra já citada, *Miradas al patrimonio*, sublinha-se o seguinte: «A crescente importância que está a adquirir o chamado turismo cultural e a mobilidade da população, em aumento contínuo, impõe que os guias turísticos estejam cada vez mais preparados, pois a formação que muita gente leva dos lugares visitados depende da visão que os guias lhes hajam proporcionado»²⁴.

Ente os factores a ter em conta estão os da multiplicidade e diversidade do património, por um lado, e as múltiplas interpretações de que o património é susceptível,

²¹ R. Calaf e O. Fontal (coords.), *Miradas al Patrimonio*, p. 206.

²² X. Greffe, *La gestion du patrimoine culturel*, p. 19.

²³ *Idem*, p. 15.

²⁴ R. Calaf e O. Fontal (coords.), *op. cit.*, p. 311.

por outro. A esse propósito, acrescenta-se na obra citada: «Em primeiro lugar deve ter-se em conta que não existe um ponto de vista único, mas que a realidade tem muitas leituras»²⁵.

O desenvolvimento do turismo cultural, além das vantagens que traz a quem o pratica – visto proporcionar novas vivências e contactos e diferentes situações de aprendizagem/formação –, constitui igualmente um bom contributo para o desenvolvimento dos países, das regiões e localidades. Permite criar postos de trabalho e dinamizar sectores como, por exemplo, o dos transportes, da hotelaria e da restauração ou mesmo a comercialização dos respectivos produtos típicos.

Relativamente ao património, a sua utilização turística, em princípio, permitirá a sua melhor preservação, já que o seu pior inimigo é o abandono²⁶. A propósito, recorda Gabriel Alomar Esteve: «O pior inimigo, o inimigo fundamental e origem dos restantes, é o abandono. Quando um monumento fica abandonado, pode considera-se como perdido»²⁷.

Aquela utilização possibilitará, igualmente, efectuar obras de conservação e restauro, com o resultado da cobrança de ingressos, da venda de produtos ou do fornecimento de serviços pagos. Em certos casos, sobretudo quando se tratar de número excessivo de visitas, poderá também verificar-se alguma degradação do património, competindo aos seus gestores/responsáveis estar atentos e tomar as medidas julgadas mais adequadas para evitar ou minorar os danos.

Conclusão

O património, não obstante as suas raízes longínquas, continua a interessar as pessoas, em nossos dias. Mais recente, a noção de *património cultural*, com pouco mais de meio século, sobrepôs-se ao conceito tradicional, por se ter vulgarizado de forma muito significativa.

A multiplicidade de valores inerentes ao património ou sobre ele projectados faz com que esteja associado a muitas problemáticas, iniciativas e instituições. Assim, o património está presente quando falamos, por exemplo, de requalificação urbana, restauro e conservação de monumentos; reutilização de antigas estruturas, museologia e respectivo acervo; ensino-aprendizagem e formação; investigação histórica, turismo cultural, desenvolvimento (a nível nacional, regional e local), etc.

De acordo com o tema em epígrafe, foram sublinhadas as potencialidades pedagógicas e turísticas do património. Assim, defendeu-se que nas actividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas, como na oferta turística, se conceda um lugar de maior destaque ao património cultural, com evidentes vantagens educativas, culturais, sociais e económicas.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Apud* F. Tugores e R. Planas, *Introducción al patrimonio cultural*, p. 83.

²⁷ F. Tugores e R. Planas, *op. cit.*, p. 311.

Bibliografia

- AUDRERIE, Dominique, *La notion et la protection du patrimoine*, col. «Que sais-je?», n.º 3304, Paris, PUF, 1997.
- BABELON, J.-P. e CHASTEL, A., *La notion de patrimoine*, Paris, Ed. Liana Levi, 1994.
- CALAF, Roser e FONTAL, Olaia (coords.), *Miradas al patrimonio*, Guijón (Asturias), Ed. Trea, 2006.
- CAPDEVILLE, Jacques, *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Presses de la Fondation National des Sciences Politiques, 1986.
- CHOAY, Françoise, *A alegoria do património* (trad. do francês), Lisboa, Ed. 70, 2000.
- GREFF, Xavier, *La valeur économique du patrimoine*, Paris, Ed. Anthropos, 1990.
- GREFF, Xavier, *La gestion du patrimoine culturel*, Paris, Ed. Anthropos, 1999.
- LASLETT, Peter, *O Mundo que nós perdemos* (trad. do inglês), Lisboa, Ed. Cosmos, 1975.
- RAMOS, Paulo Oliveira, *A Princesinha branca e esbelta e o Dragão negro e rotundo. Um estudo de História do Património de Lisboa. 1888-Anos 50*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003 (Dis. de Doutoramento em Ciências Humanas e Sociais, Ramo História, mimeog.).
- TUGORES, Francesca e PLANAS, Rosa, *Introducción al patrimonio cultural*, Gijón (Asturias), Ed. Trea, 2006.

(Página deixada propositadamente em branco)

17. REQUALIFICAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO: FACTOR DE IDENTIDADE, EM PROL DO DESENVOLVIMENTO*

1. Introdução

As questões relacionadas com o património – no sentido de *património cultural*, como aqui será usado – continuam a merecer reflexão e estudo, por vários motivos. Em primeiro lugar, pela abrangência que o conceito tem vindo a adquirir, a qual aconselha que, em vez de património, se fale de patrimónios (artístico, literário, arqueológico, histórico, gastronómico, folclórico, industrial, científico, tecnológico, etc.). Em segundo, pelas estreitas relações daquele com aspectos que dizem muito a todos nós, desde as raízes à identidade, da memória à história, da cultura à tradição. Finalmente, pelo valor do próprio património, o qual não se restringe ao cultural e à evocação histórica, podendo tornar-se inclusive instrumental, como factor de desenvolvimento, ao serviço do homem e da sociedade.

Segundo esta perspectiva, o património não constituirá um encargo, a suportar penosamente, mas sim um recurso que, por isso mesmo, deve merecer redobrada atenção.

Como exemplos podem apontar-se os museus, lugares privilegiados de salvaguarda, estudo e divulgação do património, os diversos tipos dos chamados “lugares de memória” e o turismo cultural, alicerçado no património.

2. Património Arquitectónico, Património Cultural

Património é um conceito dinâmico e eminentemente histórico, pelo que a sua significação tem variado ao longo dos tempos. Como nota D. Poulot: «Longe de se

* O presente texto, anotado, foi inicialmente apresentado em Bragança (21.06.2004), ao Seminário Internacional sobre “O Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Zamora”, promovido pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/Diputación Provincial de Zamora/AMTFNT – Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano e foi também publicado nas respectivas *Actas*, pp. 27-37.

resumir a uma transmissão pura e simples, o sentido do património inscreve-se, em cada momento, num contexto de interpretação. Assim, ele testemunha, através da sua defesa [...], a evolução das mentalidades e das culturas»¹.

Até há cerca de meio século, uma noção de património, algo elitista e restritiva, induzia a que apenas certo tipo de edifícios/estruturas fossem considerados património ou, pelo menos, dignos de estudo e preservação. Por exemplo: teatros, anfiteatros ou pontes romanas, castelos, catedrais ou igrejas medievais, edifícios nobres ou ligados a eventos militares, culturais ou administrativos de certo relevo.

Entretanto, assim como a história e a cultura se foram democratizando, também a noção de património se alargou, ao ponto de nele já se incluírem:

- a) objectos ou “coisas banais” (como lhes chama Daniel Roche);
- b) estruturas utilizadas no quotidiano, equipamentos colectivos e seus vestígios;
- c) veículos antigos ou electrodomésticos, para dar somente alguns exemplos.

Assim, aos critérios tradicionais de classificação do património arquitectónico – eminentemente estéticos e, logo, “datados” ou, em alguns casos, imbuídos de uma certa carga histórica –, outros se juntaram, nomeadamente os relacionados com o seu valor testemunhal e portador de informação, de uso, de utilidade social e até mesmo económico. Recordem-se, a propósito, os estudos de X. Greffe² e de J. Ballart³.

Esta nova perspectiva de património – a qual, infelizmente, ainda não se encontra verdadeiramente interiorizada e enraizada nas mentalidades, por deficiências educativas e de formação – permite recuperar, para o âmbito daquele, um sem número de edifícios/estruturas/monumentos, ao mesmo tempo que alarga substancialmente o campo de acção e a responsabilidade de investigadores e de técnicos (engenheiros, arquitectos, historiadores, arqueólogos, etc.), políticos, autarcas promotores do desenvolvimento e operadores turísticos.

Na sequência de experiências acumuladas e pesquisas efectuadas, quer através de intervenções de salvaguarda, restauro e reabilitação, quer de investigação histórica e divulgação dos resultados – em bibliografia e revistas especializadas –, tem sido dedicada atenção especial aos seguintes tipos de património: engenharia civil e património industrial.

No primeiro caso, recorro a série publicada na Grã-Bretanha, por áreas geográficas – a qual já conta com vários volumes –, precisamente intitulada *Civil Engineering Heritage*⁴. Trata-se de inventários/roteiros dos diversos géneros de estruturas (ou seus vestígios), incluindo pontes e canais, fábricas e centrais eléctricas, moinhos hidráulicos e eólicos, casas de habitação e instalações de exploração mineira.

Recorde-se que também nos Açores têm vindo a realizar-se levantamentos semelhantes, encontrando-se já contemplado o património arquitectónico de várias ilhas⁵. Por

¹ Dominique Poulot, *Musée, nation, patrimoine. 1789-1815*, França, Ed. Gallimard, 1997, p. 36 (Como nas restantes citações, a partir de obras em língua estrangeira, a tradução é da minha responsabilidade).

² Xavier Greffe, *La valeur économique du patrimoine. La demande et l'offre de monuments*, Paris, Anthropos, 1990.

³ Josep Ballart, *El patrimoni històric i arqueològic: valor y uso*, Barcelona, Ed. Ariel, 1997.

⁴ Entre os trabalhos publicados, sob o título genérico *Civil Engineering Heritage*, contam-se os seguintes (todos eles editados em Londres, pela Thomas Telford): *Wales & Western England* (1986); *Southern England* (1994); *Eastern & Central England* (1994).

⁵ Ver, por exemplo: Jorge A. Paulus Bruno (coord.), *Lages Pico. Inventário do Património Móvel dos Açores*, Lages, Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal das Lages, 2000; *Madalena Pico. Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Madalena, Direcção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Madalena, 2001.

sua vez, J. Appleton, em publicação recente, adoptou critério análogo, ao contemplar a arquitectura comum, o mesmo sucedendo com Luísa Trindade, num estudo sobre a arquitectura doméstica de Coimbra⁶.

Mais significativos têm sido, contudo, os progressos alcançados no âmbito do património industrial, graças à criação, estruturação e reforço de uma nova disciplina, a partir dos anos 1950, a Arqueologia Industrial, tendo o património industrial como objecto⁷.

Através de um movimento de carácter internacional, ao qual tem aderido um número considerável de países, muitos edifícios antigos têm sido estudados, restaurados e reutilizados, constituindo alguns deles verdadeiras atracções culturais e turísticas⁸. A Tate Modern, em Londres, instalada junto ao Tamisa, numa antiga central termoeléctrica – que, desde a sua inauguração, em 2000, já recebeu milhões de visitantes –, o Museu do Carro Eléctrico, no Porto e o Museu da Electricidade, em Lisboa, também instalados em antigas centrais eléctricas ou o Museu da Água Manuel da Maia, igualmente em Lisboa, localizado na antiga estação elevatória dos Barbadinhos, constituem exemplos bem sucedidos de requalificação de edifícios do âmbito do património industrial.

O sucesso e os resultados alcançados induziram a dilatar o período cronológico a contemplar. Com efeito, após uma fase inicial – na qual pontuaram autores ingleses –, em que alguns investigadores defendiam a tese segundo a qual só deveriam ser estudadas as evidências materiais da 1.ª Revolução Industrial, novas perspectivas foram adoptadas, passando a abranger-se o antes – isto é, os séculos da pré e da proto-industrialização – e o depois, ou seja, as 2.ª e 3.ª Revoluções Industriais. Consequentemente, edifícios e equipamentos de manufacturas, oficinas artesanais, explorações mineiras e seu enquadramento ou, de época mais recente, estruturas e tecnologias desactivadas e obsoletas merecem ser estudadas e preservadas.

3. Salvaguarda e requalificação do património arquitectónico

O ideal seria que conhecêssemos exactamente os diversos tipos de património arquitectónico existente – à luz dos critérios anteriormente referidos –, a respectiva localização, qual o seu estado de conservação e as medidas de intervenção de que carece. Tratando-se de uma tarefa ciclópica e dificilmente exequível, pelo menos no curto prazo, há que prosseguir e intervir, no que já se conhece e mereça ser considerado.

De acordo com o referido, as fronteiras cronológicas, também neste domínio, tendem a esbater-se. De qualquer modo, como não se pode – nem sequer seria vantajoso – preservar tudo, torna-se necessário fazer opções. Nesse sentido se pronuncia o autor

⁶ Luísa Trindade, *A casa corrente em Coimbra dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna*, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

⁷ Emory L. Kemp (ed.), *Industrial Archaeology: Techniques*, Florida, Krieger Publishing Company Malabar, 1996.

⁸ Pode ver-se um conjunto notável e diversificado desse tipo de estruturas na obra: Assumpció Feliu Torres (coord.), *Cien elementos del Patrimonio Industrial en Cataluña*, Barcelona, Lunwerg Editores/Associació del Museu de la Ciència i de la Tècnica i d'Arqueologia Industrial de Catalunya, 2002.

já citado – João Appleton –, ao contemplar, no seu estudo, os edifícios antigos, ou seja, aqueles que têm pelo menos 50 anos de existência (que considera o tempo médio esperado para a vida de um edifício). Segundo o autor: «Edifício antigo é aquele que foi construído antes do advento do betão armado como material estrutural dominante, ou seja, antes do aparecimento do cimento Portland, recorrendo portanto a materiais e tecnologias tradicionais para a construção dos diferentes elementos construtivos, materiais e técnicas que têm origem quase perdida no tempo, mas que foi herdada, e nem sempre bem compreendida e aplicada, da tradição romana de construir»⁹. Obviamente que o referido critério não poderá ser impeditivo do estudo de edifícios de data posterior, quando o seu interesse e características assim o justificarem.

Por exemplo, a própria introdução e difusão das estruturas em betão, em Portugal – não obstante alguns contributos já dados por um ou outro investigador¹⁰– carecem ainda de investigação mais aprofundada, a qual só pode ser concretizada através do estudo empírico daquelas estruturas. Isto para não falar de outras realidades, como a evolução da chamada habitação social, ao longo do século XX, e da progressiva utilização de novos materiais.

Mas, poder-se-á perguntar: qual o interesse em estudar os edifícios antigos? Sobre o assunto, já foi sublinhado: «O estudo dos edifícios antigos apresenta um interesse crescente, dada a evidente importância que tem vindo a ser atribuída à conservação do património construído, entendido de forma muito mais geral do que a simples visão conservacionista de monumentos e edifícios públicos de grande importância. Aceita-se hoje, cada vez com mais clareza, que esse património engloba, de forma marcante, não só os edifícios monumentais — palácios, igrejas, castelos, conventos —, mas também os *edifícios habitacionais, industriais e comerciais* que, isoladamente ou, ainda mais, em conjunto, ajudam a entender e a representar as formas como ao longo do tempo o homem se organizou, viveu e trabalhou, talvez até de forma mais marcante do que o que sucede com os monumentos individualizados que, por vezes, não são mais do que expressões individuais de eventos singulares na época. Estes edifícios, que se identificam em tantas cidades e vilas com os chamados centros históricos, são geralmente mal conhecidos, já que até há bem pouco tempo a atenção de investigadores, arquitectos, engenheiros, historiadores e arqueólogos, entre outros, se dirigia especialmente para os já referidos edifícios especiais e monumentos, cujas intervenções se consideram mais marcantes e mais valiosas do ponto de vista curricular¹¹».

Como é defendido por certos autores, as ciências do património, ao invés da história – pelo menos segundo uma óptica tradicional que está, ela também, em fase de mudança –, podem considerar-se ciências aplicadas. Daí que o estudo dos edifícios antigos, além de não dever ser desligado de posteriores intervenções de reabilitação, restauro ou requalificação, deva, inclusive, servir-lhes de fundamento e de bússola orientadora. Por isso, deverão ser equacionados diversos tipos de questões, a exigirem

⁹ J. Appleton, *op. cit.*, p. 2.

¹⁰ É o caso de Joaquim C. S. Viseu, *História do Betão Armado em Portugal (Incluindo a história do betão pré-esforçado). Técnicos relevantes. Obras conhecidas. Regulamentos principais*, Lisboa, Associação Técnica da Indústria do Cimento, 1993.

¹¹ J. Appleton, *op. cit.*, pp. 1-2 (itálico meu).

colaboração interdisciplinar e o contributo de saberes de especialistas de várias áreas. Entre outras destacam-se:

- a fundamentação/justificação da acção a desenvolver;
- o grau e modelo da intervenção a efectuar;
- o modo, as técnicas e os materiais a utilizar¹².

Não sendo possível focar, aqui, estes tópicos com a profundidade que mereciam – não só pela escassez do tempo, mas também pelo seu carácter técnico e especializado que ultrapassa, obviamente, a minha competência em tal matéria –, apenas farei breves considerações.

Dada a falta de sensibilidade e a deficiente formação, em questões patrimoniais, de decisores, responsáveis e outros intervenientes no processo de requalificação de determinada estrutura – cuja responsabilidade passa, inclusive, pela formação ministrada nos cursos de Arquitectura e de Engenharia – e os próprios interesses, mesmo especulativos, frequentemente em jogo, torna-se necessário fundamentar muito bem as propostas a efectuar, evidenciando os diversos critérios em que as mesmas se baseiam. Assim – e como já foi recordado anteriormente –, além do critério estético, há que invocar:

- a) o valor histórico, documental e identitário do edifício;
- b) a sua função como “lugar de memória”;
- c) e como elemento útil à comunidade que dele deverá usufruir.

Com efeito, o património arquitectónico – como, aliás, o património cultural, de um modo geral –, além do respectivo valor histórico e cultural, tem igualmente um valor económico e um valor de uso.

Recorrendo a um exemplo concreto, quando alguém, com responsabilidades a nível autárquico, manda demolir a chaminé de uma fábrica centenária, de referência no seu ramo, argumentando que «nunca lhe tinha reconhecido valor estético», deve recordar-se-lhe duas coisas muito simples:

- em primeiro lugar, que o valor estético não é o único – e, muitas vezes, nem sequer é o principal – a ter em conta;
- em segundo, dada a natureza do belo e do estético, com o carácter de subjectividade e até de temporalidade que lhes é inerente, ninguém está em condições de os definir e impor a terceiros, sobretudo quando se trata de salvar ou de demolir património histórico.

Outro argumento que, por vezes, é usado, prende-se com as vantagens – ou desvantagens – económicas, em optar por salvaguardar e requalificar ou por construir de novo. Aqui há que considerar vários aspectos, designadamente: as características e o estado em que se encontra o edifício; os objectivos a que o mesmo se destina, naquela que vai ser, pelo menos, a sua segunda vida; o programa a adoptar. Este pode passar, entre outras, pelas seguintes soluções:

- a) alterações mínimas, quando a estrutura existente ofereça condições de fácil adaptação à sua nova funcionalidade;

¹² Ver também, sobre o assunto, o meu artigo intitulado «Um nova perspectiva sobre o património cultural: preservação e requalificação de instalações industriais», *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 2000, pp. 197-212, bem como a bibliografia aí referenciada, também inserto na presente obra (ponto 10).

- b) a manutenção do invólucro, ou seja, das paredes exteriores, com a criação de novos espaços e condições no interior;
- c) ou, segundo uma solução minimalista – ainda que discutível –, preservar apenas a fachada principal, mantendo somente a aparência mais visível.

Recorde-se que um dos efeitos positivos – que, embora possa ser considerado secundário, nem por isso é despreciado – das referidas soluções consiste em impedir, de modo indirecto, a adopção de outras soluções construtivas de raiz, eventualmente com volumetrias e características completamente desadequadas ao respectivo local.

Todavia, mesmo colocando a tónica no critério económico, torna-se desnecessário desmistificar a ideia de que será “mais barato demolir e construir de novo”. A propósito, lembra João Appleton: «Se num edifício antigo a reabilitação pressupõe a integração e o aproveitamento do edifício, isso significa que há um conjunto importante de elementos de construção já executados, fundações, paredes estruturais, pavimentos, etc. e que poderão ser mantidos. Assim, naturalmente, a quantidade de materiais a aplicar de novo é sempre muito menor do que os que seriam necessários num edifício novo com características idênticas; por isso, será de esperar que o custo da reabilitação seja menor do que o de um edifício inteiramente novo, a não ser que os custos unitários de cada trabalho sejam muito agravados por circunstâncias específicas»¹³.

Do ponto de vista da execução, dever-se-á procurar, sempre que possível, utilizar-se materiais e técnicas muito semelhantes e próximos dos usados primitivamente. Daí a necessidade de reforçar o investimento em cursos e acções de formação, com vista a não deixar desaparecer e a recuperar o saber-fazer tradicional, cada vez mais escasso. Será desejável que se constituam mais micro ou pequenas empresas destinadas a este tipo de trabalhos, integrando técnicos e especialistas de diversas áreas.

4. Património arquitectónico e desenvolvimento

O turismo já foi considerado como um “passaporte para o desenvolvimento”¹⁴. Tratando-se de uma actividade relativamente jovem – cujo arranque se verificou há pouco mais de um século –, não deixa de ser surpreendente como se desenvolveu, sendo já considerado, atendendo a todas as suas implicações e ao efeito âncora que lhe está associado, como *a indústria do século XXI por excelência*.

A exemplo do que se verificou com o património, também o turismo tem vindo a democratizar-se e a sectorizar-se, pelo que se podem distinguir, entre outras, as seguintes modalidades de turismo:

- rural e urbano;
- termal, balnear, religioso e desportivo;
- natural e cultural.

Tratam-se de classificações não muito rigorosas nem exclusivas, dado que não é possível fazer compartimentos estanques, entre os diversos tipos de turismo. Quando

¹³J. Appleton, *op. cit.*, pp. 159-160.

¹⁴Emanuel de Kadt, *Tourism. Passport to Development? Perspectives on the Cultural Effects of Tourism in Developing Countries*, reimp., Oxford University Press, 1984.

muito, aquelas e outras classificações permitem sublinhar a predominância de determinada componente, no respectivo género de turismo.

Numa obra dedicada ao assunto, pode ler-se a seguinte definição: «Define-se aqui turismo cultural como uma deslocação (implicando, pelo menos, uma dormida) cuja motivação principal é alargar os respectivos horizontes, procurar conhecimentos e emoções através da descoberta de um património e do seu território»¹⁵.

Especifica-se, seguidamente, qual o património que é objecto do turismo cultural, material e imaterial, designadamente:

- a) património material de sítios consagrados à cultura, realizações do homem: museus, monumentos, cidades e aldeias com obras de arte ou identidade própria, sítios arqueológicos e pré-históricos, jardins, edifícios religiosos, militares, etc.;
- b) património imaterial das festas e manifestações, das tradições e dos saber-fazer, abundantes no passado e no presente¹⁶.

Como se sabe, o produto *turismo cultural* é constituído por dois grupos de elementos distintos:

- elementos culturais: um objecto significativo (monumento, museu, obras de arte, espectáculo, entre muitos outros);
- elementos turísticos: meio de transporte, acolhimento, alojamento e restauração¹⁷.

É de admitir que, com o aumento do nível cultural da população e da própria longevidade, o turismo cultural se torne uma modalidade cada vez mais procurada e apetecida. Provavelmente a situação já se alterou, relativamente ao que se afirmava em 1993, acerca do assunto: «Apesar da riqueza de Lisboa e do seu anel de castelos e de mosteiros, não obstante o Porto e as inúmeras igrejas do vale do Douro [e, por que não recordar, também, toda a riqueza e diversidade cultural e, em particular, arquitectónica de Trás-os-Montes, Minho e Beiras?], bem como de Évora e dos castelos que a envolvem, são as praias que atraem o maior número de turistas (62% das dormidas)»¹⁸.

Antes de concluir, gostaria ainda de apresentar algumas sugestões, de carácter mais prático, sobre a requalificação do património arquitectónico, nomeadamente na zona transmontana, em que nos encontramos. Aliás elas integram-se naquilo que já foi classificado como um aspecto paradoxal do gosto contemporâneo, a saber: «Parecendo uma época de consumo acelerado das formas (por se tratar de uma época de aproximação rápida aos códigos e aos seus substratos ideológicos), na realidade é um dos períodos históricos em que as formas se recuperam com maior celeridade e se conservam, apesar da sua preterição»¹⁹.

¹⁵ Claude Origet du Cluzeau, *Le tourisme culturel*, col. «Que sais-je?», n.º 3389, Paris PUF, 1998, p. 3.

¹⁶ C. O. Cluzeau, *op. cit.*, p. 4.

¹⁷ *Le Tourisme Culturel en Europe. GEATTE-Groupement d'étude et d'assistance pour l'aménagement du territoire et l'environnement*, Bruxelas, Comissão das Comunidades europeias D. G. XXIII-Unité Tourisme, 1993, p. 66.

¹⁸ *Idem*, p. 53.

¹⁹ María Luisa Fdz. Rivera, «Iconografía industrial y arquitectura deconstructivista», *Fabrikart. Arte, Tecnología, Industria, Sociedad*, n.º 3, año 2003, p. 42.

As zonas do interior do país, em geral menos bafejadas pelo processo da industrialização – com os prós e contra que daí advieram –, dispõem, ainda assim, de um património arquitectónico diversificado e significativo (ainda que, eventualmente, não muito espectacular, devido à sua própria escala, em geral pequena ou média), a necessitar de ser estudado, revalorizado e requalificado. Sem pretender ser exaustivo, apontarei, no entanto, alguns exemplos comprovativos.

1. Alguns tipos de património arquitectónico – ou seus vestígios/ruínas – são mais raros e encontram-se devidamente localizados em certas zonas: filatório de Chacim (testemunho inequívoco da importância da indústria da seda na região, em finais de Setecentos) ou edifícios/caves/armazéns vinícolas, na zona da Régua ou, ainda, castelos, em localidades fronteiriças ou situadas estrategicamente, em termos militares.

2. Outros, mais comuns, encontram-se dispersos por numerosas localidades, como sucede com o património arquitectónico religioso, composto por pequenas capelas ou igrejas paroquiais, algumas mesmo de certa imponência como, por exemplo, a de Moncorvo ou por alguns antigos mosteiros ou conventos.

3. No que concerne aos equipamentos colectivos, de predominância urbana, mas também presente em muitas localidades de índole rural, recorro as estruturas ligadas aos meios de comunicação e abastecimento (em especial de água e de electricidade).

4. Embarcações e portos fluviais (a sua importância, até bem entrado o século XIX e mesmo ao longo de parte do XX, justifica que se lhes preste atenção, inclusive do ponto de vista turístico). Antigas e prestigiadas embarcações, como os famosos barcos rabelos, poderiam “regressar” ao rio Douro, não já para transportar o vinho generoso para Gaia, mas sim para deleite de turistas que, sem esquecerem a comodidade dos barcos actuais, desejassem ter outro tipo de experiência.

5. Quanto à electricidade, merecem destaque as centrais eléctricas – termo ou hidroeléctricas –, redes de abastecimento e toda a panóplia de aparelhos que permitiram a mudança das nossas vidas (electrodomésticos, iluminação, anúncios luminosos, etc.).

6. No que toca ao património ferroviário, tanto o papel deste meio de transporte, no último século e meio, como o vastíssimo património que dele nos ficou e as suas potencialidades sugerem que se não desperdicem oportunidades neste domínio. Além das viagens turísticas, em comboio a vapor, nas margens do Douro – de ímpar beleza –, há que promover outras iniciativas do género, em troços ou vias apropriadas para o efeito, ao mesmo tempo que será aconselhável a salvaguarda e reutilização (para fins culturais, quando possível ou, por que não, mesmo comerciais) de estações e apeadeiros, outrora com tanta vitalidade e hoje em grau acelerado de deterioração.

7. Por sua vez, o património ligado à água, abundante e disperso um pouco por todo o lado, também não pode deixar de ser referenciado e estudado. Por um lado, o aproveitamento da água como força motriz: moinhos hidráulicos, noras e azenhas, sistemas de rega, rodas hidráulicas e centrais hidroeléctricas são elementos a considerar. Por outro, os meios de abastecimento de água, desde os antigos fontanários às mais recentes estações elevatórias e aos depósitos de água²⁰, alguns dos quais, além de

²⁰ Acerca da importância histórica e cultural do património hidráulico, ver a minha obra, recentemente publicada, sob o título *História do Abastecimento de Água a Coimbra*, vol. I, 1889-1926, Coimbra, Águas do Mondego, EP, 2007.

funcionais, apresentam linhas arquitectónicas com certo nível estético (a exemplo do recentemente edificado no Alentejo, na nova Aldeia da Luz).

8. Em zonas de grande tradição agrária e rural, como é a do Nordeste Transmontano, o património arquitectónico da indústria agro-alimentar pode constituir também um importante campo de estudo e a reutilização de alguns dos respectivos edifícios deve ser considerada. Recordem-se, por exemplo: lagares de azeite e de vinho, destilarias, caves e armazéns, não esquecendo a respectiva tecnologia e os diversos utensílios e equipamentos ligados à actividade em causa²¹.

Algumas dessas estruturas, por vezes com investimentos modestos, poderão adquirir um nova vida e uma certa dinâmica, desde que nelas se instalem serviços educativos e culturais – bibliotecas, arquivos, museus, galerias, etc. – ou equipamentos de serviços administrativos, turísticos ou de restauração.

9. Património igualmente significativo e abundante é o que diz respeito à habitação e à rede escolar, com destaque para a do 1.º ciclo. Como um número substancial destas escolas tem vindo a encerrar, o seu estudo e requalificação – do que, aliás, já há exemplos em diversas localidades do país – impõem-se; além do mais se, um dia, a população escolar o vier a justificar, elas poderão ser devolvidas à sua função inicial, tornando assim reversível o processo de intervenção, de acordo, aliás, com o que se recomenda como sendo uma das boas práticas.

Acrescente-se que a investigação desses edifícios antigos permitirá, igualmente, esclarecer aspectos vários da história da construção civil e da arquitectura, em aspectos como os seguintes:

- a tendência secular para a redução da espessura das paredes de pedra/alvenaria;
- a progressiva substituição desta por outro tipo de construção mais leve e barato, em tabique, tijolo ou mesmo madeira e, posteriormente – sobretudo já ao longo do século XX –, em betão;
- a predominância do uso de materiais da região (com destaque para o granito);
- o género de caixilharia usado e a sua evolução, ao logo do tempo (por exemplo, quando e como se generalizou o uso da tradicional janela, de tipo deslizante ou de guilhotina?);
- a introdução e a vulgarização do uso de vidraça nas janelas, fenómeno que só muito excepcionalmente remonta ao período anterior ao século XIX;
- a utilização da “telha marselha” – de origem francesa como, aliás, é denunciado pelo próprio nome – que, a partir da segunda metade de Oitocentos, foi substituindo paulatinamente a tradicional telha nacional, de canudo;
- origem da cerâmica, do vidro e de outros materiais, usados na construção;
- a introdução da arquitectura do ferro, a partir de meados do século XIX e do betão, desde as primeiras décadas do XX.

²¹ Ver a obra acima citada, *Cien elementos del Patrimonio Industrial en Cataluña*, pp. 73 e ss.

5. Em conclusão

O património arquitectónico, apesar de diversificado e ainda relativamente abundante, todos os dias sofre ameaças, algumas das quais levam a perdas irreparáveis. Uma são devidas à acção inexorável do tempo; outras são provocadas pelo próprio homem, por ignorância, algumas vezes, ou por ganância e ambição desmedida, outras.

Todavia, ele constitui uma parte importante da nossa história, além de ser portador de informação, em muitos casos de grande relevância, para a compreensão das nossas raízes e identidade. Por exemplo, algumas casas de habitação, dispersas um pouco por todo o país, pelo seu estilo e características – nada consentâneas com a tradição local – só podem compreender-se se tivermos em conta o fenómeno da emigração que esteve na sua origem.

Muitos dos edifícios, considerados “banais”, embora obsoletos ou já não adequados à função primitiva a que se destinaram, oferecem ainda consideráveis vantagens para que sejam reaproveitados e reutilizados, pelo que, ao seu significado como monumentos e documentos, podem aliar o de uma nova funcionalidade e ainda a utilidade social.

Tal como se verifica com alguns museus, em que o continente atrai mais visitantes do que o próprio conteúdo – entre outros, o conhecido Museu Guggenheim, de Bilbau, ou o Museu de Arte Contemporânea, em Niterói – Rio de Janeiro, são exemplos bem conhecidos –, também um antigo lagar, uma estação ferroviária ou um moinho (hidráulico ou eólico) podem constituir atractivos de monta, desde que, utilizando-se as respectivas estruturas, sejam oferecidos produtos regionais típicos – artesanais, por exemplo – ou serviços de qualidade.

18. ARQUITECTURA MUSEOLÓGICA: DO MUSEU ARMAZÉM AO MUSEU COMO OBRA DE ARTE*

1. Introdução

Já houve quem considerasse os museus como uma espécie de sismógrafos do “estado da arte” da arquitectura. Eu iria mais longe: os museus, suas características e funções espelham, de algum modo, a mentalidade, a ideologia, as tendências e as perspectivas de determinada sociedade/comunidade e do respectivo contexto, tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural, como temporal.

Aliás, o que se passa com a museologia não é muito diferente do que sucede, por exemplo, com a história e com a forma como se lida com o património cultural. Em qualquer destes domínios, para além da realidade material, das fontes e dos próprios objectos, documentos ou monumentos, podem detectar-se aspectos relacionados com representações, memória, identidade e ideologia, pelo que, de época para época ou de sociedade para sociedade, as diferenças chegam a ser substanciais, exigindo também tipos de análises adequados às circunstâncias.

O que por vezes também se verifica – e isso continua a aplicar-se a cada uma das vertentes enunciadas –, é que algumas tendências se mantêm, aparentemente quase inalteráveis, ao longo de séculos; ao invés, noutros casos, em períodos de “forte aceleração histórica” (a segunda metade do século XX constitui um bom exemplo), as alterações sucedem-se a um ritmo mais intenso, emergindo rapidamente novas realidades ou até novos paradigmas que contrastam, de forma notória, com os precedentes.

2. Evolução da Arquitectura dos Museus a longo prazo

Como se sabe, o vocábulo *museum* vem do latim *museum*, o qual, por sua vez, é de origem helénica (*mouseion*) e significava, inicialmente, “templo das musas”. Esta associação do museu à noção de templo vai perdurar por mais de dois milénios, ao

* O texto ora publicado, revisto e anotado, foi apresentado ao “Colóquio APOM/ÍLHAVO 2003”, organizado pela Associação Portuguesa de Museus (APOM), no Museu Marítimo de Ílhavo (16.10.2003).

mesmo tempo que persiste igualmente uma outra acepção antiga, hoje de novo em voga, segundo a qual o museu, pelas múltiplas funções que desempenha, deve ser considerado um verdadeiro centro cultural.

Assim, na época helenística, o termo *mouseion* foi usado por Ptolomeu Filadelfo, para «designar o seu centro cultural de Alexandria. Aquele recinto onde confraternizavam artistas, poetas e sábios numa espécie de cooperação intelectual, contava com um observatório, salas de reunião, laboratórios, jardins zoológicos e botânicos e, sobretudo, com a famosa biblioteca na qual se guardavam oitocentos mil manuscritos». E acrescenta L. Alonso Hernández, que acabo de citar: «era, sem dúvida, uma espécie de cidade universitária que não só concedia importância à cultura do intelecto, já que a natureza era considerada como elemento indispensável para a formação humana»¹.

Já na época renascentista, pode dizer-se que teve início a história da arquitectura museológica propriamente dita, com a construção dos Uffizi, em Florença, por Georgio Vasari, cuja galeria começou a ser visitada pelo público, em 1582. Historicamente, pode considerar-se o primeiro edifício projectado para museu (1.º piso), funcionando no rés-do-chão os escritórios da administração da respectiva cidade².

Ao tempo, a um museu ou galeria de arte apenas se exigia que dispusesse de salas para expor as obras de arte, pelas quais o público pudesse circular. Por tal motivo, não surpreende que, no mesmo edifício – embora em pisos diferentes –, pudessem funcionar os serviços burocráticos e administrativos da cidade e a dita galeria.

No período iluminista e com a transição do Antigo Regime para o Liberalismo, surgem alguns museus de referência, entre os quais o British Museum, em Londres (1753) e o Museu do Louvre, em Paris, que abriu as portas ao público, em 1793 e foi como que um dos produtos da própria Revolução Francesa (1789).

Tal como se verificou neste edifício – isto é, a instalação das colecções num palácio pré-existente –, o mesmo viria a suceder com muitos outros museus, ao longo do século XIX e mesmo nos inícios do XX. Para o êxito desta solução contribuíram, sobretudo, os seguintes factores:

- a) Devido às revoluções liberais e suas consequências, ficaram disponíveis, para reutilização, infra-estruturas que podiam albergar os grandes museus – nacionais, em muitos casos –, o que não deixava de constituir uma boa oportunidade e até uma mais-valia. Como já foi notado, «ao desamortizarem-se as relíquias do feudalismo, muitos palácios e edifícios nobres, símbolos do antigo poder, foram convertidos em museus»³.
- b) Os referidos edifícios, pelo seu estilo, volumetria, robustez e qualidade arquitectónicas, ofereciam condições apropriadas aos museus então criados, os quais também serviam como que de instrumentos do poder para reforçar os ideais dos movimentos nacionalistas em ascensão e da crescente afirmação do Estado-nação. Tratava-se, pois, do museu-templo, museu-palácio ou, mesmo, do museu-armazém.

¹ Luis Alonso Hernández, *Museologia. Introducción a la teoría y práctica del museo*, Madrid, Ed. Istmo, 1993, p. 57.

² *Idem*, p. 65.

³ *Idem*, p. 306.

- c) Por último, relativamente ao que viria a detectar-se mais próximo de nós, as exigências estéticas e funcionais para a instalação de museus eram, então, mínimas, como aliás sucedia, em geral, com o museu chamado clássico, o qual já foi assim definido: «quatro paredes, luz vinda de cima, duas portas, uma para os que entram e outra para os que saem»⁴.

Alguns dos museus, então instalados nos ditos palácios, chegaram até aos nossos dias e, embora tendo sofrido posteriormente intervenções significativas, as marcas da sua origem “palaciana” ainda não desapareceram (exemplos: Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa; Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto e Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra ou Museu Grão Vasco, em Viseu). Porém, as ditas marcas são ainda mais evidentes nas instituições museológicas nas quais as intervenções foram mínimas, como é o caso do Museu Hermitage, em S. Petersburgo, na Rússia.

Com o aproximar do final do século XIX e a apoteose alcançada pelas Exposições Universais e Internacionais – verdadeiras “festas da civilização” –, cujas influências na museologia e, sobretudo, na museografia, não devem ser esquecidas, também alguns dos grandes edifícios e pavilhões, inicialmente edificadas para albergar aquelas, vieram a transformar-se em museus. Foi o caso, entre outros, do Museu da Ciência e da Indústria de Chicago que, a par dos Museus da Ciência de Londres e de Munique, é um dos mais prestigiados entre os do seu género.

Porém, o factor da desocupação e conseqüente disponibilidade de antigos edifícios – aos já referidos palácios e edifícios nobres podemos acrescentar castelos, conventos e igrejas, para o que basta recordar os casos do Museu de Aveiro e do Museu Nacional de Arqueologia, nos Jerónimos – não deve ser sobrevalorizado. É que, mesmo quando, pela mesma altura – finais de Oitocentos e primeiras décadas de Novecentos –, se edificavam museus de raiz, designadamente nos Estados Unidos da América do Norte, o estilo monumental e palaciano europeu estava presente e servia de inspiração, quando não era, inclusive, imitado.

Com efeito, naquelas construções – tanto nos museus de arte como nos de ciência e de história natural – vão-se repetindo as concepções neoclássica e historicista, quer no exterior (monumentalidade da fachada, frontões, decoração classicista, imitando os templos gregos), quer no interior (tectos elevados, amplas escadarias, mármore e pedras lavradas, cúpulas nos seus espaços de distribuição). O Metropolitan Museum de Nova Iorque e a sua secção, The Cloisters – imitando uma igreja e respectivo claustro medievais –, em Fort Tyron (proximidades de Nova Iorque), comprovam o que se acaba de afirmar⁵.

Este modelo arquitectónico de museu clássico vai, entretanto, entrar em crise, especialmente após a II Guerra Mundial. Começa então a ganhar adeptos a tendência – que não tem deixado de acentuar-se, até aos nossos dias –, segundo a qual o continente, isto é, o edifício deverá estar ao nível ou até mesmo superar, sempre que possível, o conteúdo, ou seja, as colecções/a arte que alberga e expõe. Assim, obras de arte passaram a acolher, no seu seio, outras obras de arte.

⁴ Vitorino Magnano e Angeli Sachs (eds.), *Museus para o novo milénio. Conceitos, projectos, edifícios*, Munique, Prestel Verlag, 1999, p. 15.

⁵ L. Alonso Hernández, *op. cit.*, p. 330, nota 13.

Alguns desses museus, verdadeiras obras-primas da arquitectura dos finais do século XX e inícios do século XXI, não dispendo de exposições permanentes – ou, mesmo que tal se verifique, aquelas nem sempre são de nível excepcional –, recorrem, com frequência, às exposições temporárias e, sobretudo, ao excepcional valor artístico do edifício e ao respectivo enquadramento.

O mote desse novo paradigma de museu começou a ser dado por Frank Lloyd Wright, ao projectar (1943-1946) o Solomon R. Guggenheim Museum, em Nova Iorque, o qual viria a ser construído só em 1956-59.

Trata-se de um tipo de estrutura sem precedentes na arquitectura museal, acerca da qual sublinha V. Magnano Lampugnani, na obra *Museus para o novo milénio*: «A sua forma poderosamente escultural, em oposição consciente com a uniformidade de Manhattan, preconizava sem rodeios a vontade de uma auto-representação sensacionalista. No seu interior, o visitante é convidado a seguir o movimento espiral de uma rampa, que determina um percurso apodíctico, no qual não há meio de escapar [...]. O olhar pode vaguear pelo grande pátio circular onde a luz incide através de uma cúpula de Plexiglas». E acrescenta o autor: «aqui, a verdadeira atracção não é a arte, mas sim a arquitectura, que não se cinge à serventia, mas antes insiste em desempenhar o papel de protagonista»⁶.

Acrescente-se, apenas, que o grande átrio, iluminado pela luz natural, através da dita cúpula, possibilita a exposição de objectos de grande escala como, por exemplo, o monumental altar ali patente aquando da excelente exposição sobre o Barroco Brasileiro, nos últimos meses de 2001.

A espectacularidade arquitectónica e plástica do Guggenheim nova-iorquino vai continuar a surpreender-nos em vários outros museus, desde a Neue Nationalgalerie, em Berlim (1962-1968), o Museu-Arquivo Bahaus e o recentemente inaugurado Museu Judaico, na mesma cidade; o Museu de Arte Contemporânea de Niterói-Rio de Janeiro, de Niemayer; o nosso Museu de Serralves; e o Museu Guggenheim, de Bilbao.

Mais do que as obras de arte que vão expando – salvo raras excepções, as exposições temporárias, com grande rotatividade, constituem a estratégia mais utilizada –, o que transformou aqueles e outros museus em autênticas “atracções âncora”⁷, quase à maneira de gigantescos centros comerciais, foi a sua originalidade e qualidade estética, como obras de arte fora de série, e não a notoriedade dos objectos/colecções expostos.

Aliás, a originalidade e criatividade dos seus autores é bem notória na diversidade de soluções encontradas, como se verifica pelos seguintes exemplos: a já referida rampa, em espiral, do Guggenheim de Nova Iorque; o cubo monumental, em vidro e aço, com as salas de exposição no subsolo, “escondidas” do visitante que apenas se fica pelo grande átrio que se encontra à superfície, na Nova Galeria, em Berlim; a flor a desabrochar, que inspirou Niemayer para a concepção do Museu de Niterói, implantado num pequeno lago e cujo acesso é feito através de uma rampa ondulada; a arquitectura, parca em aberturas e repleta de simbologia, no Museu Judaico de Ber-

⁶ *Op. cit.*, p. 11.

⁷ Ver, sobre esta noção, Stela Maris Murta e Celina Albano (orgs.), *Interpretar o património. Um exercício do olhar*, Belo horizonte, Ed. UFMG/Território Brasilis, 2002, p. 144.

lim; ou as velas de um barco, referidas por Frank Gehry, como inspiração, quando projectou o surpreendente Museu Guggenheim de Bilbao.

Aliás, a importância da instituição museológica ultrapassa, em muito, o valor e o significado da respectiva estrutura, mesmo que se trate de obra de arte, de rara beleza. Há também que atender às funções simbólicas do museu e ao seu papel no contexto urbano. Em obra recentemente publicada sobre o assunto – intitulada *The Architecture of the Museum. Symbolic Structures, Urban contexts* –, pode ler-se: «O museu é primeiramente definido como um espaço para encontros sociais onde a contemplação da arte fornece apenas uma das várias opções. Aqui, as fronteiras entre o museu e a cidade tornaram-se fluidas»⁸.

3. Tipologia dos Museus

Para se introduzir alguma ordem na compreensão das múltiplas soluções adoptadas, torna-se vantajoso ensaiar a elaboração de tipologia(s), distribuindo os numerosos museus por diversas categorias.

Luís Alonso Hernández recorre a uma tipologia que poderíamos classificar de minimalista, pois apenas agrupa os edifícios dos museus nas seguintes duas modalidades:

- a) monumento histórico reutilizado (solução mais frequente em Itália, França e Espanha);
- b) edifício de nova planta, desenhado e construído para continente de um museu determinado.

Como salienta o autor, ambas as soluções têm adeptos e adversários. Com efeito, se a primeira permite resgatar do esquecimento e ajuda a preservar certos edifícios – é hoje inquestionável que a reutilização e a requalificação constituem meios eficazes de salvaguarda –, ela nem sempre permite uma adequação satisfatória às necessidades e funcionalidade previstas. Nestes casos, tem-se enveredado pela segunda alternativa⁹.

Mais completa é, porém, a tipologia proposta por Stanislaus von Moos, já que contempla as seguintes categorias:

- a) museu como monumento reconvertido (reconversão de edifícios pré-existent);
- b) museu aberto ou centro de exposições;
- c) o museu com sequência de espaços;
- d) o museu como “arquitectura plástica”¹⁰.

No primeiro caso – reconversão de edifícios –, uma das tendências mais notórias das últimas décadas tem passado pelo alargamento do leque de estruturas que, entretanto, adquiriram “dignidade” para se transformarem em museus, não obstante não pertencerem à categoria tradicional dos palácios nobres ou dos templos, outrora utilizados para actos do culto.

A reutilização deste novo género de edifícios para museus – antigas instalações fabris, estações ferroviárias, centrais eléctricas, gasómetros, estações elevatórias ou armazéns

⁸ Michaela Giebelhausen (ed.), Manchester University Press, Manchester-Nova Iorque, 2003, p. 8.

⁹ L. Alonso Hernández, *op. cit.*, pp. 309-313.

¹⁰ V. M. Lampugnani e A. Sachs (eds.), *Museus para o Novo Milénio*, p. 21.

de docas portuárias –, além de motivações estéticas ou de economia de recursos, está intimamente relacionada com a relevância que tem sido atribuída, no último meio século, ao património industrial que abrange, como se sabe, os equipamentos colectivos.

Exemplos de museus, alguns já de referência, instalados nesse tipo de edifícios não faltam: desde o célebre Museu d’Orsay (estação ferroviária), em Paris, à Tate Modern (central termoelétrica), em Londres, indicados, com outros exemplos, pelo autor citado; aos nossos Museus da Electricidade e da Água (Central Tejo e Estação Elevatória dos Barbadinhos, respectivamente), em Lisboa; o Museu do Carro Eléctrico (central eléctrica), no Porto; Museu dos Lanifícios (fábrica têxtil), na Covilhã; ou o Museu da Cortiça (fábrica de cortiça), em Silves.

Como exemplo ilustrativo da categoria de *museu aberto* aponta-se o Centro Pompidou, em Paris, referenciado «como o monumento da renúncia à monumentalidade na construção de museus e simultaneamente a síntese mais bem conseguida entre a arte moderna e a cultura de massas»¹¹.

Acerca deste último aspecto, sublinha ainda o mesmo autor (Stanislaus von Moos): «No dia em que o Centro Pompidou registou pela primeira vez maior número de visitantes do que a Torre Eiffel, foi o dia em que a cultura, e mais precisamente o financiamento da cultura, se rendeu por completo à sociedade de consumo. A partir desta data a disposição de subsídios para a cultura ficou obrigatoriamente ligada à sua capacidade de atrair as massas»¹².

Quanto aos outros tipos de museus: no *museu como sequência de espaços abertos*, privilegia-se a sequência horizontal, combinada com áreas de acesso laterais ou periféricas; no que concerne ao *museu como arquitectura plástica*, tipo de museus de que já anteriormente referenciei alguns bons exemplos, é aqui que o próprio museu se assume como protagonista, como autêntica obra de arte, como que passando para segundo plano as colecções, estando-se, assim, a um passo do próprio museu virtual ou do “museu sem colecção”, de que também já se vai falando.

4. Algumas linhas de força que condicionam a evolução da Arquitectura dos Museus

Com a democratização da cultura – e, conseqüentemente, a sua própria massificação –, os museus deixaram de ser locais destinados a uma elite, para se transformarem em centros de atracção de massas. A exemplo do que já havia sucedido com as Exposições Universais – logo desde a primeira, em Londres (1851), com os seus seis milhões de visitantes, muitos deles motivados, por certo, pela originalidade e monumentalidade do Crystal Palace, exemplar pioneiro no domínio da arquitectura do ferro –, alguns dos grandes museus chegam a registar à volta de um milhão de visitas/ano.

A propósito, já se afirmou: «podemos queixar-nos, e num aspecto será indiscutivelmente uma tragédia: na medida em que esta conjuntura de interesses significa a morte daqueles museus cujos conservadores nunca se esforçaram por tornar o seu

¹¹ *Ibidem*.

¹² *Idem*, p. 25.

património “interessante”. Refiro-me às colecções “empoeiradas”, esquecidas pelo público, achados, preparados, curiosidades da história natural ou tecnológica, refiro-me ao direito de subsistência do “mofo” museológico como resquício imprescindível a uma cultura de exposição que se preocupa, antes de mais, em agradar ao público»¹³.

Antes de concluir, gostaria apenas de chamar a atenção para mais duas linhas de força, detectáveis na evolução museológica e museográfica das últimas décadas. Reporto-me, por um lado, às intervenções arquitectónicas em edifícios clássicos e, por outro, ao desafio colocado aos arquitectos, devido à alteração verificada nas hierarquias funcionais.

Quanto ao primeiro aspecto, basta recordar as intervenções recentes, operadas no Louvre, no British Museum e no Museu do Prado. Elas enquadram-se, sem dúvida, no movimento modernista ou mesmo pós-modernista, mas também têm por objectivo captar novos públicos, bem como dotar os equipamentos museológicos de condições que lhes permitam dar resposta mais adequada às enchentes de visitantes que se lhes dirigem.

No Museu do Louvre, além da edificação da conhecida pirâmide em vidro e da funcionalidade dos espaços no seu interior, «a conversão do enorme complexo do Grande Louvre numa única nave central delimitada, realizada durante a presidência de Mitterrand, continua a ser uma das operações mais espectaculares dos anos 80. Um aspecto não menos interessante é, além do mais, a encenação da história da própria construção que constitui o tema principal de um extenso percurso arqueológico na cave do palácio»¹⁴.

No caso do Museu Britânico, a cobertura envidraçada do pátio interior central (Great Court, considerado o maior espaço europeu do género), projecto do famoso arquitecto inglês Norman Foster – nome também ligado, por exemplo, às estações do Metroplitano de Bilbao e à cúpula do Reichstag, de Berlim –, não só permitiu criar um novo espaço de restauração, comércio e lazer, como contribuiu para dar uma maior visibilidade à famosa Biblioteca oitocentista, bem como para dar uma nova orientação às visitas.

De facto, como se pode ler num dos guias do próprio Museu, a centralidade do dito espaço «dá oportunidade a cada um de construir a sua própria visita, em vez de ser forçado a seguir uma rota que lhe é imposta»¹⁵.

Ou seja, mais do que pelas famosas colecções ou pelo discurso expositivo – embora também aqui se tenham introduzido melhorias, por exemplo, ao nível da iluminação, das vitrinas e dos cenários –, a modernização do dito Museu, com maior visibilidade, passou por uma solução arquitectónica, ainda que integrada numa espécie de sistema que engloba várias outras componentes.

No que respeita à hierarquização de espaços e funções, também aqui se encontra um dos profundos contrastes, entre o museu actual e o museu oitocentista. Efectivamente, como bem notou um crítico francês, o museu moderno integra três componentes:

¹³ *Idem*, pp. 25-26.

¹⁴ *Idem*, p. 18.

¹⁵ *The British Museum. Visitor's Guide*, Londres, The Trustees of The British Museum, 2003, p. 9.

- «1. Estruturas de acolhimento (recepção do público, átrio de entrada, bengaleiros, restaurantes, cafetarias, etc.). [Recorda-se que, na já referida Neue Nationalgalerie, de Berlim, só o bengaleiro se encontra no piso de entrada, totalmente envidraçado].
2. Espaços próprios para exposição (galerias, salas de exposição).
3. Escritórios, administração, oficinas, depósitos, conservação, etc.»¹⁶.

Assim, enquanto no século XIX o espaço nobre e mais amplo era dedicado à arte, sendo exíguos os espaços de acolhimento – numa proporção de nove para um –, actualmente dá-se o inverso: apenas 1/3 da estrutura é reservado para a apresentação da arte.

«Por outras palavras: o museu já não é o lugar que acolhe ou que expõe exclusivamente obras de arte; integra, além do mais, os ateliers de restauro, os escritórios para os conservadores, salas de congressos, salas de computadores, bibliotecas, assim como os escritórios dos respectivos funcionários, lojas e cafetaria, com a sua cozinha. Como consequência dessa complexidade, o visitante que entra no museu é obrigado a percorrer um trajecto considerável – passa pelas lojas [e isso não acontece, obviamente, por acaso], a bilheteira, o balcão de informações e a cafetaria –, antes de chegar finalmente às obras de arte»¹⁷.

Como se infere do exposto e à guisa de conclusão: os novos museus, ao necessitarem de áreas funcionais diversas – recepção, exposição, conservação e reservas¹⁸ –, exigem igualmente que se encontrem respostas adequadas ao nível da arquitectura, as quais já não passam só por ligeiras alterações, num edifício amplo, eventualmente desactivado, como sucedia com o “museu clássico”, a que anteriormente me referi.

¹⁶ V. M. Lampugnani e A. Sachs, *op. cit.*, p. 22.

¹⁷ *Ibidem.*

¹⁸ *Ibidem.*

18. A CENTRAL TÉRMICA DOS HUC (EDIFÍCIO DAS CALDEIRAS): MONUMENTO INDUSTRIAL A PRESERVAR E REUTILIZAR*

Introdução

À luz de uma noção tradicional (embora ainda muito em voga) de *património cultural*, praticamente só os monumentos de tipo clássico são «dignos» de consideração e, bem assim, objecto de estudo e salvaguarda. Porém, a dita noção tem vindo a sofrer alterações, designadamente ao adquirir um sentido mais lato. Assim, o património cultural tem passado a integrar outros vectores da realidade, até há pouco reputados de pouco ou nenhum significado cultural. Consequentemente, também o conceito de «monumento» tem vindo a alargar o seu âmbito, o que permite aplicá-lo a objectos de vária índole, entre os quais os de épocas mais recentes, bem como os relativos ao quotidiano¹. Como é sabido, estes constituem, afinal, testemunhos da chamada *cultura material*².

As mencionadas transformações (conceptuais, mas igualmente mentais e comportamentais) se reporta Neil Cossons, ao sublinhar: «Para um número crescente de pessoas, os engenhos e máquinas, fábricas, moinhos e armazéns, canais e vias férreas, que têm dominado a paisagem nos últimos dois séculos, têm-se tornado profundamente significativos como parte do seu património cultural»³. Esta nova perspectiva sobre o património cultural já se começa igualmente a sentir entre nós, ainda que com alguma hesitação. Prova-o, por exemplo, a conhecida *lei do património cultural*

* O texto que ora se apresenta, revisto e sem ilustração, foi inicialmente publicado na *Revista Portuguesa de História*, t. XXV, 1990, pp. 203-233.

¹ Sobre o conceito de «monumento», ver Jacques Le Goff, «Documento / Monumento», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1: *Memória-História*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, pp. 95-106.

² Cfr. Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez, «Cultura material», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 16: *Homo-Domesticação. Cultura material*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, pp. 11-47.

³ Neil Cossons, *The BP Book of Industrial Archaeology*, 2.^a ed., Londres, David & Charles, 1987, p. 13.

português, algo de inovadora, no que se refere ao conteúdo, mas desactualizada, quanto à nomenclatura⁴.

De acordo com o que, sucintamente, se acaba de expor, há que empreender acções de inventariação, estudo e preservação de toda uma série de monumentos, ainda não contemplados nos inventários e guias turístico-culturais. Assim, e para me reportar somente a Coimbra, além dos monumentos ou sítios sobejamente conhecidos pela sua beleza, antiguidade, importância e significado histórico (Universidade, Santa Cruz, Sé Velha e Sé Nova, mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Quinta das Lágrimas, Jardim Botânico, Arcos do Jardim, etc.), é imperioso ir chamando a atenção para diversos outros que, de igual modo, fazem parte integrante do património cultural conimbricense. Entre estes, poderão apontar-se: antigos estabelecimentos industriais (de lanifícios, em Santa Clara; de faiança e curtumes, na Baixa); estruturas, veículos e outro equipamento, da área dos transportes e comunicações; equipamentos colectivos, referentes ao abastecimento de água (antiga central elevatória, do Parque Dr. Manuel Braga), de electricidade (central termoeléctrica dos Serviços Municipalizados de Coimbra), mercados e casas de espectáculo. Trata-se de diversos *monumentos industriais*⁵, cujas potencialidades (culturais, didácticas, turísticas e mesmo económicas) urge aproveitar, antes que seja demasiado tarde. Como é do conhecimento geral, aqueles monumentos encontram-se permanentemente sob a ameaça de deterioração ou mesmo de demolição, em virtude não só da acção inexorável do tempo, mas também da indiferença dos responsáveis, para já não falar dos poderosos interesses económicos, por vezes em jogo. É um desses monumentos – concretamente a ex-Central Térmica dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) – que, seguidamente, me proponho focar.

1. A central térmica no conjunto das instalações hospitalares

Os Hospitais da Universidade de Coimbra funcionaram durante décadas nos edifícios outrora pertencentes aos Colégios das Artes e de S. Jerónimo⁶. Tratou-se de um processo de reutilização – a exemplo do que é hoje frequente, no âmbito da arqueologia industrial –, o qual se volta a repetir em nossos dias, após a desactivação daqueles edifícios (em 1987), com a transferência dos respectivos serviços hospitalares para o Novo Hospital. A relativa falta de adequação das instalações, por um lado, e a

⁴ Expressões como «património industrial», «monumento industrial», «monumento tecnológico» ainda não aparecem na referidas (Lei 13/85, de 6 de Julho (*Diário da República*, I Série, n.º 153, de 1985.07.06).

⁵ Numa importante obra da especialidade, englobam-se no grupo dos «monumentos industriais» aqueles que «reflectem aspectos da transformação industrial, tecnológica e comercial» (Geoffrey D. Hay e Geoffrey P. Stell, *Monuments of Industry. An Illustrated Historical Record*, Glasgow, The Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland, 1986, p. vii).

⁶ Numa placa, colocada no átrio do antigo edifício dos Hospitais da Universidade de Coimbra (na parte outrora pertencente ao Colégio de S. Jerónimo), encontra-se a seguinte inscrição: «Aqui existiram dois colégios universitários. No de S. Jerónimo, em 1848, instalaram-se as primeiras enfermarias; no Real Colégio das Artes, em 1853, o Hospital Universitário da Conceição».

«No ano de 1870 foram ambos os edifícios ocupados totalmente pelos Hospitais da Universidade de Coimbra que aqui funcionaram até 1987».

crescente procura dos serviços de saúde pela população, por outro, obrigaram a efectuar remodelações e acrescentos, com vista a torná-las mais funcionais. Na década de 1930, os HUC passavam exactamente por uma fase de profundas remodelações. Com efeito, pode ler-se no *Plano geral de distribuição dos seus edifícios (1933-1934)*: «Os Hospitais da Universidade de Coimbra são constituídos por um conjunto de edifícios, dos quais, apenas dois se podem considerar concluídos, três estão presentemente em obras e cinco ainda em projecto»⁷. Do mesmo Plano... consta o quadro seguinte.

[Plano Geral dos Edifícios dos HUC (1934)]

| | Camas | Dispêndio | Orçado a dispender | Total |
|--|-------|---------------|--------------------|----------------|
| <i>Edifícios concluídos:</i> | | | | |
| 1. Lavandaria | - | 1 460 717\$62 | - | 1 460 717\$62 |
| 2. Hospital do Castelo (Lázaros) Pavilhão Nr. 2 | 130 | 1 375 480\$56 | - | 1 375 480\$56 |
| <i>Edifícios em obras:</i> | | | | |
| 3. Hospital do Colégio das Artes | 471 | 562 766\$48 | 684 386\$86 | 1 247 153\$53 |
| 4. Banco e Consultas Externas | - | 606 116\$18 | 737 533\$04 | 1 343 649\$22 |
| 5. Hospital de S. Jerónimo – Quartos Particulares (pensionistas de 1. ^a e 2. ^a classe), Direcção, Secretaria, Casas de Aulas, Electricidade Médica, Ortopedia, Mecanoterapia, etc. | 51 | 1 246 254\$52 | 734 256\$52 | 1 980 510\$53 |
| <i>Edifícios a construir:</i> | | | | |
| 6. Hospital do Castelo (Pavilhão Nr. 1) | 300 | - | 3 000 000\$00 | 3 000 000\$00 |
| 7. Hospital do Castelo (Pavilhão Nr. 3) | 150 | - | 1 500 000\$00 | 1 500 000\$00 |
| 8. Novo Hospital de S. Jerónimo | 250 | - | 2 500 000\$00 | 2 500 000\$00 |
| 9. Central Térmica | - | - | 200 000\$00 | 200 000\$00 |
| 10. Maternidade | 150 | - | 1 500 000\$00 | 1 500 000\$00 |
| Totais | 1 502 | 5 251 334\$85 | 10 856 176\$42 | 16 107 511\$27 |

FONTE: Ângelo da Fonseca, *Hospitais da Universidade de Coimbra. Plano geral da distribuição dos seus edifícios (1933-1934)*, Coimbra, 1934, p. 1.

Como se verifica pelos respectivos dados, as obras a efectuar importariam em mais de 16 000 contos, mas dotariam os Hospitais de uma capacidade total de 1 502 camas. A ampliação dos HUC integrava-se numa estratégia mais vasta, a qual visava manter na Alta toda a actividade universitária e respectivos serviços a ela ligados. A propósito, sublinhava o Prof. Doutor Ângelo da Fonseca, então Director dos HUC: «É tendência moderna agrupar os edifícios destinados ao ensino superior, de forma a constituir cidades universitárias, e Coimbra presta-se admiravelmente a um empreendimento desta organização. Para isso, como já tivemos ocasião de referir, basta aproveitar o património de incalculável valor que herdamos, cheio de beleza arquitectónica e que constitui a nossa Universidade. Esta é somente pequena para satisfazer as exigências da ciência da época presente». E prossegue o Autor, dando o mote aos desígnios que presidiriam à edificação da nova cidade universitária: «Cada Faculdade tem de dilatar o perímetro da sua acção, actualizando os seus estudos, os seus serviços, os seus labo-

⁷ Ângelo da Fonseca, *Hospitais da Universidade de Coimbra. Plano geral da distribuição dos seus edifícios (1933-1934)*, Coimbra, Direcção dos Hospitais da Universidade de Coimbra, 1934, p. 1.

ratórios, etc. Mas, *tudo tem de ficar concentrado no Bairro Alto que, até por tradição, tem de ser sede da nossa cidade Universitária*⁸.

Obviamente que esta perspectiva concretizada pelo Estado Novo nos anos quarenta – teve o seu ponto fraco, designadamente na descaracterização e demolição de grande parte do património cultural da Velha Alta, contra o que, justamente, diversas vozes se têm levantado⁹.

Como se constata pela análise do supracitado *Plano geral de distribuição dos edifícios* dos HUC, em 1934 incluía-se, entre os cinco edifícios a construir, exactamente a *Central Térmica*, cujo orçamento atingia os 200 000\$00. Sobre esta central, ocorre perguntar: quais as razões justificativas da sua construção, em edifício próprio, afastado das restantes instalações hospitalares? Que papel lhe estava destinado, no respectivo contexto?

A edificação da *Central Térmica* impunha-se por três ordens de razões: falta de capacidade do sistema gerador de vapor, de que então se dispunha; localização deficiente, ilegal e perigosa das caldeiras a vapor em actividade; dispersão do equipamento gerador de vapor. Quanto ao primeiro e segundo aspectos, salienta-se, num ofício remetido pelos HUC ao Eng. Director dos Edifícios e Monumentos Nacionais: «Reconhecida a insuficiência de produção das antigas caldeiras, reconhecidas estas como velhas e cançadas [*sic*], reconhecida como ruínosa, perigosa e ilegal a respectiva instalação, desde 1937 passei a inscrever, nos orçamentos hospitalares, devidamente autorizado [*sic*], a verba para a compra de novas caldeiras»¹⁰.

Com efeito, as referidas caldeiras tinham uma superfície de aquecimento de apenas 120 m²¹¹, enquanto a área das que lhe sucederam, com a instalação da nova central, atingiria os 330 m² (165 m² cada uma)¹². Sobre o assunto afirmava o Director dos HUC em 1940: «Em primeiro lugar, referirei que actualmente os serviços de vapor são alimentados por duas velhas caldeiras, uma delas, apenas, com 50 metros quadrados de superfície de aquecimento, sendo o rendimento de ambas insignificante para o largo consumo de vapor que algumas dependências destes Hospitais exigem, tais como as cozinhas [*sic*], a lavandaria, os serviços de desinfecções e esterelisações [*sic*], o aquecimento das salas de operações, das enfermarias, etc., etc.». E acrescenta:

⁸ Ângelo da Fonseca, *idem*, p. 2 (sublinhado meu).

⁹ *A Velha Alta... Desaparecida. Álbum comemorativo das bodas de prata da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, Coimbra, Livraria Almedina, 1984; *Alta de Coimbra. História - Arte - Tradição. Actas do I.º Encontro sobre a Alta de Coimbra. Coimbra, 23, 24, 25 e 28 de Outubro de 1987*, Coimbra, GAAC, 1988; Nuno Rosmaninho, *O Poder da Arte: O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

¹⁰ Arquivo da Direcção dos Edifícios Nacionais do Centro (ADENC), Processo n.º 28, 1941-45, ofício de 1941.11.20.

¹¹ Uma das caldeiras tinha 50 m² de superfície de aquecimento, pelo que a superfície de aquecimento da outra seria de 70 m² (ADENC, *idem*, ofício de 1940.01.26).

¹² Arquivo da Direcção-Geral de Energia – Direcção de Serviços Regional de Coimbra (ADGE/DSRC), Processo n.º 1517, ofício de 1951.11.16.

«Sem o vapôr necessário, evidentemente, muitos trabalhos deixam de se fazer, apesar de ficarem sem aquecimento não só várias secções, como bastantes enfermarias»¹³.

As referidas caldeiras, além da reduzida capacidade de resposta, encontravam-se instaladas em local inadequado e, inclusive, interdito pela legislação em vigor. Efectivamente, o Decreto n.º 8 332 (de 1922.08.17) estipulava, no artigo 6.º: «Para as [caldeiras] de 1.ª categoria: a instalação deve ser feita fora de casas de habitação ou de oficinas com andares por cima, em local onde só trabalhe permanentemente o pessoal de fogo»¹⁴. A localização indevida das caldeiras – quer do ponto de vista legal, quer quanto à falta de segurança – era um argumento frequentemente utilizado, para justificar a construção da nova central térmica. Entre outras, merece ser evocada, pelo seu realismo e objectividade, a referência seguinte: «Permita-me V. Exc.ª que venha chamar a sua atenção para a gravidade que representa a manutenção da nossa Central de Caldeiras Geradoras de vapor, no local em que se encontra. Por baixo de duas enfermarias onde se encontram hospitalizados centenas de doentes, V. Exc.ª pode prever o que seria uma explosão de uma caldeira de 120 m² de superfície de aquecimento¹⁵, trabalhando a 8 atmosferas. Não será demais prever que, além das centenas de mortes que tal desastre provocaria, de doentes de todas as idades e sexos, aquele lado do Edifício dos Hospitais ruiaria por completo, causando ainda estragos irreparáveis no Laboratório Químico e respectiva aparelhagem, que se encontra em frente»¹⁶. Mas a referida localização, além de perigosa, era ainda inconveniente, por antieconómica. Sobre o assunto, acrescenta-se, no documento acabado de citar: «Ainda sob o ponto de vista económico, o local em que a caldeira se encontra instalada é o mais impróprio; porquanto, sendo a cosinha [sic], o balneário e a lavandaria os primeiros consumidores do vapor produzido, esta encontra-se em um nível inferior e aquelas ao mesmo nível da caldeira, pelo que não é possível trazer o retorno fazendo o circuito fechado, perdendo-se assim muitos milhares de calorías por hora, que, reduzidas a carvão, representam muitas centenas de quilos de carvão que diariamente se escapam livremente pelos tubos condutores do vapor»¹⁷.

Relativamente à dispersão do equipamento gerador de vapor, ela devia-se ao facto de não existir, na altura, uma central térmica com capacidade suficiente para abastecer os variados sectores. «Além destas caldeiras [instaladas sob as enfermarias e já anteriormente referidas], encontram-se ainda a funcionar: duas pequenas caldeiras, a baixa pressão, para o aquecimento dos quartos particulares e dependências da Secretaria; uma outra pequena caldeira para o aquecimento das águas distribuídas pelos quartos particulares; e, ainda, uma outra caldeira de baixa pressão para o aquecimento das Salas de Operações e quartos particulares, algumas enfermarias, e salas de pensos do

¹³ ADENC, Processo n.º 28, 1938-40, ofício de 1940.01.26.

¹⁴ *Diário do Governo*, I Série, n.º 167, de 1922.08.17.

¹⁵ Como se verificou já, a referida superfície de aquecimento (120 m²) dizia respeito às duas e não apenas a uma das caldeiras.

¹⁶ ADENC, Processo n.º 28, 1938-40, ofício subscrito pelo ecónomo, A. Machado, datado de 1934.03.12. É interessante a alusão ao *Laboratório Químico*, dado o seu significado (artístico, científico e cultural) e raízes históricas que, como é sabido, remontam à época pombalina.

¹⁷ Cfr. nota 16.

Hospital do Colégio das Artes. Há, pois, três centrais dispersas nos edifícios do Colégio das Artes e de S. Jerónimo, com manifesto prejuízo para o serviço, visto não disporem de pessoal suficiente e com prejuízo económico pela dispersão de combustível»¹⁸.

Em suma: o aumento de capacidade dos HUC (que, como vimos já, passaria a dispor de 1 502 camas), a ampliação e diversificação das instalações e a melhoria dos respectivos serviços (cada vez mais procurados) aconselhavam a que se edificasse uma única central térmica, não só dotada de capacidade suficiente – para responder às crescentes necessidades –, como ainda instalada em local que oferecesse segurança. Esperava-se assim que, com a nova central térmica, ficasse «centralizado num único ponto o fornecimento de vapor, águas quentes e aquecimento, aos edifícios do Colégio das Artes, S. Jerónimo, Banco e Consultas Externas, Lavandaria, Laboratórios, Cozinhas, futuro Hospital da cêrca de S. Jerónimo, etc.»¹⁹.

Sobre a expectativa e o interesse que rodearam a questão das caldeiras/central térmica dos HUC, resta acrescentar que o assunto foi levado até às mais altas esferas políticas, desde o Ministro das Obras Públicas, Eng.º Duarte Pacheco, ao próprio Presidente do Conselho, Prof. Doutor António de Oliveira Salazar. Com efeito, Duarte Pacheco, sobre o parecer emitido pelas Repartições de Estudos e Obras de Edifícios, relativo ao edifício da Central Térmica dos HUC, proferiu, em 13 de Agosto de 1941, o seguinte despacho: «Considero o problema bem orientado – *Duarte Pacheco*»²⁰. Relativamente à intervenção de Salazar, no que se refere à Central Térmica, informava o Director dos HUC, Prof. Doutor Ângelo da Fonseca, em ofício remetido ao Eng. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1941.11.20): «Depois de algumas dificuldades resolvidas graças à intervenção directa de Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho – a compra de novas caldeiras foi realizada em Novembro de 1939, à firma inglesa S.E. de C. Babcock & Wilcox»²¹.

Adquiridas as caldeiras, em finais de 1939, restava ainda solucionar um outro problema: a sua instalação. Para o efeito, havia que construir o respectivo edifício, o que efectivamente foi feito, até 1944. O facto de se estar, então, em plena II Guerra Mundial (1939-1945) trouxe alguns problemas à evolução dos trabalhos, nomeadamente quanto às dificuldades na aquisição de materiais e artigos de ferro e de aço.

2. Edifício das caldeiras: resenha histórica

A *localização* foi o primeiro problema a solucionar, com vista à edificação da nova central térmica. Após a efectuação de estudos e atendendo aos pareceres emitidos pelos respectivos técnicos, optou-se pela «Cerca dos jesuítas», mais concretamente por uma área situada junto à Rua Abílio Roque (actual Rua P.º António Vieira)²².

¹⁸ Ângelo da Fonseca, *Hospitais da Universidade de Coimbra. Edifícios e serviços industriais*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, p. 60.

¹⁹ Ângelo da Fonseca, *ibidem*.

²⁰ ADENC, Processo n.º 28, 1941-45, ofício de 1941.08.22 (sublinhado meu).

²¹ ADENC, *idem*, ofício de 1941.11.20 (sublinhado meu).

²² A referida rua teve a denominação de «Abílio Roque entre 1912 e 1942». Com efeito, «por deliberação camarária de 30-IV-1942 mudou-se a denominação de Rua Abílio Roque para Rua P.º António Vieira».

Embora a qualidade dos terrenos não fosse a mais aconselhável para a referida construção²³, para a sua escolha contribuíram decisivamente os seguintes factores: *a)* o desnível em relação ao plano superior dos edifícios dos HUC, o que permitia o reaproveitamento das águas de retorno, do vapor condensado²⁴; *b)* o fácil acesso, relativamente ao carvão que iria ser transportado da Estação (Nova) de caminho-de-ferro para o local²⁵; *c)* a cedência do referido terreno pela Câmara Municipal de Coimbra, ainda que com a exigência de algumas contrapartidas. Sobre este último, aspecto informava a dita Câmara, em 1941: «A Câmara, no desejo de colaborar na obra hospitalar, resolveu em sua sessão de dezanove de Março de mil novecentos trinta e seis, o seguinte: – Propôr a cedência do Pôsto de desinfecção e respectivos terrenos anexos para a instalação da Central Térmica dos Hospitais da Universidade, ficando a cargo dos mesmos Hospitais os serviços de esterilizações, presentemente a cargo da Câmara, fornecimento gratuito de vapôr necessário para o edifício do Ninho dos Pequenitos e para uma Central de Pasteurização de leites a instalar pela Câmara»²⁶. As condições da cedência do referido terreno seriam posteriormente evocadas pela Câmara Municipal de Coimbra, numa altura em que a Direcção dos Edifícios do Centro oficiara para que a Câmara removesse, do edifício da Central Térmica, as espias e os fios de protecção da linha aérea da tracção eléctrica²⁷.

Escolhido o terreno, foi elaborado, em 1940, o ante-projecto do edifício em questão. Da elaboração do projecto foram incumbidos o Eng.º Artur Martins Freire de Andrade Pimentel e o Arq. Alfredo Duarte Leal Machado. Este já anteriormente (1938) se havia pronunciado sobre o tipo de edifício mais adequado, ao sublinhar:

Sobre os motivos desta alteração, sublinhou José Pinto Loureiro: «As razões que levaram a vincular a esta rua o nome do grande orador sagrado — o maior de todos os tempos — andam nos guias e roteiros, informando que na mata do cerco dos jesuítas, cortada pela abertura desta rua, folgava o P.º António Vieira de recrear-se em longas meditações, durante o tempo que passou no Colégio da sua ordem, nesta cidade» (José Pinto Loureiro, *Toponímia coimbrã*, I Parte, tomo I, Coimbra, Câmara Municipal, 1960, p. 107).

²³ Numa *memória descritiva*, referente ao orçamento suplementar, menciona-se «a inferior qualidade dos terrenos de fundação», o que contribuiu para aumentar os respectivos custos (ADENC, Processo n.º 28, 1941-45, *Memória descritiva*, de 1941-45).

²⁴ «A Central prevista deve ser instalada no fundo da cêrca dos jesuítas, na Rua Abílio Roque, dando assim o declive indispensável para poderem ser aproveitadas as águas de retôrno do vapor condensado, as quais devem dar entrada novamente na caldeira com uma diferença de calorías não superior a 250 entre a entrada e a saída» (Ângelo da Fonseca, *Hospitais da Universidade de Coimbra. Edifícios e serviços industriais*, p. 60; ADENC, Processo n.º 28, 1938-40, ofício de 1934.03.12).

²⁵ «Ao fundo da íngreme encosta hospitalar e logo [à] entrada do que fôra a «Cerca dos jesuítas», os Edifícios Nacionais haviam providenciado na construção de edifício próprio para a sua instalação, que só pecou pela localização em sítio escondido e obscuro, mas o imperativo, como é lógico, foi o de mais fácil acesso e descarga de combustível» (Luís Salatina, «As caldeiras Babcock», *Boletim A Casa do Pessoal* [dos HUC], n.º 4, 1984, p. 11).

²⁶ ADENC, Processo n.º 28, 1941-45, ofício dirigido pela Câmara Municipal de Coimbra ao Director dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Lisboa, em 1941.01.07.

²⁷ A Câmara Municipal de Coimbra recordava que o terreno fora cedido gratuitamente e sem qualquer compensação (ADENC, *idem*, ofício de 1942.04.30). Como se constata pela citação efectuada no texto, ainda que efectivamente sem qualquer compensação monetária, houve, de facto, as contrapartidas indicadas.

«... bastando dizer somente que tratando-se de uma construção industrial se pretende fazer uma construção o mais sóbria e modesta possível»²⁸.

O respectivo concurso foi aberto em finais de 1940, tendo sido divulgado em alguns jornais diários²⁹. Com uma base de licitação de 192 299\$22, o concurso público da respectiva empreitada foi marcado para 6 de Dezembro daquele ano³⁰. Concorreram dois indivíduos e uma firma:

- Bernardo Teles, de Coimbra.....191799\$00
- António Maia, de Coimbra.....189900\$00
- Lourenço Simões & Reis, Lda., de Lisboa.....191700\$00³¹

O concurso foi ganho por António Maia, construtor civil de Coimbra (residente em Santo António dos Olivais), pois foi ele quem apresentou valores mais baixos (189 900\$00), para a execução da referida empreitada. Da dita importância, 159 900\$00 (84 %) correspondiam ao custo dos materiais, enquanto 30000\$00 (16 %) diziam respeito à mão-de-obra³².

O edifício da Central Térmica, segundo o projecto, tinha as seguintes dimensões: exteriores - 39,60 x 16,80 m; interiores (entre paredes) - 38 x 16 x 11 m, respectivamente de comprimento, largura e altura³³.

Não obstante tratar-se de uma construção industrial, logo «o mais sóbria e modesta possível» - como sublinhou o citado Arq. A. Leal Machado -, as respectivas obras arrastar-se-iam por cerca de três anos (1941-1944). Com efeito, aquelas tiveram início em 1 de Junho de 1941 e só ficaram concluídas em 3 de Março de 1944³⁴. São frequentes os testemunhos relativos ao arrastamento das obras, bem como sobre a urgente necessidade de as concluir com a máxima rapidez. Entre outros motivos (referentes, por exemplo, à aludida deficiente instalação dos geradores de vapor), mencionava-se a urgência de instalar devidamente e ensaiar as caldeiras, entretanto chegadas da Grã-Bretanha (o que já se verificava em inícios de 1941)³⁵. Assim, em Outubro deste ano, a Direcção dos HUC declarava, em ofício dirigido ao Eng. Director dos Edifícios Nacionais do Centro: «Parece que estes derradeiros dias de sol deveriam ser aproveitados no avanço das obras e cobertura do edifício, a fim de tão cedo quanto possível se fazer a remoção de material valiosíssimo que quasi se encontra desprotegido nas

²⁸ ADENC, Processo n.º 28, 1938-40, *Relatório*, transcrito numa *Memória descritiva e justificativa*, datada de 1938.02.24.

²⁹ *Diário de Coimbra*, de 1940.11.29; *Primeiro de janeiro*, de 1940.11.30.

³⁰ *Diário de Coimbra*, de 1940.11.29.

³¹ ADENC, Processo n.º 28, 1938-40, ofício remetido ao Director do jornal *O Boletim de Informações* (Rua dos Correios, n.º 15-3.º-Lisboa), em 1940.12.09.

³² ADENC, Processo n.º 28, 1941-45, cópia do texto publicado no *Diário do Governo*, II Série, de 1941.05.28. No que se refere à mão-de-obra, para se avaliar mais concretamente o seu peso relativo no conjunto da obra, é necessário ter em conta os níveis dos salários, relativamente baixos, então praticados. Com efeito, o construtor António Maia comprometera-se (1940.12.06) a pagar os seguintes salários mínimos: serralheiro e pintor - 14\$00; carpinteiro - 12\$00; pedreiro - 11\$00; trabalhador - 7\$50; e servente (menores) - 5\$00 (ADENC, Processo n.º 28, 1938-40).

³³ ADENC, *idem*, ofícios de 1940.02.22 e de 1940.08.03.

³⁴ ADENC, Processo n.º 28, 1941-45, ofício de 1941.08.25.

³⁵ ADENC, *idem*, ofícios de 1942.03.10 e de 1944.03.03.

cêrcas destes Hospitais. Infelizmente tem-se a impressão que as obras pararam para recomeçarem, talvez, em pessimas condições de tempo»³⁶.

Os atrasos verificados na construção das instalações da Central Térmica eram imputados ao mau tempo – particularmente no Inverno –, às dificuldades em obter certos materiais, como ferro e aço (efeitos da II Guerra Mundial, como já se disse), mas também ao próprio empreiteiro, António Maia. Este, a despeito da sua competência e já longa experiência³⁷, não acompanhava os trabalhos de perto como seria necessário, devido a outros empreendimentos em que se encontrava empenhado. A propósito, acentuava-se num ofício remetido ao Director dos HUC: «O adjudicatário, empreiteiro António Maia, que tomou esta empreitada por estima e consideração por V. Exc.^a, está quasi sempre em Lisboa onde tem em curso trabalhos de vulto. O Snr. Ventura é que acompanha a empreitada, ignorando, certamente o Snr. António Maia o rumo que as coisas levam»³⁸.

Em meados de 1941, trabalhavam nas obras da Central Térmica 29 operários, «encontrando-se as cantarias quasi todas efectuadas, as fundações concluídas na quasi totalidade e as paredes em elevação em construção»³⁹. Contudo, devido ao mau tempo (Maio e princípio de Junho de 1941) e ao facto de ter sido necessário aprofundar as fundações⁴⁰, os trabalhos não progrediam a ritmo desejado, o que mereceu o seguinte comentário, da Direcção dos HUC: «E passou-se o ano de 1940, o verão e o esplêndido [*sic*] outono de 1941 e vislumbram-se umas paredes levantadas, por telhar. Parece ter-se passado tão esplêndido [*sic*] tempo em estudos de cobertura. Tem-se a impressão que as obras paralizaram»⁴¹.

Mas, para o funcionamento da nova Central Térmica, além do edifício, para instalação das caldeiras, e do reservatório para o carvão, era indispensável construir a *chaminé*. Daí que, a partir de finais de 1941, paralelamente à continuação das obras do edifício, se começasse a prestar mais atenção aos assuntos relativos à *chaminé*, complemento essencial da Central Térmica. Entre outros, salientavam-se os referentes à localização e às dimensões.

Quanto à localização, admitiram-se duas hipóteses:

1.^a – «A *chaminé* ficaria colocada, encostada à fachada do Edifício de S. Jerónimo e ligada a chapas por um colector isolado»;

³⁶ ADENC, *idem*, ofício registado na Direcção dos Edifícios Nacionais do Centro, em 1941.10.18.

³⁷ A afirmação baseia-se nos seguintes elementos: por um lado, António Maia havia sido aprovado, por unanimidade e com a classificação de BOM (1915), para o serviço de inspecção e vigilância para segurança das reparações de construções civis; por outro, na relação dos diversos trabalhos que dirigira, da qual constavam os seguintes: construção do novo edifício dos Correios e Telégrafos, em Coimbra; construção e acabamento do Liceu Dr. Júlio Henriques, em Coimbra; construção do novo edifício do Banco dos Hospitais da Universidade de Coimbra; conclusão do novo edifício dos Correios e Telégrafos, em Viseu; ampliação do Liceu D. João III, em Coimbra. Além destes, «tem feito muitas obras particulares e está a construir o novo edifício para os Correios, Telégrafos e Telefones, na Figueira da Foz (ADENC, Processo n.º 28, 1938-40, docs. de 1940.04.26 e de 1940.12.06).

³⁸ ADENC, Processo n.º 28, 1941-45, ofício de 1941.07.25.

³⁹ ADENC, *ibidem*.

⁴⁰ ADENC, *idem*, ofício de 1941.07.25

⁴¹ ADENC, *idem*, ofício de 1941.11.20.

2.^a – «... junto da casa das caldeiras, dando à chaminé uma altura suficiente a fim de que os Edifícios dos Hospitais não fossem afectados pelos gases, razão pela qual a altura conveniente era de 60 metros». Esta era a solução preferida pela casa «Babcock», fornecedora das caldeiras⁴².

Tanto a localização como a altura da chaminé, além dos aspectos eminentemente técnicos, colocavam problemas de delicada solução, devido aos seus efeitos poluidores na atmosfera, resultantes da queima de carvão. Ao assunto se refere um relatório, elaborado no âmbito da Direcção Geral dos Combustíveis: «No caso da chaminé ser colocada junto da casa das caldeiras as suas dimensões seriam: altura 60 m. No caso da solução defenida [*sic*] no caderno de encargos: altura 32 m. Não foi efectuada nenhuma destas soluções, porquanto a chaminé existente está situada junto da casa das caldeiras e tem somente 8,5 metros de altura»⁴³.

A solução adoptada viria a revelar-se bastante gravosa para o meio ambiente, dando origem a uma série de protestos dos moradores vizinhos e da própria Direcção dos HUC. A fim de atenuar o elevado grau de poluição atmosférica, nos inícios dos anos 50 (mais precisamente, em 1953) as caldeiras, após as devidas alterações, passaram a consumir fuel-oil, em vez de carvão. Voltarei, oportunamente, ao assunto.

Efectuado o respectivo estudo geológico para a construção da chaminé (1942)⁴⁴, procedeu-se à sua edificação, para a qual foi obtida dispensa do concurso público⁴⁵. A própria firma vendedora das caldeiras – S. E. de C. Babcock & Wilcox – fez algumas recomendações de carácter técnico, sobre a construção da chaminé e respectiva conduta⁴⁶.

De fins de 1942 a inícios de 1944, efectuaram-se os acabamentos das instalações da futura Central Térmica. Foi então que surgiram várias dificuldades, quanto à aquisição de certos materiais. Assim, foi difícil adquirir ferro para vigas, coberturas, etc., bem como para portas e caixilharia das janelas. Para obviar a estas dificuldades, o construtor chegou a solicitar autorização para executar certos trabalhos em madeira, mas isso não lhe foi autorizado. Em ofício da Direcção dos Edifícios Nacionais do Centro, o Eng.º Chefe da 3.^a Secção sublinhava: «... em minha opinião não deve ser satisfeito o pedido do interessado porque: a pretendida execução dos portões em madeira e ferro muito prejudicará o aspecto arquitectónico do edifício; dado o facto de não ser muito elevada a quantidade de ferro a empregar, parece-nos provável que o

⁴² ADEGE / DSRC, Processo n.º 1517, relatório datado de 1951.04.24.

⁴³ ADGE / DSRC, *ibidem*.

⁴⁴ O referido estudo geológico foi efectuado pelo Eng.º Adriano Pinto dos Santos (ADENC, Processo n.º 28, 1941-45, ofícios de 1941.12.31 e de 1942.01.12).

⁴⁵ Em 8 de Janeiro de 1942, o Tribunal de Contas visou o despacho ministerial que dispensava das formalidades de concurso público e do contrato escrito os trabalhos de construção da conduta e chaminé da Casa das Caldeiras dos HUC, para o que foi concedida a dotação de 13 765\$34, por portaria de 1941.12.31 (ADENC, *idem*, ofício de 1942.01.14).

⁴⁶ «Foi adoptada para a conduta por estas razões uma secção rectangular estreita, sendo as suas dimensões interiores 1 066 mm [...] de largura x 3 048 mm (10 pés) de altura [...] No que diz respeito à chaminé, esta deverá ter um diâmetro de 1830 mm (6 pés) no tópo. Este diâmetro é dado prevendo já o futuro trabalho de 3 caldeiras» (ADENC, Processo n.º 28, 1938-40, ofício de 1940.02.22).

empregueiro encontre quem execute o trabalho desde que consulte nesse sentido todas as casas da especialidade»⁴⁷. Os portões e caixilhos das janelas foram, efectivamente, construídos em ferro, o que não só valorizou a construção como, ainda hoje, continua a beneficiar o edifício, do ponto de vista do património industrial.

Igualmente a instalação eléctrica se encontrava atrasada, em inícios de 1943, devido às dificuldades de se adquirir o tubo de aço necessário para o efeito⁴⁸. Eram, afinal, os efeitos da economia de guerra, a repercutirem-se também em Portugal.

Finalmente, em Março de 1944, os trabalhos das instalações da Central Térmica estavam concluídos, à excepção de alguns acrescentos posteriores, designadamente o vestiário e as instalações sanitárias, cuja memória descritiva data de Junho do ano seguinte⁴⁹. Com efeito, em 5 de Maio de 1944, o Eng.º Chefe da 3.ª Secção (direcção dos Edifícios Nacionais do Centro) comunicava ao Eng.º Director: «... tenho a honra de informar que a entrega do edifício da Central Térmica dos Hospitais da Universidade de Coimbra poderá fazer-se no próximo dia 11 [de Maio de 1944], pelas 14 h. e 30 m.»⁵⁰.

Mas, para que o edifício se transformasse em *central térmica*, era necessário dotá-lo da respectiva tecnologia, constituída essencialmente pelas caldeiras geradoras de vapor. É destas que, seguidamente, passarei a ocupar-me.

3. Equipamento tecnológico

Antes de focar propriamente as caldeiras da nova Central Térmica, atente-se no equipamento que as antecedeu, o qual, como já se frisou, se encontrava disperso pelos edifícios dos HUC.

Numa primeira fase (1914-1928), a produção de vapor e de energia eléctrica estiveram associadas. Para o efeito, em 1914 foi adquirida e montada uma caldeira semi-fixa, marca «Garrett», com 16 m² de superfície de aquecimento. Logo em 1916, tendo-se a referida caldeira revelado insuficiente, ficou reservada apenas para o funcionamento de energia eléctrica, adquirindo-se uma nova geradora de vapor (uma caldeira fixa, marca «Babcock», com 55 m² de superfície de aquecimento). Entretanto, os serviços hospitalares continuavam a expandir-se pelo que, em finais dos anos vinte, já a capacidade de resposta das duas caldeiras se mostrava insuficiente. Como informa Ângelo da Fonseca, Director dos HUC – que sigo de perto, no que se refere aos antecedentes tecnológicos das caldeiras –, no período de 1916 a 1928 desenvolveram-se (ou criaram-se) diversos serviços. Assim, «novos laboratórios e outros serviços foram criados. Adquiriu-se uma nova cozinha a vapor, prevendo-se uma população futura

⁴⁷ ADENC, Processo n.º 28, 1941-45, ofício de 1941.08.11. É provável que, como a certa altura foi sugerido, se tivesse recorrido a alguma casa especializada de Lisboa para a execução dos referidos trabalhos em ferro. Todavia, não se encontraram elementos que permitam, para já, esclarecer o assunto.

⁴⁸ ADENC, Processo n.º 28, 1941-45, ofício de 1943.02.18. A Casa Caetano da Cruz Rocha (da Rua Ferreira Borges, em Coimbra) podia, contudo, fornecer material eléctrico para completar a dita instalação (ADENC, *idem*, ofício de 194.02.19).

⁴⁹ ADENC, *idem*.

⁵⁰ ADENC, *idem*, ofício de 1944.05.05.

de 1 000 doentes; instalou-se uma lavandaria mecânica com aquecimento directo por vapor; levou-se o vapor a todo o edifício do Colégio das Artes, para poderem ser feitas esterelizações [*sic*] nas enfermarias; tornou-se necessário ampliar a Central de Esterelizações [*sic*] aquecer devidamente as salas de operações, casas de pensos, etc.»⁵¹.

Como a questão da energia eléctrica ficou solucionada, a partir do momento em que o seu funcionamento passou a ser assegurado pelos Serviços Municipalizados de Coimbra⁵², havia que dotar os HUC com adequado equipamento gerador de vapor. Foi o que se fez, em 1928: «Adquiriu-se então na Alemanha, à firma Christoph & Unnack A. G., uma caldeira com 120 m² de superfície de aquecimento, 12 atm [oferas] de pressão, e um economizador de grande capacidade de água, que se montou ao lado desta caldeira para aproveitar tôdas as calorias que se escapam da câmara de fumo e que vão aquecer a água no economizador, antes de saírem pela chaminé. Esta água, assim aquecida, vai abastecer em grande parte a própria caldeira e o balneário, sem que o seu aquecimento custe um único centavo ao Estado»⁵³.

Nos inícios da década de 1940, a questão dos geradores de vapor volta a colocar-se, pelo que as velhas caldeiras são ainda mencionadas. Efectivamente, o Director dos HUC comunica (em 1941.05.17) ao Eng.º Director dos Edifícios Nacionais do Centro: «Segundo comunicação que acaba de me ser presente, a Caldeira Christoph Unnack, em serviço nestes Hospitais desde 1929 [adquirida, como se referiu, no ano anterior], carece de reparação urgente, tendo paralizado [*sic*] a produção. Há assim necessidade de lançar mão de uma velha Babcock comprada em 1912⁵⁴, de capacidade insignificante, que alimentará as cozinhas e, muito mal, a Rouparia e Lavandaria. Ficam sem qualquer garantia de funcionamento os serviços de esterelizações [*sic*], de sala de operações, do Balneário, Laboratórios, etc., etc.». E prossegue o Director dos HUC: «Regista-se desta forma uma situação muito seria a que ha muito esta Direcção procurou obstar com a compra e instalação de novas caldeiras»⁵⁵. Estas constituíam a terceira e última geração de caldeiras a funcionar na ex-Central Térmica dos HUC, as quais estiveram em actividade mais de quatro décadas (meados dos anos 40-1987).

Sobre as mencionadas *caldeiras*, poder-se-á perguntar: de que tecnologia se tratava? Quando, onde e em que condições foram adquiridas? Que vantagens trouxe a respectiva utilização?

Tal como em 1916, continuou a optar-se pela marca «Babcock» ou, mais precisamente, «BABCOCK & WILCOX». Cada uma das (duas caldeiras) adquiridas tinha as seguintes características:

⁵¹ Ângelo da Fonseca, *Hospitais da Universidade de Coimbra. Edifícios e serviços industriais*, p. 59.

⁵² Esse fornecimento deve ter-se iniciado nos anos 20, o mais tardar até 1928. «A primeira caldeira fornecia vapor e força motriz, e a terceira [adquirida em 1928] fornece unicamente vapor, visto que a energia eléctrica para a luz e força motriz é fornecida pelos Serviços Municipalizados de Coimbra que nos últimos seis meses de 1932 forneceram 67 503 Kwh, e nos dois primeiros meses de 1933, 25 540 Kwh» (Ângelo da Fonseca, *idem*, p. 60).

⁵³ Ângelo da Fonseca, *ibidem*.

⁵⁴ Certamente há lapso no documento transcrito, pois o ano de aquisição da dita caldeira, já anteriormente citado, terá sido o de 1916 (cfr. nota 51).

⁵⁵ ADENC, Processo n.º 28, 1941-45, ofício de 1949.05.17.

- MarcaBabcock & Wilcox
- Tipo.....D
- Timbre12 kg/cm²
- Superfície de aquecimento165 m²
- Superfície de grelha6,75 m²
- Produção horária: – normal.....2 500 kg/h
– forçada.....3 000 kg/h
- Combustível.....Cabo Mondego
- Volume de câmara11 m³ ⁵⁶

Tratava-se de uma tecnologia patenteada (em 1867) por G. H. Babcock e S. Wilcox, posteriormente aperfeiçoada e desenvolvida⁵⁷. Entre nós, várias empresas haviam já adquirido tecnologia da mesma marca⁵⁸. As ditas caldeiras vieram da Grã-Bretanha, datando o respectivo contrato de fornecimento de Novembro de 1939⁵⁹. Em 5 de Janeiro do ano seguinte, o Director dos HUC informava o Director dos Edifícios Nacionais do Centro: «Tenho a honra de comunicar a V. Exc.^a que estes Hospitais contrataram com a casa Babcock & Wilcox o fornecimento de duas grandes caldeiras geradoras de vapôr [...]. As duas caldeiras devem dar entrada neste estabelecimento, em condições de ser montadas, dentro de 10 meses»⁶⁰. O material chegaria a Portugal, por via marítima, de meados de 1940 a inícios de 1941. Com efeito, em 7 de Junho daquele ano era comunicada a chegada, ao Porto, da primeira remessa de material das caldeiras. Assim, haviam chegado à «Alfândega do Porto, 169 volumes, contendo 45 peças das duas caldeiras de vapor expedidas de Londres pela Casa Babcock & Wilcox». Consequentemente, tornava-se ainda mais urgente a construção do edifício da Central Térmica – como se indicou, na alínea anterior deste trabalho –, «por não haver [nos] Hospitais onde armazenar e instalar as caldeiras, como urge, para se proceder a experiências prévias, só possíveis, após a sua montagem, e indispensáveis para o respectivo pagamento àquela Firma»⁶¹.

Por seu turno, o último embarque de material, remetido por Babcock & Wilcox, teve lugar em Janeiro de 1941. Tratava-se de dois manómetros, trazidos pelo navio «Procris»⁶². Em Maio do mesmo ano, já todo o material, pertencente às caldeiras, se encontrava em Portugal. Se a respectiva importação das caldeiras não se tivesse efectuado nos inícios do conflito – mesmo antes de haver edifício para as instalar –, novas dificuldades surgiriam. A propósito, afirma o Eng.º António da Mota Coelho,

⁵⁶ ADGE / DSRC, Processo n.º 1517, docs. de 1951.11.16 e de 1951. 12.28.

⁵⁷ Cfr. Charles Singer *et al.* (eds.), *A History of Technology*, vol. v: *The Late Nineteenth Century. C. 1859 to C. 1900*, Oxford, Clarendon Press, 1967, pp. 137-138.

⁵⁸ Podem citar-se, entre outras, empresas sediadas em Campanhã e em Setúbal (U.E.P.); Fábrica de Fiação e Tecidos de Crestuma; Central da Companhia de Carris de Ferro, do Porto (ADENC, Processo n.º 28, ofício de 1941.11.20) e ainda a Empresa de Papel do Caima e a Central Tejo.

⁵⁹ ADENC, Processo n.º 28, 1941-45, ofício de 1941.11.20.

⁶⁰ ADENC, Processo n.º 28, 1938-40, ofício de 1940.01.15.

⁶¹ ADENC, *idem*, ofício de 1940.06.07.

⁶² ADENC, Processo n.º 28, 1941-45, ofício de 1941.08.25.

dirigindo-se (1941.05.20) ao Director dos HUC: «Desta forma poderá ser utilizado [*sic*] o material, hoje impossível de obter, que V. Exc.^a com tão inteligente providencia encomendou a tempo e horas e já se encontra dentro dos Hospitais à espera de aplicação»⁶³.

Como é sabido, durante a II Guerra Mundial e anos imediatos, a problemática dos combustíveis revestiu-se de enorme importância. Com efeito, o preço e/ou escassez de certos combustíveis induziu o estudo e, em certos casos, o consumo de energias alternativas. Entre outros, podem apontar-se os seguintes exemplos: a substituição da lenha pelo fuel-oil, em certas fábricas vidreiras; tentativas no uso do gás, em vez de gasolina, no transporte automóvel. No que à Central Térmica dos HUC diz respeito, a alteração processou-se no início dos anos 50. Foi então que, depois de efectuadas as devidas alterações tecnológicas, as caldeiras «Babcock & Wilcox» começaram a queimar fuel-oil, em vez de carvão. Para isso contribuíram factores de carácter geral – vantagens comparativas, quanto aos respectivos custos –, mas também factores específicos, de natureza local e regional

Localmente, havia que diminuir os efeitos poluidores da Central Térmica, contra os quais se insurgiam não só indivíduos – moradores nas imediações – como entidades. Aliás, as reclamações terão surgido pouco depois da entrada em funcionamento da referida Central. De facto, como esta deve ter iniciado a laboração na segunda metade de 1944, já em 1946 se levantavam protestos contra a poluição por ela provocada. Tratava-se de «reclamações dos vizinhos da Central que eram incomodados pelos fumos saídos da chaminé, principalmente devido à elevada percentagem de anidrido sulfúrico, devido não só à qualidade do carvão utilizado – Cabo Mondego – como ainda por a central estar localizada na base duma colina e ter uma chaminé muito baixa»⁶⁴. Além dos moradores da área abrangida, reclamaram igualmente contra os gases, oriundos da central Térmica, o Delegado de Saúde, a imprensa, a junta da Província da Beira Litoral – em virtude de o Ninho dos Pequenitos estar a ser invadido por gases sulfurosos – e os próprios HUC⁶⁵.

A nível regional, um outro factor aconselhava que se efectuasse a referida transformação. Refiro-me à irregularidade, numa primeira fase e, posteriormente (Fevereiro de 1952), à suspensão do fornecimento de carvão pelo Cabo Mondego, em virtude «de a empresa produtora ter instalado ultimamente [estava-se em Maio de 1951] uma fábrica própria de cimento que consome grande parte do carvão extraído das minas»⁶⁶.

⁶³ ADENC, *idem*, ofício de 1941.05.20. Luís Salatina narra algumas das peripécias que terão rodeado o transporte das caldeiras, de Londres para Coimbra (Luís Salatina, «As caldeiras Babcock, A Casa do Pessoal [dos HUC], n.º 4, 1984, pp. 10-11). A documentação consultada é omissa, quanto ao assunto. Porém, no que se refere à cronologia, os elementos compulsados confirmam a vinda das caldeiras para Coimbra, essencialmente no segundo semestre de 1940 e não no Outono de 1939, como indica o Autor citado. Aliás, o próprio ano de construção (1940) encontra-se documentado (ADGE / DSRC, doc. de vistoria, de 1953.10.26).

⁶⁴ ADGE / DSRC, Relatório de 1951.04.24.

⁶⁵ ADGE / DSRC, ofício dirigido ao Secretário de Estado do Orçamento, em 1951.05.04. Ver, sobre os efeitos poluidores da combustão de carvão, a obra intitulada *Steam Coal. Prospects to 2000*, Paris, International Energy Agency / Organisation for Economic Co-Operation and Development, 1978, p. 87.

⁶⁶ ADGE / DSRC, *ibidem*.

Para que a Central Térmica pudesse utilizar fuel-oil, era necessário:

a) Adoptar queimadores com as características seguintes:

- «Marca..... Pillard
- Modelo..... D.C.R.
- Débito máximo..... 100 kg/h
- Débito mínimo..... 25kg/h
- Comprimento da chama..... 1,5 m
- Combustível..... Thick fuel-oil»

b) Efectuar, na Câmara de combustão, as seguintes transformações:

«1.º – Retirar a tremonha de carregamento, motor de grelha, etc. e imobilização da grelha.

2.º – Isolamento da grelha com um pano de tijolo refractário nele existindo as aberturas para a entrada do ar secundário para a combustão. Aproveitamento dos caixões da grelha para a distribuição do ar e das condutas do mesmo.

3.º – Corte e eliminação de uma parte da abóbada e estabelecimento dum muro no prolongamento da primeira divisória do circuito de gases.

4.º – Substituição da chapa frontal inferior dos geradores para a adaptação dos queimadores.

5.º – Eliminação da pequena abóbada de acendimento e prolongamento até à grelha da parede frontal do gerador.»

«Em virtude destas transformações o volume da câmara de combustão passa de 11 para 8,9 m³»⁶⁷.

Tornou-se ainda necessário construir três depósitos para fuel-oil (um no exterior da Central, de 50 m³ e dois no interior, de 2,5 e 0,5 m³, respectivamente), bem como proceder a alterações na chaminé⁶⁸. Em Outubro de 1953, depois de efectuadas as respectivas provas (em 18 de Setembro e 19 de Outubro, do dito ano), a Central Térmica dos HUC já funcionava a fuel-oil⁶⁹.

As vantagens da referida adaptação repercutiram-se a dois níveis: na *salubridade*, por ter sido drasticamente diminuído o grau de poluição até aí verificado na zona; na *economia*, pela diminuição nos custos que acarretou. A este propósito, sublinhava-se num requerimento da administração dos HUC: «A transformação requerida trará uma economia anual da ordem dos 200 000\$00; libertará 5 operários que se empregam na britagem do carvão e podem destinar-se a outros serviços; libertará uma caminheta que se ocupa quasi exclusivamente no transporte do carvão e seus resíduos». E acrescenta-se:

⁶⁷ ADGE / DSRC, Processo n.º 1517, ofício do Eng.º Chefe da 4.ª Repartição dirigido ao Administrador dos HUC, em 1951.12.28.

⁶⁸ ADGE / DSRC, *idem*, «Cópia da proposta para a empreitada de transformação e aplicação de queimadores de óleo às caldeiras da Central Térmica dos Hospitais da Universidade de Coimbra».

⁶⁹ ADGE / DSRC, auto de vistoria, datado de 1953.10.26.

«Evitará a deterioração do mobiliário e material metálico dos Hospitais, que está a ser fortemente atacado pelos gases sulfurosos»⁷⁰.

Mesmo considerando somente o factor económico, tratou-se de uma medida bastante eficaz. Com efeito, com um investimento de apenas 298 450\$00 (custo das referidas adaptações para funcionamento a combustíveis líquidos), era possível economizar 17\$80 por tonelada de vapor produzido. A economia anual ascenderia assim, pelo menos, a 164 985\$72, nas 9 603,36t de vapor produzido pela Central (média de 800,28 t/mes)⁷¹. Como se constata pelos números indicados, em menos de dois anos recuperar-se-ia o valor do investimento.

Para concluir este tópico, poder-se-á afirmar que a Central Térmica dos HUC cumpriu, efectivamente, a função para que foi instalada. Com efeito, o respectivo sistema – sem esquecer o seu «núcleo duro», constituído pelas gigantescas caldeiras BABCOCK & WILCOX – permitiu que os Hospitais da Universidade de Coimbra dispusessem do indispensável vapor, nos seus múltiplos serviços, durante mais de quatro décadas (1944-1987). Devido à relativa flexibilidade da estrutura da Central Térmica e do respectivo equipamento, foi possível, numa segunda fase (1953-1987), passar a consumir combustíveis líquidos, eliminando assim, substancialmente, os inconvenientes do consumo do carvão (considerável acção poluidora, custos mais elevados e dificuldades no abastecimento).

4. Salvaguarda e reutilização da central térmica, como monumento industrial

Por tudo o que fica exposto, a ex-Central Térmica dos Hospitais da Universidade de Coimbra bem merece ser preservada, reutilizada e dada a conhecer. A respectiva construção, mais do que a monumentalidade de alguns edifícios então implantados na «Velha Alta», apresenta linhas simples e proporcionadas, conferindo-lhe as portas e janelas (altas e de caixilharia em ferro perfilado) uma certa elegância e razoável luminosidade. Da fase em que consumia carvão, o respectivo depósito (a sudeste, no extremo do edifício oposto à Rua P.^c António Vieira), bem como uma vagoneta, são testemunhos elucidativos. As velhas e gigantescas caldeiras – que, durante décadas, constituíram tecnologia da mais avançada –, ainda *in loco*, dão ao ambiente o aspecto característico de uma fábrica de vapor, de grande capacidade. A localização, ao fundo da colina, e a chaminé – de dimensões reduzidas, como vimos – permitem compreender o reverso da medalha: os malefícios da poluição, em especial enquanto funcionou a carvão. Em suma: trata-se não só de um «monumento» como também de um «sítio industrial».

Como é do conhecimento geral, a melhor forma de salvaguarda de um *monumento industrial* consiste, precisamente, na sua reutilização. Sob esta perspectiva, foi dado um passo importante, com a cedência do «Edifício das Caldeiras», pela Reitoria, ao Centro

⁷⁰ ADGE/DSRC, doc. de 1951.12.13.

⁷¹ ADGE / DSRC, «Custo relativo da tonelada de vapor com [carvão do] Cabo Mondego e com óleo».

de Estudos de Fotografia da Associação Académica de Coimbra. As exposições que nele se têm efectuado, no âmbito dos Encontros de Fotografia⁷², provam bem como se trata de um local muito adequado a este tipo de realizações culturais. Espera-se que, dentro em breve, se efectuem na ex-Central Térmica as adaptações anunciadas⁷³, para que seja possível intensificar a sua reutilização, dando-a a conhecer a um público mais vasto, constituído por nacionais e estrangeiros.

Uma outra hipótese – caso o referido Centro de Estudos não necessite de todo o espaço ou dele venha a prescindir – seria a de instalar no Edifício das Caldeiras um núcleo museológico – dos antigos HUC ou outro –, a exemplo do que se fez na Estação Elevatória dos Barbadinhos (em Lisboa), hoje «Museu da Água Manuel da Maia», ao qual acaba de ser atribuído, pela UNESCO, o galardão de «Museu do Ano».

Em qualquer dos casos, o *Edifício das Caldeiras* e respectivo equipamento (ou seja a *Central Térmica*, embora desactivada) poderão transformar-se num pólo de atracção cultural e mesmo turístico, partindo do princípio (hoje geralmente aceite) de que o turismo muito se poderá valorizar com a introdução de novos valores culturais⁷⁴.

⁷² Por exemplo, nos 10.ºs Encontros de Fotografia (de 4 a 26 de Novembro de 1989), esteve patente, no Edifício das Caldeiras, uma exposição do célebre fotógrafo norte-americano, Joel-Peter Witkin.

⁷³ «A adaptação do local, preservando as instalações com interesse do ponto de vista da arqueologia industrial, dotará o CEF [Centro de Estudos de Fotografia] de um auditório, um sector pedagógico, uma biblioteca e ateliers para , “workshops”, para além das zonas de exposições. E um projecto que se prevê vir a custar 15 mil contos e que resultará na criação de um grande centro de âmbito nacional dedicado à fotografia contemporânea» («A Fotografia nas Caldeiras», *Expresso*, de 1988.03.05).

⁷⁴ Cerca de duas décadas após a publicação inicial deste texto, é-me grato constatar que, ao velho Edifício das Caldeiras, foi atribuída uma função condigna. Com efeito, na sequência de uma profunda remodelação e ampliação, as instalações são agora utilizadas pelos Estudos Artísticos da Faculdade de Letras, para diversas actividades.

[ESTUDOS : Humanidades]

3

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

